

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Guilherme Catto

**“E O QUE É MAIS IMPORTANTE ESTÁ SALVO O BRASIL!”:  
PERFIL E ATUAÇÃO DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO RS NO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964**

Santa Maria, RS  
2017



**Guilherme Catto**

**“E O QUE É MAIS IMPORTANTE, ESTÁ SALVO O BRASIL!”:  
PERFIL E ATUAÇÃO DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO RS NO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em História.**

Orientador: Prof. Dr. José Martinho Rodrigues Remedi

Santa Maria, RS  
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Catto, Guilherme

"E O QUE É MAIS IMPORTANTE ESTÁ SALVO O BRASIL!": PERFIL E ATUAÇÃO DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS NO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 / Guilherme Catto.- 2017.  
234 p.; 30 cm

Orientador: José Martinho Rodrigues Remedi  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2017

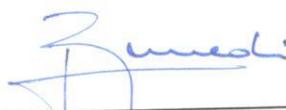
1. Golpe Civil-Militar de 1964 2. Elite Política 3. Perfis Parlamentares I. Remedi, José Martinho Rodrigues II. Título.

**Guilherme Catto**

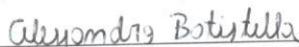
**“E O QUE É MAIS IMPORTANTE, ESTÁ SALVO O BRASIL! ”: PERFIL E  
ATUAÇÃO DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS NO  
GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em História**

**Aprovado em 21 de agosto de 2017:**



**José Martinho Rodrigues Remedi, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)



**Alessandro Batistella, Dr. (UPF)**



**Diorge Alceno Konrad, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2017



## DEDICATÓRIA

*A todos aqueles que por força do arbítrio deixaram algo pelo caminho. Especialmente a Álvaro Petracco da Cunha, Antônio Simão Visintainer, Beno Orlando Burmann, Cândido Norberto dos Santos, Flávio Antônio Lopes Ramos, Hélio Ricardo Carneiro da Fontoura, Henrique Henkin, João Brusa Netto, João Caruso Scuderi, José Lamaison Porto, Justino da Costa Quintana, Marino Rodrigues dos Santos, Moab Caldas, Osmar Lautenschleiger, Rubens Dario Porciúncula, Siegfried Emanuel Heuser, Walter Bertolucci, Wilmar Corrêa Taborda e Wilson Vargas da Silveira, sujeitos dessa pesquisa que tiveram seus mandatos cassados pelo arbítrio da Ditadura.*



## AGRADECIMENTOS

Se existe alguma coisa que se faz sozinho, passar por um Mestrado não é uma delas. Muito provavelmente eu nem entrado no Programa de Pós-Graduação em História teria, caso estivesse sozinho, por isso devo agradecer. Primeiramente à minha família, meus pais, Adilson Catto e Maria Ines Catto, que desde a infância me deram suporte e as melhores condições para seguir na busca por conhecimento; ao meu irmão Leonardo Catto, que parece se preocupar mais com o meu nervosismo frente a prazos e dificuldades do que fica nervoso em relação as próprias coisas dele; a minha maravilhosa namorada, Juliana Gallo – que já considero minha família faz tempo – que junto com a minha mãe foram fundamentais para não me deixar desistir devido aos percalços no caminho que agora, em perspectiva, parecem pequenos, mas que eram gigantes na época. É como dizia Mário Quintana: “A nós nos bastem nossos próprios ais”.

Ainda preciso agradecer imensamente, também, aos professores que contribuíram para mais essa parte da minha trajetória, alguns que me acompanham desde a Graduação. Primeiramente muito obrigado ao Prof. Alessandro Batistella e Prof. Diorge Konrad por aceitarem participar da minha Banca de Defesa; muito obrigado à Prof.<sup>a</sup> Claudira Cardoso e ao Prof. José Remedi, que no momento da qualificação fizeram contribuições decisivas para a versão final da Dissertação; muito obrigado novamente ao Prof. José Remedi por ter assumido a minha orientação oficialmente nesse último semestre; muito obrigado ao Prof. André Fertig que me acompanha desde o Trabalho de Conclusão de Graduação e muito contribuiu e deu ânimo para a realização da pesquisa; muito obrigado também aos professores com os quais tive disciplinas e que marcaram esses dois anos de uma forma ou de outra: Prof.<sup>a</sup> Beatriz Weber, Prof. Carlos Armani e Prof. Luís Augusto Farinatti.

Devo agradecer também aos meus amigos que de diversas formas me deram suporte nessa trajetória, fosse me hospedando em suas casas quando precisei ir aos arquivos em Porto Alegre, como fizeram a Ananda Müller, o Felipe Nabinger e a Anelise Dias; fosse falando bobagem para desopilar, ou ouvindo sobre os problemas passados nesses dias, como foi o caso do Douglas Moiano e da Nathana Diska. Meus amigos são a base do que eu sou e do que gosto de ser, sem eles eu seria muito pouco. Muito obrigado Letícia Moraes, Manuela Gallo, Pamela Batú, Claire Gallo, Vandir Vargas, pessoas que estiveram sempre por perto durante esses dois anos. Além disso, devo um agradecimento mais que especial aos meus amigos “Guedes”, Luiza Greff, Bruna Cielo, Lara Niederauer, Tiago Araújo, Júnior Borin e Sabrina Weber que têm sido um porto seguro desde que nos aproximamos.

Há também aqueles que “sofreram na pele” junto comigo tudo que passamos desde agosto de 2015, por isso deixo um abraço imenso para a Aline Flores, Mariana Milbradt e Franciele Oliveira. Foi um prazer fazer parte, junto com vocês, de uma das menores turmas do Mestrado em História da UFSM. Sem a força que cada um deu para o outro nesse tempo seria impossível estar fazendo esses agradecimentos hoje depois de ter concluído a Dissertação.

Foi um prazer ter estado com todos vocês.

*“Fracassei em tudo o que tentei na vida.  
Tentei alfabetizar as crianças brasileiras,  
não consegui.  
Tentei salvar os índios, não consegui.  
Tentei fazer uma universidade séria e  
fracassei.  
Tentei fazer o Brasil desenvolver-se  
autonomamente e fracassei.  
Mas os fracassos são minhas vitórias.  
Eu detestaria estar no lugar de quem me  
venceu”*

*(Darcy Ribeiro)*



## RESUMO

### **“E O QUE É MAIS IMPORTANTE, ESTÁ SALVO O BRASIL! ”: PERFIL E ATUAÇÃO DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS NO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964**

AUTOR: Guilherme Catto

ORIENTADOR: José Martinho Rodrigues Remedi

A presente dissertação foi realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM e tem por tema as relações de poder e o apoio ao Golpe Civil-Militar de 1964 na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Devido a isso, tem-se por objeto de pesquisa a Legislatura eleita em 1962 – e que por conta disso estava no exercício de seu mandato em 1964 – para o Parlamento Estadual, cujos membros consideramos como elite política gaúcha. Procura-se analisar as posições políticas tomadas pelos membros da Assembleia frente ao processo político vivido pelo Brasil na década de 1960, mais especificamente em relação ao Golpe de 1964; foi realizada, assim, a elaboração de um perfil dos parlamentares da legislatura, bem como a comparação entre o perfil dos dois grupos que se formaram na oposição e no apoio ao Golpe. Pretende-se com isso, demonstrar o perfil dos civis que apoiaram o Golpe, além do perfil dos que se opuseram, para além das filiações partidárias. Para tanto, duas metodologias foram utilizadas em momentos distintos: a prosopografia foi empregada para a elaboração do perfil dos parlamentares, e as fontes desse momento da pesquisa foram as fichas parlamentares do Memorial do Legislativo do RS, edições dos jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora* e o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro; de outra parte a análise de conteúdo foi a metodologia empregada para o exame do debate político nos Anais da Assembleia.

**Palavras-chave:** Golpe Civil-Militar de 1964; Elite Política; Perfis Parlamentares.



## ABSTRACT

### **“AND THE MOST IMPORTANT THING: BRAZIL IS SAVED!”: PROFILE AND PERFORMANCE OF PARLIAMENTARIANS OF THE LEGISLATIVE ASSEMBLY OF RIO GRANDE DO SUL IN THE 1964 CIVIL-MILITARY COUP**

AUTHOR: Guilherme Catto

ADVISOR: José Martinho Rodrigues Remedi

This Master Thesis was written at the Graduate Program in History (UFSM) and its main topic is the power relations and the support for the 1964 Civil-Military Coup from the Legislative Assembly of Rio Grande do Sul. Therefore, the research subject is the Legislature elected to State Parliament in 1962 – which was in its mandate in 1964 – and whose members we consider as Rio Grande do Sul political elite. We seek to analyze the political positioning by Assembly members regarding the political process experienced in Brazil in the 1960s; therefore, profiles of the parliamentarians were created, as well as a comparison between profiles of both groups: in opposition of the Coup and in support of the Coup. Therewith, we intend to show the profiles of the civilian supporters of the Coup, besides the profiles of the ones in opposition. In order to do this, two methodologies were used in different moments: prosopography, which was used to create the profiles of the parliamentarians, and sources, which were the parliamentarians' records, acquired at Memorial do Rio Grande do Sul, *Correio do Povo* and *Zero Hora* newspapers and the Brazilian Biographical-Historical Dictionary. Besides, content analysis was the methodology used for the examination of the political debate in the Assembly Annals.

**Keywords:** 1964 Civil-Military Coup; Political Elite; Parliamentary Profiles.



## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 – Mapa de distribuição dos partidos por Mesorregião geográfica .....	112
---	-----



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Eleições para governador do Rio Grande do Sul (1947-1962).....	77
Quadro 2 – Composições da Assembleia Legislativa (1947-1962) .....	77



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de deputados estudados .....	86
Tabela 2 – Faixa etária predominante entre os membros da Legislatura 1963-1966.....	89
Tabela 3 – Porcentagem de opositores cassados nos três períodos .....	95
Tabela 4 – Faixa etária dos deputados cassados em 1964 e 1966.....	96
Tabela 5 – Adesão dos parlamentares à Arena ou ao MDB.....	115
Tabela 6 – Escolha partidária dos parlamentares após 1979.....	117
Tabela 7 – Escolha partidária após 1979 a partir de ARENA e MDB .....	118
Tabela 8 – Parlamentares com carreira política antes de 1962 por partido.....	121



## TABELA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária predominante entre os opositores do Golpe .....	89
Gráfico 2 – Faixa etária predominante entre os apoiadores do Golpe.....	90
Gráfico 3 – Porcentagem de deputados cassados nos três períodos .....	93
Gráfico 4 – Ocupações profissionais predominantes entre os deputados.....	100
Gráfico 5 – Formação superior e técnica entre os parlamentares.....	105
Gráfico 6 – Formação superior e técnica entre os parlamentares por partido .....	106
Gráfico 7 – Deputados por mesorregião.....	109
Gráfico 8 – Adesão dos parlamentares à ARENA ou ao MDB.....	114
Gráfico 9 – Parlamentares com carreiras políticas antes de 1962 .....	120
Gráfico 10 – Parlamentares com carreiras políticas após 1966 e 1968-69.....	122
Gráfico 11 – Parlamentares com carreira política após 1966 e 1968-69.....	123
Gráfico 12 – Deputados com mandatos antes de 1962 na Assembleia .....	126
Gráfico 13 – Deputados com mandatos na Assembleia antes de 1962 por partido.....	127
Gráfico 14 – Deputados com mandatos na Assembleia após 1966.....	128
Gráfico 15 – Deputados com mandatos na Assembleia após 1966 por partido .....	128
Gráfico 16 – Deputados que chegaram à Câmara Federal após 1966 .....	129
Gráfico 17 – Deputados que chegaram à Câmara Federal após 1966 por partido .....	130



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADP	Ação Democrática Popular
AI	Ato Institucional
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ARS	Aliança Republicana-Socialista
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
DCT	Departamento de Correios e Telégrafos
FD	Frente Democrática
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
LEC	Liga Eleitoral Católica
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MTR	Movimento Trabalhista Renovador
PCB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PL	Partido Libertador
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Popular
PR	Partido Republicano
PRL	Partido Republicano Liberal
PRP	Partido de Representação Popular
PRR	Partido Republicano Rio-grandense
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SUPRA	Superintendência da Reforma Agrária
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TCU	Tribunal de Contas da União
UDN	União Democrática Nacional
USB	União Social Brasileira



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	27
<b>2</b>	<b>EVENTO E ESTRUTURA: GUERRA FRIA, ANTICOMUNISMO E SISTEMA PARTIDÁRIO</b> .....	37
2.1	ANTICOMUNISMO NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL .....	38
<b>2.1.1</b>	<b>Anticomunismo e Catolicismo</b> .....	41
<b>2.1.2</b>	<b>Anticomunismo e Nacionalismo</b> .....	46
<b>2.1.3</b>	<b>Anticomunismo e Liberalismo</b> .....	49
2.2	SUJEITOS COLETIVOS: OS PARTIDOS POLÍTICOS.....	53
2.3	ANTICOMUNISMO NOS PROCESSOS ELEITORAIS DO RS .....	78
2.4	CONCLUSÃO.....	81
<b>3</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DA ELITE POLÍTICA GAÚCHA (1963-1966)</b> .....	85
3.1	FAIXA ETÁRIA .....	88
3.2	DEPUTADOS CASSADOS .....	92
<b>3.2.1</b>	<b>Faixa etária e carreira política dos deputados cassados</b> .....	95
3.3	OCUPAÇÃO PROFISSIONAL.....	98
3.4	NÍVEL DE ESCOLARIDADE .....	103
3.5	DISPERSÃO PARTIDÁRIA: DEPUTADOS POR MESORREGIÃO .....	107
3.6	ARENA OU MDB?.....	113
3.7	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA APÓS 1979: O FIM DO BIPARTIDARISMO .....	117
3.8	CARREIRAS POLÍTICAS .....	119
3.9	CONCLUSÃO.....	134
<b>4</b>	<b>ATUAÇÃO PARLAMENTAR: O COMBATE NO DOMÍNIO DO IMAGINÁRIO</b> .....	137
4.1	REPRESENTAÇÕES COMUNS A LIBERAL-CONSERVADORES E NACIONAL-REFORMISTAS .....	142
4.2	CONTRA A “AGITAÇÃO” E O COMUNISMO: OS ARGUMENTOS CONSERVADORES .....	143
4.3	POR UMA DEMOCRACIA AMPLIADA: OS ARGUMENTOS DOS NACIONAL-REFORMISTAS .....	150
4.4	OS DISCURSOS .....	157
<b>4.4.1</b>	<b>A Instalação da Legislatura</b> .....	157
<b>4.4.2</b>	<b>Emenda Bocaiúva Cunha no Congresso: todos pelas reformas?</b> .....	159
<b>4.4.3</b>	<b>Lacerda no Rio Grande do Sul</b> .....	162
<b>4.4.4</b>	<b>“Crise de autoridade”: a Revolta dos Sargentos</b> .....	166
<b>4.4.5</b>	<b>“Agora o presidencialismo não chega e querem o estado de sítio”</b> .....	170
<b>4.4.6</b>	<b>A denúncia de Plínio Cabral</b> .....	180
<b>4.4.7</b>	<b>O retorno aos trabalhos e o Comício da Central do Brasil</b> .....	195
<b>4.4.8</b>	<b>A Rebelião dos Marinheiros e Fuzileiros</b> .....	206
<b>4.4.9</b>	<b>O Golpe</b> .....	208
4.5	CONCLUSÃO.....	220
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	223
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	227



## 1 INTRODUÇÃO

Em 19 de junho de 2012, o jornalista Luiz Cláudio Cunha afirmava em artigo no *site* Sul21 que “um jovem mal informado ou desatento imaginaria que o Rio Grande do Sul perdeu um gigante, na quarta-feira (13), quando morreu o ex-governador gaúcho José Augusto Amaral de Souza”. Segundo o articulista, “no limite da fidalguia, uns e outros louvaram Amaral pelos adjetivos piedosos” que ocultavam “a rugosidade natural do último governador indicado pela ditadura”. Para Cunha,

os sete sucessores de Amaral de Souza que alcançaram pelo voto popular o palácio que Amaral ocupou sem nenhum voto do eleitor gaúcho não cometeriam a deselegância de admitir publicamente o que muitos deles reconhecem mas ninguém diz: Amaral de Souza conseguiu ser a figura mais medíocre da safra dos quatro apagados governadores indiretos<sup>1</sup>.

Entretanto, a explicação para Amaralzinho – diminutivo com o qual Amaral de Souza ganhou notoriedade – ter chegado tão longe talvez esteja no fato de o mesmo pertencer a um perfil de político valorizado, principalmente após o início da Ditadura Civil-Militar, que teve no Golpe de 1964 seu ato de fundação. Amaral de Souza possuía formação superior, era advogado; com carreira política desde 1960, quando assumiu o cargo de vereador em Palmeira das Missões, integrando as fileiras do Partido Social Democrático (PSD), um dos partidos vitoriosos do Golpe Civil-Militar de 1964 no Rio Grande do Sul. Além de tudo isso, Amaral de Souza “deu sua tacada certa”, como disse Luiz Cláudio Cunha, apoiando o referido Golpe, justificando-o e legitimando-o através de seus discursos na Assembleia Legislativa. Não foi à toa que recebeu o seu quinhão, sendo indicado para o cargo de Governador de seu estado.

Amaral de Souza, no entanto, não é o personagem central da presente dissertação. Ele é um entre tantos políticos que apoiaram o Golpe de 1964 e foram recompensados por isso. Obviamente, essa relação não é automática e o sucesso político dependeu de muitos fatores, mas é possível afirmar, com certeza, que diversos apoiadores do Golpe gozaram de sucesso na vida pública nos anos que se seguiram a 1964. Em nossa pesquisa, que delimitou um grupo de 61 parlamentares eleitos em 1962 para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, os exemplos são muitos: Nelson Marchezan, Octávio Germano, Alberto Hoffmann, Paulo Brossard e Synval Guazzelli. Isso apenas para citar um deputado de cada partido que

---

<sup>1</sup> CUNHA, Luiz Cláudio. Amaral de Souza (1929-2012): As verrugas da mal contada história da ditadura, **Sul21**, 19 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/amaral-de-souza-1929-2012-as-verrugas-da-historia-mal-contada-da-ditadura/>>. Acesso em: 19 jun. 2012.

compunha a coligação da Ação Democrática Popular (ADP), que corresponde aos partidos que apoiaram o Golpe.

Consideramos, portanto, que os meses de março e abril de 1964 simbolizaram a entrada do Brasil em um período obscuro de nossa História, e, mesmo assim, fundamental para entendê-la. Ainda hoje, mais de 50 anos depois do Golpe Civil-Militar, muitas pesquisas, relatos e memórias se somam na busca de explicações e respostas para os mais de 20 anos de Ditadura. Obviamente, os dias de março e abril, a que nos referimos, são somente indícios de um processo muito maior e tanto o Golpe quanto a própria Ditadura são a expressão da vontade e dos interesses de uma parcela da população brasileira.

Obras como a de René Dreifuss (1981) já demonstraram que o apoio de grupos civis foi determinante para a desestabilização do governo de João Goulart e para a conspiração que culminou com o processo golpista. Considerando tais aspectos, a pesquisa aqui apresentada tem como tema o apoio e a rejeição ao Golpe de 1964 na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Especificamente, buscamos entender como se estabeleceram as disputas no interior do Parlamento Sul-Rio-Grandense e explicar o apoio prestado ao Golpe por alguns dos parlamentares. Temos, portanto, como sujeitos da pesquisa, o grupo de deputados eleitos no ano de 1962 e que, por conta disso, estava em exercício de seus mandatos em 1964.

Nossa pesquisa está centrada na análise das posições tomadas por alguns membros do Parlamento Gaúcho em relação ao Golpe de 1964, especialmente o PSD, a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Libertador (PL), o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido de Representação Popular (PRP). Consideramos que a ação política não pode ser entendida somente através da observação de um dos lados da disputa, por conta disso, os deputados filiados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e aos partidos que não estavam alinhados nem ao bloco petebista, nem ao bloco formado pelos partidos conservadores, porém, com representação na Assembleia<sup>2</sup>, também serão objetos dessa pesquisa.

Sabemos que o momento vivido pelo Brasil no início da década de 1960 era de forte polarização e tensão em torno de agendas políticas, econômicas e sociais antagônicas. Isso acaba sendo um facilitador para a pesquisa histórica, pois, pautas como as reformas de base e o anticomunismo eram constantemente abordadas nas manifestações dos parlamentares. Tais manifestações resultaram na formulação e manipulação de imaginários<sup>3</sup>; e a propagação

---

<sup>2</sup> Além dos partidos citados, o Movimento Trabalhista Renovador (MTR) e a Aliança Republicana Socialista (ARS) – essa última formada por uma coligação entre o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Republicano (PR) – possuíam deputados na Assembleia.

<sup>3</sup> Tomamos por base aqui obras como: BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et al. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985; PESAVENTO, Sandra. Em busca de

desses imaginários também é objeto de nossa pesquisa, tendo em vista que esses contribuíram para justificar as escolhas e ações dos deputados, inclusive a defesa do Golpe.

Ainda que o ambiente da Assembleia seja um delimitador para o tema proposto, também nos atemos a outros aspectos da política. Considerando que “o campo do político não tem fronteiras fixas” (RÉMOND, 2003, p. 443), analisamos alguns aspectos das trajetórias individuais desses deputados e traçamos um padrão geral para os dois grupos: apoiadores e opositores do Golpe. Em uma observação parcial, é possível atribuir o apoio ou não ao Golpe Civil-Militar à filiação partidária ou ideológica dos parlamentares analisados. No entanto, pensamos que o campo da política não se dá somente na institucionalidade, mas também na relação com outros campos da História. Essa concepção de história política<sup>4</sup> nos levou a crer que outros elementos contidos nas biografias dos deputados tenham influência na tomada de posição frente ao Golpe.

Em resumo, tentamos responder qual a relação entre o perfil de cada grupo e sua posição frente ao movimento golpista para além das filiações partidárias. Temos por objetivos, portanto, analisar as posições políticas tomadas pelos membros da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul frente ao processo político vivido pelo Brasil na década de 1960, especialmente em relação ao Golpe de 1964, evidenciando o caráter civil de sua sustentação. Para isso procuramos traçar um perfil geral dos parlamentares da Legislatura eleita para o Parlamento Gaúcho, em 1962 e, a partir daí, comparamos os dois grupos que se formaram no apoio e rejeição ao Golpe. Com isso foi possível, também, demonstrar como as posições tomadas em relação ao movimento golpista interferiram nas trajetórias políticas dos parlamentares. Por último, analisamos também a disputa no domínio do imaginário no Legislativo Sul-Rio-Grandense, apresentando como foi sustentado e legitimado o Golpe Civil-Militar, bem como de que forma ele foi atacado e deslegitimado.

A justificativa para a pesquisa aqui apresentada tem duas conotações complementares. Primeiramente, devemos considerar que ainda há uma carência de estudos relacionados à participação de civis no processo golpista e na Ditadura. Ainda que a participação de civis no Golpe de 1964 seja evidenciada por Dreifuss (1981) e acolhida por outros historiadores de destaque, além de por boa parte da historiografia recente, isso não se reflete na produção de

---

uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

<sup>4</sup> Aqui nos baseamos na renovação da história política, exposta e debatida em: RÉMOND, René. Do político. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 441-450.

monografias, dissertações e teses, principalmente para o caso do Rio Grande do Sul<sup>5</sup>. Dessa forma, essa pesquisa se insere na tentativa de ajudar a preencher parte desse vazio historiográfico. Ainda considerando os aspectos acadêmicos, cremos ser necessário contribuir para o uso crítico do conceito civil-militar. Tal conceito vem sendo utilizado por uma recente historiografia revisionista que, segundo Toledo, vê “todos os agentes relevantes do processo político [...] comprometidos com o *golpismo*” (2004b, p. 34, grifo do autor). Entre os principais representantes do revisionismo está Reis Filho, que em textos recentes<sup>6</sup> tem buscado simplificar o apoio dos civis. Reproduzindo as justificativas golpistas, o historiador carioca afirma que a sociedade apoiou o Golpe e a Ditadura, incorrendo no erro de considerar essa sociedade como um corpo homogêneo e coerente.

Amparados na produção de outros historiadores como Toledo (2004b) e Demian Bezerra de Melo (2012), que se contrapõem a onda revisionista, pensamos ser necessário que se recupere a complexidade do conceito civil-militar. Sendo assim, essa pesquisa se justifica também por sua abordagem teórica e metodológica, pois, à luz da nova história política, a análise do perfil dos parlamentares pode nos mostrar a que parcela da sociedade eles e suas escolhas estavam representando. Tendo isso claro, podemos perceber, então, quais civis apoiaram o Golpe e quais civis se opuseram a ele.

Em segundo lugar, essa pesquisa se justifica pela necessidade da História dar explicações sobre o passado às perguntas formuladas no presente e do historiador dar contribuições à sociedade em que está inserido. Como bem lembrou Marc Bloch “o presente e o passado se interpenetram” (2001, p. 65); com essa frase o historiador francês ressalta a importância de compreender o presente pelo passado, como também compreender o passado pelo presente. Precisamos do esclarecimento recíproco do passado e do presente para entender como se estabeleceu a Ditadura e para evidenciar os resquícios que ainda acompanham nosso sistema político, nossa visão sobre educação, sobre segurança pública, etc. A pesquisa histórica também deve se prestar a levantar debates sobre essas heranças que ainda prendem o Brasil aos 21 anos de tortura, autoritarismo e terror promovido pelo Estado.

Nosso trabalho está, ainda, intimamente relacionado à Linha de Pesquisa Fronteira, Política e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), principalmente porque essa pesquisa contém uma concepção do

---

<sup>5</sup> Em uma consulta preliminar aos bancos de teses e dissertações dos principais Programas de Pós-graduação em História do Rio Grande do Sul, ainda encontramos poucas produções relacionadas ao tema.

<sup>6</sup> Entre as produções do historiador que podem ser mencionadas está REIS FILHO, Daniel Aarão. A ditadura civil-militar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 mar. 2012. Disponível em: <[oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2012/03/31/a-ditadura-civil-militar-438355.asp](http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2012/03/31/a-ditadura-civil-militar-438355.asp)>. Acesso em: 28 fev. 2014.

político e da história política como realidade que não se configura enquanto um domínio isolado, pois “tem margens e comunica-se com a maioria dos outros domínios” (RÉMOND, 2003, p. 444); é um campo que se relaciona com os outros que formam a História, podendo ser determinante ao mesmo tempo em que é determinado (FALCON, 1997); nem mantendo o resto sob sua dependência, nem sendo um simples produto do econômico e do social. Portanto, não podemos entender a posição política dos deputados no contexto golpista de 1964 somente pela institucionalidade partidária, sem levar em consideração os aspectos sociais que se relacionam a essa posição. É nessa relação entre política e sociedade – analisando as relações de poder na sociedade global – que cremos ser possível ajudar a resolver “o problema da natureza social do poder político” (JULLIARD, 1976, p. 191).

Assim, a perspectiva teórica da presente pesquisa está relacionada a momentos recentes da historiografia, principalmente à retomada de perspectivas que até as décadas de 1970 e 1980 se encontravam afastadas dos principais interesses da maioria dos historiadores. Trata-se, aqui, do retorno aos estudos sobre história política, bem como à preocupação com as trajetórias individuais ou de pequenas coletividades em detrimento dos modelos generalistas. Frente à hegemonia da história social e econômica da primeira metade do século XX, alguns historiadores – entre eles René Rémond, Jean-François Sirinelli, Serge Berstein e Jacques Julliard –, buscaram formas de retomar os estudos na área da história política.

As preocupações inerentes à retomada da História Política não estavam relacionadas somente à tentativa de mostrar que a dimensão do político se configura como parte constitutiva do real – juntamente com as dimensões do social, do cultural e do econômico. Estava relacionada, também, a uma preocupação em absorver as contribuições feitas pelos *Annales*, como a necessidade de uma história-problema<sup>7</sup>. Além disso, era centro da reflexão o afastamento da história política produzida no século XIX. Sendo assim, tornou-se necessário que se pensasse o político como uma dimensão que está além dos aspectos institucionais; que vai além de atos isolados de alguns (poucos) homens.

No campo historiográfico, é possível dizer que “a palavra ‘poder’ rege os caminhos internos da história política” (BARROS, 2009, p. 149) e essa regência não está restrita as novas abordagens, estando o poder vinculado a qualquer modalidade de história política. No entanto, ainda que diversas questões relacionadas ao poder – como sua legitimação – não sejam completamente novas no campo historiográfico, as maneiras como elas são abordadas

---

<sup>7</sup> “Não há razão alguma [...] para que a revolução que conheceram, a partir de 1930, os outros ramos da História, em sua metodologia e em sua divisão por períodos, não se estenda à história política” (JULLIARD, 1976, p. 190).

atualmente pela história política se tornaram possíveis, somente, devido a “um conjunto de profundas mutações e disputas que se deram no interior da palavra ‘poder’” (BARROS, 2009, p. 149). Essa concepção expandida do poder passou a considerar que ele não estava somente centrado no Estado ou a serviço da classe dominante, mas que se encontra em praticamente todos os lugares, sendo exercido na vida cotidiana, através das palavras ou das imagens.

Somente quando passaram a perceber que o poder não se encontra exclusivamente no aparelho estatal sob a forma de repressão que os historiadores do político se voltaram para o estudo dos discursos e das representações. Segundo Barros, esses historiadores

compreendiam agora, concomitantemente à descoberta de novas possibilidades de objetos de estudo, que o Poder não está necessariamente onde se anuncia, de que esse mesmo poder pode se esconder nas palavras, nas tecnologias de poder relacionadas com a construção de “discursos”, na elaboração de diversificados “sistemas de representações”, na “simbologia política”, no “teatro do poder”, no uso de “imagens” de diversos tipos por governantes e por governados, pelos homens nas suas relações de força (BARROS, 2009, p. 152).

Foi através da apropriação dessas questões que o estudo do político deixou de compreender, portanto, somente a vida dos governantes ou os regimes de governo, além de noções gerais sobre a legitimidade – o que pode ser definido como história política tradicional (SÊGA, 2002) – para abordar as “representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder” (FALCON, 1997, p. 76).

Dentre as novas formas de se abordar os fenômenos políticos, está o exercício do poder através do combate no domínio do imaginário, no campo da imaginação social. Segundo Bronislaw Baczko (1985), as ciências humanas demonstraram que o poder e, mais especificamente, o poder político, está rodeado de representações coletivas, portanto, “para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico” (p. 297). Dessa forma, o imaginário está intrinsecamente ligado ao exercício do poder, estando principalmente vinculado a sua legitimação.

Os estudos envolvendo o imaginário têm a tendência, também, a tratá-lo como constituinte da realidade e não mais um empecilho para a análise dessa realidade. Nas palavras de Baczko, ele “é cada vez menos considerado como uma espécie de ornamento de uma vida material considerada como a única ‘real’” (Ibid., p. 298). O que os historiadores do político tentam demonstrar atualmente é o quanto o imaginário age e interfere nessa vida que antes era considerada como a única “real”. Argumenta o historiador polonês que as

representações que compõem o imaginário possuem capacidade de mobilizar para ações e práticas.

Além do caráter motivacional, o imaginário abriga um grande número de “funções”:

[...] através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; [...] exprime e impõe crenças comuns; [...]. Assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade [...]. Porém, designar a identidade coletiva corresponde, do mesmo passo, a delimitar o seu ‘território’ e as suas relações com o meio ambiente e, designadamente, com os ‘outros’; e corresponde ainda a formar as imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados, etc. (BACZKO, 1985, p. 309).

O imaginário também é “uma das respostas que [uma coletividade] dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais” (BACZKO, 1985, p. 309). Desta forma, podemos ver o quanto o ele pode funcionar como uma das forças reguladoras da sociedade: identificando inimigos, validando objetivos, legitimando ações, etc. Considerando esse potencial, é compreensível que a disputa política e pelo poder se dê, também, no domínio do imaginário. Ao mesmo tempo, “ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais” (Ibid., p. 310). É necessário, então, que cada força em disputa se apodere da imaginação social, inculcando no terreno que está sendo disputado o seu imaginário. Na presente pesquisa tentamos mostrar como se deu a disputa pela imaginação social e como os deputados da Assembleia Legislativa sul-rio-grandense formularam e manipularam imaginários em seus discursos e comunicações, buscando assim legitimar o poder que estava se constituindo após o Golpe Civil-Militar de 1964.

Outra perspectiva que acompanha esse projeto está relacionada ao que se pode chamar de história das elites. O conceito de elites foi retomado nos anos 1970 com o objetivo “de melhor dar conta das realidades das sociedades contemporâneas cuja diferenciação poderia dificilmente ser percebida através apenas do estudo de grupos definidos unicamente pelas relações de produção” (HEINZ, 2006, p. 8). Dessa forma, o uso do termo permitiria uma visão mais complexa da realidade social, rompendo com modelos mecanicistas e deterministas presentes em análises generalistas. Para Heinz, a “apropriação da noção de elite pelos historiadores permitiria assim dar conta, através de uma microanálise dos grupos sociais, da diversidade, das relações e das trajetórias do mundo social”. Seria possível, portanto, fazer uma “análise mais ‘fina’ dos atores situados no topo da hierarquia social, [da] complexidade de suas relações e de seus laços objetivos com o conjunto ou com setores da sociedade” (Ibid., p. 8).

Para o autor, a “noção de elite [...], diz respeito [...] à percepção social que os diferentes atores têm acerca das condições desiguais dadas aos indivíduos no desempenho de seus papéis sociais e políticos”. O termo tem sido usado para o estudo de “grupos de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros”. Em um sentido amplo, faz referência aos “grupos que parecem ocupar o ‘topo’ de ‘estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos’”. Em resumo, as “elites são definidas pela detenção de um certo poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual”. Assim sendo, “o estudo das elites seria um meio para determinar ‘quais são os espaços e mecanismos para o acesso às posições dominantes’” (HEINZ, 2006, p. 7).

A partir dessas definições, consideramos que os membros da Legislatura, eleita em 1962, faziam parte de uma elite política do Rio Grande do Sul, pois esses ocupavam e se mantinham em posições-chave na sociedade, além de possuírem certo poder, influência e privilégios que não estavam acessíveis para a totalidade dos indivíduos. Portanto, através de um estudo desse grupo de políticos sul-rio-grandenses podemos expor uma gama maior de explicações para suas ações e, no caso específico do presente trabalho, também para suas posições frente ao Golpe Civil-Militar de 1964. Além disso, esse estudo nos possibilita dar explicações sobre quais seriam os já referidos espaços e mecanismos que permitiriam o acesso de alguns desses parlamentares à posição de elite política.

Inicialmente, as fontes utilizadas para realização dessa pesquisa são as fichas parlamentares, encontrados no Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. Além dessas fichas também são usados necrológios consultados em jornais de circulação estadual – *Correio do Povo* e *Zero Hora* – e verbetes presentes no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, que pode ser acessado *online*. Essas fontes servem para o estudo prosopográfico. A prosopografia, também chamada de método das biografias coletivas, nos permite uma análise mais complexa dos sujeitos históricos que são objetos da pesquisa, além de estar relacionada ao estudo de elites.

Essa metodologia se configura como a principal para o estudo de elites, pois, segundo Andrius Noronha (2011), contribui para o estudo mais completo de suas dinâmicas. O uso da prosopografia se inscreve, segundo Christophe Charle principalmente a partir dos anos 1970, em um momento de “declínio associado aos métodos estatísticos globais” (2006, p. 43). Está vinculada, portanto, a uma maior preocupação com as experiências individuais e as trajetórias sociais. Como coloca Noronha,

O procedimento objetiva uma análise social de grupos pertencentes a momentos e lugares determinados, constituídos por atores coletivos através de uma pluralidade de variáveis pelas quais uma pessoa pode ser classificada: sexo, idade, lugar de nascimento, formação educacional, família, trajetória profissional, riqueza, etc. (NORONHA, 2012, p. 26).

Esse procedimento serve, então, à descrição das dinâmicas sociais, privadas, públicas, culturais, ideológicas ou políticas do grupo delimitado (CHARLE, 2006). Assim, esse método ajuda na elaboração de perfis sociais de grupos, categorias profissionais e outras coletividades, “dando destaque aos mecanismos coletivos – de recrutamento, seleção e reprodução social – que caracterizam as trajetórias sociais (e estratégias de carreira) dos indivíduos” (HEINZ, 2006, p. 9).

As fichas parlamentares e os verbetes do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* são de grande ajuda para a realização da prosopografia, pois apresentam dados referentes à vida dos personagens estudados, tais como: nome, local de nascimento, data de nascimento e falecimento, partido político, cargos ocupados na vida política, etc. Especialmente os dicionários biográficos são destacados por Noronha (2011) como fontes largamente utilizadas no método prosopográfico.

Além dessas, jornais e periódicos de circulação estadual são outro tipo de fonte que utilizamos para a pesquisa prosopográfica. Segundo o autor, o uso de jornais se constitui como peça estratégica para a abordagem da vida social das elites, permitindo, assim, compor os elementos necessários para a produção das biografias coletivas: “as pesquisas com enfoque metodológico apoiado na prosopografia utilizam largamente os jornais e periódicos que circulavam no espaço geográfico e histórico que é objeto de estudo” (Ibid., p. 108). Nos jornais podemos encontrar necrológicos, nos quais são feitas pequenas biografias dos recém-mortos, expondo aspectos gerais de suas trajetórias.

Em um segundo momento, utilizamos como fontes os Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul dos anos de 1963 e 1964. Utilizamos o registro das sessões da Legislatura eleita em 1962 para encontrar os aspectos da disputa política e da formação e propagação de imaginários. Nessa parte da pesquisa a metodologia empregada é a análise de conteúdo qualitativa. Segundo Roque Moraes, essa metodologia tem sido cada vez mais empregada em fontes qualitativas, como é o caso das fontes propostas para a segunda parte dessa pesquisa. A análise de conteúdo seria, portanto, uma “técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documento” (1999, p. 9), também definida como “a interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados” (Ibid., p. 11).

Entretanto, essa interpretação não vem despida de um contexto, sendo que o mesmo deve ser levado em conta: “Embora os dados estejam expressos diretamente no texto, o contexto precisa ser reconstruído pelo pesquisador” (MORAES, 1999, p. 12). No caso da presente pesquisa, a análise de conteúdo está direcionada, principalmente, para as características da mensagem, das palavras, argumentos e ideias expressos no texto, mas também buscando uma exploração de caráter subjetivo para além do que está escrito, procurando captar sentidos implícitos.

Foi a partir da referida metodologia que escolhemos o título do presente trabalho: “E o que é mais importante, está salvo o Brasil!”. Trata-se do trecho de um discurso do deputado Pedro Simon, proferido em 2 de abril de 1964. Simon, que fez oposição ao Golpe e à Ditadura, ironiza, nesse trecho, o principal argumento golpista: o de que o Brasil havia sido salvo da corrupção e do comunismo pela coalisão civil-militar que conspirou contra João Goulart, depôs o presidente e iniciou a Ditadura. Dessa forma, ainda que a frase utilizada como título não tenha sido proferida por um deputado apoiador do Golpe, ela sintetiza boa parte dos argumentos construídos para que fosse feita a legitimação do mesmo, elementos que serão analisados no Capítulo 4 dessa Dissertação.

A pesquisa está apresentada em três capítulos principais, salvo a Introdução e a Conclusão. No Capítulo 2, são abordadas questões referentes à estrutura e à conjuntura nas quais está inserido o Golpe Civil-Militar de 1964. Dessa forma, são abordados no primeiro capítulo temas referentes à Guerra Fria, ao Anticomunismo e ao Sistema Partidário brasileiro e gaúcho. No Capítulo 3, é apresentado o resultado do estudo prosopográfico: o perfil geral dos parlamentares da Assembleia, bem como o perfil de cada um dos grupos que se formou após o Golpe, apoiadores e opositores. Apresentamos no Capítulo 3, portanto, dados sobre a faixa etária predominante entre os parlamentares; dados sobre os parlamentares cassados; sobre as regiões mais representadas na Assembleia e por cada partido, etc. Esse capítulo conta, também, com a exposição do perfil de cada partido na Assembleia, o que permitiu a comparação com a caracterização dos mesmos em outros estudos ou em âmbito nacional. Já no Capítulo 4, é apresentada a disputa política no domínio do imaginário. Apresentamos, então, como se posicionou a maioria dos parlamentares na Assembleia através de seus discursos; também procuramos vincular cada parlamentar ao perfil que representava no Parlamento Gaúcho, assim como evidenciamos o quanto as escolhas políticas de cada um refletiram em suas carreiras.

## 2 EVENTO E ESTRUTURA: GUERRA FRIA, ANTICOMUNISMO E SISTEMA PARTIDÁRIO

Uma análise do perfil dos deputados gaúchos e sua atuação frente ao Golpe de 1964 que esteja centrada unicamente no movimento golpista seria inconsistente ou até mesmo incompleta. Isso porque, como nos lembra Reinhart Koselleck (2006), os eventos precisam ser estruturados. Dessa forma, o Golpe Civil-Militar brasileiro precisa ser compreendido e estudado a partir de algumas estruturas que lhe dão sentido e das quais ele permite a apreensão, pois, “ambos os níveis, o das estruturas e dos eventos, remetem um ao outro, sem que um se dissolva no outro” (Ibid., p. 137). Sendo assim, o Golpe Civil-Militar faz parte dos fenômenos que estão vinculados ao “Breve Século XX” que, segundo Eric Hobsbawm (1995), foi profundamente marcado pelo impacto da Revolução Russa de 1917, e que opôs capitalismo e socialismo como alternativas mutuamente excludentes.

Atrelado à dinâmica do século XX se encontram outros dois fenômenos que estão intrinsecamente relacionados: a Guerra Fria e o anticomunismo. A primeira foi “um dos fenômenos mais importantes e polêmicos da História Contemporânea, marcado que foi [...] pelo confronto ideológico do século” (VIZENTINI, 2000, p. 197). Segundo Motta (2000), principalmente após a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria exacerbou a polarização entre capitalismo e socialismo iniciada em 1917 tendo a América Latina como um de seus cenários principais após a Revolução Cubana de 1959. Vizentini afirma que “as origens imediatas da Guerra Fria encontram-se, em grande parte, nas divergências entre os aliados ocidentais e os soviéticos acerca da ordem pós-guerra” (VIZENTINI, 2000, p.198), especialmente no questionamento aos resultados da Conferência de Yalta, que garantiam que os países limítrofes à URSS não teriam governos antissoviéticos.

A existência de uma “opinião pública mundial marcada pelo espírito de Yalta, pelo antifascismo e pelo pacifismo” atrasava a implementação da Guerra Fria. Devido a isso foi necessário “lançar mão de poderosos mitos e imagens” como “a ‘ameaça soviética e a ‘defesa do mundo livre” (Ibid., p. 202). Ainda que existissem “certas formas históricas e maniqueístas”, a Guerra Fria possuía “racionalidade cristalina”, pois permitia aos EUA “manter o controle político e a primazia econômica tanto sobre seus aliados industriais europeus, como sobre a periferia subdesenvolvida”. Dessa forma, Washington “obtinha unidade do mundo capitalista e orientava-a contra a URSS e os movimentos de esquerda nacionalistas” (Ibid., p. 204).

Já o anticomunismo é colocado por Rodrigo Patto Sá Motta (2000) como central para entender os acontecimentos mundiais do século XX e, ainda que, segundo o autor, tenha surgido após a Revolução Bolchevique de 1917, serviu, segundo Hobsbawm, como catalisador para a Guerra Fria, passando o conflito “do reino da razão para o da emoção” (1995, p. 231). Foi pela centralidade da disputa entre socialismo e capitalismo durante o século XX, acirrado após o início da Guerra Fria, que o anticomunismo “se configurou como um fenômeno estrutural” (MOTTA, 2000, p. 342) e foi o principal argumento político para legitimar dois momentos de rompimento democrático no Brasil: o Golpe do Estado Novo, em 1937, e o Golpe Civil-Militar de 1964, tema central em nosso trabalho.

Por essas razões, esse capítulo pretende expor questões referentes a aspectos estruturais e conjunturais que dão sentido ao Golpe de 1964 e aos quais ele confere significado (LAMEIRA, 2012), pois só o esclarecimento recíproco dos eventos pelas estruturas e vice-versa nos permite apreender o caráter processual da História (KOSELLECK, 2006). Serão abordados nesse capítulo aspectos do anticomunismo no Brasil e no Rio Grande do Sul, assim como questões referentes ao sistema partidário existente nos anos entre 1945 e 1964, tanto em âmbito estadual quanto federal.

## 2.1 ANTICOMUNISMO NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

Como mencionado anteriormente, Hobsbawm trata o anticomunismo como uma questão de grande importância para o desenvolvimento e perpetuação da Guerra Fria. O historiador britânico faz duas considerações que chamam mais atenção sobre o fenômeno nos EUA: por um lado trata o anticomunismo como estratégia manipulatória em campanhas eleitorais, além de um grande ponto de barganha nas negociações do presidente estadunidense com o Congresso; por outro, não nega a autenticidade do sentimento anticomunista entre a população, considerando-o “genuína e visceralmente popular num país construído sobre o individualismo e a empresa privada, e onde a própria nação se definia em termos exclusivamente ideológicos” (1995, p. 232). Esses e muitos outros aspectos do anticomunismo estão contemplados em obra de Rodrigo Patto Sá Motta (2000), que aborda o anticomunismo no Brasil, desde seus primórdios até o Golpe de 1964.

A tese de Motta, assim como as obras de Carla Rodeghero (1998) e de Rafael Lameira (2012)<sup>8</sup> são a base para a produção desse capítulo. O primeiro, por tratar do anticomunismo

---

<sup>8</sup> Ainda que o objeto de estudo de Lameira (2012) seja o Golpe Civil-Militar, o autor possui um capítulo sobre o anticomunismo no Rio Grande do Sul, no qual relata momentos em que o anticomunismo se fez sentir mais

no Brasil de maneira geral a partir de pesquisa na grande imprensa de Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, bem como publicações anticomunistas. Os outros dois autores por abordarem o fenômeno no Rio Grande do Sul, sendo que utilizam como fonte a imprensa. A historiadora foca sua análise em órgãos da imprensa católica: o boletim da arquidiocese de Porto Alegre, *Unitas*; o *Jornal do Dia*, de Porto Alegre; e o *Correio Riograndense*, de Caxias do Sul. Já Rafael Lameira utiliza o jornal *Correio do Povo*, importante periódico do período, de circulação estadual.

Inicialmente podemos definir, a partir desses autores, o conceito de anticomunismo. Rodeghero usa a definição proposta por Luciano Bonet, que entende “o anticomunismo como um conjunto de ideias, de representações e de práticas de oposição sistemática ao comunismo” (1998, p. 22). Dessa forma, “anticomunistas seriam indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação. A base de sua atuação estaria centrada, portanto, numa atitude de recusa militante do projeto comunista” (MOTTA, 2000, p. 4). Essa definição é ampla o suficiente para dar conta de todos os tipos de anticomunismo, pois apesar de compartilharem a postura de negação ao comunismo, a grande marca dos anticomunistas era a heterogeneidade em relação aos projetos que defendiam. Segundo Motta, “no interior do amplo arco que compõe o anticomunismo podem ser encontrados projetos tão díspares quanto o fascismo e o socialismo democrático” (Ibid., p. 4). O autor defende que essa grande diferença de projetos resultava na dificuldade de ação conjunta entre os diferentes grupos anticomunistas, essa só aconteceria em momentos críticos.

Fato é que apesar da heterogeneidade dos anticomunistas, o anticomunismo é uma das chaves para compreensão do mundo contemporâneo, ocupando posição de “elemento destacado na dinâmica política, cultural e nas relações internacionais” (Ibid., p. 5). Motta parece concordar com Hobsbawm, ao colocar os Estados Unidos como a “principal fortaleza anticomunista” devido a compromissos ideológicos, aos quais o autor acrescenta compromissos geoestratégicos e econômicos (Ibid., p. 6).

No entanto, ainda que os EUA tenham se configurado como grande centro do anticomunismo internacional, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, não havia, nacionalmente, uma reprodução pura e simples dos modelos estrangeiros. Sem dúvida os anticomunistas brasileiros sofriam influência dos anticomunistas de outros países – nas décadas de 1920 e 1930, os franceses e, após a Segunda Guerra, os estadunidenses – mas “a

---

profundamente na sociedade gaúcha, através de protestos ou de discursos do arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer. Além disso, assim como defendemos nesse trabalho, Lameira também reconhece a importância do anticomunismo para o Golpe de 1964.

recepção das construções discursivas e imagéticas anticomunistas se fazia de forma algo seletiva: algumas ideias eram mais bem recebidas que outras e, portanto, eram mais enfatizadas” (MOTTA, 2000, p. 17). Além disso, existiam elaborações puramente nacionais, como as representações sobre a Insurreição Comunista de 1935.

O que é preciso enfatizar nesse ponto é que o desejo de combate ao comunismo não era um sentimento externo, importado para o Brasil devido à vontade das potências estrangeiras. Como defende Motta, “os setores dominantes locais não atuavam de forma meramente passiva” e “em muitos casos, o apoio externo era considerado não apenas bem-vindo, mas podia ser também solicitado” (Ibid., p. 18). Dessa forma o autor situa o início do anticomunismo no Brasil já em 1917, nas reações da imprensa à Revolução Russa. No entanto, o seu recrudescimento aconteceu mais tarde, na década de 1930, com o crescimento do Partido Comunista do Brasil (PCB). Essa mudança de quadro resultou no que Motta chama de “ondas anticomunistas” (Ibid., p. 7): o período que vai do levante comunista de 1935 ao Golpe do Estado Novo, em 1937; o início da Guerra Fria, mais detidamente entre os anos 1946 e 1950; e, por fim, a crise que levou ao Golpe Civil-Militar, entre os anos 1961 e 1964.

É importante ressaltar também o aspecto duplo das motivações anticomunistas, não sendo possível fixarmo-nos somente no aspecto oportunista e manipulatório que, é claro, também existia. Como expõe Motta, o anticomunismo e suas motivações resultaram “da intrincada mistura entre instrumentalização (ou manipulação) e convicção” (Ibid., p. 10). Ou seja, da mesma forma que existiram grupos ou indivíduos que usufruíram do anticomunismo para obter ganhos eleitorais, de prestígio ou até pecuniários, houve aqueles que sinceramente acreditavam no risco do comunismo. O fato é que tanto um grupo quanto outro mobilizaram-se através de representações e ações, que “não devem ser entendidas num viés dicotômico” (Ibid., p. 11).

Portanto, como já referido, no período que vai da Revolução Russa até 1930 o comunismo era encarado como ameaça remota, relacionada à Europa, que pouco tinha a ver com os problemas nacionais. Foi nesse período que se estabeleceu a formulação que seria retomada nos momentos críticos, do comunismo como ideia estrangeira, alienígena, como uma “planta exótica” (Ibid., p. 53). Mesmo que existisse o temor de atividades revolucionárias, “o empenho neste período foi modesto, se comparamos com o que veio depois, principalmente após 1935” (MOTTA, 2000, p. 22).

A questão passa a ser abordada de maneira mais séria após o movimento de 1930. As diferenças na gestão do governo provisório de Vargas – bastante intervencionista – em comparação com o liberalismo experimentado até então geraram acusações de comunismo

(Ibid., p. 25). Mas segundo Motta, além do governo estatista, no Brasil pós-1930 as propostas comunistas começaram a ganhar mais adeptos na sociedade, algo que pode ser exemplificado com a adesão de Luiz Carlos Prestes ao marxismo-leninismo, em maio de 1930. Foi assim que, “na medida em que se aumentou o temor ao comunismo, o campo de atuação anticomunista também se alargou” (Ibid., p. 26). Esse temor e o anticomunismo encontraram momentos de radicalização e cresceram nas duas principais ondas anticomunistas que são objeto de análise no trabalho de Motta, a onda de 1935-37 e a onda de 1961-64.

Durante sua trajetória no Brasil, o anticomunismo se estabeleceu sobre algumas bases doutrinárias, que Motta classifica como “matrizes do anticomunismo”. Já foi referido que a heterogeneidade era uma marca entre os anticomunistas, já que os projetos defendidos pelos mesmos eram variados, ocupando o espectro ideológico da direita à esquerda. Por isso, Motta afirma que “talvez fosse mais adequado falar em anticomunismos” (Ibid., p. 32). Cabe a ressalva de que o anticomunismo de esquerda no Brasil foi pouco verificado, se comparado com Europa e EUA, entretanto, mesmo que pouco frequente, é possível encontrar manifestações anticomunistas de membros do PTB ou outros partidos de esquerda, como o PSB. Um exemplo é o caso em que deputados estaduais gaúchos mandaram um telegrama ao presidente Jânio Quadros, colocando-se contra o retorno à legalidade do Partido Comunista. Esse telegrama foi assinado por diversos deputados, dentre os quais muitos eram trabalhistas (LAMEIRA, 2012).

Mas, voltando ao colocado por Motta, no Brasil o anticomunismo ficou marcado, principalmente após o Estado Novo, como uma doutrina de grupos reacionários e conservadores. Segundo o autor, “o atraso social e o quadro de pobreza eram imensamente piores, tornando constrangedora a situação de se opor e combater efetivamente o projeto comunista”, pois, “na maioria das vezes, uma tal posição implicava em associar sua imagem à das forças de direita, defensoras da manutenção do *status quo*” (MOTTA, 2000, p. 34). A partir dessas considerações o autor define três matrizes principais do anticomunismo no Brasil: o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo. Ainda que estejam separadas pelo autor em seu texto, obviamente no processo histórico essas bases apareciam combinadas.

### **2.1.1 Anticomunismo e Catolicismo**

O anticomunismo católico é o assunto principal da já referida obra de Carla Rodeghero, na qual a autora afirma que essa forma de anticomunismo “foi um dos pilares de um conjunto maior de representações e de ações de combate ao comunismo” (1998, p. 16).

Além disso, o combate ao comunismo por parte da Igreja católica fazia parte de uma luta mais antiga, dessa instituição milenar contra o mundo moderno. É importante ressaltar, também, que para a autora “o anticomunismo foi um fator revelador do posicionamento católico ao lado dos grupos economicamente dominantes no estado e no país” (RODEGHERO, 1998, p. 16).

A análise de Motta sobre o anticomunismo católico se aproxima do que coloca Rodeghero. Na leitura do autor, o comunismo constituía, para os anticomunistas católicos “mais uma provação para os seguidores da palavra de Cristo”, sendo “o último desdobramento das transformações da modernidade, atualização para o século XX dos ‘erros’ iniciados no período da Renascença” (MOTTA, 2000, p. 36). Portanto, para os intelectuais católicos, o comunismo seria mais uma onda que tinha origens nas Reformas Protestantes do século XVI e se colocavam “na eterna luta entre bem e mal e na ação do grande tentador, Satanás” (Ibid., p. 37). Não é à toa o título da obra de Rodeghero: “O Diabo é Vermelho”.

Para Motta, o ápice do anticomunismo católico se deu na década de 1930, especialmente durante a Guerra Civil Espanhola, já que nesse momento o alvo dos anticlericais era a Espanha, país católico, e não mais a Rússia, que possuía como religião dominante o cristianismo ortodoxo. Esse fervor anticomunista coincidiu no Brasil com a onda anticomunista de 1935-37, atrelada ao levante comunista de 1935. Nesse contexto especialmente, “estabeleceu-se uma percepção [...] segundo a qual o mundo estaria vivendo um momento marcado pela luta irreconciliável entre duas forças opostas, bem e mal, Cristo *versus* Anticristo, Roma *versus* Moscou” (Ibid. p. 40). Percepção semelhante é encontrada por Rodeghero em seu trabalho, ainda que no contexto de 1945 a 1964. Para a autora, os anticomunistas imputavam aos seus adversários o oposto da identidade que atribuíam a si mesmos. Dessa forma se o catolicismo pregava o amor, o comunismo pregava o ódio; se o catolicismo era certo o comunismo era errado; se o catolicismo era divino, o comunismo era diabólico (RODEGHERO, 1998).

Não era por acaso que os jornais católicos analisados por Rodeghero faziam essa caracterização do comunismo. Como nos mostra Motta, a ideia de que o comunismo era intrinsecamente mal foi muito utilizada durante décadas, sendo originada na Encíclica *Divinis Redemptoris*, de Pio XI, editada em 1937. As Cartas Encíclicas são “documentos papais dirigidos aos bispos e cardeais e uma das principais fontes de orientação doutrinária da Igreja” (MOTTA, 2000, p. 37). Essa encíclica em especial é a primeira de três expostas pelo autor que enfatizava a importância do combate aos inimigos, não tendo a postura preventiva da *Rerum Novarum*, de 1891, por exemplo. Além das encíclicas, Motta analisou as Cartas

Pastorais, documentos nos quais os bispos faziam comunicações a seus subordinados. Foram encontradas sete Cartas Pastorais anticomunistas, todas dos contextos nos quais o autor identificou “ondas anticomunistas”, a segunda metade da década de 1930 e a primeira parte dos anos 1960.

É importante ressaltar que, no contexto da onda anticomunista dos anos 1960, ainda que a Igreja católica continuasse ocupando papel principal no campo do anticomunismo religioso, tentou-se imprimir um caráter ecumênico nas mobilizações, especialmente nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Dessa forma, “igrejas cristãs reformadas, judeus, espíritas e até umbandistas ocuparam lugar nas mobilizações do período” (Ibid., p. 304). Essa postura ecumênica pode ser notada no próprio nome das Marchas, que faziam referência à Deus e não Cristo. Além disso, a postura também fortalecia a ideia de que o anticomunismo era universal e não atribuído a um só grupo.

Motta constata que nos momentos de radicalização anticomunista “os líderes religiosos usaram seu prestígio e força política para atingir a população através de outros meios, ocupando espaços sociais externos à igreja” (Ibid., p. 45). Em seu trabalho, Rodeghero teve a mesma constatação, especialmente para o caso do anticomunismo nas disputas eleitorais, mas não somente. Não raro os candidatos e partidos “se utilizavam das palavras dos papas e dos bispos contra o comunismo” (RODEGHERO, 1998, p. 109). Isso demonstra que ao se valerem desse artifício, os candidatos admitiam acreditar no poder de mobilização dessas manifestações. Não é algo que deva causar espanto, num país e num estado onde o catolicismo era a religião da maioria da população<sup>9</sup>. Dessa forma, os membros da Igreja valiam-se de seu prestígio social para fazer sua pregação anticomunista e influenciar seu “rebanho”.

Nesse ponto a atuação do Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, é exemplar. O religioso, além de participar de missas e outros eventos, comunicava-se com seus fiéis através do programa de rádio *Voz do Pastor*. Esse programa era comum nos anos 1960 e consistia “na alocação radiofônica de mensagens elaboradas por elementos do alto clero” e foi usado para propagar também o anticomunismo (MOTTA, 2000, p. 48). Rafael Lameira relata em seu trabalho uma situação que demonstra como se davam os ataques ao comunismo promovidos pelo arcebispo de Porto Alegre. Após os jornais noticiarem uma campanha antisemita em Porto Alegre, em março de 1961, D. Vicente Scherer manifestou sua opinião sobre o caso, dizendo que “o movimento contra os judeus tinha origem

---

<sup>9</sup> Segundo dados da obra de Carla Rodeghero, em 1955 o Rio Grande do Sul possuía uma população de 4.782.089 habitantes, dos quais 4.027.297 eram católicos (1998, p. 95).

comunista” (2012, p. 76). Segundo o arcebispo, tudo se tratava de um plano dos comunistas para causar dificuldades para o governo da Alemanha Ocidental. Ou seja, mesmo em frente a condições que apontavam na direção oposta, o religioso atacava o comunismo.

O arcebispo também se colocou como um dos grandes opositores do Governo de Leonel Brizola, especialmente após os episódios da Campanha da Legalidade. Como se sabe, o Governo Brizola foi marcado por mudanças no modo de governar e uma de suas características era a ausência de repressão aos movimentos sociais, quando não o estímulo para a organização, como no caso dos trabalhadores sem-terra (CÁNEPA, 2005). Esse apoio do governo do estado aos movimentos sindical e sem-terra era visto com desconfiança pelos anticomunistas e isso aparecia nos discursos do arcebispo (RODEGHERO, 1998).

A oposição do arcebispo à Brizola era tão ferrenha que seu discurso proferido na procissão de Corpus Christi de 1962 foi utilizado pelo candidato ao governo do estado, Ildo Meneghetti, opositor de Brizola, para criticá-lo pela suposta aproximação com os comunistas (Ibid.). Nessa toada, até mesmo a Campanha da Legalidade, que evitou um golpe e garantiu a posse do então vice-presidente João Goulart, era acusada de servir e ser organizada pelos comunistas. Para Vicente Scherer, os Centros de Resistência Democrática, estavam sendo usados pelos comunistas, com a ajuda de elementos do governo, para fazer propaganda marxista (LAMEIRA, 2012). A atitude do arcebispo acaba sendo também simbólica ao mostrar que o anticomunismo atacava não somente os partidos que tinham o comunismo por bandeira, mas qualquer partido que estivesse à esquerda do espectro político (RODEGHERO, 1998). Obviamente as palavras do arcebispo repercutiam, tanto no estado quanto no país, e prejudicavam a imagem dos trabalhistas frente ao eleitorado católico.

Algumas imagens pertencentes ao imaginário anticomunista estão mais vinculadas ao anticomunismo católico, como as que enxergavam os comunistas como “demônios”, por exemplo. Isso porque quando a Igreja se via ameaçada, vinculava essa ameaça a seu maior adversário, o diabo (MOTTA, 2000). Ainda que derivasse da postura católica, a demonização dos comunistas também ocorria em meios não católicos. Nesse caso ocorria uma “demonização indireta”. Falava-se de “planos diabólicos”, “astúcia diabólica” ou “artifícios diabólicos” (Ibid., p. 75). Essa demonização indireta foi mais comum no contexto que nos interessa, os anos 1960. O apelo a essas imagens objetivava impactar leitores ou ouvintes “e demarcar bem o campo dos posicionamentos, ações e projetos de cada um dos lados: o cristianismo e a Igreja com Deus; os comunistas com o diabo” (RODEGHERO, 1998, p. 28). Além disso, como já dito, o diabo estava presente na tradição cultural, ocidental e cristã, que

servia de base às formulações dos intelectuais católicos na batalha contra os inimigos da Igreja.

Outra representação que teve forte influência religiosa era do comunismo como um “desafio à moral”, segundo a qual os comunistas atacavam os valores cristãos para corromper os costumes e minar as forças do catolicismo. Afinal, “se os comunistas representavam o mal, nada mais natural que suas ações levassem ao caminho do crime e do pecado” (MOTTA, 2000, p. 89). Dessa forma os “vermelhos” eram expostos como “dissolutos, sedutores, corruptos, mentirosos, cínicos, caluniadores e assassinos” (Ibid., op. cit.). A preocupação maior dos anticomunistas estava, portanto, relacionada a preservação da moral sexual e da estrutura familiar e para isso eles atacavam as mudanças ocorridas na Rússia após à chegada dos Bolcheviques ao poder. Segundo os anticomunistas, “os revolucionários deram início a um programa de reformas que visaria destruir a família, corromper a juventude e demolir as noções de decência e comedimento” (Ibid., p. 92).

Dessa forma, o divórcio, a tentativa de libertação da mulher da estrutura patriarcal, o ensino de educação sexual nas escolas e a permissão do aborto, eram medidas atacadas pelos anticomunistas e utilizadas para dar um ar de veracidade a boatos que diziam que os comunistas promoviam na Rússia, orgias, estupros, incestos e a socialização das mulheres – que teriam virado propriedade coletiva na URSS. Esse tema é anterior à segunda onda anticomunista, de 1961-64, mas não deixou de ser abordado nesse contexto, alertando para a ameaça do comunismo a família tradicional brasileira. No entanto, nesse contexto, não havia o uso de imagens mais fortes e exageradas como a “socialização das mulheres”. Segundo Motta, no contexto dos anos 1960 essas representações sensibilizaram principalmente os movimentos de mulheres anticomunistas. O ataque dos comunistas à família e ao poder paterno na família era colocado pelos anticomunistas como um ataque, acima de tudo, a dois direitos naturais, como formulado pelo Papa Leão XIII na Encíclica *Rerum Novarum*. (RODEGHERO, 1998, p. 26).

Para o caso do Rio Grande do Sul, Rodeghero também encontrou exemplos da representação dos comunistas como ameaças a moral cristã. Para isso a autora analisou uma série de modificações experimentadas pela sociedade do pós-Segunda Guerra e como essas eram abordadas pela imprensa católica e pela Igreja. O Carnaval, por exemplo, disputava, “juntamente com o comunismo, o posto de *inimigo número um* do Brasil” (Ibid., p. 57), segundo os intelectuais católicos. Os concursos de beleza eram representados pelos jornais analisados pela autora, como “culto a carne” ou “culto ao sexo” que poderiam ser aproveitados pelos comunistas no ataque à sociedade brasileira. Isso porque os comunistas

“tinham como parte de suas estratégias e ações a exploração das mulheres”, pois conheciam “o alto poder da mulher como barreira frente à penetração de falsos valores familiares” e “trabalhavam para derrubá-la do seu ‘pedestal de dignidade’, rompendo, dessa forma com sua resistência” (RODEGHERO, 1998, p. 61). Além disso, as mulheres eram alvos de crítica quando participavam de protestos e manifestações de esquerda e dessa forma “a Igreja reforçava um ideal de mulher submissa, caseira, recatada e alheia aos problemas de cunho político” (Ibid., p. 62).

Outro alvo preferencial de ataque anticomunista por parte da Igreja católica eram os meios de comunicação, especialmente o rádio, o cinema, as revistas, os livros e também a televisão. Muitos desses apresentaram um notável crescimento no contexto pós-1945, proporcionando mais formas de lazer às populações das cidades. Esse crescimento, como também o conteúdo veiculado por estas mídias serviu de pretexto para ataques do anticomunismo católico, que viam nos meios de comunicação os “fios ocultos do comunismo internacional” (Ibid., p. 65). O arcebispo Dom Vicente Scherer chegou a usar a expressão *bolchevismo moral e cultural* para alertar os fiéis a respeito daqueles que estariam preparando o caminho para o comunismo, através da corrupção dos costumes gerada pelos meios de comunicação e o conteúdo trazido por eles.

### 2.1.2 Anticomunismo e Nacionalismo

No que tange o nacionalismo como matriz do anticomunismo, é necessário, primeiramente, definir a qual nacionalismo nos referimos, tendo em vista que o termo “adquiriu significados distintos ao longo do período contemporâneo, sendo reclamado por grupos defensores de projetos políticos divergentes, ligados tanto à esquerda quanto à direita” (MOTTA, 2000, p. 49). Esse tipo de nacionalismo, que serviu como argumento anticomunista, está vinculado a modelos do século XIX<sup>10</sup>, por sua vez relacionados ao romantismo alemão. Possuindo influência do corporativismo, esse tipo de nacionalismo tinha a nação como um conjunto orgânico, superior aos conflitos sociais, por isso, a ordem e a tradição deviam ser priorizadas, para que a nação não fosse corrompida e dividida. Afinal, se a nação era um corpo orgânico, a separação de suas partes levaria à morte desse corpo, ou seja, à morte da nação. Como coloca Motta (2000):

---

<sup>10</sup> Segundo Hobsbawm, na segunda metade do século XIX, “entre os estratos médios mais baixos [...] o nacionalismo sofreu uma mutação: de um conceito associado ao liberalismo e à esquerda para um movimento da direita chauvinista, imperialista e xenófoba ou, mais precisamente, da direita radical” (2013, p. 165).

a nação, conjunto formado pelo povo brasileiro unido ao território e ao Estado, seria intocável, ou seja, mereceria a aura de objeto sagrado. Neste sentido, os comunistas seriam elementos “deletérios”, pois instigavam a divisão e a própria destruição do “corpo” nacional, à medida que insuflavam o ódio entre as classes (MOTA, 2000, p. 50)

Além disso, havia o repúdio a posição internacionalista dos comunistas e sua defesa da União Soviética e das melhorias sociais trazidas pela Revolução. Essa posição era vista pelos anticomunistas nacionalistas como submissão ao imperialismo soviético, o qual seria o verdadeiro “chefe” dos comunistas brasileiros. Dessa forma “se eles tivessem sucesso em seus intentos traidores o destino do Brasil seria tenebroso, entregue aos desígnios do império russo” (Ibid., p. 52). A postura nacionalista de esquerda, dos comunistas e dos trabalhistas, denunciando o imperialismo norte-americano e visando o desenvolvimento nacional era atacada pelos anticomunistas, como sendo um falso nacionalismo, ou nacionalismo de fachada. Esse só serviria para esconder o real interesse de entregar o Brasil aos soviéticos. Por todos esses fatores – estímulo a luta de classes e vinculação a uma potência estrangeira – o comunismo era visto pelos seus adversários como uma ameaça à nação.

Motta destaca que “não se pode negar que muitos anticomunistas realmente acreditassem nesta ‘ameaça’ à pátria”, mas que também “é inegável a conveniência do argumento para o sucesso das campanhas de combate ao comunismo” (Ibid., p. 56). Dessa forma, os anticomunistas ganhavam o rótulo de defensores da pátria e com esse discurso legitimavam a repressão estatal aos comunistas e às esquerdas. Para isso basta atentarmos ao teor repressivo e autoritário dos regimes surgidos após as duas ondas anticomunistas, em 1937 e em 1964. Além disso, a pretensa defesa da pátria facilitava a formação das frentes anticomunistas, momentos em que a heterogeneidade de projetos era deixada de lado em prol da formação de uma “união sagrada” das forças “democráticas”<sup>11</sup>. Essa expressão foi cunhada por Assis Chateaubriand, em 1935, conclamando para união de todas as forças contra o comunismo. Motta afirma que nos momentos anteriores ao Golpe de 1964 deu-se o mesmo apelo, ainda que sem o uso da expressão (Ibid., p. 57). Um bom exemplo é o discurso do deputado Paulo Brossard, em dezembro de 1961, na Assembleia gaúcha, “pela ‘união das forças democráticas contra os movimentos de inspiração totalitárias’ que estariam em atuação no estado e no País” (LAMEIRA, 2012, p. 113).

As principais imagens usadas para caracterizar os comunistas pelo anticomunismo nacionalista eram as que os representavam como “agentes patológicos” ou “ameaça

<sup>11</sup> Destacamos o termo *democráticas* entre aspas, porque essa noção era outra construção do imaginário anticomunista, que opunha comunismo e democracia. Para ser chamado de democrata bastava ser anticomunista. Essa questão será abordada adiante, quando tratarmos o anticomunismo de matriz liberal no Brasil.

estrangeira”. Aos dois temas está vinculada a questão da “infiltração”. Por conta disso, os comunistas eram comparados “a doenças e temas correlatos como peste, praga, bacilo, veneno, vírus, câncer, etc.” (Ibid., p. 78). Além disso, podiam ser representados como agentes infecciosos: “bacilo”, “vírus”, “micróbio”, “germe”, etc. Esse tipo de representação estava relacionado à infiltração porque “tal qual uma doença, os comunistas foram denunciados como um grupo dedicado a infiltrar-se nos organismos sociais, debilitando-os internamente” (Ibid. p. 80). E, como podemos compreender, esse tipo de concepção está vinculado à ideia da nação como corpo dos anticomunistas nacionalistas.

A questão da infiltração esteve muito presente no contexto da onda anticomunista dos anos 1960. Desde o início do governo Goulart, o presidente foi acusado de permitir a infiltração de comunistas em postos estratégicos da República. Segundo D. Vicente Scherer, os agentes de Moscou “encontravam-se infiltrados ‘nas organizações de classe, de estudantes e formados, nos estabelecimentos de ensino de todos os graus, nos sindicatos de classe, nas Câmaras Legislativas, nos quadros do funcionalismo público e até mesmo nas fileiras do [...] Exército” (RODEGHERO, 1998, p. 32).

No entanto, essa infiltração alardeada pelo arcebispo está mais relacionada à visão do comunismo como ameaça estrangeira, emanada primeiro da URSS e, posteriormente, com a entrada em cena de outros regimes comunistas, da China, a partir de 1949, ou de Cuba, a partir de 1959. O comunismo como doutrina exótica está entre as primeiras representações do anticomunismo no Brasil, aparecendo mesmo no período pré-1930, quando a “ameaça vermelha” era retratada como problema de terras distantes. Nessas representações, o comunismo era colocado como contrário a boa índole do povo brasileiro, que era pacífica, conservadora, liberal e profundamente religiosa (MOTTA, 2000).

Dessa forma, além desse imaginário criar uma representação dos comunistas, criava também uma representação própria do “brasileiro”. Nas duas ondas anticomunistas, portanto, o comunismo continuava sendo visto como “um corpo estranho infiltrado no Brasil por agentes estrangeiros” (Ibid., p. 81). Nesse caso, o imperialismo soviético, que ameaçava a nação brasileira, estava em posição central, pois infiltrava seus agentes em todos os países do mundo e era o “promotor do comunismo internacional” (RODEGHERO, 1998, p. 26). E mesmo as divergências entre os países comunistas eram ignoradas, sendo que todos eram colocados como linha auxiliar de Moscou na tentativa de dominação mundial.

A Revolução Cubana possuía papel central no imaginário anticomunista, principalmente por ser um país latino-americano aderindo ao comunismo. Com isso, os anticomunistas no Rio Grande do Sul aplaudiram a tentativa de invasão da ilha caribenha

pelos EUA, em 1961. Na Assembleia, o deputado Hólvio Jobim, do PSD afirmou em discurso “que o sistema de governo socialista cubano representava grave ameaça aos países democráticos da América” (LAMEIRA, 2012, p. 79). Já o jornal *Correio Riograndense*, analisado por Rodeghero, foi modificando sua postura “à medida que ficava clara a orientação comunista e pró-soviética de Fidel Castro” (Ibid., p. 107). Com uma visão inicialmente otimista, o jornal passa a percepção de que a revolução era mais um malfeito do comunismo internacional e do imperialismo soviético. As questões referentes a Cuba possuem tanta relevância justamente pelo fato de trazer o centro da Guerra Fria para a América Latina, fazendo crescer ainda mais o temor pelo comunismo e pelo imperialismo soviético. Era a concretização do temor pela ameaça estrangeira em terras mais próximas do que nunca.

### 2.1.3 Anticomunismo e Liberalismo

Ao abordar o liberalismo como matriz do anticomunismo, Rodrigo Motta diz optar por uma “acepção abrangente, segundo a qual o programa liberal engloba duas facetas principais: liberalismo político e liberalismo econômico” (2000, p. 60). Portanto, os anticomunistas liberais atacavam o comunismo por considerar que o mesmo atentava contra a liberdade política e contra o direito à propriedade. A defesa do direito à propriedade, no entanto, não era feita exclusivamente pelos liberais. Na Encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, o Papa Leão XIII colocava esse direito como um direito natural atacado pelos comunistas, que, portanto, eram partidários de uma doutrina antinatural. Isso serve para reforçar que essas matrizes do anticomunismo não estavam de maneira alguma separadas no processo histórico.

Pelo viés político do liberalismo, os anticomunistas acabavam por igualá-lo à democracia, sendo o comunismo o oposto do liberalismo e, portanto, oposto da democracia. Motta afirma que “as propostas democráticas modernas têm como base a pregação liberal clássica”, que enriquecida por críticas “provenientes do pensamento radical e reformista” enfatizavam “a necessidade de estender os direitos políticos a todos os segmentos sociais, rompendo o elitismo da proposta liberal, que originalmente não previa a participação dos grupos subalternos” (Ibid., p. 60). Esse não era o caso do liberalismo brasileiro e para isso basta uma análise das posições do principal partido de corte liberal do período democrático iniciado em 1945: a UDN<sup>12</sup>. Maria Victoria Benevides destaca como característica desse

---

<sup>12</sup> O presente capítulo abordará mais a frente questões referentes ao sistema partidário 1945-1964, ampliando a discussão sobre a UDN e seu liberalismo restrito.

partido “as reservas quanto à extensão de participação política, o que supõe reservas quanto aos direitos políticos” (1981, p. 105).

Rodrigo Motta também faz referência à ambiguidade dos liberais brasileiros, afirmando que o anticomunismo liberal “não primou pela pujança, nem pela coerência” (2000, p. 61). Isso porque as principais questões para esses liberais não estavam relacionadas as práticas democráticas, mas, sim, a não-intervenção estatal na economia, ficando a participação política em segundo plano. Para o autor a “fragilidade do anticomunismo liberal está diretamente relacionada à tradição autoritária brasileira e à dinâmica política da História Republicana” (Ibid., op. cit.). Mesmo com tal fragilidade, no entanto, no período anterior ao Golpe de 1964, a oposição democracia *versus* comunismo foi usada à exaustão: eram democratas aqueles que fossem anticomunistas. A fragilidade dessa contraposição ficou clara após os acontecimentos do Golpe, quando boa parte desses “democratas” unidos contra o comunismo foram base de sustentação da Ditadura Civil-Militar. Para isso podem ser usados como exemplo até mesmo deputados que são sujeitos da presente pesquisa. Essa questão será melhor abordada adiante, no capítulo 4.

Obviamente, não é possível desconsiderar a sinceridade de alguns sujeitos daquele processo. Entretanto, “boa parte dos discursos em defesa da democracia não passava de exercício retórico” e “a democracia que tão sofregamente se pretendia proteger não tinha conteúdo, seu sentido era vago. Não se tratava de afirmar a participação popular em contraposição ao autoritarismo, mas de opor a ordem à ‘ameaça revolucionária” (Ibid., p. 63). Essa retórica democrática dos anticomunistas se vinculava muito mais a um alinhamento aos valores ocidentais e democráticos do bloco liderado pelos EUA, do que uma luta pela ampliação da democracia. Prova disso é o fato de que o debate em torno da democracia, seus limites e a necessidade de sua ampliação eram promovidos justamente por aqueles que eram atacados pelos anticomunistas: os grupos de esquerda, comunistas e trabalhistas.

Já a defesa dos preceitos do liberalismo econômico apresentava um pouco menos de incoerências do que a defesa do liberalismo político. A propriedade era posta como direito natural, assim como fez o Papa Leão XIII, e estaria ameaçada pelas propostas de reformas, especialmente a agrária, do governo João Goulart. O trabalho de Rafael Lameira (2012) é muito rico no ponto em que mostra as manifestações das autointituladas “classes produtoras” gaúchas – FARSUL, FIERGS e FEDERASUL – contra a “comunização” do país e em defesa dos preceitos liberais de livre-mercado e o direito à propriedade. No entanto, como a própria obra de Lameira tenta defender, bem como boa parte da historiografia, as reformas propostas pelo Governo Jango nada tinham de revolucionárias ou comunistas, correspondendo, nas

palavras de Caio Navarro de Toledo, “às necessidades da consolidação do capitalismo industrial” (TOLEDO, 2004a, p. 55). Ou seja, as Reformas de Base eram de extrema necessidade para o desenvolvimento autônomo do *capitalismo* brasileiro, questão central no projeto nacional-desenvolvimentista, na época, representado pelo trabalhismo e pelo PTB, mas que possuía adesão de diversos setores da esquerda, inclusive do PCB. Essa adesão, no entanto, não transformava os projetos de reformas em um projeto comunista, mas, sim, fazia parte da estratégia dos comunistas do PCB naquele contexto.

O imaginário que se construiu em torno do anticomunismo liberal estava mais vinculado a um imaginário sobre a União Soviética e os demais países que adotaram o regime comunista posteriormente. Atacava-se, principalmente, o autoritarismo político e a falta de liberdade que os anticomunistas diziam imperar nesses países. O objetivo principal era contrapor a defesa das vitórias da Revolução que era feita pelos comunistas. Dessa forma, os anticomunistas buscavam “destruir o mito do ‘paraíso socialista’, opondo-lhe uma contra-imagem, a do ‘império do mal’, ou ‘inferno vermelho’” (Ibid., p. 98).

Obviamente, o imaginário sobre a URSS também se vinculava a outras matrizes do anticomunismo, algumas até já mencionadas, como as que giravam em torno do “desafio à moral” representado pelos comunistas, com o ataque à família e às mulheres. No caso da matriz liberal, os eixos eram a falta de liberdade política – associada à violência acarretada por isso – e a estatização das propriedades, impedindo a existência da propriedade privada, portanto. Após a Revolução Cubana, foram intensas as menções ao *paredón*, em referência aos fuzilamentos dos opositores políticos, por exemplo. Além de URSS e Cuba, Iugoslávia, China e diversos países do Leste Europeu também eram atacados.

Essas são, em resumo, algumas características do anticomunismo brasileiro, em especial suas bases doutrinárias e construções imagéticas que permitiram o combate, pela palavra e pela ação, aos comunistas e a qualquer grupo social ou partido que se encontrasse à esquerda do espectro político. É importante ressaltar que muitas outras imagens foram elaboradas e manipuladas durante os vários anos em que o anticomunismo foi um argumento importante no discurso político. A figura de Luiz Carlos Prestes e a “Intentona” Comunista, por exemplo, são dois casos que também foram incansavelmente retomados pelos anticomunistas. No caso de Prestes, a tentativa principal era de esvaziamento do mito em torno do “Cavaleiro da Esperança” (Ibid., p. 115). Já o levante comunista de 1935 era utilizado como prova empírica do “perigo vermelho” em solo brasileiro, bem como da crueldade dos comunistas que, segundo se perpetuou, atacaram seus inimigos enquanto dormiam, ou seja, atitude que só poderia ser realizada por elementos indignos, abomináveis.

No quadro dos anos 1960 o mito da “Intentona” estava “cristalizado, contendo uma narrativa consolidada acerca de ‘35’” (TOLEDO, 2004a, p. 105).

Luiz Carlos Prestes esteve no centro de uma grande polêmica que retrata o clima de radicalização dos anos 1960, no Rio Grande do Sul. Segundo a pesquisa de Lameira (2012), o líder comunista esteve no estado em maio de 1961 para realizar uma série de palestras. O mesmo já havia acontecido em abril daquele ano, sem que tenha acontecido nenhum problema. Um mês depois, no entanto, a situação foi diferente e estudantes tentaram impedir que Prestes falasse a seu público, em Caxias do Sul. Houve confronto dos estudantes com a polícia, que tentava fazer a garantia da ordem pública. Em Passo Fundo, Prestes foi impedido de terminar seu discurso, por manifestantes anticomunistas. Mas o pior aconteceu em Porto Alegre, no Cinema América, quando manifestantes atiraram ovos em Prestes e ameaçaram invadir o local. Novamente a polícia foi acionada, entrou em conflito com manifestantes e, enquanto os ânimos se acalmavam fora do cinema, uma bomba foi atirada para dentro. Não houve feridos e o “mandante” do crime não foi identificado.

Essa foi a oportunidade perfeita, tanto para a imprensa, quanto para os anticomunistas em geral, atacarem o líder comunista, como se fosse ele o causador dos tumultos. Além disso, foi criticado o governador Leonel Brizola, por mandar a polícia garantir a liberdade de expressão de Prestes. Hélvio Jobim, na Assembleia, chegou a dizer que “não se poderia confundir liberdade de pensamento com licenciosidade política, e não se poderia permitir a baderna e a subversão dos comunistas” (LAMEIRA, 2012, p. 83). É curioso como, em apenas um mês, a situação mudou radicalmente, o que demonstra o peso da pregação anticomunista.

Como veremos no restante deste capítulo, o anticomunismo esteve presente em praticamente todas as campanhas eleitorais no Rio Grande do Sul, com maior ou menor grau de efetividade, dependendo do contexto ou das alianças partidárias realizadas em âmbito estadual. Além disso, boa parte dessas construções aparecerão no capítulo 4, no qual faremos a análise da atuação dos parlamentares estudados nessa pesquisa frente ao movimento golpista. Boa parte dos parlamentares apoiadores do Golpe de 1964 valeram-se dessas construções do imaginário anticomunista para atacar não somente comunistas, mas também trabalhistas e membros da esquerda em geral, desde que fossem partidários do Governo Goulart, das reformas e da ampliação da democracia.

## 2.2 SUJEITOS COLETIVOS: OS PARTIDOS POLÍTICOS

O presente subcapítulo tem por objetivo fazer uma pequena exposição de alguns sujeitos coletivos de nossa pesquisa: os partidos políticos. Para o trabalho aqui apresentado, os partidos são critérios de classificação e de agrupamento dos parlamentares estudados. Para isso pensamos ser necessário apresentar um pouco da história de cada um deles, bem como as clivagens partidárias, nacionais e regionais, que se estabeleceram após o fim da Ditadura do Estado Novo, em 1945. Serão apresentados, portanto, as origens do PSD, do PTB, da UDN, do PL, do PRP, do PDC e do MTR, bem como suas trajetórias durante a década de 1950 até o início dos anos 1960. Serão expostas coligações, alianças, assim como afastamentos e rupturas. Falaremos também de outros partidos que não fazem parte de nossa pesquisa diretamente, mas cuja existência precisa ser destacada para melhor compreensão do processo histórico estudado. São os casos do PCB, do PR, do Partido Social Progressista (PSP) e do PSB.

É necessário lembrar que durante a Ditadura do Estado Novo os partidos haviam sido excluídos da cena política brasileira (DELGADO, 2003) e o restabelecimento de um sistema partidário, assim como a derrocada da Ditadura de Vargas, deveu-se também a um contexto – nacional e internacional – no qual os “ventos da democracia sopravam forte” (Ibid., p. 133). Segundo a autora, a iminente vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial, dentre os quais havia países comprometidos com a democracia liberal, “influenciaram de forma determinante a queda do regime autoritário que vigorava no Brasil” (Ibid. op. cit.). Dando-se conta da situação de esgotamento do regime, o governo passou a tentar conduzir uma transição que já era tida como inevitável.

Com isso, nos últimos dias do mês de maio de 1945, foi publicado o *Decreto-lei nº 7.856*, “que ficaria conhecido por ‘Lei Agamenon’” (Ibid., p. 134). A principal exigência e característica da nova legislação eleitoral era a necessidade de os partidos terem caráter nacional, rompendo com a tradição brasileira, presente no período democrático anterior, de estruturação partidária regional, que tinha como grandes beneficiados as oligarquias estaduais. Tal medida acabou por beneficiar um dos partidos que surgia nesse contexto de redemocratização: o PSD (FLACH; CARDOSO, 2007). As razões desse beneficiamento serão colocadas a seguir.

Diversos autores apontam que o momento inicial de criação das novas agremiações em 1945, embora obedecessem a clivagens mais antigas – como é colocado por Mercedes Cánepa (2005) no caso do Rio Grande do Sul – foi balizado também pelo apoio ou oposição a Getúlio

Vargas (FLACH; CARDOSO, 2007, p. 59) ou o getulismo *versus* antigetulismo (DELGADO, 2003).

Segundo Delgado (2003), essa divisão se estendeu ainda pelos treze primeiros anos do novo sistema partidário. É necessário destacar, no entanto, que “quando se ataca ou defende Vargas, é preciso definir o que se está atacando ou defendendo” (CÁNEPA, 2005, p. 94), já que o mesmo representava diversas modificações ocorridas no pós-1930: “autoritarismo, estatismo, nacionalismo, regionalismo, industrialismo, oligarquias agrárias, corporativismo, centralização administrativa, etc.” (Ibid. op. cit.). Segundo Cánepa (2005), essas definições acabaram se dando no decorrer entre 1947 e 1950, o que pode ser visto claramente no caso do Rio Grande do Sul, onde os dois partidos de sustentação a Vargas acabaram rompendo ainda no final da década de 1940.

Sendo assim, nesse contexto foram fundados a maioria dos partidos que fazem parte de nossa pesquisa, direta ou indiretamente. Vinculados a Getúlio, foram criados o PSD e o PTB; oriundos da frente antigetulista surgiram a UDN, o PSP, o PR, o PL, o PSB e o PDC. Além desses dois grupos, existiam os partidos que eram herdeiros de movimentos da década de 1930 ou até mesmo anteriores, como era o caso do PCB, fundado em 1922. Esse retornava à legalidade e despontava como único partido efetivamente nacional já em 1945 (SOARES, 1981), pois possuía essa característica desde sua fundação, quando o resto dos partidos ainda possuía inserção regionalista (DELGADO, 2003). Outro partido que aparecia como herdeiro de um movimento mais antigo era o PRP, que tinha suas raízes no integralismo da década de 1930 e na Ação Integralista Brasileira (AIB). De todos esses, estabeleceram-se como “grandes partidos nacionais” (FLACH, CARDOSO, 2007, p. 59) o PTB, o PSD e a UDN, enquanto os demais possuíam força somente em algumas regiões do país.

Inicialmente, para as eleições de 1945, se organizaram no Rio Grande do Sul somente o PSD, o PTB, a UDN, o PL, o PRP e o PCB. Nas eleições de 1947, o quadro partidário passou a contar com o PSP e a Esquerda Democrática, que deu origem ao PSB. Em 1950, estreou o PR e um novo partido só apareceu nas eleições de 1954, o PDC. Por fim, foi fundado o MTR, cisão do PTB, em 1961. As divisões partidárias no estado, além de respeitarem o apoio ou oposição à Vargas, vão também respeitar outros dois fatores, segundo Cánepa (2005, p. 95-96): 1) as clivagens mais antigas entre Republicanos e Federalistas, presentes na Primeira República; e 2) as clivagens pós-30, notadamente as disputas de Vargas com líderes políticos gaúchos, como Raul Pilla, Borges de Medeiros e Flores da Cunha. Passaremos agora a uma exposição das principais características de cada partido, especialmente em âmbito estadual.

*Partido Social Democrático (PSD)*: surgiu como uma das correntes que prestavam sustentação à herança deixada por Vargas depois dos 15 anos em que esse esteve no poder. Segundo Delgado, o partido “foi fundado dentro da perspectiva getulista de continuísmo na transformação” (2003, p. 138). Sua característica mais marcante, no entanto, é o enraizamento de suas bases na estrutura administrativa do Estado Novo, especialmente nas interventorias estaduais (Ibid., 139). Essa estruturação prévia do PSD permite que o partido já “nasça” quase pronto e por isso mencionamos acima que a nova legislação trazida pela Lei Agamenon, que obrigava os partidos a serem nacionais, acaba por beneficiá-lo.

Gláucio Soares destaca que, ainda que inexistentes durante a Ditadura do Estado Novo, PSD e UDN já “dispunham das bases sócio-econômicas e de um aparelho organizacional nos níveis municipais e estadual, sendo a sua formação um problema de articulação entre os líderes estaduais” (1981, p. 7). Os pessedistas conseguem uma vantagem ainda maior, porque se colocavam como herdeiros diretos da estrutura do Estado Novo e congregavam políticos que tinham sido governo até então (OLIVEIRA, 1981). No dizer de Delgado “essa sustentação contribuiu para que o partido já nascesse com meio caminho andado para o sucesso eleitoral, uma vez que, desde antes de sua fundação, já controlava sólida infraestrutura administrativa e também clientelista nos diferentes estados da federação” (2003, p. 139). Nesse partido estava a tentativa de Vargas de “centralizar as forças oligárquicas” (FLACH; CARDOSO, 2007, p. 60) que lhe eram fiéis entre as quais prevalecia a tendência liberal-conservadora<sup>13</sup>. Lúcia Maria Lippi Oliveira destaca também o caráter conservador do PSD, que “com sua ‘presença na Constituinte [de 1946] [...] gerou a manutenção do exclusivo agrário e da estrutura sindical<sup>14</sup>” (OLIVEIRA, 1981, p. 110). O PSD seria, portanto, uma organização que detinha o controle do processo de modernização (Id., Ibid.).

---

<sup>13</sup> Jorge Ferreira afirma que “embora mais de uma dezena de partidos procurassem representar interesses diversificados, dois grandes projetos passaram a disputar a preferência do eleitorado” na conjuntura de 1945 a 1964. O projeto liberal-conservador, a partir do qual definimos os partidos a ele alinhados, defendiam a “abertura irrestrita a investimentos, empresas e capitais estrangeiros; ressaltando as virtudes das leis de mercado”, além do alinhamento ao bloco capitalista; “desconfiando dos movimentos sociais e da participação popular”. É definido por Ferreira como um projeto liberal-conservador “já que no Brasil, via de regra, o liberalismo é instrumento de conservação social”. Por conta disso usaremos liberal-conservador e conservador como sinônimos. Do lado oposto ao projeto liberal-conservador, Ferreira colocava o trabalhismo, ou projeto nacional-estatista, que, segundo ele, estava institucionalizado no PTB. Seriam algumas características do projeto nacional-estatista o nacionalismo, o fortalecimento do capitalismo nacional, a criação de empresas estatais em setores estratégicos, a valorização do capital humano com redes de proteção social, como leis sociais, restaurantes populares extensão do ensino fundamental público, entre outras. Usaremos como sinônimos os termos “esquerda nacionalista” e “nacional-reformistas” (FERREIRA, 2003a, p. 303-304).

<sup>14</sup> É necessário fazer a ressalva de que a estrutura sindical não tem somente sentido conservador, como a historiografia recente tem demonstrado.

Apesar de seu caráter conservador, a aliança em nível nacional do PSD com o PTB – que tinha caráter mais progressista – foi a tônica por quase todo o período, marcando principalmente as campanhas para a presidência da República de 1955 e 1960. Para Delgado, nos primeiros treze anos do período (1945-1958) essa aliança “foi mais coesa e abrangeu acordos e coligações nas esferas dos poderes executivo e legislativo” (2003, p. 139), tornando-se mais difícil na medida em que a pauta das reformas cresciam entre os petebistas.

No Rio Grande do Sul, o PSD não foge dessas características mais gerais do partido em nível nacional. Como aponta Cánepa, também estava “intrinsecamente vinculado à estrutura política do Estado Novo, sobretudo à máquina administrativa montada nesse período” (2005, p. 103). A Comissão Executiva do PSD gaúcho foi organizada em junho de 1945 e era composta por membros das três dissidências partidárias que apoiaram Getúlio em 1937. Havia membros oriundos do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), membros da Dissidência Liberal do Partido Republicano Liberal (PRL), assim como ex-membros do antigo PL fundado em 1928<sup>15</sup>. Cánepa destaca também o que considera o aspecto mais importante da primeira convenção do PSD: “a formação da chamada *Ala Trabalhista do PSD*” (Ibid., p. 104). Essa Ala Trabalhista do PSD acabou por dar origem ao PTB gaúcho (FLACH; CARDOSO, 2007).

Embora tenha em suas origens a tentativa de sustentação a Vargas, o PSD do Rio Grande do Sul vai aos poucos se “desgetulizando”, principalmente devido ao crescimento do PTB no estado (Ibid., p. 64), impossibilitando em nível regional a aliança que se tornou comum nacionalmente. A partir das eleições de 1947, aconteceu uma polarização no estado, no seio das forças getulistas, o PSD e o PTB, divisão que permaneceu durante todo o período (CÁNEPA, 2005). Até as eleições de 1950, boa parte dos getulistas do PSD gaúcho abandonou o partido e ingressou no PTB, o que acaba por gerar a chamada “udenização” do PSD gaúcho (Ibid., p. 125) e aproximação desse com a UDN e o PL, dois partidos antigetulistas de orientação liberal-conservadora. Muito dessa desgetulização do PSD se deve

---

<sup>15</sup> PRR, PL e PRL são os partidos que atuavam na cena política gaúcha no período anterior ao Estado Novo. Ainda que a disputa entre Republicanos (PRR) e Federalistas (PL) remeta a Primeira República, as divisões que mais influem no processo aqui estudado têm relação com a Revolução de 1930 e o que a ela se segue. Contra a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais, Getúlio Vargas conseguiu reunir os adversários regionais, PRR e PL, na Frente Única Gaúcha (FUG). Essa união permaneceu até a Revolução Constitucionalista de 1932 quando a FUG se dividiu entre os que apoiaram os paulistas e os que apoiaram o Governo Provisório de Vargas. Tal divisão no seio da FUG foi tanto entre Republicanos quanto entre Federalistas. Para agregar as forças fiéis a Flores da Cunha no estado e Vargas, em nível federal, foi fundado o PRL. Essa divisão permaneceu até 1937, quando houve uma aproximação de Vargas com a oposição (PRR-PL). Esse contexto apresentava as três forças extremamente divididas, dentre as quais se destaca principalmente a Dissidência Liberal do PRL que apoiou Vargas na disputa desse com Flores da Cunha. Perdendo maioria na Assembleia o interventor renunciou e Vargas interviu no estado, cerca de um mês antes do Golpe do Estado Novo (CÁNEPA, 2005, p. 95-100).

à formação e composição do PTB, que apresentaremos a seguir. Além disso, havia o “distanciamento das duas frações que se constituem no interior do PSD (a ‘dutrista’ e a ‘getulista’)” (CÁNEPA, 2005, p. 121).

Nas eleições de 1950, o partido acaba isolado tanto nacionalmente quanto no estado (Ibid.), isolamento que é revertido com a aproximação, no estado, com a UDN e o PRP (aliados em nível nacional). Sendo assim, o PSD aceitava apoiar Plínio Salgado para o Senado, ao passo que UDN e PRP passaram a apoiar Cylon Rosa para o governo do estado. Nesse momento, o PL ainda não integra a coligação com PSD e UDN, que se tornou vitoriosa em 1954. Já a aliança PSD-UDN é tributária do acordo em nível nacional, promovido pelo Governo Dutra entre esses dois partidos (Ibid.). Em 1950, a aliança PSD-UDN-PRP acabou derrotada, iniciando uma certa desconfiança em relação ao eleitorado integralista, que será comentada a seguir. Mas mesmo com a derrota, foi iniciado nesse pleito o processo, já mencionado, de “‘desgetulização’ precoce ou ‘udenização do PSD gaúcho’” (Ibid., p. 168), causado tanto pelo afastamento do PTB e de Vargas, quanto pela aproximação da seção gaúcha com a UDN.

Mais marcante foram, no entanto, as eleições municipais de 1951. Na disputa em Porto Alegre, ocorre pela primeira vez a formação da Frente Democrática (FD), coligação que uniu “os três grandes partidos conservadores-liberais” (Ibid., p. 173) do estado, PSD, PL e UDN. Essa aliança elegeu Ildo Meneghetti para a prefeitura da capital e acabou por se repetir em todos os pleitos estaduais seguintes: 1954, 1958 e 1962<sup>16</sup>, sendo vitoriosa em dois deles, 1954 e 1962. A formação da FD serviu ainda para consolidar os processos de “udenização” e “desgetulização” do PSD gaúcho, colocando essa seção do partido como dissidente do PSD nacional, fato que fica demonstrado no apoio dos pessedistas gaúchos à Juarez Távora (UDN), em 1955 (Ibid., p. 221) e Jânio Quadros (PDC), em 1960 (Ibid., p. 295), contra os candidatos do próprio PSD que fez coligação nesses pleitos com o PTB. O partido sempre manteve sua presença na Assembleia gaúcha durante todo o período.

*Partido Trabalhista Brasileiro (PTB):* Se o PSD estava vinculado principalmente ao aparelho político do Estado Novo e às interventorias estaduais, o PTB “alicerçou sua organização nos sindicatos urbanos e na burocracia do Ministério do Trabalho” (DELGADO, 2003, p. 140). O partido “aproveitava a estrutura dos sindicatos ‘oficiais’ estabelecidos durante o Estado Novo” (FLEISCHER, 1981, p. 49). Além de angariar o apoio à Vargas e

---

<sup>16</sup> Em 1962 a FD recebe a participação de mais partidos, formando assim a ADP.

Dutra entre o operariado dos centros urbanos (Ibid.), o PTB possuía outros dois objetivos quando da sua fundação: “defender o conjunto da legislação trabalhista na nova ordem democrática e servir como anteparo ao potencial crescimento do PCB junto à classe operária” (DELGADO, 2003, p. 141).

Apesar de sua gênese estar ligada ao aparelho sindical do Estado Novo, o PTB destacou-se no período por ser a única entre as maiores agremiações que “apresentou programa mais nítido e bem definido quanto a metas e projetos, incluindo questões de ordem política e econômica além de proposições de forte cunho social” (Ibid., op. cit.). Talvez por sua melhor definição programática em relação às outras agremiações, o PTB foi o partido que mais cresceu durante o período pluripartidário, iniciado em 1945 (Ibid.). Esse fato contrasta com sua origem, já que, diferente de PSD e UDN, o PTB não possuía uma “base organizacional partidária, tendo inicialmente servido somente como um instrumento de mobilização do voto operário” (SOARES, 1981, p. 8). Como coloca Soares, em 1945, o partido não tinha grande organização, concorrendo em somente 14 unidades da federação, de um total de 21. A situação só mudou em 1947, na eleição dos legislativos estaduais, quando “graças a um trabalho de estruturação e de *organização* partidária, o PTB compareceu às urnas em todas as 21 unidades” (Ibid., op. cit.).

Contrastando com suas origens, após a morte de Vargas, o PTB conseguiu se desvincular de certa maneira da figura de seu “mentor”, embora nunca tenha chegado a se separar totalmente. Segundo Delgado, com a morte de Getúlio, em 1954, o partido “começou a ganhar maior autonomia em relação ao personalismo varguista” (2003, p. 143), fato que lhe permitiu liberar-se de um trabalhismo getulista e vincular-se a um trabalhismo mais reformista. Essa transformação no PTB foi um dos fatores que acabou por afastá-lo de seu antigo aliado, o PSD, inclusive em nível nacional.

Como já mencionado anteriormente, no Rio Grande do Sul, a aliança entre PTB e PSD não chegou a funcionar, pois, a partir de 1947, os dois partidos passaram a polarizar a disputa política gaúcha. Tal divisão ocorrida entre as forças getulistas no estado é atribuída pela historiografia à composição do PTB gaúcho, formado por três correntes. Cánepa (2005, p. 107) e Fleischer (1981, p. 50), expõem em seus trabalhos a classificação elaborada por Miguel Bodea<sup>17</sup> para o PTB gaúcho. As correntes seriam: 1) a Sindicalista; 2) a Doutrinário-Pasqualinista; e 3) a Pragmática-Getulista. As duas primeiras participaram da fundação e

---

<sup>17</sup> Referimo-nos aqui a BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no RS**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

formação do PTB, entre 1945 e 1946. A última acabou ingressando no partido aos poucos, entre 1947 e 1950, após o rompimento das lideranças pessedistas do estado com Vargas.

A corrente Sindicalista estava vinculada à Ala Trabalhista do PSD já citada, que aos poucos começou a se afastar da cúpula do partido, envolvida com a campanha presidencial de Eurico Dutra (CÁNEPA, 2005). Com a autorização de Vargas esse grupo desligou-se do PSD para participar da fundação do PTB gaúcho, em setembro de 1945. Segundo Fleischer, esses sindicalistas “eram ‘pelegos’ ligados a manipulação do Ministério do Trabalho” (1981, p. 50).

Entretanto, o grande diferencial do PTB gaúcho estava relacionado à corrente Doutrinário-Pasqualinista. Tal corrente tinha origem, segundo Bodea, em um círculo de intelectuais progressistas “agrupados em torno de um pensador teórico, o advogado Alberto Pasqualini” (apud CÁNEPA, 2005, p. 107). Embora fosse oriundo do antigo PL, Pasqualini não assumiu compromissos com esse grupo e publicou, em 1945, “suas ‘sugestões para um programa de governo’ no qual defende uma série de ideias social reformistas” (Ibid., p. 107). Foi criado, então, um movimento em torno das ideias políticas e sociais de Pasqualini, a União Social Brasileira (USB). Esse grupo passou a defender o princípio “solidarista”, em contraponto ao “capitalismo individualista” (Ibid., p. 108). José Vecchio, liderança da corrente sindicalista acabou por fazer os primeiros contatos com a USB, que firmou, com o PTB, um Termo de Compromisso Político, em outubro de 1945. A fusão definitiva ocorreu somente em 1946, no contexto da preparação para as eleições estaduais.

Bodea defende que a aproximação entre PTB e USB deu ao partido um “caráter distintivo no seio do PTB nacional” (apud CÁNEPA, 2005, p. 109). A razão para isso é o fato de que o PTB gaúcho foi a única seção que absorveu um movimento de esquerda, mesmo que reformista, e com um grau de elaboração doutrinária. Essa composição tem duas consequências: 1) o PTB adquiriu uma conotação de partido de esquerda; e 2) o PSB acabou com pouco espaço no Rio Grande do Sul.

Alguns processos somam-se a essa fusão entre PTB e USB e acabam por influenciar no afastamento do primeiro em relação ao PSD. Segundo Cánepa, dois processos são importantes nesse contexto (Ibid., p. 114). São eles: o desgaste entre Vargas e o PSD e o crescimento do PTB em âmbito nacional. O fato é que, em julho de 1945, o PSD já havia lançado a candidatura de Walter Jobim para concorrer ao governo do estado nas eleições de 1947, entretanto, começa a crescer o apoio a uma candidatura de Alberto Pasqualini, pelo PTB. Dessa forma, “a dinâmica estadual foge ao controle estrito de Vargas” (Ibid., p. 115) e a despeito de sua vontade as duas candidaturas acabam lançadas, colocando PTB contra o PSD.

Somam-se a isso as atitudes do Governo Dutra, que reprimia as greves e o movimento sindical, afastando também a corrente sindicalista do PTB de um acordo com o PSD (Ibid.).

Por fim, em novembro de 1946, Vargas acaba definindo seu apoio à candidatura Pasqualini. Esse é o início de outro processo: após a tomada de posição por Vargas, a direção do PSD gaúcho se divide. A ala “dutrista” exigia que Getúlio abandonasse a cadeira no Senado, ao passo que a ala “getulista” rompeu com o PSD. Ocorreu, então, a migração de lideranças getulistas do PSD gaúcho para o PTB gaúcho, formando assim a ala Pragmática-Getulista (CÁNEPA, 2005, p. 116). Esse processo culminou nas eleições de 1950, quando se deu o afastamento completo dos getulistas do PSD gaúcho e a formação da dissidência do mesmo, o Partido Social Democrático Autonomista (PSDA). O próprio Vargas saiu do PSD, em 1948 (FLACH; CARDOSO, 2007, p. 65). É também, a partir de 1950, que o PSD começa a aproximar-se do PL e da UDN, como já mencionado.

Cánepa (2005) destaca as eleições de 1947 como definidoras de alguns contornos do sistema partidário que se estabelecia, como a relação de Vargas com PSD e PTB e a composição das elites partidárias. É desse momento até a campanha eleitoral de 1950 que se definiram quais aspectos da herança varguista estavam relacionados a cada partido, afinal, nesse período “Vargas simbolizava, ou poderia simbolizar, coisas distintas” (FLACH; CARDOSO, 2007, p. 66).

As eleições de 1947 marcariam o início do crescimento do PTB, que assumiu o papel de maior partido do estado. Modificações ocorreram no PTB após a morte de Vargas, assim como novas lideranças surgiram, especialmente Fernando Ferrari, João Goulart e Leonel Brizola. A partir da morte de Getúlio, e mais marcadamente a partir do início do Governo Brizola, em 1959, o partido passou a sofrer com dissidências. Dentre essas se destaca principalmente a liderada por Fernando Ferrari, o MTR, que será abordado separadamente. Além de chegar ao governo do estado, em 1950 e 1958, o PTB sempre manteve a maior bancada do Parlamento Gaúcho, durante o período democrático.

*União Democrática Nacional (UDN):* A UDN foi um dos partidos que surgiu de uma ampla frente de oposição à Vargas e ao Estado Novo (BENEVIDES, 1981). O partido acabou por se notabilizar no período de 1945-1964 pela crítica a Getúlio, ao getulismo e a toda sua herança política, o que colocava o trabalhismo e o PTB como seu principal alvo (DELGADO, 2003). Configurou-se como o grande adversário de PTB e PSD em âmbito nacional e, como colocou Delgado (2003), foi o principal ancoradouro e baluarte do antigetulismo. Sua composição inicial, segundo Maria Victoria Benevides, contava com diversos grupos: 1) os

membros das oligarquias derrotadas, em 1930, com destaque para os perrepistas paulistas, liderados por Júlio Prestes, e os perrepistas mineiros, liderados por Artur Bernardes; 2) os antigos aliados de Getúlio, dentre os quais se encontravam ex-membros da Aliança Liberal, como Borges de Medeiros, que rompeu com Vargas, em 1932, e Flores da Cunha, que rompeu com o presidente, em 1937; 3) os que participaram do Estado Novo e romperam com Vargas, antes de 1945, como foi o caso de Oswaldo Aranha e Ademar de Barros; 4) os grupos liberais com forte identificação regional, como era o caso dos libertadores no Rio Grande do Sul, liderados por Raul Pilla, ou os liberais mineiros; 5) grupos de esquerda não vinculados ao Partido Comunista, especialmente políticos de tendências socialistas, que posteriormente formaram a Esquerda Democrática e o PSB (BENEVIDES, 1981, p. 97). Todos esses grupos organizaram-se, em abril de 1945, tendo como base a rejeição a Getúlio Vargas, para fundar a UDN. No entanto, no segundo semestre do mesmo ano, alguns desmembramentos já eram registrados, dos quais surgiram pequenos partidos, como o PR, o PSP e o PL. Esses são colocados como partidos satélites da UDN (Ibid.).

Como bem destaca Benevides (1981), a trajetória da UDN foi marcada por contradições. Para se chegar a essa conclusão basta analisar as origens do partido – liberais lutando contra a Ditadura do Estado Novo – em comparação com a sua relação com o processo democrático durante a década de 1950. Sempre inconformada com os resultados que davam a vitória a seus adversários, “a UDN tentou impugnar as eleições, alegando que os candidatos vitoriosos não haviam alcançado maioria absoluta dos votos, requisito que não estava previsto na legislação eleitoral do Brasil” (DELGADO, 2003, p. 138). Nesses episódios o partido já “deixava despontar certa orientação antidemocrática, que se exacerbava em momentos históricos subsequentes” (Ibid., op. cit.), como no Golpe de 1964.

Era um partido de composição diversificada, no entanto, fundamentalmente elitista. Ao analisar quem estaria representado na UDN, Benevides afirma que era mais fácil dizer quem não estava: as camadas populares. Fora isso, o partido representaria interesses de “grupos da grande burguesia, tanto industrial e comercial como latifundiária”, assim como “grupos da pequena burguesia, tanto empresarial [...] como profissional (BENEVIDES, 1981, p. 101). Se tornou comum a noção de que a UDN era o partido “das classes médias urbanas e ao mesmo tempo o das oligarquias rurais” (Ibid., p. 100). Foram marcantes os momentos em que a UDN conseguiu mobilizar as classes médias para suas campanhas, tendo como elemento catalizador sempre o moralismo e o combate a corrupção.

Dessa forma, segundo Benevides, as contradições da UDN são contradições próprias do liberalismo brasileiro: “uma feição *elitista* de um liberalismo *limitado*, restrito (Ibid., p.

105). O liberalismo defendido pela UDN se restringia ao livre jogo da economia e da propriedade privada e “à concepção clássica do liberalismo e dos direitos individuais” (Ibid., op. cit.). No entanto, esses elementos não levam à democratização da sociedade. E é aí que está o ponto principal do liberalismo da UDN: o receio quanto à extensão de participação política, o que supõe reservas quanto aos direitos políticos” (BENEVIDES, 1981, p. 105). Essas reservas se refletiam na crença “de que ‘o país não está amadurecido para um verdadeiro regime democrático porque o povo não sabe escolher seus representantes’” (Ibid., p. 106). A autora chega a definir três pontos pelos quais seria possível estudar o udenismo: o elitismo e o liberalismo restrito; o moralismo; e o militarismo e o anticomunismo.

Nacionalmente, o partido apresentou por três vezes candidato próprio para a corrida presidencial e sempre foi derrotado: Eduardo Gomes, em 1945 e 1950, e Juarez Távora, em 1955. A presidência da República era o seu objetivo principal e “no dizer de um de seus líderes, atingi-la seria, afinal, a ‘consagração nacional do partido’. Talvez por isso tenha apoiado Jânio Quadros, candidato muitas vezes hostil à UDN (Ibid., p. 94). Por isso, também, as frequentes contestações aos resultados eleitorais e o apelo aos militares e ao golpismo<sup>18</sup>.

Em âmbito estadual, a UDN tem origem nos quadros do antigo PRR (CÁNEPA, 2005), com exceção, obviamente, dos getulistas que ingressaram no PSD. Borges de Medeiros, liderança do PRR que apoiou os paulistas contra Vargas na Revolução Constitucionalista de 1932, logo que assumiu a chefia do partido declarou apoio à candidatura de Eduardo Gomes à presidência da República. Somaram-se a Borges, Flores da Cunha, ex-membro do PRR e posteriormente líder do PRL, e Oswaldo Aranha, Ministro de Getúlio até 1944 (BENEVIDES, 1981), mas que rompeu com o ditador e participou ativamente da articulação da oposição em nível nacional (CÁNEPA, 2005). Com o registro provisório obtido pela UDN, o PRR e o PRL uniram-se novamente, agora em uma sigla nacional. Dessa forma, as lideranças que vão ajudar a constituir a UDN gaúcha, “correspondem a três cisões decorrentes de três diferentes momentos das relações de Vargas com seus antigos correligionários do PRR (1932, 1937, 1944)” (Ibid., op. cit.).

Como colocam Ângela Flach e Claudira Cardoso, a despeito do peso das lideranças com as quais contava a UDN o partido “não conseguiu atrair grandes contingentes eleitorais”. As autoras atribuem a fraqueza da UDN gaúcha a “um leque maior de opções com roupagens diferenciadas das práticas políticas já implementadas por esses líderes” (2007, p. 62). As

---

<sup>18</sup> Sobre as tentativas golpistas da UDN e dos conservadores no contexto de 1945-1964 ver: FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. Livro. 3. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a. p. 301-342.

eleições estaduais de 1947 acabaram por demonstrar a pouca força da UDN no estado, principalmente ao considerarmos a inexpressiva bancada do partido na Assembleia Legislativa, contando com somente quatro representantes (CÁNEPA, 2005, p. 122). Essa não era uma peculiaridade do Rio Grande do Sul, já que em “estados onde outros partidos ergueram a bandeira da oposição efetivamente”, como o caso do PSP em São Paulo “a UDN era uma unidade partidária mais fraca” (FLEISCHER, 1981, p. 60).

No caso gaúcho, a oposição ficou por conta do PSD. Por outro lado, a fraqueza da UDN acaba se relacionando a outro aspecto do sistema partidário gaúcho, pois, segundo Cánepa (2005), o PL acabava complementando a força partidária da UDN. Não por acaso, os dois partidos uniram-se nas eleições de 1947 e se mantiveram juntos por quase todo o período em âmbito estadual, não concorrendo em coligação somente nas eleições de 1950. Essa aliança passou a contar também com o PSD, em 1951, na disputa pela prefeitura de Porto Alegre, consolidando a aproximação desse partido com os antigos adversários antigetulistas, PL e UDN. A coligação chamava-se Frente Democrática e acabou vitoriosa nas eleições de 1954 para o governo do estado, elegendo Ildo Meneghetti, do PSD (Ibid.). Em 1962, a FD recebeu a participação de PRP, PDC e PSP, o que deu origem à ADP. No legislativo gaúcho a UDN sempre manteve sua presença, mesmo com pequenas bancadas.

*Partido Libertador (PL):* A frente antigetulista que ajudou a formar a UDN, nacionalmente, apresentou desmembramentos em pequenos partidos no segundo semestre de 1945. O PL foi um dos partidos surgidos desses desmembramentos. Segundo Fleischer, o partido possuía “suas bases no Rio Grande do Sul, Bahia e poucos outros estados” (1981, p. 61). Pode ser caracterizado como um partido regional e sua história está intrinsicamente ligada ao Rio Grande do Sul. O PL remonta aos federalistas do estado (FLACH; CARDOSO, 2007) e já surgiu com características regionais em 1945: nas eleições desse ano o partido “obteve 51 mil votos no Rio Grande do Sul, em um total de 57 mil” (SOARES, 1981, p. 10). Como as histórias nacional e regional do Partido se confundem, acabaremos falando somente de suas características no Rio Grande do Sul, estado onde o PL foi mais forte.

O partido se originou, no contexto pós-1945, ainda sob a liderança de Raul Pilla, “oposição declarada a Vargas desde outubro de 1937”, que foi um dos primeiros a prestar apoio à candidatura Eduardo Gomes (CÁNEPA, 2005, p. 104). Pilla havia se retirado da presidência do partido no mesmo período que rompeu com Vargas e quando convocou uma reunião para a reorganização do PL foi questionado em sua legitimidade, principalmente pelos membros do antigo PL que permaneceram ligados a Vargas e que participaram do Estado

Novo. Apesar dessa disputa com os membros do PL estadonovistas e de participar da constituição da junta estadual da UDN, Pilla acabou eleito presidente do PL após um congresso do partido realizado em Bagé, em agosto de 1945. Quando o partido conseguiu o registro no mês seguinte, já iniciou sua aliança com a UDN, mas procurando manter sua individualidade partidária (CÁNEPA, 2005, p. 105). Já os getulistas do antigo PL acabaram ingressando no PSD, exceto Alberto Pasqualini.

A aliança PL-UDN se perpetuou por quase todo o período de existência desses partidos. Como já dito, o PL complementava a força da UDN gaúcha. Em 1945, os libertadores apoiaram Eduardo Gomes na candidatura à presidência, enquanto em 1947 a aliança lançou o líder libertador Décio Martins Costa ao governo do estado, ficando em terceiro lugar no pleito. O único momento em que PL e UDN não estiveram coligados em nível estadual foi nas eleições de 1950, ainda que a coligação persistisse nacionalmente, apoiando Eduardo Gomes à presidência. Para os libertadores era difícil participar de uma coligação que contava com o PSD e o PRP, já que PL foi oposição ao Governo Jobim (PSD), eleito em 1947, durante todo o período. Além disso, uma coligação com os integralistas do PRP viria a contrariar sua longa tradição liberal (Ibid.). Esse problema parece ter sido superado, primeiro com a aliança, em 1951, com o PSD e a UDN para a eleição à prefeitura de Porto Alegre e depois pela formação da grande coligação liberal-conservadora, em 1962, que contava, entre outros partidos, com os integralistas do PRP. Como já referido também, a aliança entre PSD, PL e UDN teve início em 1951 e se perpetuou desde então em todas as eleições estaduais. O PL sempre teve representantes no Parlamento Estadual.

*Partido de Representação Popular (PRP):* O PRP “nasceu sob a bandeira da *Ação Integralista Brasileira (AIB)*” (FLEISCHER, 1981, p. 58) e apresentava-se como herdeiro do integralismo dos anos 1930 (FLACH; CARDOSO, 2007). Segundo Gilberto Calil, o integralismo “defendia uma reorganização corporativa do Estado, de acordo com os moldes fascistas, utilizando-se de um discurso radicalmente anticomunista, antiliberal e ultranacionalista, com forte conteúdo espiritualista” (2005, p. 55). A fundação do PRP serviu, portanto, para rearticular o movimento integralista. O novo contexto político, entretanto, fez com que Plínio Salgado, principal liderança do movimento e do partido, passasse a negar o caráter fascista do mesmo. Dessa forma, “o PRP abandonou a característica abertamente insurrecional da AIB e os aspectos simbólicos que mais claramente denunciavam seu caráter fascista – uniforme, saudação, juramento de fidelidade ao ‘Chefe Nacional’, etc.” (Ibid., p. 56). Mesmo com esse recuo tático tendo em vista o novo contexto político, como coloca Calil,

o partido e o movimento mantiveram seu forte caráter anticomunista, assim como sua defesa de um conceito elitista de democracia (Ibid.).

Calil afirma ainda que, impedidos pelo novo contexto político de defender a instalação de um Estado fascista, os integralistas desempenharam o papel de “‘cães de guarda’ da ordem estabelecida, seja através da defesa de restrições ao exercício da democracia, seja através da propaganda e mobilização anticomunista” (2005, p. 56). Mesmo a aceitação da democracia representativa não impedia que os perrepistas defendessem a censura, a intervenção em sindicatos e entidades estudantis e as restrições de liberdades públicas (Ibid., op. cit.).

Do ponto de vista organizacional o partido é classificado por Gláucio Soares (1981) como um dos que construiu suas bases organizacionais progressivamente, competindo em 11 estados no ano de 1945 e passando a 18 em 1947. Inicialmente, seus votos provinham de três estados: Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. Entretanto, considerando todo o período entre 1945 e 1964, sua força eleitoral esteve sempre ligada às zonas de colonização italiana e germânica no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo (CALIL, 2005).

Eleitoralmente, Calil aponta que o PRP teve “oscilações táticas” (Ibid., p. 58) durante todo o período e para isso basta analisar as alianças levadas a cabo pelo partido em cada eleição. Do apoio a Dutra (PSD), em 1945, os perrepistas passaram à coligação com a UDN de Eduardo Gomes, em 1950, adversária do PSD. Entre 1952 e 1955, adotaram uma linha mais autônoma, com coligações próprias, como a de Plínio Salgado à presidência (1955) e Wolfran Metzler ao governo do Rio Grande do Sul (CÁNEPA, 2005). A partir de 1957, o PRP passou a apoiar o governo JK e nesse período realizou coligações com o PTB, dentre as quais se destaca no Rio Grande do Sul, a coligação que elegeu Leonel Brizola, em 1958, ao governo do estado (CALIL, 2005). Mesmo apoiando a candidatura do Marechal Lott em 1960, com a vitória de Jânio Quadros aderiu ao seu governo. O fato é que nas eleições estaduais o eleitorado perrepistas podia ser decisivo e seu apoio era negociado por cargos ou recursos financeiros (Ibid.).

No estado, o PRP apresentou as mesmas características que foram expostas sobre o partido em âmbito nacional. Sua força eleitoral advinha das regiões coloniais, tanto germânicas quanto italianas, zonas de pequenas propriedades rurais (CÁNEPA, 2005). O PSD – que no estado se afastou do PTB – nas preparações para as eleições estaduais de 1947 procurou o apoio do PRP para a candidatura de Walter Jobim. Um acordo entre os dois partidos foi firmado em dezembro de 1946 (Ibid.). Esse apoio perrepista a Jobim foi preponderante para que a campanha do PSD impedisse a penetração do adversário direto,

Alberto Pasqualini, do PTB, na zona colonial. Nessa eleição, os integralistas conseguiram obter quatro representantes no legislativo gaúcho (Ibid.).

Em 1950, a exemplo do que ocorria em nível nacional, o PRP prestou apoio a UDN, que no estado se aproximava cada vez mais do PSD, como já mencionado. Essa aliança acabou se efetivando no estado porque o PSD aceitou apoiar a candidatura de Plínio Salgado ao Senado. Esse, por sua vez, era aliado nacional da UDN (CÁNEPA, 2005). Com isso, os três partidos lançam ao governo do estado a candidatura de Cylon Rosa que, no entanto, acabou derrotada pela aliança PTB-PSP-PSDA, do candidato Ernesto Dornelles. Segundo Cánepa, “tudo indica [...] que boa parte do eleitorado do PRP tenha votado em Dornelles” já que muitos eleitores das regiões coloniais “tinham uma dívida para com Dornelles que, ao suceder o implacável general Cordeiro de Farias na interventoria do Estado em 1943, havia corrigido os ‘excessos’ cometidos na primeira fase dos programas de brasilianização” (Ibid., p. 155).

Ainda que a aliança com Brizola e o PTB só tenha sido vitoriosa em 1958, um “ensaio” malsucedido dessa coligação aconteceu nas eleições municipais de Porto Alegre, em 1951. Com a desconfiança dos liberal-conservadores de que as bases do PRP tivessem votado em Dornelles no ano anterior, Brizola buscou uma aproximação com os integralistas (Ibid.). No entanto, o candidato petebista foi derrotado, aproximando-se do PRP novamente só sete anos depois. Foi a partir desse período que o partido iniciou a já referida fase de autonomia, apresentando candidaturas próprias, como a de Wolfran Metzler, em 1954, ao governo do Rio Grande do Sul.

Nessa conjuntura, o PRP não se aproxima nem do PTB, representado pela candidatura do ideólogo Alberto Pasqualini, nem da já montada FD (PSD-PL-UDN) (Ibid., p. 177). O partido acabou crescendo eleitoralmente e foi a relação hostil com a FD durante a campanha que acabou influenciando ainda mais a postura de oposição ao governo Meneghetti, recém-eleito, bem como a aproximação com o PTB novamente em 1958 (Ibid., p. 218). A permanência da aliança com o PTB e o apoio ao Governo Brizola permaneceu até 1961, quando o governador encabeçou mais fortemente a pauta das reformas, inclusive nacionalmente, além da Campanha da Legalidade, para garantir a posse de João Goulart na presidência (Ibid., p. 280). Após essa ruptura o PRP voltou a se aliar aos partidos liberal-conservadores nas eleições de 1962, formando a ADP (Ibid., p. 301-302), e acabou por ter “uma intervenção relevante no processo que conduziu ao golpe civil-militar de 1º de abril de 1964” (CALIL, 2005, p. 63).

*Partido Democrata Cristão (PDC)*: Assim como o PL e o PRP, o PDC era um partido que possuía força em determinadas regiões, não possuindo seções em vários estados brasileiros. Inicialmente, pode-se dizer que o partido possuía sua força concentrada no estado de São Paulo, pois de um total de cem mil votos obtidos nas eleições de 1945, 64 mil foram nesse estado (SOARES, 1981). Isso se deve muito ao fato de sua fundação ter se dado nessa unidade federativa. Segundo Lorena Monteiro, o PDC foi o partido que mais cresceu entre 1954 até a extinção dos partidos, em 1965 (2013, p. 268). Também segundo a autora, quando da sua fundação, em 1945, o partido “acabou alinhando-se à UDN que articulava todos os oposicionistas de Vargas” e “só conseguiu se estabelecer politicamente com a crise da democracia populista” (Ibid., p. 269), deixando assim de ser um partido satélite da UDN. No contexto da redemocratização pós-1945 o PDC estava “em sintonia com aqueles que pretendiam reorganizar o sistema político brasileiro, ou seja, os partidos contrários ao que o Estado Novo representou” (Ibid., p. 270). Essa oposição à Vargas é o que talvez tenha permitido a outros autores, como Benevides (1981) e Vianna (1981), afirmarem que o PDC era uma UDN católica.

A permanência do PDC como um partido auxiliar da UDN permaneceu pelo menos até meados da década de 1950, quando ocorreu um realinhamento partidário que levou o partido a se voltar para o reformismo (Ibid., p. 269). Essa mudança está relacionada à inclusão de novos grupos no partido, mais especificamente militantes da Vanguarda Democrática, de São Paulo. Esse grupo era composto por militantes da Ação Católica Brasileira e da Juventude Universitária Católica (Ibid., p. 271) e para Áureo Busetto, foi o autêntico grupo democrata cristão no Brasil (Ibid., p. 273). Antes da entrada da Vanguarda, o PDC, sob o comando de Arruda Câmara, “imprimiu um exacerbado anticomunismo” (Ibid., p. 274). Baseada em outros estudos, como o de Busetto (2002) e Sandro Anselmo Coelho (2000), Monteiro afirma que nesse período “a lógica interna do PDC estava calcada entre o conservadorismo e o clientelismo político” (2013, p. 274), pois o partido era usado por políticos que só estavam interessados em “disputar eleições ou barganhar seu apoio com os núcleos decisórios do poder em troca de favores pessoais” (BUSERO, 2002, p. 83 apud MONTEIRO, 2013, p. 274), bastava que fossem católicos e anticomunistas.

Após a entrada da Vanguarda Democrática no partido e em um contexto em que “os partidos foram forçados a terem funções ideológicas mais claras” (Ibid., p. 272), devido à entrada de temas controversos na agenda política, ao final do governo JK, as ideias desse grupo foram bem posicionadas no PDC. Mais notadamente, a convenção nacional do partido, em 1961, acabou por modificar seu programa, com a ajuda e influência do grupo reformista,

que advinha da Vanguarda Democrática. Desse modo, o PDC “aliou-se ao reformismo de João Goulart” (Ibid., p. 271) e tentou se firmar como terceira via, aproximando-se dos exemplos da democracia cristã internacionalmente. No entanto, as lideranças do partido, relacionadas aos grupos moderados e conservadores acabaram apoiando o Golpe de 1964 e a candidatura de Castelo Branco, ao passo que boa parte dos reformistas foi cassada.

No Rio Grande do Sul, o PDC foi organizado tardiamente se comparado a outros partidos, somente em 1953, participando de sua primeira eleição, em 1954 (FLACH; CARDOSO, 2007). Nessas eleições os pedecistas prestaram apoio à FD e à candidatura de Ildo Meneghetti ao governo do estado (CÁNEPA, 2005). Os fundadores do partido no Rio Grande do Sul eram oriundos das Congregações Marianas dos Colégios Jesuítas, mais notadamente, do Colégio Anchieta, em Porto Alegre. Lorena Monteiro (2013) atribui essa demora na formação do partido no estado ao fato de os líderes da intelectualidade católica se encontrarem nos partidos já existentes. Depois de apoiar a FD, em 1954, o PDC manteve-se neutro nas eleições de 1958, decidindo “investir nas eleições proporcionais, Câmara e Assembleia, deixando em aberto o apoio aos candidatos do Governo do Estado” (CÁNEPA, 2005, p. 224). Foi nessa eleição que o partido conseguiu sua estreia no legislativo estadual, com duas cadeiras.

Essa neutralidade, entretanto, durou até 1959, quando o PDC juntou-se ao PL para lançar a candidatura de Loureiro da Silva, dissidente do PTB, à prefeitura de Porto Alegre (MONTEIRO, 2013). No ano seguinte o partido ainda lançou outro dissidente trabalhista à vice-presidência, o ex-deputado federal Fernando Ferrari (CÁNEPA, 2005). No entanto, apesar desse contato com ex-trabalhistas, o PDC acabou por aproximar-se dos partidos liberal-conservadores nas eleições estaduais de 1962, fazendo parte da ADP. Dessa forma, o PDC gaúcho definiu-se por oposição ao PTB e ao reformismo, diferente do grupo paulista (MONTEIRO, 2013).

Monteiro (2013) e Cánepa (2005) dão uma explicação semelhante para o conservadorismo do PDC gaúcho: para elas o espectro político-ideológico do estado tem influência nessa questão, pois “o PDC, enquanto mantinha-se numa posição neutra, não se aproveitou da ligação que estabeleceu com Loureiro da Silva e [...] Fernando Ferrari”. Sendo assim, Ferrari levou “seu *reformismo trabalhista* para o MTR” (MONTEIRO, 2013, p. 278, grifo da autora) que, transformado em partido, criou “seu espaço próprio empurrando novamente o PDC ao encontro dos partidos conservadores tradicionais do Estado, os quais se unem para formar a ADP, em 1962” (CÁNEPA, 2005, p. 383). Dessa forma, o espaço ocupado pelo PDC paulista, com a influência interna da Vanguarda Democrática, foi ocupado,

no Rio Grande do Sul, pelo MTR. Esse fator fez com que boa parte do PDC gaúcho apoiasse o Golpe de 1964 e a maioria de seus membros ingressasse na ARENA.

*Movimento Trabalhista Renovador (MTR)*: Originado a partir da cisão do deputado federal Fernando Ferrari com o partido que ajudou a fundar (BOMBARDELLI, 2011), o MTR “nunca passou de um pequeno partido e, entre estes, foi o de vida mais curta” (BASTOS, 1981, p. 114). Ainda que só tenha aparecido como partido em 1961 (FLACH; CARDOSO, 2007), as origens do MTR devem ser buscadas ainda em 1959, quando Ferrari iniciou seu rompimento com o PTB, ao apoiar a candidatura de outro dissidente do PTB – Loureiro da Silva – à prefeitura de Porto Alegre, pelo PDC com apoio do PL, e ao lançar sua candidatura à vice-presidência da República para o ano de 1960 (CÁNEPA, 2005).

Vários estudos divergem sobre as causas do rompimento entre Ferrari e seu grupo com o PTB. Maura Bombardelli (2011) expõe a discussão historiográfica em torno do tema da cisão trabalhista e acaba por aproximar-se mais da explicação de Lucília Delgado (2001), segundo a qual a solução conciliatória realizada pela “tendência” de João Goulart dentro do PTB, a pragmática-reformista (p. 106), juntando o discurso dos doutrinários – tendência na qual Delgado classifica Ferrari – e a prática dos getulistas, embora tenha fortalecido o partido, não foi suficiente para o grupo ferrarista. Essa tentativa de conciliação não foi bem-sucedida na manutenção da integridade do partido, segundo a autora, porque, por mais que algumas críticas dos doutrinários tenham sido ouvidas, outras “como o unipessoalismo decisório e os critérios de ocupação de cargos públicos jamais seriam revistas pelos pragmáticos” (Ibid., p. 109).

Bombardelli (2011) ainda procura afirmar que o viés ideológico impresso por Ferrari na cisão não deve ser visto como mera estratégia para combater Jango e Brizola. Nesse ponto a autora está discordando do trabalho de Maria Celina D’Araújo (1996), que sustenta que a cisão do PTB “exemplificaria um caso típico de disputa interna pelo poder e de rivalidades de chefias inadmissível num partido como o PTB” (D’ARAÚJO, 1996, p. 128). Essa perspectiva também está presente em alguma medida nos trabalhos de Suely Bastos (1978; 1981). Para a autora, a cisão do MTR com o PTB “se dá frente ao progressivo estabelecimento da ala brizolista dentro do partido e que o fulcro, tanto do brizolismo quanto da cisão interna desencadeada por Ferrari, é a regionalização decisória do PTB bem como sua experiência de governo estadual” (1981, p. 116). Bastos sustenta que a “importância estratégica da seção gaúcha dentro do PTB” (Ibid., p. 118) e a experiência iniciada por Brizola no governo do Rio Grande do Sul em 1959 são centrais para entender a criação do MTR. Como bem resume

Bombardelli, “Ferrari teria, de acordo com a autora, uma posição mais conservadora” que Brizola, que preferia apostar na política mobilizatória (2011, p. 107).

No entanto, ainda que se aproxime mais da explicação e Delgado (2001) e discorde das explicações de D’Araújo (1996) e Bastos (1981), Bombardelli (2011) ainda admite na conclusão de seu artigo que “não se pode negar que a fração [ferrarista] buscou orientar-se para o poder, ensejando o acirramento do confronto com as lideranças do partido (Ibid., p. 109). Pensamos que as explicações de Bastos e D’Araújo, que são, em parte, admitidas por Bombardelli, acabam por melhor dar conta do caso da cisão do PTB que deu origem ao MTR, principalmente, se analisarmos as ações e alianças do partido no seu curto período de existência. Ainda que houvesse uma divergência ideológica de Ferrari com a cúpula do PTB, tal fato acaba ficando diminuído ao analisarmos a aproximação do MTR com os partidos conservadores no estado, os quais o grande líder do partido dizia repudiar. Nesse sentido é preciso concordar com D’Araújo, que afirma que Ferrari, ao perder a disputa interna, “partiu para criar *seu* partido, tão personalista e tão centralizador quanto o PTB” (D’ARAÚJO, 1996, p. 128-129, grifo da autora).

Do ponto de vista de suas ações em âmbito estadual, Ferrari aproximou-se, desde os primeiros momentos da cisão, em 1959, de partidos liberal-conservadores. Nas eleições municipais de 1959 apoiou a candidatura de Loureiro da Silva, que tinha o PL na coligação (CÁNEPA, 2005). No final de 1961, quando já estava organizando o MTR, Ferrari quase participou da grande coligação conservadora que acabou formando a ADP (PSD-PL-UDN-PRP-PDC), para concorrer às eleições estaduais de 1962, contra o candidato do PTB. A participação do MTR na coligação não ocorreu porque em abril de 1962 o partido decidiu romper com a comissão interpartidária que estudava qual seria a indicação para concorrer ao governo do estado. Ferrari decidiu ser o candidato do MTR, concorrendo sem coligação. Sobre o financiamento da campanha Ferrari, Cánepa afirma que “a maioria das fontes confirma Fernando Ferrari entre aqueles candidatos financeiramente apoiados pelo complexo IPES/IBAD” (Ibid., p. 330), institutos envolvidos na conspiração contra o governo Goulart e que contribuíram fortemente para o Golpe Civil-Militar de 1964, como mostra a obra de René Dreifuss (1981). O autor chega a mencionar Ferrari entre os que foram financiados pelo complexo. Além disso, na Assembleia Legislativa, o MTR juntou-se com os deputados da ADP para a eleição da Mesa Diretora em dois momentos (Ibid., p. 392, 406).

Fato principal é que, apesar de não sair vitorioso das eleições de 1962, Ferrari e o MTR foram determinantes para a derrota do PTB no estado. Segundo Cánepa, “se não houvesse a cisão no PTB, com a formação do MTR, o PTB ganharia folgadoamente as eleições

de 1962” (Ibid., p. 370). A autora se vale não só da observação, como também de alguns cálculos considerando os votos obtidos por cada partido, comparando com os resultados das eleições de 1958, para chegar a essa conclusão. Os votos tirados pelo MTR do PTB contribuíram para a vitória de Ildo Meneghetti, representando a ADP, um dos governadores que mais contribuíram para a conspiração golpista, que culminou com o Golpe de 1964.

*Aliança Republicana-Socialista (ARS):* Foi uma coligação entre os comunistas, que concorriam pelo PR e parte do PSB, que se uniram para concorrer às eleições de 1962 no legislativo gaúcho. Trataremos a seguir das trajetórias dos dois partidos.

*Partido Republicano (PR):* Era o partido que possuía as origens históricas mais antigas durante o período pluripartidário inaugurado, em 1945, pois foi fundado em 1870 e “sobreviveu à Revolução de 1930 e ao Estado Novo, após ter dominado a política nacional durante a República Velha, na pessoa de seu líder máximo, o ex-presidente Arthur Bernardes (FLEISCHER, 1981, p. 60). Segundo Flach e Cardoso (2007), o PR era herdeiro dos partidos republicanos da Primeira República. Ainda que tivesse essa herança tão antiga, no ano de 1945, o grupo que acabou por fundar o PR, especialmente Arthur Bernardes, fizeram parte da frente antigetulista já mencionada que originou a UDN (BENEVIDES, 1981). O partido foi outro que, assim como PL, surgiu após desmembramentos dessa frente no segundo semestre de 1945. Foi um partido claramente regional, possuindo sua força em Minas Gerais (SOARES, 1981). Em todo o período sempre se aliou a UDN, sendo classificado como um partido conservador (FLEISCHER, 1981).

Concorreu pela primeira vez no Rio Grande do Sul, em 1950, sem eleger nenhum candidato, nem a Câmara, nem à Assembleia e também não se envolvendo na eleição para o governo do estado (CÁNEPA, 2005, p. 153-154). Nas eleições seguintes, em 1954, o PR apoiou a candidatura de José Diogo Brochado da Rocha, dissidente do PTB, que concorria pelo PSP, sem eleger nenhum de seus candidatos novamente.

A história do partido no estado só parece ganhar alguma relevância quando os comunistas, frente à ilegalidade do PCB, assumem a legenda do PR (Ibid.). Segundo, Rodrigo Patto Sá Motta, “o Partido Comunista reagiu à cassação [em 1947] com posturas revolucionárias radicais, desprezando as instituições parlamentares”. Tal política foi revista após 1956, quando o PCB adotou “uma estratégia gradualista de conquista do poder” (MOTTA, 2000, p. 49). A ilegalidade do partido fez com que os comunistas tenham se candidatado por outras legendas. Nas eleições de 1958, o PR, sob o comando dos comunistas,

apoiou a candidatura de Leonel Brizola, da coligação PTB-PRP-PSP e lançou candidato próprio ao Senado (CÁNEPA, 2005). Foi justamente nessas eleições que o PR conseguiu eleger o seu primeiro deputado estadual. Em 1962, o partido uniu-se à parte do PSB e conseguiu manter o seu único representante na Assembleia.

*Partido Socialista Brasileiro (PSB):* O PSB é outro que tem suas origens na frente antigetulista da qual surgiu à UDN (tal qual o PL, o PR, o PSP, etc.) (FLEISCHER, 1981). No entanto, a fundação do PSB só se deu em 1947 e não no segundo semestre de 1945, como foi o caso de PL, PR, PSP, etc. (FLACH; CARDOSO, 2007). O partido veio a substituir a Esquerda Democrática (ED), que de 1945 a 1946 fez parte da UDN (CÁNEPA, 2005). Esse grupo representava o que Benevides chamou de “as esquerdas” (1981, p. 97), que participaram da fundação da UDN e que após dois meses formaram internamente a Esquerda Democrática, grupo composto por políticos e intelectuais de tendências socialistas. Segundo a autora, a Esquerda Democrática se aproximava da UDN na “defesa das liberdades democráticas”, mas “pelo lado da política econômica e propostas de longo prazo” (Ibid., p. 98) os grupos apresentavam distinções que foram cruciais para o afastamento entre ED e UDN e sua posterior identificação com o Partido socialista.

No Rio Grande do Sul, a Esquerda Democrática chegou a concorrer nas eleições de 1947, lançando Bruno de Mendonça Lima para o Senado, assim como candidatos para a Assembleia (CÁNEPA, 2005). No entanto, a agremiação não obteve sucesso, não conseguindo nenhuma cadeira no legislativo estadual. Essa situação acabou mudando nas eleições de 1950, pois, ainda que Mendonça Lima – lançado, agora pelo PSB, ao governo do estado – tenha obtido menos de 1% dos votos (Ibid., p. 152), o partido conseguiu, ao menos, uma cadeira na Assembleia gaúcha. No Rio Grande do Sul comprova-se o que pôde ser observado em todo o Brasil: “contrariando as tendências dos sistemas partidários na Europa Ocidental, o desaparecimento do PCB não fortaleceu o PSB” (FLEISCHER, 1981, p. 57). O PSB gaúcho também não se beneficia pela ilegalidade do PCB, fato atribuído por Cánepa à “posição um pouco mais ‘doutrinária’, para não dizer radical do PTB” no estado (2005, p. 169).

O representante do PSB, Cândido Norberto dos Santos – que inclusive faz parte do grupo de deputados escolhidos para a presente pesquisa – permaneceu na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul até ser cassado, em 1966. No entanto, Norberto só concorreu pelo PSB nos pleitos de 1950 e 1954, quando o partido mantém seu único representante. Nas eleições de 1954, os socialistas chegaram a lançar um candidato ao

governo do estado, apoiado pelo PCB, mas antes do final da campanha sua candidatura acabou retirada, em favor da candidatura de Pasqualini, pelo PTB (Ibid.). Essa proximidade com o PTB e o PCB acabou por mudar radicalmente na preparação para as eleições de 1958, quando o PSB iniciou uma aproximação com os partidos conservadores do estado, especialmente o PL. Isso se deu, principalmente pelo apoio dos socialistas à candidatura de Peracchi Barcellos, da FD (CÁNEPA, 2005, p. 224) e é por isso que Cândido Norberto permaneceu na Assembleia, mas sem eleger-se pelo PSB, pois os candidatos do partido concorreram pelo PL. De 1958 a 1962, no entanto, outra mudança ocorreu, aproximando novamente alguns membros do PSB dos comunistas, que concorriam pelo PR, possibilitando, portanto, a formação da ARS, que elegeu Marino Rodrigues dos Santos para o Parlamento Gaúcho.

*Partido Comunista do Brasil (PCB):* O fim do Estado Novo permitiu o retorno à legalidade do PCB, “que emergia da clandestinidade como único partido nacionalmente organizado” (FERREIRA, 1988, p. 55). O partido apresentava, desde a sua fundação, em 1922, esse caráter de partido nacional, mesmo no contexto pré-Estado Novo e pré-1930, quando essa não era a característica predominante entre os partidos. No contexto da redemocratização, o PCB foi importante na campanha “queremista”, que reivindicava a permanência de Vargas na presidência e uma “Constituinte com Getúlio” (FLEISCHER, 1981, p. 57). Após a deposição de Getúlio, em 29 de outubro de 1945, os comunistas não apoiaram a candidatura de Eurico Dutra, do PSD, e lançaram a candidatura de Yedo Fiúza (DELGADO, 2003). A grande marca dos comunistas na eleição de 1945 foi a eleição de Luís Carlos Prestes para o Senado Federal. Como já possuía uma estrutura nacional, 1945 significou para o PCB “a possibilidade de trabalhar abertamente e desenvolver uma estrutura organizacional já existente” (SOARES, 1981, p. 8). O partido, assim como PSD e UDN, concorreu em todas as unidades da federação, atingindo os eleitores dos principais centros urbanos (FLACH; CARDOSO, 2007).

No entanto, a permanência do PCB na legalidade durou pouco, mesmo no período democrático. Em maio de 1947, “em pleno clima de expansão da guerra fria [...], o Tribunal Superior eleitoral ‘respaldado’ pelo artigo 141 da nova Constituição [...], determinou a cassação do seu registro” (DELGADO, 2003, p. 136) e no ano seguinte os parlamentares comunistas em nível federal, estadual e municipal, perderam seus mandatos. Dessa forma, o partido perdeu as três cadeiras que possuía na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, obtidas no início de 1947 (CÁNEPA, 2005). Segundo Edgard Ferreira, a “cassação do PCB

demonstrou os limites da ‘democracia’ de 1945 e do pluripartidarismo instalado pela maré de democratização” (1988, p. 56). Entretanto, a ilegalidade do PCB não impediu que o partido continuasse participando da vida política brasileira. Durante todo o período pluripartidário os comunistas acabaram tendo influência no processo democrático e eleitoral. O partido “influenciava com a sua percentagem de votos, a votação de um ou outro partido” e apoiava em geral candidatos do PSD, PTB e PSP (FERREIRA, 1988, p. 61). Além disso, o PCB tinha muita influência nos movimentos sociais, especialmente na mobilização do operariado urbano (CÁNEPA, 2005).

Com isso, o PCB participou de somente duas eleições no período 1945-1964. Em 1945, como já referido, lançou a candidatura Fiúza para a presidência da República, que no Rio Grande do Sul obteve 8,02% dos votos. Além disso, o partido conseguiu uma cadeira na Câmara Federal, pelo estado, mesmo número que o PTB e PL e uma a menos que a UDN (Ibid., p. 112). Nas eleições de janeiro de 1947, o PCB, através de Luís Carlos Prestes, declarou apoio à candidatura de Walter Jobim ao governo do estado, que, no entanto, foi rejeitado publicamente.

O apoio ao PSD é explicado por Cánepa (2005), pelo fato de o PTB, principal adversário de Jobim, disputar as mesmas bases sociais do PCB. Também nas eleições de 1947, o partido obteve as três cadeiras no Parlamento Gaúcho, as quais foram perdidas após a cassação. Para o autor, as eleições estaduais de 1947 confirmaram o PCB como 4º partido do país, atrás de PSD, UDN e PTB. Além disso, na Assembleia do Distrito Federal o partido elegeu 18 deputados, constituindo a maior bancada. Somado a isso, em São Paulo, o partido ultrapassava a UDN em número de votos. Muito possivelmente a cassação do partido se deva ao “crescente apelo e importância do PC, no curto período de sua legalidade” (FERREIRA, 1988, p. 56).

Nas primeiras eleições após a cassação do partido, em 1950, foi defendido o voto em branco entre os comunistas, no entanto, “a maioria dos analistas considera que as bases sindicais do partido não resistiram ao apelo do ‘pai dos pobres’” (CÁNEPA, 2005, p. 132). Essa postura do partido começou a mudar após a morte de Vargas, quando o PCB apoia a candidatura de Pasqualini, do PTB, nas eleições de 1954. Essa aproximação acaba se consolidando a partir de então, no entanto, o apoio dos comunistas sempre foi rejeitado, tanto por Pasqualini, em 1954, quanto por Brizola, em 1958. As eleições de 1958 marcaram também a volta dos comunistas à disputa eleitoral, concorrendo agora pelo PR, como já mencionado anteriormente. Através do PR, os comunistas coligaram-se com membros do PSB para formar a ARS, em 1962.

*Partido Social Progressista (PSP)*: Outro partido oriundo da frente antigetulista formada em 1945, o PSP tinha como característica marcante a liderança de Ademar de Barros. Interventor em São Paulo de 1937 a 1941, quando foi demitido por Vargas, Ademar partiu para a oposição ao ditador (FLEISCHER, 1981). No entanto, “sua má acomodação dentro da UDN em São Paulo” (Ibid., p. 55) fez com que formasse o PSP, em novembro de 1945. Foi outro partido que não teve uma trajetória linear no período, pois de suas origens na oposição a Vargas, o PSP de Ademar passou a aliado do mesmo nas eleições de 1950, indicando o candidato à vice-presidente (CÁNEPA, 2005). Essa aliança durou pouco e nas eleições presidenciais seguintes o PSP não fez coligações, lançando Ademar de Barros como candidato, em 1955 e 1960. Por todo o período, o partido permaneceu com uma ancoragem fundamental no estado de São Paulo, pois em 1950, dos 560 mil votos obtidos para a Câmara Federal, quase 400 mil eram de São Paulo (SOARES, 1981, p. 10).

O PSP chega a concorrer nas eleições de 1947, no Rio Grande do Sul, mas não é bem-sucedido na tentativa de chegar à Assembleia. A entrada, de fato, do PSP no Rio Grande do Sul acaba sendo “pela porta do *Getulismo*, em função da aliança estabelecida em nível nacional entre Vargas e Adhemar” (CÁNEPA, 2005, p. 169), quando obteve duas cadeiras no legislativo gaúcho. Mesmo assim, a relevância do PSP no estado permaneceu pequena por quase todo o período. Em 1954, respaldado pelo afastamento entre Vargas e Ademar, o partido abrigou a candidatura de José Diogo Brochado da Rocha, dissidente do PTB, ao governo do estado. Essa cisão é considerada por Cánepa (2005) eleitoralmente inexpressiva, já que o candidato obteve menos de 1% dos votos.

A situação mudou para as eleições de 1958, quando, através de um acordo na Assembleia, PTB e PSP aproximaram-se novamente, permitindo assim o apoio dos pessepistas à candidatura Leonel Brizola. No entanto, essa aproximação acabou devido ao rompimento do PSP com o PTB em âmbito nacional. Essa questão influenciou o apoio à candidatura Meneghetti por parte do PSP, em 1962. Com isso, “várias lideranças e militantes do PSP rompem definitivamente com o partido, passando a integrar as fileiras do PTB” (Ibid., p. 337), fator que leva o partido a esfacelar-se no estado. Em decorrência disso o PSP não elegeu nenhum representante para a legislatura 1963-1966, ficando de fora do grupo de deputados de nossa pesquisa.

São essas, basicamente, as questões referentes ao sistema partidário no Brasil e no Rio Grande do Sul que colaboram para contextualizar a presente pesquisa. Podemos sistematizar algumas que fazem referência especialmente ao contexto sul-rio-grandense: 1) o crescimento do PTB, experimentado em âmbito estadual antes do que em âmbito nacional. Foi o partido

que mais cresceu no período 1945-1964 e, no Rio Grande do Sul, esse crescimento já aconteceu nas eleições de 1947 e 1950, precoce, portanto, em relação ao resto do país; 2) a consolidação do PTB como maior partido do estado; 3) a polarização entre dois partidos oriundos do getulismo no Rio Grande do Sul, PTB e PSD, diferente do ocorrido em âmbito nacional; 4) a desgetulização precoce do PSD gaúcho que acabou “udenizado” ao aproximar-se dos dois partidos antigetulistas, PL e UDN; 5) a pouca expressividade da UDN em âmbito estadual, que tinha sua força complementada pelo PL, aliado por quase todo o período; 6) a formação e consolidação da FD, coligação criada em 1951, e que se manteve por toda a década, chegando ampliada em 1962 como ADP; 7) a força do PRP nas zonas coloniais o que fazia com que o partido tivesse um alto potencial de coligação; 8) a falta de espaço do PSB, que aproximou-se dos partidos conservadores; 9) a opção do PDC gaúcho pelo alinhamento ao conservadorismo e contra o PTB; 10) os comunistas que concorreram pelo PR ou PSB e prestaram apoio às candidaturas trabalhistas; 11) a pouca expressividade do PSP que dividiu-se após o partido apoiar oficialmente a coligação conservadora da ADP, tendo muito de seus membros ingressado no PTB.

Não era nosso objetivo fazer uma reconstrução e análise específica dos processos eleitorais, mas esses processos não deixam de ter importância em nossa análise. Portanto, foi elaborado o Quadro 1, com um resumo das coligações, aproximações e rupturas realizadas pelos partidos durante o período:

Quadro 1 – Eleições para governador do Rio Grande do Sul (1947-1962)

Eleições	Candidatos
1947	1º Walter Jobim (PSD-PRP-PCB) 2º Alberto Pasqualini (PTB) 3º Décio Martins Costa (PL-UDN)
1950	1º Ernesto Dornelles (PTB-PSDA-PSP) 2º Cylon Rosa (PSD-UDN-PRP) 3º Edgar Schneider (PL) 4º Bruno de Mendonça Lima (PSB)
1954	1º Ildo Meneghetti (PSD-PL-UDN) 2º Alberto Pasqualini (PTB) 3º Wolfran Metzler (PRP) 4º José Diogo Brochado da Rocha (PSP)
1958	1º Leonel de Moura Brizola (PTB-PRP-PSP) 2º Walter Peracchi Barcellos (PSD-PL-UDN-PSB)
1962	1º Ildo Meneghetti (PSD-PL-UDN-PRP-PDC) 2º Egydio Michaelsen (PTB) 3º Fernando Ferrari (MTR)

Fonte: CÁNEPA, Mercedes M. L. **Partidos e Representação Política**: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965), 2005.

Já o Quadro 2 serve para expor como ficou a composição da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em cada uma das legislaturas:

Quadro 2 – Composições da Assembleia Legislativa (1947-1962)

Cadeiras por Partido											
Eleições	PTB	PSD	PL	UDN	PRP	PDC	PSB	PR	PSP	PCB	MTR
1947	23	16	5	4	4	-	-	-	-	3	-
1950	21	17	6	4	4	-	1	-	2	-	-
1954	23	15	7	3	4	-	1	-	2	-	-
1958	24	13	7	3	3	2	-	1	2	-	-
1962	23	11	6	3	3	4	1	-	-	-	4

Fonte: CÁNEPA, Mercedes M. L. **Partidos e Representação Política**: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965), 2005.

### 2.3 ANTICOMUNISMO NOS PROCESSOS ELEITORAIS DO RS

Como não poderia deixar de ser, o anticomunismo foi elemento de importante participação também nas eleições, tanto em nível nacional, quanto em nível estadual. Obviamente, sua força não foi a mesma por todo o período, assim como sua efetividade no discurso político. Além disso, certas coligações conseguiram neutralizar os ataques de anticomunistas devido a sua composição. Abordaremos aqui o teor desse anticomunismo, bem como sua efetividade durante as eleições estaduais entre 1947 e 1962.

Inicialmente, é preciso dizer que podemos encontrar nas manifestações anticomunistas relacionadas aos processos eleitorais o que Motta chama de “indústria” do anticomunismo. Essa indústria seria a “exploração vantajosa do ‘perigo vermelho’” (MOTTA, 2000, p. 202). Vários grupos ou instituições do período exploraram o anticomunismo para obter ganhos. Nesse caso, trataremos de alguns partidos e políticos que tacharam seus adversários de comunistas para assim desmoralizá-los frente à população, obtendo ganhos em formas de votos. Isso ocorria principalmente entre os conservadores, que classificavam todos que estavam à esquerda do espectro político como comunistas, fossem eles trabalhistas, nacionalistas radicais, ou membros da esquerda católica, por exemplo. No entanto, houve momentos em que mesmo os partidos conservadores do estado foram chamados de comunistas, principalmente se os comunistas os apoiassem, mesmo que informalmente.

Ainda sobre a indústria do anticomunismo é preciso ressaltar que nem sempre é fácil definir alguém ou algum grupo como industrial do anticomunismo. Como já mencionamos anteriormente, muitos anticomunistas eram sinceros, – isto é: realmente acreditavam na suposta força e ameaça dos comunistas brasileiros, além de acreditarem que esses estavam infiltrados no governo preparando um golpe – mas é bastante complicado “medir” a sinceridade dos sujeitos históricos e somente em alguns casos em que a contradição é flagrante o termo “indústria” do anticomunismo pode ser empregado. Então, é preciso afirmar que nem todo uso do anticomunismo nos processos eleitorais se configura em indústria do anticomunismo. Fato é que o fenômeno foi constante nas campanhas.

Em 1947, apresentaram-se três candidatos Walter Jobim, pela coligação PSD-PRP, que recebeu apoio do PCB, ainda na legalidade; Alberto Pasqualini, pelo PTB e; Décio Martins Costa, pela coligação PL-UDN. O apoio dos comunistas foi imediatamente rejeitado pela Candidatura Jobim, o que não impediu que o PTB criticasse a suposta aliança do PSD com o PCB. Por outro lado, Walter Jobim “dizia-se defensor dos quesitos propostos pela Liga Eleitoral Católica – LEC – e procurava mostrar que seu principal oponente, Alberto

Pasqualini era *ateu e esquerdista*” (RODEGHERO, 1998, p. 92). Essa acusação a Pasqualini, no entanto, era bastante infundada e uma análise tanto de sua trajetória, quanto dos princípios defendidos por ele, mostrariam isso. A própria doutrina trabalhista desenvolvida por Pasqualini era profundamente marcada pelo catolicismo, especialmente por questões levantadas pelo Papa Leão XIII na Encíclica *Rerum Novarum*. De qualquer forma, era uma tentativa de Jobim tirar de si a pecha de comunista, principalmente pelo apoio formal dos comunistas a ele.

Foi de extrema importância, em praticamente todo o período, a chancela da já citada LEC, que produzia uma lista a cada eleição “com os candidatos que se comprometiam com um determinado número de postulados católicos” (Ibid., p. 94). Nesse ponto havia o esforço dos candidatos em afirmarem que faziam parte da lista, mesmo em momentos que o anticomunismo não era das questões mais importantes, como na década de 1950. Esse foi “um período em que a grande maioria da população, incluindo os estratos superiores encarava a luta contra o comunismo como questão secundária” (MOTTA, 2000, p. 181). Entretanto, isso não fez com que as campanhas eleitorais diminuíssem a ênfase no anticomunismo.

Nas eleições de 1950, os ataques anticomunistas se restringiram mais ao âmbito federal, especialmente em relação aos candidatos Christiano Machado e Café Filho, que foram chamados de comunistas por seus opositores. Ressalte-se que nesse pleito o PCB já se encontrava na ilegalidade e defendeu o voto em branco (CÁNEPA, 2005). No estado, no entanto, nem Rodeghero (1998), nem Cánepa (2005) registram o ataque de uma campanha a outra usando como pretexto o comunismo. Obviamente o anticomunismo se mantinha nos discursos, mas não no ataque direto a um candidato ou coligação.

A situação muda em 1954, principalmente devido ao apoio de comunistas e socialistas à candidatura de Alberto Pasqualini, do PTB. O apoio foi logo rejeitado, principalmente pelo uso que vinha sendo feito pela FD, que o utilizava para vincular Pasqualini ao comunismo. Para os trabalhistas, o apoio dos comunistas era uma tentativa de se aproveitar da popularidade do trabalhismo, além de ser uma “manobra para que os católicos [...] deixassem de votar em Pasqualini e optassem por Meneghetti” (RODEGHERO, 1998, p. 94), candidato da FD. Em contrapartida, os trabalhistas, em um “a pedido”, buscavam colocar o PSD como “eternos aliados do comunismo no nosso estado” (Ibid., p. 95).

O pleito estadual de 1958 é um dos casos no qual o anticomunismo teve sua efetividade diminuída na campanha eleitoral. Novamente, os comunistas apoiaram o candidato trabalhista Leonel Brizola, que concorria pela coligação PTB-PRP-PSP, entretanto dois fatores fizeram com que, mesmo com o apoio comunista a Brizola, o discurso

anticomunista caísse no vazio. Um fato, exposto por Mercedes Cánepa, é “a estabilidade política reinante no país” (2005, p. 287); outro é a aliança do PTB com o PRP, partido notoriamente anticomunista.

Mesmo assim, as tentativas de desqualificar Brizola continuaram existindo: em sua pesquisa, Rodeghero encontrou manifestações, através de “a pedidos”, no *Jornal do Dia*, em que Brizola e Goulart eram acusados de obter apoio e fazer acordos com PCB. Mas “ao invés de apresentarem *provas* sobre a existência ou não do acordo, os envolvidos na controvérsia preferiam amparar-se em palavras de representantes dos altos escalões da Igreja Católica” (1998, p. 97). Dessa forma, a FD valia-se das palavras do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara, enquanto o PTB defendia-se com as palavras do cardeal de São Paulo, Dom Carlos Carmelo Vasconcelos Mota. Isso mostra o que foi enfatizado anteriormente nesse capítulo: o quanto o prestígio das lideranças católicas era usado para legitimar certos grupos e manifestações.

De todas as eleições do período, foram as de 1962 as mais marcadas pela radicalização política e pelo discurso anticomunista. O quadro se deve muito aos fatores já mencionados, fossem referentes ao quadro internacional, nacional ou até mesmo estadual: a Revolução Cubana, de 1959; a tentativa de golpe contra a posse de Jango, em 1961, e a Campanha da Legalidade; a mobilização dos movimentos sociais reivindicatórios no campo e na cidade; o Governo Leonel Brizola e a entrada desse político com toda a força na campanha pelas Reformas, etc.

No pleito de 1962, o alvo principal era Leonel Brizola, que apesar de não estar concorrendo no estado, era o atual governador. Com isso, as críticas principais eram a respeito do conteúdo de seu governo a frente do executivo estadual. Esse governo, segundo Cánepa, “acaba se constituindo um ponto de inflexão importante na política do Rio Grande do Sul” (2005, p. 261-262), principalmente pela tomada de consciência, pelo governador, da crise em que se encontrava o estado e a busca por alternativas para a saída da crise. Além da ideia de planejamento ser central para Brizola, diferente da “improvisação” dos governos anteriores, o governador passa a buscar a mudança do modelo de desenvolvimento em âmbito nacional. Dessa forma,

o Governo do Estado redefina seu programa e passa ao encaminhamento de soluções que visam a estancar o processo de marginalização que está sendo submetido o Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que denuncia em todos os fóruns a seu alcance, a política de desenvolvimento de JK que, concentrada no centro-sul, estaria afetando negativamente as demais áreas do país, ampliando cada vez mais o fosso entre as regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas [...]. (CÁNEPA, 2005, p. 266).

É a partir dessas questões que Brizola radicaliza suas posições nacionalistas, “estabelece, para além da clivagem regional/nacional, uma clivagem nacionalismo/imperialismo” (BASTOS, 1981, p. 120) e estimula as mobilizações reivindicatórias em torno de direitos e, acima de tudo, em torno das Reformas de Base (CÁNEPA, 2005). Por esses motivos, principalmente, o Governo Brizola foi atacado fortemente durante a campanha de 1962. Assim, o candidato da já mencionada ADP, Ildo Meneghetti, “definia-se como ‘o candidato da vitória sobre a tirania e a mentira comunista que os esquerdistas e falsos nacionalistas pretendem implantar no Rio Grande do Sul’” (RODEGHERO, 1998, p. 98). Como se pode ver, a política mobilizatória de Brizola era tachada de comunista e falsamente nacionalista, característica do anticomunismo nacionalista.

Como podemos ver, o anticomunismo foi largamente utilizado como arma eleitoral em todo o período democrático entre 1945 e 1964. Mesmo quando o fenômeno estava em segundo plano em âmbito nacional, não deixava de ser útil aos discursos, tanto de conservadores, quanto de membros da esquerda. A questão que diferenciava o uso do anticomunismo eleitoral em cada contexto era, basicamente, a sua efetividade. Obviamente, num cenário de radicalização como no início da década de 1960, o uso do anticomunismo era mais efetivo, ao passo que na década de 1950 – especialmente nas eleições de 1958 – ele pôde ser neutralizado. Fatores externos como internos contribuíram para essa diferenciação: externamente a Guerra Fria e a Revolução Cubana; internamente as clivagens partidárias e as coligações eleitorais em cada pleito. Fato é que o fenômeno influenciou profundamente os eventos desse período da História Republicana, constituindo-se como uma das chaves para a compreensão do Brasil do século XX e XXI.

## 2.4 CONCLUSÃO

Procurou-se no decorrer desse capítulo abordar algumas questões referentes às estruturas do século XX, quais sejam: a Guerra Fria, o anticomunismo e a oposição entre socialismo e capitalismo iniciada após a Revolução Russa de 1917. Além disso, tentamos abordar alguns aspectos do sistema partidário brasileiro e gaúcho, iniciado em 1945 e que teve seu fim após o Golpe Civil-Militar de 1964, mais precisamente com a extinção dos partidos em 1965, através do segundo Ato Institucional. A abordagem desses assuntos se faz necessária para que se tenha uma noção estrutural do processo histórico estudado, assim como pela necessidade de explicação mútua, das estruturas pelos eventos e dos eventos pelas estruturas.

Obviamente, ao abordarmos tais questões fizemos uma escolha de alguns temas que possuíam maior pertinência ao nosso objeto de estudo em detrimento de outros. Optamos, dessa forma, por fazer uma exposição de aspectos do anticomunismo que, como já referido, configurou-se como fenômeno estrutural durante o século XX, sendo central para a compreensão de diversos eventos, tanto internacionais como nacionais. Por isso, procuramos expor as bases doutrinárias do anticomunismo no Brasil – o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo – que, embora tenham sido apresentadas separadamente, apareciam combinadas no processo histórico concreto. Cada uma dessas “matrizes do anticomunismo”, ainda que compartilhassem a recusa militante ao comunismo, possuíam características específicas, bem como construções imagéticas que foram usadas no combate, pela ação e pela palavra, aos comunistas.

Para além do anticomunismo, consideramos necessário abordar também algumas questões sobre os sujeitos coletivos dessa pesquisa, os partidos políticos. Por isso, foi feita a caracterização dos principais partidos do sistema partidário vigente entre 1945 e 1965 que guardam alguma relação com a presente pesquisa, direta ou indiretamente, apresentando dados e questões sobre suas origens e trajetórias. Tentamos enfatizar as principais diferenças entre os partidos em âmbito nacional e estadual, expondo assim as especificidades do sistema partidário gaúcho, como o fato de as duas forças getulistas, PTB e PSD, polarizarem a disputa política, ou a pouca expressividade da UDN e sua aliança com o PL, por exemplo. Devido à centralidade dos partidos políticos para nossa pesquisa, consideramos que fosse necessário fazer essa pequena exposição.

Como já referido, o fato de abordarmos esses aspectos e não outros se deve a uma escolha, entretanto algumas questões não podem ser perdidas de vista. Ainda que esse trabalho não procure dar novas explicações para o Golpe Civil-Militar de 1964, é necessário deixar claro a nossa posição a respeito dessa questão. Consideramos, junto com Carlos Fico, que não há “nenhuma fragilidade teórica em considerarmos como razões do golpe tanto os condicionantes estruturais quanto os processos conjunturais ou os episódios imediatos” (2004, p. 56). Primeiramente, a opção pelo conceito “civil-militar” já deixa claro nossa posição a respeito do teor do Golpe, configurando-se não só como um movimento das Forças Armadas para depor o presidente. Por isso, somos tributários à obra de René Dreifuss (1981), *1964: a Conquista do Estado*, que mesmo após mais de 30 anos de publicação, talvez ainda seja o trabalho mais completo sobre toda a conspiração e a campanha desestabilizadora que levou ao Golpe de 1964.

Seguindo a obra de Dreifuss, consideramos que o Golpe deve ser entendido, primeiramente, como “a culminância de um movimento civil-militar” (1981, p. 361), resultado da conspiração, iniciada ainda em 1961, após a Campanha da Legalidade e a posse de João Goulart sob o regime parlamentarista. Esse Golpe, portanto, se deu em nome de um projeto de modernização conservadora ou modernização autoritária, gestado no interior do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), baseado na Doutrina de Segurança Nacional e que foi implementado após a tomada de pontos estratégicos do Estado por membros do referido instituto após o começo da Ditadura.

Dessa forma, ainda que nosso trabalho não tenha como objetivo analisar a conspiração que levou a deposição de Goulart, podemos dizer que estamos trabalhando com um assunto complementar, especialmente no capítulo 4. No referido capítulo, serão expostas e analisadas as manifestações dos deputados estaduais e a disputa pela imaginação social, ou seja, como o grupo de deputados trabalhistas e nacionalistas defendeu o Governo João Goulart e, mais detidamente, como os deputados liberal-conservadores participaram do processo de desestabilização do Governo, deslegitimando sua existência e suas ações. Esse processo de conquista da imaginação social ou da opinião pública foi essencial para que a conspiração tenha resultado no Golpe. Além disso, mostraremos como o movimento golpista foi legitimado por esses parlamentares. Por isso, consideramos que nosso trabalho é complementar à dissertação de Mestrado de Rafael Lameira (2012), que procurou demonstrar como o executivo estadual e as “classes produtoras” gaúchas trabalharam na construção de um consenso duplo: por um lado, em torno de um projeto liberal-conservador e, por outro, contra a mobilização popular e o comunismo.

Dessa forma, além de entendermos o Golpe como um movimento a favor de um projeto de modernização autoritária, o entendemos também como um golpe contra uma série de questões. Contra o projeto de reformas que visava diminuir as desigualdades socioeconômicas do país e ampliar a democracia e também contra essa incipiente democracia. Essa também não é leitura nova entre as interpretações do Golpe, já que o caráter reacionário do mesmo foi evidenciado por diversos autores, como Luiz Alberto Moniz Bandeira (1978), Jacob Gorender (1987) e Caio Navarro de Toledo (2004b), por exemplo.

Assim, o Golpe precisa ser entendido nessa dupla ótica: um movimento contra a crescente mobilização popular na luta por direitos e pela ampliação da democracia – e nesse ponto, apesar da intensa mobilização, não concordamos que houvesse naquele momento uma situação pré-revolucionária como colocou Gorender (1987) –, contra as reformas que levariam a cabo essa ampliação de direitos, mas também, um Golpe a favor de um projeto e

nesse ponto a obra de Dreifuss (1981) é exitosa em demonstrar. É no meio desses dois aspectos que entra o anticomunismo, como a amálgama para unir os diversos grupos sociais que apoiaram o golpismo e a solução autoritária. No próximo capítulo traçaremos um perfil desses grupos que se alinham ao golpismo ou em oposição ao Golpe.

### 3 CARACTERIZAÇÃO DA ELITE POLÍTICA GAÚCHA (1963-1966)

O presente capítulo visa à exposição de resultados da pesquisa que permitiram a elaboração de um perfil da elite política sul-rio-grandense, que estava no exercício de seu mandato na Assembleia na Legislatura 1963-1966 e, portanto, durante o Golpe Civil Militar de 1964. O objetivo da elaboração desse perfil é a caracterização de dois grupos diferentes: o de opositores e o de apoiadores do Golpe. Essa elaboração foi produzida através da prosopografia e tem como propósito identificar semelhanças e, principalmente, diferenças entre o grupo que deu sustentação ao Golpe Civil-Militar de 1964 – dos quais muitos seguiram trabalhando em favor do regime ditatorial, ocupando cargos-chave – e o grupo que se opôs ao movimento golpista – dos quais muitos acabaram cassados.

Segundo Norberto Bobbio, a definição de elite surge a partir da teoria das Elites, na qual se entende que “em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada” (1998, p. 385). Flávio Heinz, por outro lado, trata o conceito de elite como “um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, que faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o ‘topo’ das ‘estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos’” (2006, p. 7). Além disso, o termo apontaria “tão-somente para uma ‘vasta zona de identificação científica, cobrindo profissionais da política, empresários, legisladores etc.’ e não evocaria “nenhuma implicação teórica particular” (Ibid., p. 7). Elites seriam, portanto, “indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade” (Ibid., p. 8).

Tendo como base tais definições, recorreremos ao método posicional para identificar elites. Tal método, abordado por Adriano Codato, em *Como estudar elites*, “ênfatiza que os que decidem são aqueles indivíduos ou grupos que preenchem as *posições formais* de mando em uma comunidade” (2015, p. 16). A partir do referido método e das definições já colocadas, consideramos membros da elite política sul-rio-grandense, os parlamentares que conseguiram eleger-se para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, ocupando assim, posições-chave na sociedade rio-grandense. Pretende-se apontar no decorrer do capítulo, algumas características do grupo de maneira geral, bem como características específicas dos grupos de oposição e apoio ao Golpe de 1964. Além disso, objetiva-se expor em que medida essas características serviam como critério de recrutamento desse grupo de elite.

Dessa forma, se justifica o uso da prosopografia na presente pesquisa, pois a mesma se configura como uma das principais metodologias para abordar elites, contribuindo para o estudo mais completo de suas dinâmicas (NORONHA, 2011). A prosopografia reapareceu no

campo historiográfico a partir da década de 1970, em um momento de “declínio associado aos métodos estatísticos globais” (CHARLE, 2006, p. 43). Surge a partir desse declínio uma maior preocupação com as experiências individuais e a diversidade das trajetórias sociais, que acabaram por conduzir “os historiadores dos períodos recentes a praticar a micro-história social, que implicava ter como método privilegiado a prosopografia ou biografia coletiva” (Ibid., p. 43).

O princípio de tal metodologia é simples: primeiramente, define-se uma população a partir de um ou vários critérios e se estabelece, a partir dela, um questionário biográfico; os diferentes critérios e variáveis desse questionário servem, portanto, à descrição das dinâmicas do grupo delimitado (Id., Ibid.). Em nosso caso específico, foi delimitada a legislatura 1963-1966 da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul como o grupo a ser estudado, tendo como critério sua participação na conjuntura do Golpe Civil-Militar de 1964. Foram escolhidos 61 parlamentares: 52 deputados titulares e nove suplentes que estavam exercendo mandatos durante o período do Golpe Civil-Militar. A legislatura da Assembleia contava com 55 deputados, no entanto, Euclides Kliemann, do PSD, faleceu em 1963; Gustavo Langsch, também do PSD, renunciou em abril do mesmo ano; e Sereno Chaise, do PTB, elegeu-se prefeito de Porto Alegre, também, em 1963. A Tabela 1 nos mostra o total de deputados, bem como o número de deputados em cada grupo – apoio e oposição ao Golpe – e ainda o número de deputados por partidos.

Tabela 1 – Número de deputados estudados

<b>Deputados estudados</b>	
<b>Total de deputados</b>	61
<b>Opositores</b>	28
<b>Apoiadores</b>	33
<b>ARS</b>	1
<b>MTR</b>	4
<b>PDC</b>	5
<b>PL</b>	7
<b>PRP</b>	4
<b>PSD</b>	13
<b>PTB</b>	23
<b>UDN</b>	4

Fonte: Autor.

A partir disso, passamos à busca por fontes que pudessem nos informar sobre aspectos da trajetória desses parlamentares. Inicialmente consultamos o acervo do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre e, através do mesmo, tivemos acesso às fichas parlamentares, que nos disponibilizam dados referentes à trajetória política dos parlamentares, bem como suas profissões, local e ano de nascimento, data de falecimento – se fosse o caso – e atividade na Assembleia. Há dois tipos de ficha, uma mais completa, apresentando mais dados sobre a trajetória política do sujeito – âmbito municipal, estadual e federal – e outra mais restrita, que se referia somente ao âmbito estadual. Além disso, alguns parlamentares possuíam verbetes referentes às suas trajetórias no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, da Fundação Getúlio Vargas, que pode ser acessado via internet. Esse era o caso, principalmente, de políticos que alcançaram o posto de deputado federal, senador ou governador.

Outra fonte bastante utilizada foram os jornais de circulação estadual – *Correio do Povo* e *Zero Hora*<sup>19</sup> –, especialmente para os parlamentares que sabíamos a data de falecimento, pois nesse caso poderíamos buscar seus necrológios. Esse tipo de fonte é bastante utilizado para “reunir dados biográficos individualizados e de natureza coletiva” retratando “a trajetória dos indivíduos na política, economia, sociedade e cultura” (NORONHA, 2011, p. 107). Além das fichas parlamentares, do Dicionário e dos necrológios, buscamos também homenagens, entrevistas e projetos de lei que davam o nome dos parlamentares estudados a ruas e praças, por exemplo<sup>20</sup>. As homenagens e projetos de lei, normalmente, continham justificativas a respeito do sujeito homenageado, nas quais apareciam aspectos da trajetória profissional, política, econômica, etc., que muito ajudaram em nossa pesquisa.

Também, a partir da delimitação do grupo, foi elaborado o questionário biográfico, como sugerido por Charle (2006). O ponto principal, divisor do grupo estudado, foi a filiação partidária. Portanto, dividiu-se o grupo em dois: partidos apoiadores do Golpe e partidos não-apoiadores – ou opositores: do lado da oposição ao movimento golpista ficaram os parlamentares do PTB, do MTR e da ARS<sup>21</sup>; do lado do apoio ao Golpe ficaram os deputados do PSD, do PL, da UDN, do PDC e do PRP<sup>22</sup>. O critério partidário, no entanto, não foi o

<sup>19</sup> Foram consultados jornais no Arquivo História Municipal de Santa Maria (AHMSM) e no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

<sup>20</sup> Essas fontes foram acessadas *on-line*.

<sup>21</sup> Coligação formada pelo PR – que servia de legenda para os comunistas, tendo em vista a ilegalidade do PCB – e o PSB.

<sup>22</sup> Cabe ressaltar que esse grupo de partidos que apoiaram o Golpe é o mesmo que compôs, para as eleições de 1962, ADP (CÁNEPA, 2005). No acordo estabelecido os partidos se responsabilizavam na formação de um

único utilizado para determinar o apoio ou oposição ao Golpe por parte de cada parlamentar. No início da pesquisa, através da leitura dos Anais da Assembleia Legislativa do RS, foram mapeados os posicionamentos dos deputados estudados em relação ao movimento golpista. Esses posicionamentos, por sua vez, respeitavam a divisão partidária apresentada.

Estas foram as perguntas do questionário biográfico: “Qual o partido do parlamentar?”; “O parlamentar foi cassado após o Golpe de 1964?”; “Qual a faixa etária do parlamentar durante o Golpe?”; “Qual sua base eleitoral?”; “Qual seu nível de escolaridade?”; “Qual sua profissão?”; “O parlamentar exerceu cargos públicos, eletivos ou por indicação, antes de 1962?”; “E após 1964?”; “O parlamentar filiou-se a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) ou ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB)?”; e “A qual partido o parlamentar filiou-se após 1979?”.

A partir dessas perguntas e com a ajuda das fontes foi possível, portanto, traçar um perfil geral do grupo estudado, bem como um perfil dos dois grupos já referidos, como também um perfil por partido. É importante ressaltar que na análise por partido sempre foi excluída a ARS, por conta de a mesma possuir somente um parlamentar em sua bancada, o deputado Marino Rodrigues dos Santos. Esse perfil objetiva, principalmente, a caracterização do tipo de civil que prestou apoio ao Golpe de 1964, de modo que possamos resgatar um uso crítico do conceito civil-militar e não atribuir a toda sociedade o apoio ao golpismo, como tem feito parte da historiografia brasileira<sup>23</sup>.

### 3.1 FAIXA ETÁRIA

Analisando os dados referentes à idade dos deputados quando do Golpe de 1964, notamos a predominância da faixa de 40 a 49 anos. De um total de 61 deputados, aproximadamente 48% encontravam-se na casa dos 40 anos; em segundo lugar em termos de predominância vinham os deputados na casa dos 30 anos: 36%; a terceira faixa etária em número de parlamentares era a de 50 anos, com pouco menos de 12%; após, estavam a de 60 anos e de 20 anos, com, aproximadamente, 3% e 1%, respectivamente. A Tabela 2 ilustra essa situação.

---

Bloco Parlamentar no Legislativo Estadual. Ainda que algumas vezes o PL não respeitasse esse acordo e atacasse o Governo Meneghetti – eleito pela ADP – na Assembleia a aliança se manteve mesmo com a extinção dos partidos em 1965, refletindo nas escolhas dos candidatos da ARENA para as eleições de 1970 (Ibid., p. 386, nota 32).

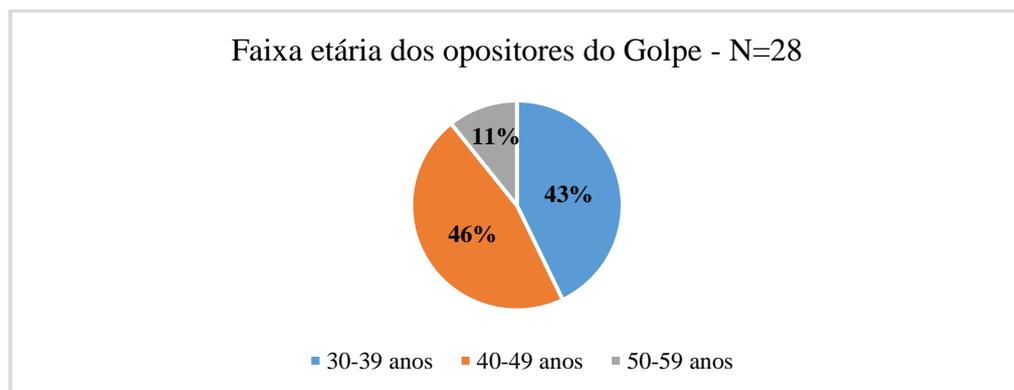
<sup>23</sup> Refere-se aqui, a produção de diversos historiadores como, por exemplo, Daniel Aarão Reis Filho, especialmente o artigo: REIS FILHO, Daniel Aarão. O sol sem peneira. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 7, nº. 83, p. 31-35, agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-sol-sem-peneira>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

Tabela 2 – Faixa etária predominante entre os membros da Legislatura 1963-1966

Faixa etária dos parlamentares											
	Total	20-29	%	30-39	%	40-49	%	50-59	%	60-69	%
<b>Total de deputados</b>	61	1	1,63%	22	36,06%	29	47,54%	7	11,47%	2	3,27%

Fonte: Autor. Com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966).

O quadro permanece semelhante ao analisarmos os deputados pertencentes ao grupo de partidos não alinhados ao Golpe. Como nos mostra o Gráfico 1, de um total de 28 deputados, 46,42% se encontravam na casa dos 40 anos; no entanto, o número de deputados na faixa de 30 a 39 anos é maior, se comparado ao resultado do total de parlamentares: 42,85% contra 36%. A outra faixa que compõe o total de políticos desse grupo era a dos 50 anos, com cerca de 11% do total. Juntas, as faixas de idade mais jovens – dos 30 e 40 anos – representavam quase 90% dos deputados dos partidos contrários ao Golpe, o que pode nos ajudar a inferir que esse grupo tinha políticos que estavam no início de suas carreiras, principalmente, se considerarmos que a idade média de chegada à Assembleia, entre os membros dessa Legislatura, era de 37 anos.

Gráfico 1 – Faixa etária predominante entre os opositores do Golpe<sup>24</sup>

Fonte: Autor. Com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966).

Cruzando dados de faixa etária e trajetória política anterior à eleição de 1962, podemos perceber que dos deputados na faixa dos 30 anos que obtivemos informações – um total de 11<sup>25</sup> –, somente quatro já haviam sido deputados; seis haviam ocupados cargos

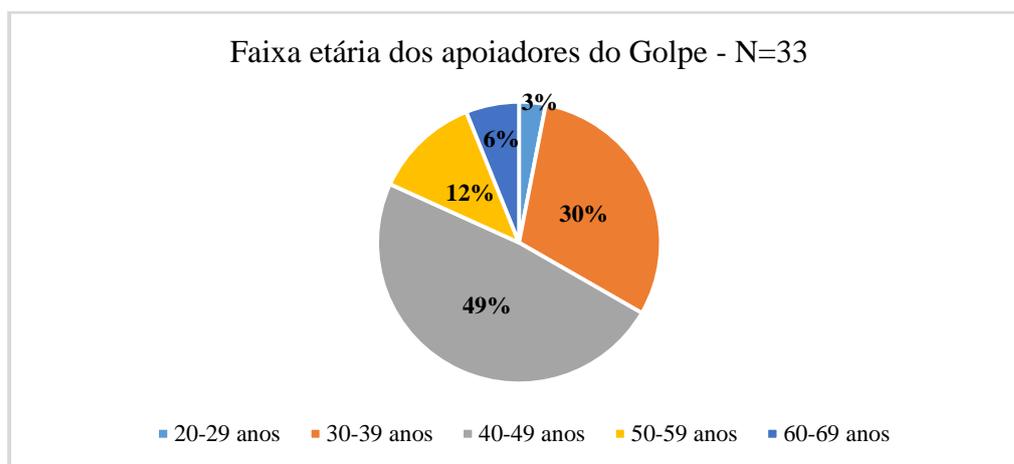
<sup>24</sup> “N” representa o número total de parlamentares considerados na estatística.

<sup>25</sup> Não foram encontradas informações sobre a trajetória política anterior à legislatura de um deputado na faixa dos 30 anos.

municipais, como prefeitos, vice-prefeitos ou vereadores; e um estava em seu primeiro cargo eletivo. Já, na faixa dos 40 anos, o grau de experiência era um pouco maior, pois, dos 12 deputados que conseguimos informações, oito já haviam estado na Assembleia, enquanto os outros quatro só tinham ocupado cargos eletivos em suas bases eleitorais. De qualquer forma, nota-se que as duas faixas predominantes entre os deputados que se opuseram ao Golpe são ocupadas por políticos com um potencial de, pelo menos, mais 20 anos de vida pública. Muitos desses não puderam exercer esse potencial devido às cassações impostas pelo arbítrio da Ditadura, como veremos ao cruzarmos dados referentes às faixas etárias e cassações.

A predominância da faixa dos 40 anos permanece entre os deputados apoiadores do Golpe, membros da ADP, representando quase 50% de um total de 33 deputados, como ilustrado no Gráfico 2; num distante segundo lugar vinham os deputados com idade entre 30 e 39 anos, quase 30% do total.

Gráfico 2 – Faixa etária predominante entre os apoiadores do Golpe



Fonte: Autor. Com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966).

Os partidos apoiadores também continham um número maior de deputados nas faixas de mais idade, dos 50 e 60 anos. Somadas, essas duas faixas tinham cerca de 18% do total. Há de se destacar, também, que esse grupo possuía o único deputado na faixa dos 20 anos de toda a Legislatura, o deputado Nelson Marchezan<sup>26</sup>. A pouca idade de Marchezan somada ao seu apoio ao Golpe e à Ditadura foram alguns dos aspectos que lhe garantiram uma carreira de grande sucesso político em vários mandatos como Deputado Federal pela ARENA, além de secretarias de estado em nível estadual e federal nos 40 anos que se seguiram ao Golpe.

<sup>26</sup> Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, Ficha Parlamentar de Nelson Marchezan.

Diferentemente do que acontece com o grupo de não-apoiadores, esse grupo apresenta deputados mais experientes mesmo na faixa dos 30 anos: seis entre dez deputados já haviam exercido mandatos na Assembleia antes da Legislatura 1963-1966. Entre os deputados da faixa dos 40 anos, nove entre 15 já haviam estado no legislativo sul-rio-grandense. Podemos perceber que, mesmo entre as faixas mais jovens, o grupo de apoiadores do Golpe apresentava políticos com maior experiência em termos de legislativo estadual.

Na análise por partido, somente o PDC, o PRP, o PSD e o PTB tinham a maioria dos seus deputados na faixa etária entre 40 e 49 anos. Isso porque o MTR e o PL apresentavam maioria de deputados na faixa dos 30 anos e a UDN não apresentou uma faixa etária predominante, tendo o mesmo número de deputados em cada faixa etária (30, 40, 50 e 60 anos)<sup>27</sup>. Ainda que o PDC tivesse maioria de deputados entre 40 e 49 anos, também possuía dois deputados nas duas faixas mais jovens: dos 20 e 30 anos, não contando com deputados nas faixas de mais idade. Por outro lado, o MTR, que tinha maior número de componentes de sua bancada na faixa dos 30 anos, possuía o resto de seus membros nas casas dos 40 e 50 anos.

É necessário destacar que, mesmo que no PTB predominassem os deputados com idade entre 40 e 49 anos, havia muitos parlamentares na casa dos 30. De um total de 23 deputados o partido possuía 47,8% de sua bancada entre 40 e 49 anos e 43,47% entre 30 e 39, números muito próximos. O grande número de deputados do PTB na faixa dos 30 anos somados a predominância dessa faixa entre os deputados do MTR – 50% de uma bancada formada por quatro deputados – pode ajudar a explicar o valor, também grande, de deputados não apoiadores do Golpe nessa faixa de idade – os já mencionados 42,85%. Esse grupo foi o alvo preferido do primeiro momento de cassações, em abril e maio de 1964.

Outro destaque deve ser feito ao PL, partido no qual 57% dos deputados estavam entre os 30 anos de idade. Esse partido pode ter alavancado o número de deputados golpistas nessa mesma faixa – 30% como já mencionado –, tendo em vista que os demais partidos apoiadores do Golpe possuíam números menores de deputados na casa dos 30. Essa quantidade de políticos jovens no PL contrasta com o grande número de parlamentares nas faixas mais velhas que compunham UDN e PSD. Essas agremiações se configuravam como as mais velhas entre as que tinham representantes na Legislatura, pois quase 30% dos deputados do PSD estavam na faixa dos 50 e 60 anos, enquanto na UDN esse número subia para 50%.

---

<sup>27</sup> É importante lembrar que a ARS não aparece na análise por partido visto que contava somente com um deputado no grupo selecionado.

Mesmo apresentando um número grande de parlamentares nas faixas de mais idade, dos 50 e 60 anos, esses dois partidos permaneceram no cerne da política gaúcha nos 20 anos de Ditadura, ocupando diversos cargos de importância, como Governador e Vice do estado, além de cargos menores. Entre os seis deputados desses dois partidos, que possuíam entre 50 e 60 anos, Alfredo Hoffmeister, do PSD, e Poty de Medeiros, da UDN, foram indicados para o TCE – o primeiro permaneceu até 1979 e o segundo até 1973<sup>28</sup>; Júlio Brunelli, da UDN, e Romeu Scheibe, do PSD, continuaram na Assembleia Legislativa até 1979<sup>29</sup> e 1975<sup>30</sup>, respectivamente; e Porcínio Pinto, do PSD, foi indicado para a Caixa Econômica Estadual<sup>31</sup>.

Esses dados nos permitem notar o quanto havia de renovação entre os dois grupos selecionados para análise. É possível perceber que o grupo PTB/MTR/ARS apresentou um maior número de políticos mais jovens, além de ter apresentado um maior número de políticos que estavam começando suas carreiras em cargos eletivos ou na Assembleia. Mesmo assim, quem acabou se consolidando na política sul-rio-grandense foi justamente o grupo apoiador do Golpe, que apresentava um menor número de deputados jovens, além de representar menos renovação entre seus quadros.

Essa análise também pode servir para notarmos que muitos desses políticos, tanto os que pertenciam a alguns partidos no grupo dos apoiadores do Golpe – nesse caso o PL e o PDC –, quanto os que pertenciam ao grupo de opositores, possuíam idades que permitiriam seguir em seus postos de elite política por mais alguns anos. O cruzamento dos dados relacionados às idades, cassações e trajetórias políticas nos mostrará que nem todos tiveram a mesma sorte e puderam exercer esse potencial mencionado.

### 3.2 DEPUTADOS CASSADOS

Obviamente a maioria das cassações atingiram os deputados do grupo formado por PTB, MTR e ARS, os já referidos partidos que não apoiaram o Golpe de 1964. Ainda que esse grupo tenha sido o alvo preferencial da Ditadura, um dos deputados pertencente ao grupo dos partidos liberal-conservadores teve seu mandato cassado, portanto, resolvemos colocar esses dados em números proporcionais, a título de comparação.

---

<sup>28</sup> Informações obtidas em TCE. **Tribunal de Contas do Estado: 70 anos (1935-2005)**. Porto Alegre: 2005.

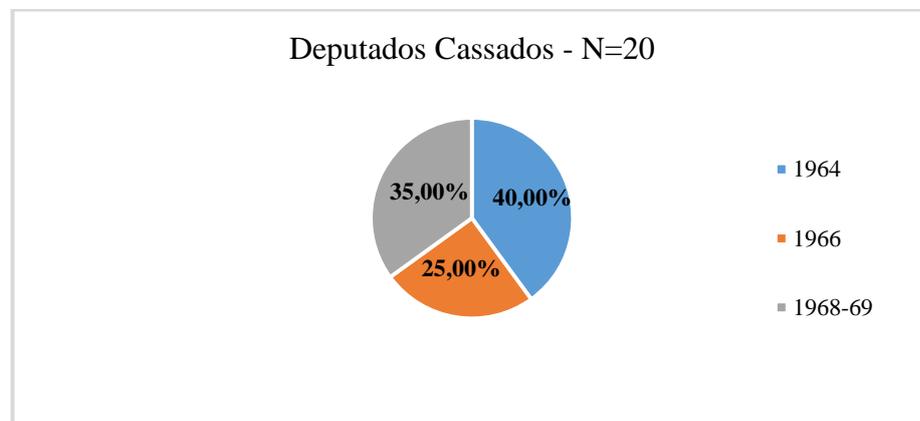
<sup>29</sup> Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, Ficha Parlamentar de Júlio Brunelli.

<sup>30</sup> Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, Ficha Parlamentar de Romeu Roesse Scheibe.

<sup>31</sup> Não foi possível descobrir até quando o deputado permaneceu em seu cargo na Caixa.

Do número total de 61 deputados selecionados para o estudo prosopográfico, 20 sofreram cassações<sup>32</sup> em três períodos diferentes: abril e maio de 1964, julho de 1966 e diversos meses entre 1968 e 1969<sup>33</sup>. Esse número equivale a cerca de 33% do total parlamentares. Considerando os três períodos mencionados, nota-se que o maior número de cassações ocorreu em 1964, correspondendo a 40% do total, como nos mostra o Gráfico 3. Em seguida, temos as cassações de 1968-1969, com 35%. Por último, as cassações de 1966, com 25%.

Gráfico 3 – Porcentagem de deputados cassados nos três períodos



Fonte: Autor. Com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966).

Não chega a espantar que os períodos com maior número de cassados sejam justamente o que caracteriza o início da Ditadura, abril e maio de 1964 – período no qual graças ao primeiro Ato Institucional<sup>34</sup> foi realizada a “operação limpeza”<sup>35</sup> –, e o período cronologicamente mais próximo da promulgação do Ato Institucional nº 5<sup>36</sup>, de 13 de dezembro de 1968.

<sup>32</sup> O número de cassados no legislativo, no entanto, é muito maior, principalmente, porque diversos suplentes que não foram selecionados para a pesquisa prosopográfica tiveram seus mandatos cassados.

<sup>33</sup> Somente um deputado do grupo estudado foi cassado no ano de 1968, portanto optamos por agrupá-lo junto aos cassados em 1969.

<sup>34</sup> O historiador Carlos Fico (2014) realiza uma boa recuperação dos momentos decisivos para a produção do primeiro Ato. Para ele, sua edição “foi mais uma etapa do processo que marcou a passagem do golpe à ditadura” (p. 101), pois previa punições que desconsideravam as garantias constitucionais. Além disso, estabelecia eleições indiretas para a presidência da República.

<sup>35</sup> As cassações dos primeiros momentos pós-Golpe “buscavam eliminar da cena política os políticos identificados com o governo João Goulart ou que pudessem opor qualquer resistência aos golpistas. Aos poucos, os partidos eram ‘purificados’, buscando abolir as fontes de discórdia” (KONRAD; LAMEIRA; LIMA, 2013, p. 119).

<sup>36</sup> Segundo Marcelo Ridenti o “AI-5 significou a quebra da legalidade imposta pelo próprio regime; dava poderes quase ilimitados ao presidente da República, por exemplo, para legislar por decreto, suspender direitos

Esses resultados podem ajudar a contrapor algumas teses que procuram atenuar os primeiros anos da Ditadura, especialmente até a edição do quinto Ato Institucional. A “metáfora do ‘golpe dentro do golpe’, segundo a qual o AI-5 iniciou uma fase completamente distinta da anterior” (FICO, 2004, p. 34) aparece com maior ou menor intensidade em textos de historiadores e jornalistas interessados pelo período. Elio Gaspari, além de afirmar que “havia dois golpes em marcha”<sup>37</sup> (2014, p. 53), procura ressaltar, o tempo todo, a “moderação” de Castello Branco. Para Gaspari o primeiro ditador conclamou seus subordinados para defender a Constituição, em 1964 e somente Costa e Silva, seu sucessor, “precipitou o país na ditadura” (Ibid., p. 141). A posição do jornalista fica ainda mais clara quando o mesmo afirma textualmente que o regime assumiu sua natureza ditatorial após “os acontecimentos posteriores a 1968”, por meio do AI-5 (Ibid., p. 144).

De outra parte, Marco Antônio Villa é ainda mais enfático ao afirmar que “não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5)”, usando a “movimentação político-cultural” para justificar esse recorte temporal “peculiar”, para dizer o mínimo (VILLA, 2009). A não ser que os autores considerem a cassação arbitrária de direitos políticos de diversos cidadãos um aspecto normal da democracia, se torna difícil defender que a Ditadura não se estabeleceu imediatamente após o Golpe, já em abril de 1964.

Já as cassações de 1966 precisavam afetar o número suficiente de deputados para acabar com a maioria do MDB na Assembleia e garantir a vitória de Peracchi Barcellos, candidato da ARENA. É necessário recordar que o Ato Institucional nº 2<sup>38</sup>, além de extinguir os partidos políticos, havia estabelecido eleições indiretas para cargos executivos (CÁNEPA, 2005). Os governadores dos Estados seriam, portanto, eleitos pelas respectivas Assembleias Legislativas. Dos 55 parlamentares que participariam na escolha do novo governador 28 eram do MDB e 27 da ARENA. Além disso, o candidato do MDB, Rui Cirne Lima, contava com o apoio de alguns arenistas (KONRAD; LAMEIRA; LIMA, 2013). Frente à vitória inevitável do MDB, Castelo Branco lançou mão de mais cassações e os suplentes dos cassados foram

---

políticos dos cidadãos, cassar mandatos eletivos [...]”. Para o autor, a partir do quinto ato, a balança entre força e convencimento começa a pender muito mais para o primeiro (2014, p. 36).

<sup>37</sup> A tese do golpismo de Goulart e das esquerdas na conjuntura da década de 1960 é confrontada por diversos historiadores. Destaco aqui: TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 27-48, 2004b.

<sup>38</sup> O AI-2 representou a reação dos golpistas estabelecidos no poder aos resultados das eleições diretas para onze unidades da federação em outubro de 1965. Segundo Ridenti, “a aliança PSD e PTB triunfou em dois estados mais importantes em que houve eleição, Guanabara e Minas Gerais” (2014, p. 34). Além dos estados serem importantes, eram governados, até 1965, por dois líderes civis do Golpe, os udenistas Carlos Lacerda e Magalhães Pinto. Mesmo com a moderação dos eleitos “a vitória foi vista pelo governo federal e pelas Forças Armadas como ameaça à continuidade da nova ordem” (Ibid., p. 35).

impedidos de assumir seus mandatos. Vale ressaltar que sete deputados foram cassados em decorrência desse episódio; cinco pertenciam ao grupo escolhido para nossa análise.

Considerando somente o grupo de não-apoiadores do Golpe, de um total de 28 deputados, 19 foram cassados, cerca de 68% desse grupo. Como nos mostra a Tabela 3, a dispersão das cassações entre os três períodos segue o “modelo” do total de deputados: 42%, em 1964; 32%, em 1968-1969 e; 26%, em 1966. Já entre os partidos da ADP, somente ínfimos 3% foram alvo de cassações. O caso da cassação de Ary Delgado<sup>39</sup>, cassado em 1969, membro do PSD e posteriormente da ARENA, nunca foi devidamente explicado. No ano de 2004, em entrevista para o projeto “Memória Parlamentar”, o ex-deputado Cândido Norberto comentou o acontecido: “Teve um deputado que foi líder da ARENA. Foi presidente do Grêmio e tudo. O Ary Delgado. Nós vamos morrer sem saber por que o Ary Delgado foi cassado”<sup>40</sup>.

Tabela 3 – Porcentagem de opositores cassados nos três períodos

Deputados Cassados							
	Total	1964	%	1966	%	1968-69	%
<b>Opositores</b>	19	8	42,10%	5	26,31%	6	31,57%

Fonte: Autor. Com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966).

### 3.2.1 Faixa etária e carreira política dos deputados cassados

A faixa etária preferida das cassações, considerando o total de 20 deputados cassados, foi a de 40 anos, apresentando 45% dos cassados; a segunda faixa etária com mais cassações foi a de 30-39 anos, com 30%; a faixa com menor número de cassações foi a de 50 anos, com 25%. Esses números refletem o quadro geral das faixas de idade na Assembleia: predominância da faixa de 40 anos, seguida pela de 30 anos e de 50 anos. O grupo formado pelos partidos não-apoiadores do Golpe também tem predominância de cassados entre 40 e 49

<sup>39</sup> Delgado estava em seu terceiro mandato como deputado, além disso, já tinha passagem pelo Tribunal de Contas do Estado e havia concorrido a prefeitura de Porto Alegre no ano de 1959, numa coligação entre PSD, UDN e PSB.

<sup>40</sup> FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira S. C.; MILKE, Daniel R. Projeto Memória Parlamentar: História de vida dos parlamentares gaúchos (1947-1962), 2004-2005. Em sua dissertação, Lameira relata “tentativas de acordo entre PTB e PSD” (2012, p. 193), em fevereiro de 1964, para a eleição da nova mesa diretora da ALERGS. Essas tratativas foram capitaneadas por Sereno Chaise (PTB) e por Ary Delgado (PSD). Corremos o risco de cair no terreno da especulação, mas é possível que Delgado tenha pago por alguma simpatia política ou aproximação com os derrotados pelo Golpe. Com simpatias ou não e apesar dessas tentativas de acordo, Delgado foi um dos apoiadores do golpismo na Assembleia.

anos, quase 50% do total. Já o grupo dos partidos apoiadores do Golpe não pode entrar nessa análise, pois teve somente um deputado cassado. Esses resultados se referem aos três períodos de cassações já mencionados analisados conjuntamente.

A situação é um pouco diferente quando separamos esses três momentos, pois nesse caso podemos ver que os deputados mais jovens eram alvos preferenciais em pelo menos um deles, ainda que a predominância fosse de deputados na casa dos 40 anos de idade. De um total de oito deputados cassados em abril e maio de 1964 – todos do PTB e da ARS –, 50% estavam entre 30 e 39 anos; 37,5% estavam na faixa dos 40 anos e somente 12,5% na casa dos 50 anos. A porcentagem de deputados na casa dos 30 anos ainda aumenta, ao considerarmos somente os membros do PTB, partido do presidente deposto pelo Golpe, subindo para 57,14%.

A Tabela 4 ilustra essa situação e também expõe que, em julho de 1966, de um total de cinco cassados – ex-membros do PTB e do MTR, que se filiaram ao MDB –, 40% estavam na casa dos 30 anos, contra 60% na faixa dos 40 anos. Esse número muda se considerarmos somente os deputados ex-PTB: nesse caso a maioria dos cassados ainda estava na faixa dos mais jovens, entre 30 e 39 anos de idade em 1966, com aproximadamente 65% dos cassados.

Tabela 4 – Faixa etária dos deputados cassados em 1964 e 1966

<b>Faixa Etária x Deputados cassados</b>							
<b>Cassados em 1964</b>							
<b>Faixa etária/Cassados</b>	<b>Total</b>	<b>30-39</b>	<b>%</b>	<b>40-49</b>	<b>%</b>	<b>50-59</b>	<b>%</b>
<b>Total</b>	8	4	50,00%	3	37,50%	1	12,50%
<b>PTB</b>	7	4	57,14%	2	28,57%	1	14,28%
<b>Cassados em 1966</b>							
<b>Total</b>	5	2	40,00%	3	60,00%	0	0,00%
<b>PTB</b>	3	2	66,66%	1	33,33%	0	0,00%
<b>MTR</b>	2	0	0,00%	2	100,00%	0	0,00%

Fonte: Autor. Com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966).

Nos anos de 1968-69 os membros da Legislatura 1963-1966 estavam em idade mais avançada, estando os deputados cassados em duas faixas exclusivamente: 40-49 anos e 50-59 anos. Nesse período, há predomínio de deputados nas faixas de mais idade entre os perseguidos, cerca de 57% estavam entre 50 e 59 anos. E isso se dá somente para o total de deputados cassados em 1968-69, um total de sete, pois se considerarmos somente o grupo de

não apoiadores do Golpe – total de seis, ex-membros do PTB e MTR – temos um empate de 50% entre as faixas dos 40 anos e dos 50 anos.

O que podemos perceber através dessas análises é que no primeiro período de cassações, logo após o Golpe, já mesmo em 1964, a maioria dos cassados estava entre a faixa etária mais jovem, dos 30 anos. Além de visar deputados que haviam ocupados cargos de secretarias estaduais na década de 1950, essas cassações atacaram deputados que estavam em início de suas carreiras na Assembleia. Entre os oito cassados nos meses de abril e maio de 1964, Antônio Visintainer, Beno Burmann, Lamaison Porto e Wilson Vargas tinham entre 30 e 39 anos. Desses quatro, Visintainer e Burmann estavam em suas primeiras passagens pela Assembleia, enquanto Lamaison Porto e Wilson Vargas haviam atuado em outros mandatos como deputados e também haviam exercido cargos em secretarias estaduais, ambos no Governo Leonel Brizola (1959-1962).

Entre os cassados que se encontravam na casa dos 40 anos tínhamos Justino Quintana, Marino dos Santos, único deputado da ARS, e Rubens Porciúncula. O primeiro estava em seu terceiro mandato na casa legislativa gaúcha, além de ter sido secretário de Educação e Cultura entre os anos de 1960 e 1962. Por outro lado, Marino dos Santos e Rubens Porciúncula só haviam exercido mandatos nos municípios onde iniciaram a carreira política, o que fazia com que a Legislatura eleita em 1962 fosse sua primeira na Assembleia.

João Caruso foi o único deputado cassado que estava na faixa dos 50 anos, na época tinha 56 anos. O deputado havia sido uma figura importante do PTB na década de 1950, ocupando diversas secretarias no Governo de Brizola. Além de ser secretário entre os anos de 1959 e 1962, Caruso estava em seu quarto mandato como deputado estadual, elegendo-se em todos os pleitos que concorreu desde 1950. Esse panorama confirma o que havia sido dito: as cassações atacaram aqueles que haviam se consolidado como elite política sul-rio-grandense – em secretarias e diversos mandatos no legislativo – ou aqueles que estavam iniciando suas trajetórias políticas.

O quadro das cassações de abril e maio de 1964 se repete parcialmente em julho de 1966. Mesmo que a maioria dos cassados não estivesse na faixa dos mais jovens, quase todos estavam em início de carreira no legislativo estadual. Dos cinco cassados nesse período, Hélio da Fontoura, com 36 anos e Wilmar Taborda, com 34 anos, eram os mais jovens. O primeiro estava não só debutando na Assembleia, como também nunca havia ocupado nenhum cargo eletivo. Taborda vinha de dois mandatos na Câmara de Palmeira das Missões, mas estava no primeiro mandato na Assembleia. Dos que estavam na faixa dos 40 anos, em 1966, somente o deputado Cândido Norberto tinha experiência no legislativo, estava no quarto mandato.

Álvaro Petracco havia sido prefeito em Guaporé, mas estreava no parlamento do RS, situação parecida com a de Osmar Lautenschleiger, que também fazia sua estreia.

Ainda que não possamos afirmar que havia uma preferência pelos mais jovens em todos os períodos de cassações ou que essa preferência fosse deliberada e se configurasse como único fator para selecionar os cassados, a eliminação de uma oposição em início de carreira pela Ditadura reflete um corte no potencial de toda uma sorte de sujeitos que poderiam seguir entre o grupo de elite política sul-rio-grandense nos mandatos seguintes, ou até mesmo alcançar o posto de deputado federal. A Ditadura impede que esses parlamentares sigam na vida pública pelos 20 anos que se seguem, fato que não ocorre entre os apoiadores do Golpe que, por motivos óbvios, dominam quase que inteiramente a política do Rio Grande do Sul até os anos finais da Ditadura e se perpetuam para além de seu término. Poucos desses deputados cassados conseguem retornar a vida política, tanto após os 10 anos de direitos políticos anulados, quanto após o fim da Ditadura.

### 3.3 OCUPAÇÃO PROFISSIONAL

Foi possível encontrar informações sobre as ocupações profissionais de 60 deputados, ficando de fora desse grupo o deputado Antonino Fornari, do PSD. Entre o grupo, cujas ocupações foram identificadas, 12 possuíam mais de uma profissão. Com isso, optou-se por tomar algumas indicações metodológicas encontradas no livro *O Parlamento em Tempos Interessantes* (2005), organizado pelo historiador Flávio Heinz e que também contou com a autoria dos historiadores Ângela Flach, Daniel Milke e Jonas Vargas. Parte dessa publicação se configura em um perfil dos deputados e dos partidos da Assembleia entre os anos de 1947 e 1982. Nas palavras dos autores, o objetivo era “oferecer uma ideia geral da representação parlamentar através de alguns indicadores” e “oferecer, para além dos discursos políticos e das intenções partidárias, indícios que permitam perceber algumas características sociais mais gerais dos partidos atuantes no período” (HEINZ et al., 2005, p. 75).

Em relação ao problema dos deputados com mais de uma ocupação, os historiadores que trabalharam na prosopografia da referida obra optaram por “indicar a profissão do deputado antes do seu primeiro mandato”, isto é, a profissão “que lhe ofereceu um potencial eleitoral para o ingresso na carreira parlamentar” (Ibid., p. 86). Além disso, esses historiadores decidiram considerar como profissão principal aquela oriunda da formação superior. Essas são, portanto, algumas opções metodológicas adotadas no presente trabalho para tentar transpor o problema referente à acumulação de ocupações. Buscou-se sempre nas

biografias dos parlamentares descobrir qual profissão exerciam antes de seus primeiros mandatos. Não sendo possível essa identificação, priorizamos as profissões oriundas da formação superior. O deputado Paulo Brossard, por exemplo, possuía formação pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, no entanto, diversas fontes indicam que sua ocupação profissional antes de seu primeiro mandato era de Professor Universitário. Portanto, ainda que tenha sido advogado, Brossard foi colocado na categoria “Professor Universitário”.

Já o caso de José Augusto Amaral de Souza é um pouco diferente: o deputado aparece em uma das fontes como “Advogado e Professor”<sup>41</sup>, no entanto, segundo os historiadores responsáveis pela obra *O Parlamento em Tempos Interessantes*, “não era raro que médicos e advogados dedicassem parte do seu tempo à docência universitária” (HEINZ et al., 2005, p. 86). Frente a esse impasse, priorizou-se a formação superior, por não termos informações suficientes que permitam afirmar que antes de seu primeiro mandato na Assembleia o deputado, a exemplo de Paulo Brossard, só exercesse a docência. Em resumo, na impossibilidade de acessar através das fontes qual era a ocupação profissional dos deputados antes de seus primeiros mandatos na Assembleia, adotamos a profissão oriunda da formação superior.

Também o campo “Funcionário Público” é alvo de alguns alertas por parte dos autores de *O Parlamento em Tempos Interessantes*. Diversas profissões podem ser incluídas nesse campo, por exemplo, “os ‘funcionários da Justiça’, o ‘magistério estadual’ e os ‘militares’” (Ibid., p. 87). Optou-se por separar as categorias mencionadas do campo “Funcionário Público”, deixando nesse grupo os deputados cujas funções dentro do funcionalismo público não fossem discriminadas pelas fontes. Com isso, o deputado João Brusa Netto é classificado como “Funcionário Público”<sup>42</sup>, pois sua função dentro do funcionalismo não pôde ser identificada com a ajuda das fontes; já os deputados Moab Caldas, que era Escrivão de Justiça<sup>43</sup> quando foi eleito, ou o deputado Mario Mondino – que era Promotor de Justiça<sup>44</sup> antes de chegar à Assembleia –, se enquadram na categoria “Funcionário da Justiça”, por exemplo.

Feitas as devidas ressalvas metodológicas, podemos afirmar que encontramos um total de 17 ocupações profissionais entre os 60 deputados. Entre esse total de deputados predominaram os advogados, compondo 43,44% do Parlamento Estadual. Essa é uma “tendência iniciada no século XIX” (Ibid., p. 87) e que ainda se mantinha forte na Legislatura

<sup>41</sup> Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, Ficha Parlamentar de José Augusto Amaral de Souza.

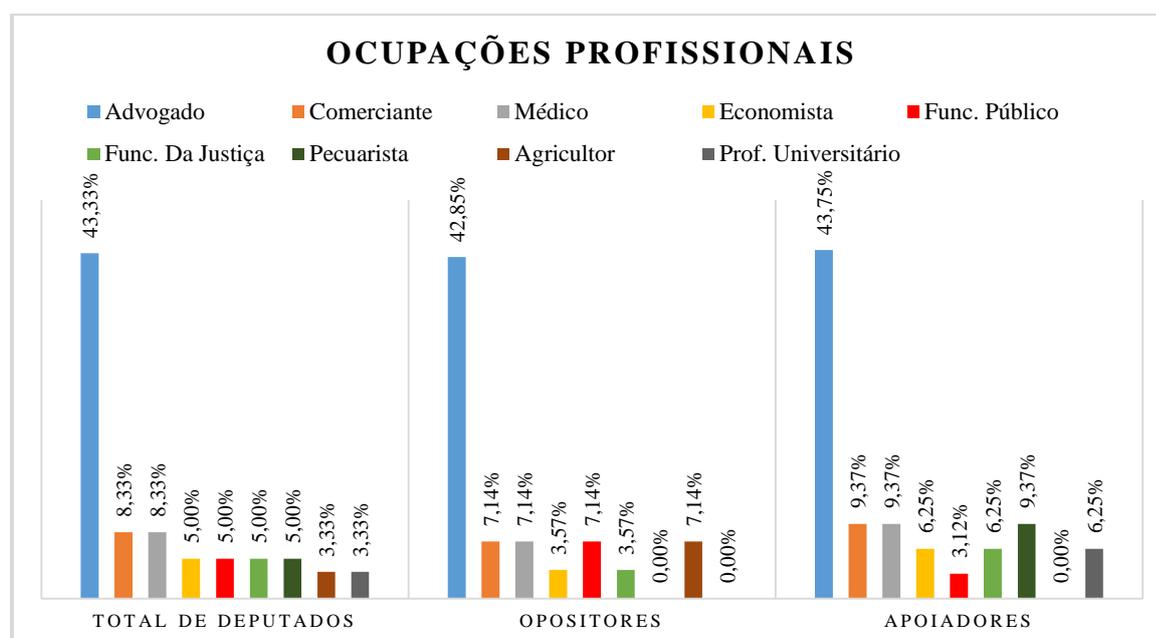
<sup>42</sup> Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, Ficha Parlamentar de João Brusa Netto.

<sup>43</sup> Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, Ficha Parlamentar de Moab Caldas.

<sup>44</sup> Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, Ficha Parlamentar de Mário Mondino.

objeto de nossa análise. Os advogados também são maioria na análise por grupo (apoiadores x opositores do Golpe), como mostra o Gráfico 4: o grupo PTB/MTR/ARS possuía um total de 42,85% de advogados, enquanto o grupo formado por PSD, PL, UDN, PRP e PDC apresentava 43,75% nessa categoria. Na análise por partido, a categoria dos advogados se mantém predominante em cinco deles – MTR, PL, PSD, PTB e UDN – e dois desses partidos ainda possuíam mais da metade de suas bancadas formadas por tal grupo (PL e UDN). O PRP possuía somente um advogado, o que equivalia a 25% de sua bancada, tendo como profissão predominante os comerciantes; já PDC não apresentava nenhum deputado que exercesse a advocacia ou fosse formado em Direito<sup>45</sup>; sua bancada não apresentava profissão predominante, possuindo cinco parlamentares com cinco ocupações diferentes.

Gráfico 4 – Ocupações profissionais predominantes entre os deputados



Nº de Parlamentares por grupo		
Total de deputados	Opositores	Apoiadores
N=60	N=32	N=28

Fonte: Autor. Com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966).

De maneira geral, os resultados aqui expostos sobre a presença de advogados entre as diversas agremiações se assemelham aos obtidos por David Fleischer em pesquisa sobre o recrutamento partidário para a Câmara Federal “durante a fase pluri-partidária de 1945 a

<sup>45</sup> A ARS não aparece na análise por partido, pois sua bancada só possuía um membro.

1965” (1981, p. 45). Duas diferenças merecem ser destacadas, no entanto: o PDC elegeu advogados para a o cargo de deputado federal, no entanto não tem nenhum no grupo pertencente à Legislatura analisada. O contrário acontece com o PL, já que mais da metade de sua bancada na Legislatura 1963-1966 era composta por advogados, ao passo que Fleischer não encontra essa profissão entre os eleitos pelo partido para a Câmara Federal.

As profissões que apareciam em segundo lugar entre os representantes do legislativo gaúcho, como podemos ver também no Gráfico 4, eram comerciantes e médicos, cada uma representava cerca de 8,33% do total de parlamentares. Os comerciantes, que, como já mencionado, eram maioria no PRP, também apareciam entre os deputados do PSD e do PTB; a medicina era ocupação profissional do único deputado da ARS, além de estar presente nas bancadas do PTB, PSD e PDC. Os médicos e comerciantes, somados aos agricultores e funcionários públicos, eram a segunda ocupação profissional predominante entre os deputados do grupo de opositores do Golpe. Cada uma dessas ocupações correspondia a, aproximadamente, 7,14%. Já entre os apoiadores do Golpe de 1964, após os advogados, apareciam os comerciantes, médicos e pecuaristas, cada um com pouco mais de 9% do total.

Fleischer nota que o funcionalismo público e o setor rural eram predominantes, também, entre os recrutados pelo PTB do Rio Grande do Sul para a Câmara dos Deputados. Por outro lado, os resultados obtidos pelo cientista político para o PRP destoam dos que foram apresentados aqui. O perfil ocupacional dos perrepistas que chegaram à Câmara era de jornalistas e pequenos empresários do setor “indústria-transportes”. Nossos resultados se assemelham mais aos obtidos por Gilberto Calil, que classifica os membros do PRP, de acordo com as proposições de Poulantzas, como membros da “‘pequena burguesia tradicional’ – pequenos comerciantes, pequenos proprietários rurais, artesãos” (2005, p. 56).

De outra parte, a análise empreendida sobre os deputados federais do PSD por Fleischer guarda muitas semelhanças com os resultados que obtivemos em nossa pesquisa. Com exceção dos funcionários públicos, os membros do PSD da Legislatura 1963-1966 apresentaram praticamente as mesmas profissões: “advogados, profissionais da saúde [...] e dos setores comércio-bancos-finanças” (1981, p. 59). No entanto, enquanto Fleischer só pode supor que os membros desse partido representassem interesses agrários – já que o perfil ocupacional não apresentava políticos relacionados a esse setor – a bancada do PSD na legislatura eleita em 1962 possuía um representante desse setor.

O perfil ocupacional dos deputados federais da UDN também se assemelha ao perfil que encontramos. A pequena bancada udenista na Assembleia Legislativa entre os anos de 1963 e 1966 apresentava três advogados e um pecuarista, ao passo que os deputados federais

do partido eram, também, advogados e fazendeiros (Ibid., 60). Do perfil elaborado pelo cientista político só não encontramos profissionais da saúde na bancada gaúcha da UDN no legislativo estadual. Maria Victoria Benevides (1981), em sua pesquisa sobre a UDN, também encontra a mesma composição do partido, especialmente no que se refere às classes médias urbanas e o recrutamento de profissionais liberais.

Como já mencionado a presença ou ausência de advogados no PL e no PDC é um fator de divergência entre os resultados de Fleischer e o de nossa pesquisa. Os libertadores que chegaram à Câmara Federal eram jornalistas e profissionais da saúde, profissões que não estavam presentes entre os membros do PL na Assembleia, entre 1963 e 1966. Já o PDC apresentava advogados e militares, ao passo que na Assembleia possuía um economista, um médico, um funcionário da justiça, um professor universitário e um bancário. Portanto, o perfil dos dois partidos na Câmara Federal não tinha muitas semelhanças com os resultados que pudemos encontrar.

É importante destacar, também, algumas ocupações profissionais que apareciam em um grupo e estavam ausentes no outro. Os agricultores, por exemplo, só apareceram no grupo de partidos opositores do Golpe, assim como a única representante do magistério estadual da Assembleia. Por outro lado, a pecuária e a docência universitária, eram ocupações profissionais exclusivas do grupo de apoiadores do Golpe.

O PTB – principalmente por possuir a maior bancada, um total de 23 – possuía o maior número de profissões, onze em um total de 17. Algumas ocupações profissionais eram exclusividade de seus quadros, como a única representante do magistério estadual e única mulher no parlamento, a deputada Suely Gomes de Oliveira, os dois únicos agricultores do legislativo, além de um taquígrafo legislativo, um engenheiro agrônomo e um químico. O alto número de profissões encontradas entre os deputados do PTB faz com que o número de profissões entre os deputados opositores do Golpe também seja elevado: 13 profissões em 17.

Ter uma bancada grande, no entanto, não significava ter uma grande variedade de profissões. O PSD, por exemplo, era a segunda maior bancada do legislativo gaúcho, com doze deputados, mas só possuía cinco ocupações profissionais entre seus parlamentares: advogados, médicos, pecuaristas, um comerciante e um economista. Ou seja, era um partido que “respeitava” ao padrão geral da Assembleia, pois tinha entre seus quadros deputados nas ocupações predominantes, diferente do PTB. Podemos afirmar, através dessa análise, que o PTB – como também o grupo de não apoiadores do Golpe, majoritariamente formado por esse partido – apresentava uma maior diversidade de ocupações profissionais.

Outro partido que merece ser destacado é o PDC, pois como já dito, essa agremiação apresentava uma profissão para cada um dos cinco deputados de sua bancada. Além disso, dessas cinco profissões somente uma – a de médico – apresentava-se entre as predominantes na Assembleia. Esse partido pode ser considerado, assim como o PTB, como um dos que apresentava grande diversidade de ocupações profissionais.

Os demais partidos apresentavam poucas peculiaridades: O MTR seguia o padrão de ter maioria de advogados – 50% da bancada – entre as ocupações profissionais de seus membros, além disso, apresentava um jornalista, o deputado Cândido Norberto, e um oficial reformado do Exército, o deputado Heitor Campos; o PL, como já mencionado, possuía pouco mais da metade de sua bancada de sete deputados na profissão de advogado, 57,14% ou quatro deputados; o restante da bancada libertadora se dividia em um professor universitário, um funcionário da justiça e um funcionário público. O PRP, além de ter maioria de comerciantes – dois entre quatro parlamentares – e um advogado, ainda possuía um contabilista entre seus membros.

### 3.4 NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Para fazer a análise do grau de escolaridade entre os 61 deputados que formam o grupo delimitado para a prosopografia, também foram seguidas algumas recomendações encontradas na segunda parte de *O Parlamento em Tempos Interessantes* (2005). Em alguns casos foi possível, através das fontes, descobrir se e onde os parlamentares adquiriram formação em nível superior ou técnico. Do total que formava o grupo escolhido para o estudo prosopográfico, não foi possível ter acesso a informações somente de Antonino Fornari, do PSD – deputado cuja profissão também não foi identificada. Com isso, o grupo analisado passa a ser formado por 60 deputados. Foram descobertas as instituições de ensino superior e técnico por onde passaram 29 desses parlamentares. Os outros 31 sujeitos foram classificados como tendo formação superior e técnica ou não a partir de suas profissões. Na obra *O Parlamento em Tempos Interessantes*, os historiadores identificam profissões que necessitavam e não necessitavam de curso superior:

**Foram consideradas com curso superior:** Advogados, Médicos, Psicólogos, Arquitetos, Economistas, Engenheiros, Dentistas, Veterinários, Promotores Públicos, Botânicos, Farmacêuticos, Químicos, Professores Universitários e Agrônomos. **Foram consideradas sem curso superior:** Jornalistas, Contadores, Magistério estadual, Funcionários Públicos, Militares, Comerciantes, Industrialistas, além de outros pouco representativos (HEINZ et al., 2005, p. 83).

Portanto, quando não foi possível identificar a instituição pelas quais passaram esses parlamentares optou-se por seguir esse modelo. A única diferença acontece porque, no presente trabalho, escolhemos classificar os sujeitos que apresentavam formação no ensino técnico em uma categoria específica e não na mesma categoria dos sem formação superior. É preciso alertar que sempre foi priorizada a busca pelas fontes que pudessem indicar se os parlamentares estudados possuíam ou não formação superior ou técnica, principalmente porque alguns casos específicos confrontavam o modelo exposto acima.

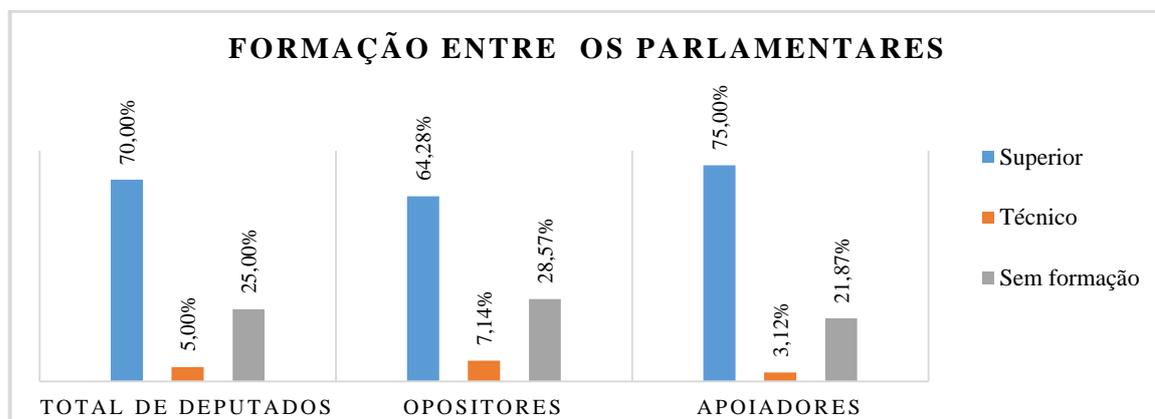
O deputado Cândido Norberto, do MTR, por exemplo, era jornalista e provavelmente foi classificado pelos historiadores de *O Parlamento em Tempos Interessantes* como “sem curso superior”. No entanto, o parlamentar havia se formado “em Jornalismo na primeira turma de Comunicação da UFRGS, em 1954”<sup>46</sup>. Essa foi a única “fragilidade” encontrada na referida classificação, principalmente porque alguns casos a confirmavam: boa parte dos contabilistas possuíam formação técnica nessa área, bem como não foram encontrados comerciantes, funcionários públicos e militares com formação superior. Antes de expormos a análise é necessário dizer que três deputados apresentavam formação superior e técnica, nesse caso foi priorizada suas formações superiores e eles foram classificados no grupo “com curso superior”.

Os parlamentares analisados possuíam, em sua maioria, algum diploma universitário: 70% do grupo possuía curso superior, 25% não possuíam nenhum tipo de formação e 5% haviam passado pelo Ensino Técnico. Esses números se modificam ao analisarmos o grupo de opositores do Golpe, pois nesse caso o número de deputados com curso superior é menor, com pouco menos de 65%. Por outro lado, a porcentagem de parlamentares que possuíam nível técnico ou não possuíam formação aumenta em relação aos dados do grupo geral: os 5% com nível técnico sobem para 7% e os 25% sem formação passam a 28%. O oposto ocorre entre os apoiadores do Golpe, membros da ADP: 75% com formação superior; pouco mais de 3% com nível técnico e cerca de 22% sem curso superior ou técnico. O Gráfico 5 ilustra esses dados.

---

<sup>46</sup> Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, *Zero Hora*, 2 de fevereiro de 2009, p. 4.

Gráfico 5 – Formação superior e técnica entre os parlamentares

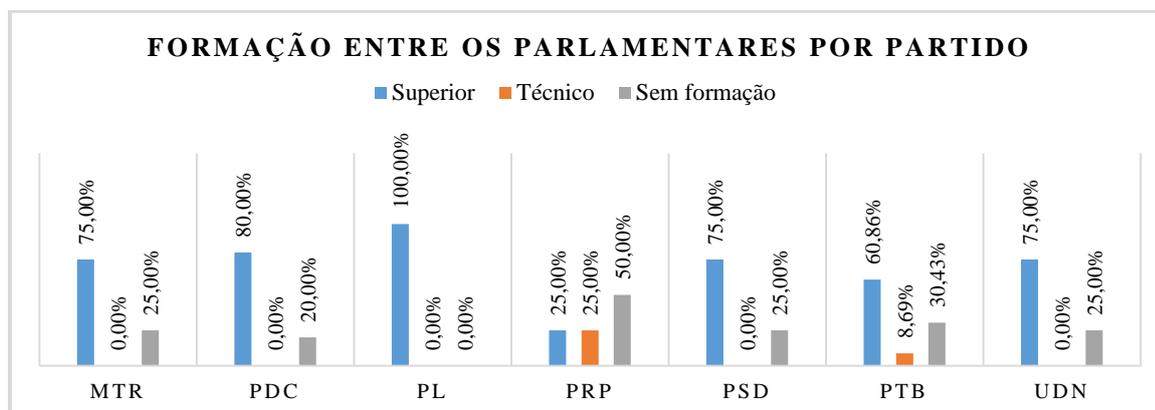


Nº de Parlamentares por grupo		
Total de Parlamentares	Opositores	Apoiadores
N=60	N=32	N=28

Fonte: Autor. Com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966).

Na análise dos partidos isoladamente, dois extremos são destaque. Durante o período compreendido entre 1945 e 1964, “o PL é de longe aquele que apresenta o maior índice de titulação de seus deputados” (HEINZ et al., 2005, p. 88). O quadro não é diferente entre os deputados do grupo analisado filiados ao PL: todos os deputados desse partido possuíam formação superior, como demonstra o Gráfico 6. Esses dados vão de encontro aos resultados apresentados por Fleischer em seu trabalho sobre a Câmara Federal, tendo em vista que os deputados federais do PL, eleitos entre 1945 e 1965, possuíam baixo nível educacional (1981, p. 61).

Gráfico 6 – Formação superior e técnica entre os parlamentares por partido



Total de deputados por partido						
MTR	PDC	PL	PRP	PSD	PTB	UDN
N=4	N=5	N=7	N=4	N=12	N=23	N=4

Fonte: Autor. Com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966).

O outro extremo do grupo estudado fica por conta do PRP, pois esse é o partido com menor número de deputados com formação superior entre os que compõem o grupo analisado (ver Gráfico 6). Os historiadores responsáveis pela publicação já mencionada sugerem que esse número reduzido de parlamentares com diploma no PRP se deve, talvez, a implantação do partido “em áreas rurais afastadas dos tradicionais centros de formação superior do Estado ou, ainda, na atração que o partido oferecia a setores de classe média baixa urbana que não dispunham de acesso fácil ao ensino superior” (HEINZ, 2005, p. 88). No entanto, é importante deixar claro que os autores deixam a questão em aberto.

O partido que mais se aproximava dos dados do PRP, que apresentava 50% de sua bancada entre os “sem formação”, era o PTB, no qual cerca de 30% da bancada não havia passado pelo ensino superior ou técnico. Da parte do PRP, os resultados são semelhantes ao perfil encontrado por Fleischer (1981) para os perrepistas da Câmara Federal. Já pelo lado do PTB a situação é diferente, pois o cientista político encontrou um PTB na Câmara “com baixo nível educacional” (Ibid., p. 50), enquanto o PTB na Assembleia gaúcha apresentava alta porcentagem de deputados com diploma superior, pouco mais de 60%; no PRP esse número caía para 25%. Além disso, esses eram, também, os únicos partidos com deputados que possuíam formação em nível técnico.

Por outro lado, junto ao PL encontrava-se o PDC, que possuía 80% de sua bancada com formação em nível superior, corroborando o que foi visto por Fleischer sobre os deputados federais pedecistas (Ibid., p. 57). Os demais partidos apresentavam situações mais

próximas da média da Assembleia: PSD e UDN tinham 75% de suas bancadas com nível superior, mesmo número do MTR. Os três partidos não possuíam membros com passagem pelo ensino técnico e possuíam 25% de sua bancada entre os “sem formação”. No que se refere aos pessedistas e udenistas o perfil é semelhante ao dos deputados federais dos dois partidos no período 1945-1965.

Sem dúvida, a porcentagem de parlamentares formados no Ensino Superior presentes no PL e PDC serviu para elevar o número de deputados com diploma no grupo de partidos apoiadores do Golpe. O mesmo se aplica para o PTB, que possivelmente baixou as porcentagens de formados no grupo de partidos opositores do Golpe. De qualquer forma, apesar da dissonância representada pela bancada do PRP, podemos perceber que a formação em nível superior era um dos critérios de recrutamento da elite política sul-rio-grandense no período estudado, afinal, boa parte dos partidos apresentava um alto grau de deputados com esse tipo de formação.

Esses dados também demonstram o PTB como um partido de representação mais diversa, tendo entre seus membros tanto deputados com ensino superior, quanto deputados com nível técnico e ainda um bom número de deputados sem formação. Isso, talvez, se deva ao fato de sua bancada ser a maior da Assembleia. Entretanto, é possível nos perguntarmos se o fato de o PTB possuir uma bancada tão grande não seja por que o partido apresentava candidatos com profissões e formações mais diversas. A análise de parte dos candidatos do partido, tanto eleitos quanto não eleitos, poderia dar respostas nesse sentido.

### 3.5 DISPERSÃO PARTIDÁRIA: DEPUTADOS POR MESORREGIÃO

Também se considera relevante para o estudo prosopográfico a análise da base eleitoral dos parlamentares estudados. Esse tipo de análise torna-se interessante para que seja possível afirmar qual partido era predominante em qual região do Rio Grande do Sul. Para essa parte da pesquisa nos vimos em frente de algumas questões técnicas a serem resolvidas. Primeiramente, a questão foi qual divisão regional escolher para classificar os parlamentares. Após um estudo parcial das divisões possíveis, preferimos adotar a divisão regional em mesorregiões. Essa divisão foi elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos anos finais da década de 1980 e dividiu todos os estados brasileiros em mesorregiões e microrregiões. A escolha por tal forma de divisão se deu porque consideramos que o conceito de mesorregião apresenta critérios mais variados de classificação do que outros tipos de divisão, como por exemplo, Zonas Fisiográficas (Missões, Depressão Central,

Campanha, Serra do Sudeste, etc.) ou a divisão baseada no relevo (Planalto Norte Rio-Grandense, Planalto Sul Rio-Grandense, Planície Litorânea, etc.). Segundo publicação do IBGE:

Entende-se por mesorregião uma área individualizada em uma Unidade da Federação que apresenta forma de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou (IBGE, 1990, p. 8).

É por conta dessa definição de mesorregião que o critério escolhido foi o apresentado. Embora os autores utilizados para caracterizar o estado nas décadas de 1950 e 1960 se refiram ao “Planalto Médio” ou à “Serra do Sudeste”, sempre tentaremos expor a qual mesorregião ou mesorregiões pertencem tal relevo, por exemplo. Dessa forma, os parlamentares foram classificados segundo as seguintes mesorregiões: Noroeste Rio-grandense, Nordeste Rio-grandense, Centro-Occidental Rio-grandense, Centro-Occidental Rio-grandense, Metropolitana de Porto Alegre, Sudoeste Rio-grandense e Sudeste Rio-grandense.

Outra questão técnica que mereceu atenção foi a de como descobrir e o que considerar como base eleitoral dos políticos estudados. Em *O Parlamento em Tempos Interessantes*, os deputados são divididos por mesorregião de origem, no entanto, os autores nos alertam que não foi possível “identificar em que medida os deputados efetivamente permaneceram vinculados a elas durante sua trajetória política” (HEINZ et al., 2005, p. 80). De fato, um parlamentar ter nascido em determinada região não significa, automaticamente, que aquela região se configurou como sua base eleitoral, ou que sua carreira política tenha sido vinculada àquela cidade ou localidade.

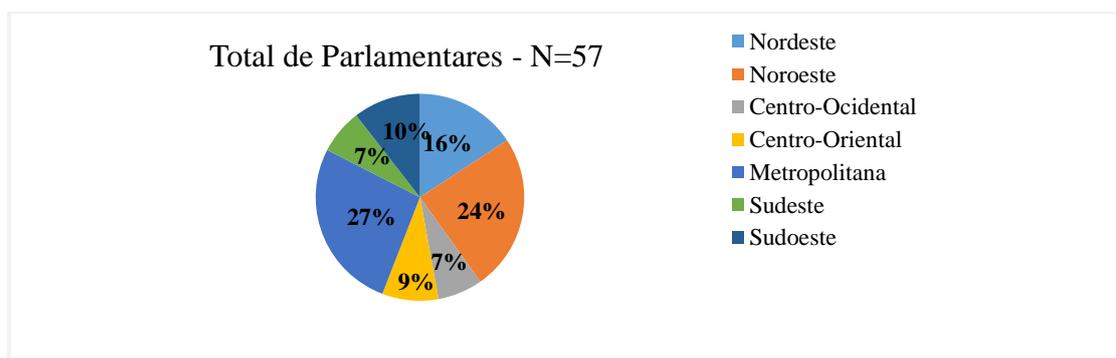
Decidiu-se, portanto, que a base eleitoral de cada um dos parlamentares seria classificada de acordo com o início de suas trajetórias políticas e profissionais. Com isso, através das fontes, buscou-se sempre descobrir onde o parlamentar iniciou sua trajetória política – normalmente como prefeito ou vereador – ou onde iniciou sua trajetória profissional. Em alguns casos foi possível ter acesso a entrevistas dos deputados, seja para historiadores, para órgãos de imprensa ou para a Agência de Notícias da Assembleia Legislativa. Nessas entrevistas, por vezes apareciam referências às regiões que os parlamentares consideravam como suas bases eleitorais. Normalmente essas regiões mencionadas por eles coincidiam com as cidades onde iniciaram suas trajetórias políticas e profissionais. Tais entrevistas eram especialmente úteis para os casos de deputados que

começaram suas carreiras políticas já na Assembleia e não em uma localidade específica, caso muito comum entre os membros mais antigos do legislativo, que após a redemocratização de 1945, logo se candidataram para o legislativo estadual.

Não foi possível definir a base eleitoral de somente quatro deputados: o primeiro é Ary da Silva Delgado, do PSD, que nasceu em Uruguaiana e iniciou sua trajetória política já na Assembleia, em 1959. Antes disso foi jogador e presidente do Grêmio Foot-ball Porto Alegrense. Considerando esses aspectos, tornou-se difícil definir o que poderia ser considerada a base eleitoral de Ary Delgado. Outro é Darcy Conceição, também do PSD. Não foi possível saber se ele esteve em outro cargo eletivo antes de 1962, além disso, outros aspectos de sua biografia, como local de atuação profissional, permaneceram desconhecidos mesmo após intensa busca. Com isso, preferimos classificá-lo como “base desconhecida”. Os outros dois parlamentares cujas bases permaneceram desconhecidas são Flávio Antônio Lopes Ramos e Osmar Lautenschleiger, ambos do MTR. O caso desses dois parlamentares se assemelha ao de Darcy Conceição e a falta de fontes sobre ambos acabou dificultando a identificação das localidades onde atuaram política e profissionalmente. Preferimos classificar tais parlamentares em “base desconhecida” pelo problema já exposto, de não podermos afirmar com certeza que eles permaneceram ligados às localidades onde nasceram principalmente porque em muitos casos a cidade natal e a base eleitoral não coincidiam.

O Gráfico 7 nos mostra que, do total de 57 parlamentares cujas informações puderam ser descobertas, a maioria possuía base eleitoral na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre. Essa mesorregião apresentava cerca de 27% do total de deputados. A segunda região mais representada entre o total de deputados era a mesorregião Noroeste, com algo próximo de 24%. Já as regiões menos representadas eram a mesorregião Centro-Ocidental e a mesorregião Sudeste, com 7%.

Gráfico 7 – Deputados por mesorregião



Fonte: Autor. Com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966).

Pode-se afirmar que a proeminência da mesorregião Noroeste, segunda colocada em representação na Assembleia, se inscrevia no crescimento de representantes apresentados pela mesma após o Golpe de 1964, se tornando a mais representada no legislativo gaúcho (HEINZ et al., 2005, p. 81). Entre os deputados escolhidos para o estudo prosopográfico, no entanto, permanece a hegemonia da mesorregião Metropolitana de Porto Alegre.

Essas duas mesorregiões permanecem em destaque quando analisamos as bases eleitorais de cada um dos grupos – opositores e apoiadores do Golpe. Os deputados dos partidos que se opuseram ao Golpe de 1964 predominavam na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, com pouco menos de 35% do total de 26 parlamentares. Em segundo lugar, para esse grupo, haviam três mesorregiões empatadas com 15,4% do total de deputados: Nordeste, Noroeste e Sudoeste. Por outro lado, entre os apoiadores do Golpe, a mesorregião predominante era a Noroeste. Dos 31 deputados que compunham tal grupo, 32,25% tinham suas bases no Noroeste do estado. A segunda região mais representada por esse grupo era a Metropolitana de Porto Alegre, com 19,35% do total.

Essa dispersão geográfica dos dois grupos pode ser explicada ao analisarmos os partidos predominantes em cada mesorregião. O PSD e o PRP eram predominantes na mesorregião Noroeste, com 45,45% e 50% de suas bancadas pertencendo a referida mesorregião, respectivamente. Além desses dois, o PL também apresentava alta porcentagem de representantes com base eleitoral no Noroeste – cerca de 29% –, no entanto, os libertadores também apresentavam a mesma quantidade de parlamentares na mesorregião Sudoeste. Essa alta porcentagem de representantes desses três partidos na mesorregião Noroeste nos ajudam a entender porque o grupo de partidos apoiadores do Golpe predominava na referida região, os três partidos citados eram desse grupo.

Esses dados confirmam o que foi afirmado por Mercedes Cánepa ao analisar a implantação do sistema partidário após a redemocratização de 1945. Segundo a autora, o PSD predominava no norte do estado, nas “zonas de domínio de pequenas e médias propriedades rurais”, o PL “nas regiões de pecuária e de grandes propriedades” e o PRP “nas regiões associadas à imigração italiana e alemã” (2005, p. 156). A relação entre o PSD e os interesses agrários também são expostos por outros autores (FLEISCHER, 1981), ao passo que o eleitorado do PRP também é caracterizado como predominante nas regiões coloniais de pequenos proprietários rurais e comerciantes por Gilberto Calil (2005).

Como podemos observar, a descrição da dispersão geográfica do sistema partidário em 1950 feita por Cánepa (2005) se assemelha bastante aos resultados que obtivemos sobre as bases eleitorais de nossos parlamentares. A mesorregião Noroeste se caracterizava, no período

estudado, principalmente, pelas referidas pequenas e médias propriedades (FONTOURA, 2007), além de possuir cidades que representavam as “chamadas ‘colônias novas’, situadas no Planalto Setentrional rumo ao vale do Rio Uruguai” de origem alemã (SOARES, 2007, p. 296). Já a mesorregião Sudoeste, onde o PL também era predominante, era caracterizado pela região da Campanha, onde havia “predomínio da atividade bovina de corte” (FONTOURA, 2007, p. 133) e do latifúndio.

Por outro lado, o PTB apresentava maioria de representantes na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, com 30,43% de sua bancada; os únicos representantes do MTR cujas bases eleitorais puderam ser descobertas se dividiam entre a Metropolitana de Porto Alegre e a Centro-Occidental; e o único representante da ARS iniciou sua carreira política como vereador em Porto Alegre. Isso explica a predominância dos não-apoiadores do Golpe nessa mesorregião. Em segundo lugar em número de representantes do PTB, apareciam três mesorregiões: Noroeste, Nordeste e Sudoeste, as mesmas regiões que se mostram em segundo para o total do grupo de opositores do Golpe de 1964.

Esses dados também confirmam os resultados obtidos por Cánepa em sua pesquisa. Ainda que a autora não comente a dispersão geográfica do MTR e da ARS, ela afirma que o PTB predominava “especialmente na zona da Campanha e Missões” (2005, p. 156). A região da Campanha pertence à mesorregião Sudoeste e a região das Missões se divide entre a mesorregião Sudoeste e Noroeste. Além disso, Cánepa coloca o PTB como predominante, também, “nas cidades polos regionais ou sub-regionais, sobretudo na região industrializada e intensamente urbanizada da área metropolitana de Porto Alegre” (Ibid., p. 156). Ainda, segundo a autora, “a zona do latifúndio, Campanha e Missões, embora não industrializada”, apresentava “altos índices de urbanização” (Ibid., p. 156).

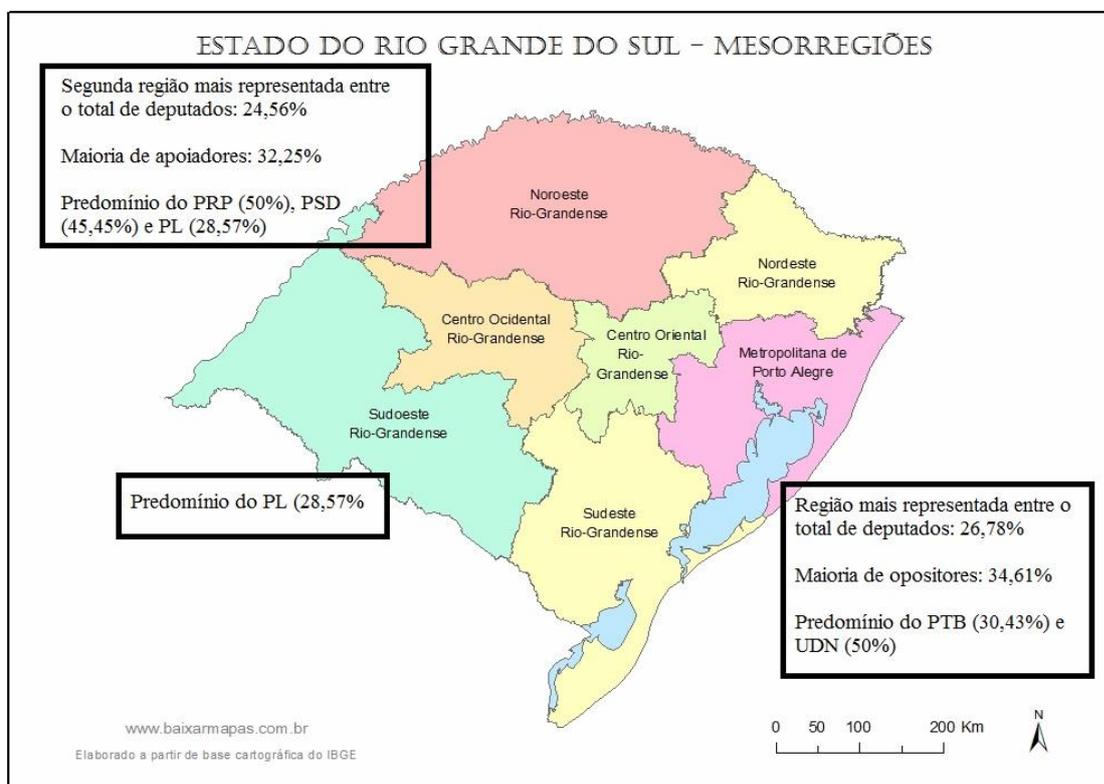
As regiões mencionadas por Cánepa como áreas de predominância do PTB quando da implantação do sistema partidário em 1950, correspondem as principais bases eleitorais dos deputados petebistas de nossa análise. Somente o Nordeste do estado não aparece na análise de Cánepa, mas a força do PTB nessa mesorregião pode ser explicada pela “concentração da população e da urbanização no eixo urbano-industrial Porto Alegre-Caxias do Sul” (SOARES, 2007, p. 304). Caxias do Sul é uma das principais cidades da mesorregião Nordeste. A predominância do PTB nas zonas urbanizadas e industrializadas se deve muito ao sucesso do partido em captar o eleitorado do PCB, proscrito em 1947.

Por fim, a UDN apresentava maioria de representantes na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, 50% de sua bancada; e o PDC dividia os cinco deputados de seu grupo entre cinco mesorregiões – Noroeste, Nordeste, Centro-Occidental, Metropolitana e Sudeste – não

apresentando uma região de predominância. Os resultados da UDN acabam confirmando, também, o estudo de Cánepa (2005), que classificava o partido como um dos mais urbanos. Além disso, esses resultados corroboram também o estudo de Maria Victoria Benevides que identifica a UDN com as classes médias urbanas (BENVENIDES, 1981, p. 100). A força da UDN na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre pode ajudar a entender porque tal mesorregião era a segunda em importância entre os partidos apoiadores do Golpe. Além da UDN, o PSD apresentava quase 30% de sua bancada representando a mesorregião Metropolitana de Porto Alegre.

Como podemos ver na Figura 1, os partidos apoiadores do Golpe, especialmente PRP e PSD, dividiam o eleitorado de regiões do interior, ligadas a agricultura e às pequenas propriedades, especialmente na mesorregião Noroeste, área que também tinha grande influência do PL. Esse partido, além de apresentar predominância na mesorregião mencionada, tinha força, também, na mesorregião Sudoeste, área do latifúndio e da pecuária. Entre os partidos apoiadores do Golpe, a UDN era o partido mais urbano, com grande porcentagem de representantes na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, enquanto o PDC se dividia em diversas regiões, não apresentando predominância em nenhuma delas.

Figura 1 – Mapa de distribuição dos partidos por Mesorregião geográfica



Fonte: Baixamaps. Disponível em: <www.baixamaps.com.br>. Acesso em: 29 mai. 2016.

Obs.: Mapa modificado pelo autor com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966).

De outra parte, o PTB e os outros partidos que não apoiaram o Golpe – MTR e ARS – eram predominantes em áreas urbanizadas e industrializadas. De acordo com Paulo Roberto Soares (2007, p. 309), o censo de 1960 apresentava “40 municípios com predomínio de empregados nos setores secundário e terciário”, além disso, apareciam 37 municípios com “mais de mil empregados no setor industrial”. Dos municípios com maioria de operários entre a população economicamente ativa, mencionados pelo autor, somente Caxias do Sul não pertence à mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, o que confirma o alto grau de industrialização da referida mesorregião e ajuda a entender porque o PTB possuía boa parte de sua força nessa área, já que o partido tinha grande apelo entre o operariado.

Destaca-se, ainda, a pouca representação de algumas mesorregiões entre os membros da legislatura 1963-1966, como, por exemplo, a Centro-Occidental, Centro-Oriental e Sudeste. Essas mesorregiões, somadas, apresentavam somente 23% do total de deputados. É curiosa a pouca representação, principalmente, das mesorregiões Centro-Oriental e Sudeste. A primeira abrigava o centro da indústria fumageira, Santa Cruz do Sul (FONTOURA, 2007), enquanto a segunda possuía dois importantes centros de comércio e indústrias: Pelotas e Rio Grande (HERRLEIN JR; CORAZZA, 2007).

### 3.6 ARENA OU MDB?

No que tange a dispersão partidária após o Ato Institucional nº 2 (AI-2)<sup>47</sup> e a criação da ARENA e do MDB, tem-se informações acerca de 50 deputados da legislatura eleita em 1962. A criação dos dois partidos decorre também do Ato Complementar nº 4 e, segundo Ridenti, a ARENA era o “partido do governo”, enquanto o MDB era o “órgão de oposição majoritariamente moderada” (2014, p. 35). Outros historiadores preferem colocar oposição entre aspas para falar do MDB e apresentá-lo como “‘oposição’ consentida criada pelo Ato Institucional nº 2” (KONRAD; LAMEIRA; LIMA, 2013, p. 114).

É necessário dizer que dos oito deputados cassados, ainda em 1964, não foi possível escolher entre MDB ou ARENA visto que seus direitos políticos foram suspensos por dez anos, segundo o Ato Institucional nº 1<sup>48</sup>. Além disso, alguns parlamentares abandonaram a Assembleia antes da instituição do bipartidarismo e não retornaram à política partidária,

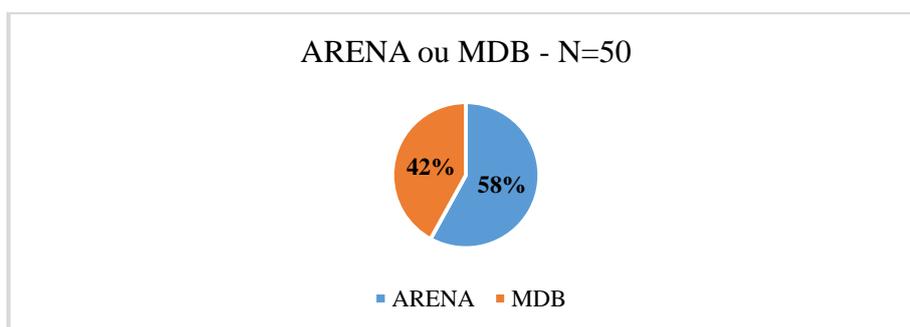
<sup>47</sup> Em seu artigo 18, o Ato Institucional extinguiu os partidos políticos e cancelava seus registros. BRASIL. **Ato Institucional nº 2**, de 27 de outubro de 1965. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm)>. Acesso em: 19 out. 2016.

<sup>48</sup> BRASIL. **Ato Institucional nº 1**, de 9 de abril de 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm)>. Acesso em: 19 out. 2016.

dificultando a identificação de qual partido aderiram após o fim dos partidos antigos. Esse abandono da Assembleia e da vida partidária se deu principalmente pela indicação de muitos deputados apoiadores do Golpe a cargos em órgãos estaduais como o Banrisul, Caixa Econômica Federal ou o Tribunal de Contas do Estado (TCE), por exemplo. É possível que esses sujeitos tenham aderido a algum partido, mas o fato de não participarem mais de eleições nos períodos seguintes foi um elemento que dificultou o mapeamento de suas escolhas nessa questão. Dos onze deputados de que não se têm informação, oito foram cassados em 1964; Gudbem Castanheira, do PL, e Poty de Medeiros, da UDN, foram indicados para o TCE; e Porcínio Pinto, do PSD, foi indicado para a diretoria da Caixa Econômica Estadual.

Em linhas gerais, a divisão dos políticos entre ARENA e MDB se deu obedecendo ao apoio ou rejeição ao Golpe de 1964: os membros da ADP foram para a ARENA, enquanto os membros do PTB e do MTR ingressaram no MDB<sup>49</sup>. No entanto, houve casos em que políticos apoiadores do Golpe, ou pertencentes à ADP, acabaram no MDB, da mesma forma como políticos pertencentes a partidos que não apoiaram o Golpe foram para a ARENA. Desses 50 deputados dos quais possuímos informações, 20 pertenciam ao grupo de não-apoiadores e 30 eram filiados aos partidos que apoiaram o movimento golpista. A adesão entre ARENA e MDB por esses parlamentares reflete um pouco esse número: 58% aderiram à ARENA, enquanto 42% acabaram no MDB, como nos mostra o Gráfico 8.

Gráfico 8 – Adesão dos parlamentares à ARENA ou ao MDB



Fonte: Autor. Com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966).

A Tabela 5 nos mostra que entre os 20 deputados que pertenciam ao grupo PTB/MTR/ARS, 19 foram para o MDB, o que equivale a 95%. Os outros 5% representam o deputado Heitor Campos, que havia iniciado sua trajetória política pelo PTB de Santa Maria,

<sup>49</sup> O mesmo já havia sido notado por Cánepa (2005, p. 411), entre outros historiadores.

foi eleito pelo MTR para Assembleia Legislativa, em 1962, e preferiu a ARENA após o AI-2. Campos tentou novamente a eleição para a Assembleia, em 1966, ficando na suplência. Segundo seu necrológio<sup>50</sup>, o ex-deputado havia sido indicado para o cargo de Diretor da Loteria do Estado, em 1967, mesmo ano em que faleceu. Muito provavelmente esse cargo tenha se devido a seu fracasso nas eleições de 1966 e sua escolha pelo partido da Ditadura.

Tabela 5 – Adesão dos parlamentares à Arena ou ao MDB

ARENA ou MDB					
	Total	ARENA	%	MDB	%
<b>Opositores</b>	20	1	5,00%	19	95,00%
<b>Apoiadores</b>	30	28	93,33%	2	6,66%

Fonte: Autor. Com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966).

A postura de Heitor Campos, ex-membro do MTR, reflete um pouco a indefinição inerente a esse partido (CÁNEPA, 2005) ou até mesmo a dubiedade de sua formação (BOMBARDELLI, 2011). Ao mesmo tempo em que dizia repudiar o conservadorismo representado pela ADP, bem como “a relação ‘patrimonialista’ do PTB com o aparelho de Estado” (CÁNEPA, 2005, p. 318), Fernando Ferrari e seu partido, o MTR, pareceu não ver problemas em se aliar diversas vezes com os liberal-conservadores. Ainda em 1959, quando o partido ainda não estava estabelecido e a cisão com o PTB se consolidava, Fernando Ferrari e Heitor Campos chegaram a fazer campanha para candidatos conservadores, como em Santa Maria, onde compareceram a um comício dos candidatos da coligação PSD-PL-UDN<sup>51</sup>.

Em 1962, os trabalhistas renovadores chegaram a cogitar a participação em uma “candidatura única de oposição ao Governo do Estado” (Ibid., p. 300), ou seja, uma ampla coalizão com PSD, UDN, PL, PRP e PDC contra o candidato de Brizola, governador entre 1959 e 1962, que acabou se concretizando sem a participação do MTR. Após decidir-se por candidatura própria, Ferrari ainda teve sua campanha financiada pelo complexo IPES/IBAD, segundo René Dreifuss (1981). O objetivo desse complexo, como bem definiu Dreifuss, “era levar a estrutura política a um ponto de crise, no qual os civis apoiariam soluções extraconstitucionais” (Ibid., 319). Esses objetivos justificariam os financiamentos de

<sup>50</sup> Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM), *Correio do Povo*, 4 de maio de 1967, p. 15.

<sup>51</sup> Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM), *A Razão*, 4 de novembro de 1959, p. 3. Essas informações se devem a pesquisa anterior, realizada para a produção de Trabalho de Conclusão de Graduação. CATTO, Guilherme. **Disputa política e apoio civil ao Golpe de 1964 no legislativo de Santa Maria – RS**. 2014. 66 p. Trabalho de Conclusão de Graduação (Graduação em História – Licenciatura Plena e Bacharelado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014.

campanhas de políticos contrários a Goulart e suas propostas de reformas. Em suma, apesar da aproximação com o PTB e ARS, após o Golpe, o MTR quase sempre manteve uma postura contraditória, compondo, inclusive, com os partidos da ADP para as eleições da Mesa Diretora na Assembleia (CÁNEPA, 2005). Mesmo que a maioria de seus membros tenha ingressado no MDB, a ida de Heitor Campos para a ARENA não deixa de ser simbólica.

A Tabela 5 demonstra também que entre os partidos do grupo PSD/PL/UDN/PDC/PRP a situação é semelhante, pois dos 30 deputados, 28 se filiaram à ARENA, o que equivale a pouco mais de 93% do total. Os dois dissidentes, que correspondem aos quase 7%, eram Paulo Brossard e Honório Severo, ambos ex-deputados do PL. Após um efusivo apoio ao Golpe, em 1964, – especialmente de Brossard –, os dois parlamentares se desagradaram dos rumos tomados pela “revolução”. Em entrevista dada aos historiadores Ângela Flach, Claudira Cardoso e Daniel Milke para o projeto “Memória Parlamentar”<sup>52</sup>, no ano de 2005, Severo dizia que um dos discursos mais duros de sua vida foi o que proferiu na Assembleia denunciando “as cassações feitas aqui pelo regime militar para ganhar maioria e impor o governo ao Rio Grande do Sul, a pessoa do Coronel Peracchi Barcellos”(2005, p. 6). O ex-deputado se referia ao caso das cassações de 1966.

O episódio da cassação dos deputados do MDB, em 1966, para evitar a eleição de um político que não fosse da ARENA ao governo do Rio Grande do Sul é apresentado pelo *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* da Fundação Getúlio Vargas como decisivo para que Brossard “permanecesse na vida política, ingressando então no MDB”<sup>53</sup>. Em seus futuros mandatos na Câmara Federal e no Senado, Paulo Brossard se configuraria como um dos mais proeminentes opositores da Ditadura Civil-Militar.

Considerando os partidos isolados podemos ver movimentações maciças de adesão à MDB ou ARENA. Do total de deputados, o PSD, o PRP, o PDC e a UDN tiveram a totalidade de seus membros ingressando na ARENA; da mesma forma, os membros do PTB foram todos para o MDB. As dissidências, como já mencionado, ficaram a cargo de PL e MTR: três dos quatro deputados do MTR filiaram-se ao MDB, equivalente a 75%; já no caso do PL, quatro entre seis filiaram-se à ARENA, aproximadamente 66%.

---

<sup>52</sup> FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira S. C.; MILKE, Daniel R. Projeto Memória Parlamentar: História de vida dos parlamentares gaúchos (1947-1962), 2004-2005.

<sup>53</sup> Fundação Getúlio Vargas. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Verbete Paulo Brossard de Souza Pinto. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-brossard-de-sousa-pinto>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

### 3.7 FILIAÇÃO PARTIDÁRIA APÓS 1979: O FIM DO BIPARTIDARISMO

Com a extinção do bipartidarismo, em 1979, vários partidos se reorganizaram em âmbito nacional e estadual. Segundo Ridenti, a reforma conduzida pelo Ditador Figueiredo “buscava preservar um partido de sustentação do governo enquanto dividia a oposição” (2014, p. 42). Os deputados da Legislatura 1963-1966 se filiaram a três partidos exclusivamente: o Partido Democrático Trabalhista (PDT)<sup>54</sup>, organizado por Leonel Brizola e herdeiro do trabalhismo<sup>55</sup> dos anos 50 e 60 e do PTB; o Partido Democrático Social (PDS), herdeiro da ARENA; e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), herdeiro do MDB. Foi possível encontrar informações de 29 parlamentares do grupo estudado que permaneceram na política partidária após 1979<sup>56</sup>, 16 do grupo contrário ao Golpe e 13 do grupo de apoiadores. Entre o total de parlamentares a divisão foi bastante equilibrada. O PDT e o PDS receberam o mesmo número de políticos, ficando com cerca de 35% de um total de 29. Em seguida, viria o PMDB, com pouco mais de 30% do total. A Tabela 6 ilustra esses dados. Como será possível notar, o governo federal foi bem-sucedido em seu intento de dividir a oposição, mantendo o seu partido de sustentação.

Tabela 6 – Escolha partidária dos parlamentares após 1979

Partidos Pós-1979							
	Total	PDS	%	PMDB	%	PDT	%
<b>Total de Deputados</b>	29	10	34,48%	9	31,03%	10	34,48%
<b>Opositores</b>	16	0	0,00%	6	37,50%	10	62,50%
<b>Apoiadores</b>	13	10	76,92%	3	23,07%	0	0,00%

Fonte: Autor. Com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966).

<sup>54</sup> É importante ressaltar, ainda, a disputa entre Brizola e Ivete Vargas pela “mítica’ sigla do PTB” (BATISTELLA, 2013, p. 124). Segundo Batistella (2013) e Benevides (1989), devido à intervenção nos bastidores de Golbery do Couto e Silva, Chefe da Casa Civil de Figueiredo, a sigla foi entregue a Ivete Vargas. O objetivo era acabar com as pretensões de Brizola e bloquear a expansão do PT de Lula. Ivete representava a seção paulista do antigo PTB, tida como a mais fraca e repleta de fisiologismo. Sobre o velho PTB paulista ver: BENEVIDES, Maria V. O Velho PTB Paulista. *Lua Nova*. Revista de Cultura e Política, n. 17, p. 133-161, jun. 89.

<sup>55</sup> Sobre as semelhanças e diferenças entre o antigo PTB e o PDT ver: BATISTELLA, Alessandro. O trabalhismo Getulista-reformista do antigo PTB e o ‘novo trabalhismo’ do PDT: continuidades e discontinuidades. *Aedos*: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, v. 5, p. 116-132, jan./jul. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/24608>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

<sup>56</sup> É preciso ressaltar que nesse contexto alguns parlamentares cassados voltaram à vida política, casos de Beno Burmann e Siegfried Heuser.

Os deputados que haviam sido filiados ao PTB<sup>57</sup> nos anos 1960 dividiram-se na adesão ao PDT e ao PMDB: 62,5% aderiram ao partido de Brizola, enquanto 37,5% preferiram o PMDB. A figura muda, como mostra a Tabela 6, ao analisarmos os ex-deputados que haviam sido membros dos partidos golpistas. Nesse caso, a preferência se divide entre PDS e PMDB. A preponderância fica com o PDS que obtém aproximadamente 77% do total de 13 políticos; o PMDB fica com somente 23%. Ex-membros do PDC, PRP e PSD se encaminham totalmente para o PDS; o único membro da UDN que conseguimos informações vai para o PMDB; e o PL divide-se entre PDS, com pouco menos de 34% e PMDB, com 66%.

Ao olharmos para a dispersão pós-1979 entre PDT, PMDB e PDS a partir de ARENA e MDB, os números são semelhantes. Entre 28 deputados que se filiaram à ARENA após 1966, obtivemos informações a respeito de onze que continuaram na política partidária após 1979: dez políticos foram para o PDS, como mostra a Tabela 7, e somente um para o MDB, numa proporção de 90% contra 10%. Synval Guazzelli, ex-UDN e ARENA, acabou no PMDB, chegando a ser vice de Pedro Simon no governo do RS entre os anos de 1987 e 1990. Uma possível explicação para a ida de Guazzelli para o PMDB talvez resida na curta existência do Partido Popular (PP). O PP, criado após a reforma política do governo Figueiredo, teve curta existência, integrando-se ao PMDB, em 1982 (RIDENTI, 2014). Com o fim da ARENA, Synval Guazzelli ingressou no PP, passando posteriormente ao PMDB.

Tabela 7 – Escolha partidária após 1979 a partir de ARENA e MDB

<b>Partidos Pós-1979 a partir de ARENA e MDB</b>							
	<b>Total</b>	<b>PDS</b>	<b>%</b>	<b>PMDB</b>	<b>%</b>	<b>PDT</b>	<b>%</b>
<b>ARENA</b>	11	10	90,90%	1	9,09%	0	0,00%
<b>MDB</b>	15	0	0,00%	7	46,66%	8	53,33%

Fonte: Autor. Com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966).

Sobre os 21 deputados que se filiaram ao MDB, em 1966, conseguimos descobrir a escolha partidária de 15, após 1979. Nesse caso, há um equilíbrio maior entre PMDB e PDT: enquanto pouco menos de 47% ficaram com o PMDB, 53% preferiram o PDT.

Ainda que não seja o objetivo dessa pesquisa e nem tenhamos tamanha pretensão, esses números nos permitem ter uma ideia de como se dá a permanência de características da

<sup>57</sup> Os políticos pertencentes ao MTR e à ARS, outros partidos que formavam o grupo de não-apoiadores, foram cassados em 1964 e 1966, não retornando a política partidária após o fim do bipartidarismo.

Ditadura no Brasil Contemporâneo. O Partido Progressista (PP), partido que surgiu após diversas fusões e se configura como herdeiro do PDS e, por conseguinte, herdeiro da ARENA, obteve nas eleições de 2016 o maior número de prefeituras no Rio Grande do Sul<sup>58</sup>, um total de 144. Desde 2008, segundo dados apresentados pelo portal Clicrbs, o partido está na liderança das prefeituras do estado e talvez possa ser considerado um dos mais importantes na região. A continuidade da força de um grupo que esteve tão intrinsecamente ligado à Ditadura faz com que muitos elementos que foram inaugurados pela própria ou que tenham se fortalecido naqueles 20 anos sejam de difícil eliminação e permaneçam entranhados na sociedade.

### 3.8 CARREIRAS POLÍTICAS

No presente subtítulo pretendemos analisar os cargos públicos ocupados pelos membros da Legislatura 1963-1966, tanto antes de suas eleições para a Assembleia Legislativa no ano de 1962, quanto após o Golpe de 1964 e após o fim da legislatura, em 1966. Dessa forma, buscaremos saber se e quanto a ocupação de outros cargos menores, como prefeito ou vereador, pode ter colaborado para a eleição desse grupo de deputados na eleição de 1962. Também poderemos analisar o quanto havia de reeleitos entre os deputados estudados. Além disso, a análise das trajetórias políticas dos parlamentares após o Golpe de 1964 e o fim da Legislatura pode nos mostrar o quanto o referido Golpe foi determinante para o futuro dos membros da elite política gaúcha, sendo um critério de recrutamento para os apoiadores e de exclusão para os opositores.

É importante ressaltar que, assim como para outros critérios, não foi possível obter dados sobre todos os 61 deputados que compõem o grupo estudado, principalmente no que se refere à carreira política de alguns antes da eleição de 1962. O principal obstáculo encontrado foi a falta de fontes sobre esses deputados, pois a respeito de muitos só conseguimos acessar informações através das fichas parlamentares do Memorial do Legislativo. Com essa fonte era possível saber se os membros do grupo estudado já haviam sido eleitos deputados – ou assumido mandatos na condição de suplentes –, ou, ainda, se foram novamente eleitos após o fim da Legislatura. No entanto, poucas dessas fichas mencionavam cargos em municípios, por

---

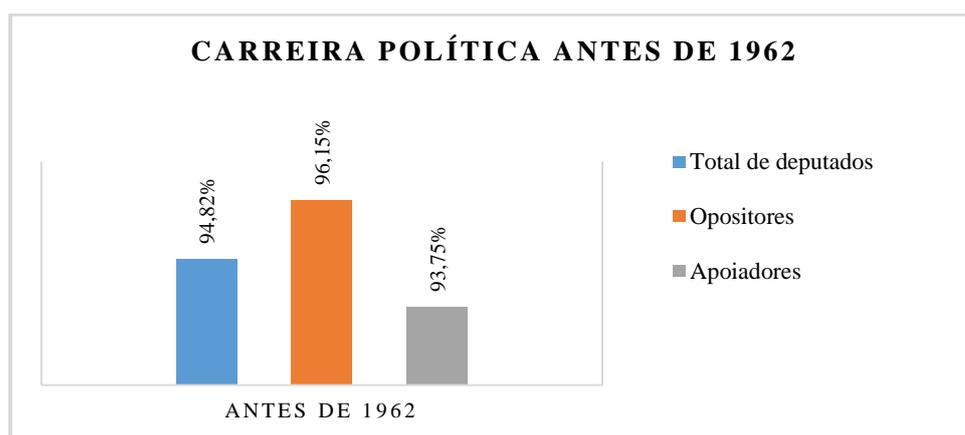
<sup>58</sup> ZERO HORA. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/eleicoes-2016/noticia/2016/10/pt-perde-34-prefeituras-e-despenca-na-lista-de-partidos-que-mais-governam-municipios-gauchos-7649542.html>>. Acesso em: 3 out. 2016.

exemplo, o que tornou impossível afirmar com certeza se os parlamentares tinham, ou não, uma carreira política anterior a 1962.

Portanto, para calcularmos a porcentagem de parlamentares que possuíam carreira política, de maneira geral, ou, especificamente, que já haviam sido prefeitos ou vereadores antes de 1962, três parlamentares foram excluídos do grupo geral: Darcy Conceição, do PSD, Osmar Lautenschleiger e Flávio Antônio Lopes Ramos, ambos do MTR. É importante ressaltar que eles são mantidos no cálculo que envolve a ocupação de cargos na Assembleia Legislativa, pois a esse respeito possuímos informações. Além disso, os três parlamentares mencionados são mantidos nos cálculos sobre carreiras políticas após 1964 e o fim do mandato, pois, nesse caso, também sabemos os rumos tomados por eles.

Feitas as ressalvas metodológicas, passemos aos resultados: entre o total de 58 parlamentares que obtivemos informações referentes ao período anterior a 1962, quase 95% havia ocupado algum cargo público, eletivo ou não, tanto em âmbito municipal quanto estadual ou federal. Como demonstra o Gráfico 9, a porcentagem aumenta ao analisarmos o grupo que se opôs ao Golpe de 1964; de um total de 26, cerca de 96% já possuía uma trajetória na política. Já entre os apoiadores do Golpe esse número cai um pouco, quase 94% de 32 parlamentares.

Gráfico 9 – Parlamentares com carreiras políticas antes de 1962



Nº de Parlamentares por grupo		
Total de deputados	Opositores	Apoiadores
N=58	N=26	N=32

Fonte: Autor. Com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966).

Ao olharmos para os partidos separadamente, esse resultado quase se repete, como demonstra a Tabela 8. O único parlamentar da ARS presente no grupo escolhido para a pesquisa, Marino Rodrigues dos Santos, já possuía experiência em cargos públicos antes de 1962, assim como os dois deputados do MTR que sobraram em nossa análise após a exclusão já mencionada acima. Além desses dois partidos, o PL, o PRP, o PSD e a UDN possuíam a totalidade de seus parlamentares entre os que já haviam ocupado cargos antes de 1962. O PTB se aproximava dessa porcentagem, tinha 95,65% do total de 23 parlamentares com passagem por algum cargo. A única discrepância ficava a cargo do PDC, partido no qual somente 60% da bancada já havia exercido algum mandato, isto é, 40% estrearam politicamente na Legislatura iniciada em 1963. Isso talvez se deva ao fato de o partido ter estreado no Rio Grande do Sul nas eleições de 1954. Ao comentar as eleições de 1958, Cánepa coloca o partido como “ainda sem expressão no Estado” (2005, p. 224), o que mostra que seu crescimento e consolidação se deu em momentos diferentes dos outros partidos.

Tabela 8 – Parlamentares com carreira política antes de 1962 por partido

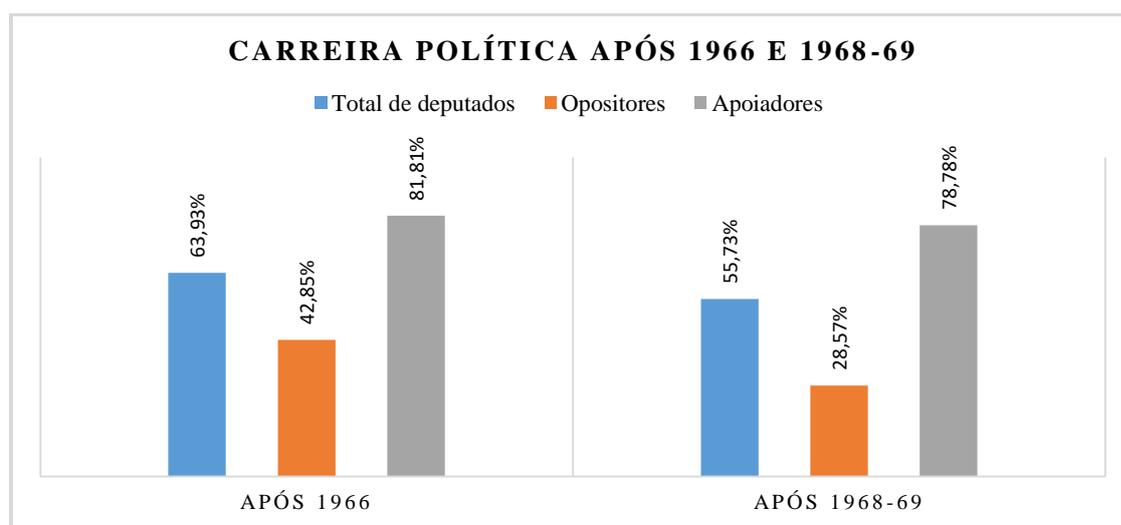
<b>Carreira política antes de 1962</b>			
	<b>Total</b>	<b>Antes de 1962</b>	<b>%</b>
<b>MTR</b>	2	2	100,00%
<b>PDC</b>	5	3	60,00%
<b>PL</b>	7	7	100,00%
<b>PRP</b>	4	4	100,00%
<b>PSD</b>	12	12	100,00%
<b>PTB</b>	23	22	95,65%
<b>UDN</b>	4	4	100,00%

Fonte: Autor. Com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966).

O cenário muda após o fim dessa Legislatura (ver Gráfico 10), pois, do total de 61 parlamentares, cerca de 64% permaneceram em algum cargo público. Isso se deve, principalmente, às cassações impostas pela Ditadura em abril e maio de 1964 e em julho de 1966. A porcentagem cai ainda mais se olharmos para os parlamentares estudados após as cassações de 1968-69: algo próximo de 55% teve a possibilidade de seguir suas carreiras políticas. A permanência na política é maior, obviamente, entre os apoiadores do Golpe. Não consideramos que seja uma relação automática entre apoio ao Golpe e sucesso na vida política, no entanto, o apoio ao movimento golpista passa a ser um critério de recrutamento dessa elite política que vai se consolidar após o início da Ditadura. Ou seja, nem todos os

parlamentares que apoiaram o Golpe Civil-Militar obtiveram sucesso na vida política e permaneceram ocupando cargos, por eleição ou por indicação, nos 20 anos que se seguiram a 1964. Contudo, é fato que muitos deles conseguiram se consolidar enquanto elite política regional e até nacional devido a esse apoio e à sustentação dada à Ditadura. Os dados que apresentamos a seguir ajudam a compreender esse processo.

Gráfico 10 – Parlamentares com carreiras políticas após 1966 e 1968-69



Nº de Parlamentares por grupo		
Total de deputados	Opositores	Apoiadores
N=61	N=28	N=33

Fonte: Autor. Com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966).

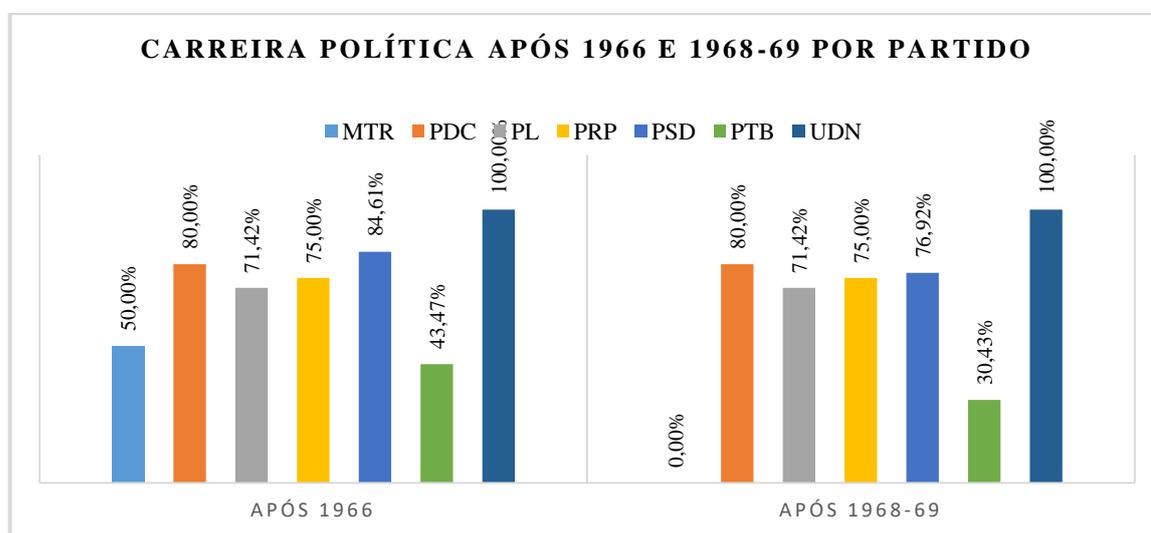
Pela análise do Gráfico 10, entre os 28 parlamentares dos partidos que foram contrários ao Golpe, somente cerca de 43% permaneceu na vida política após 1966; depois das cassações de 1968-69 a porcentagem dos que permaneceram caiu para cerca de 28%. Por outro lado, a continuidade é alta entre os parlamentares dos partidos apoiadores. Após 1966, do total de 33 cerca de 81% permanece ocupando algum cargo público; esse valor caiu um pouco após 1968-69, para quase 79%. Como podemos observar, ainda que a permanência também diminua, os números são bastante diferentes.

Na análise por partido (ver Gráfico 11), a bancada do MTR sobreviveu intacta após o Golpe e as cassações de 1964, mas nem todos os seus membros chegaram ao fim do mandato. Metade da bancada sobreviveu às cassações de julho de 1966. Frente a isso é importante relatar que dos quatro parlamentares que eram do MTR, Heitor Campos aderiu à ARENA,

enquanto Cândido Norberto, Flávio Ramos e Osmar Lautenschleiger foram para o MDB. Sendo assim, 50% da bancada continuou sua carreira política após 1966, Heitor Campos e Flávio Ramos, enquanto os outros dois foram cassados. Em 1967, Heitor Campos faleceu enquanto ocupava o cargo de Diretor da Loteria do Estado. Tal cargo, muito provavelmente, foi uma recompensa por sua adesão à ARENA e por seu fracasso na tentativa de reeleição à Assembleia. Flávio Ramos, por outro lado, foi reeleito, mas não chegou ao fim do mandato, sendo cassado em 1969. Dessa forma, podemos dizer que ninguém da bancada do MTR sobreviveu à terceira leva de cassações, em 1968-69.

Situação bem diferente foi a do PDC, já que 80% de sua bancada permaneceu ocupando cargos públicos após 1966 e o número não mudou após 1968-69. É importante ressaltar que os 20% que não consegue seguir a carreira política se refere a Anildo José Sarturi, suplente em exercício quando ocorreu o Golpe, que, apesar do entusiástico apoio, não conseguiu indicação a nenhum cargo, nem reeleição. Ou seja, se tivéssemos optado por analisar o grupo formado somente por titulares, o PDC teria 100% de sua bancada permanecendo na política após o fim dos mandatos em 1966.

Gráfico 11 – Parlamentares com carreira política após 1966 e 1968-69



Nº de Parlamentares por partido						
MTR	PDC	PL	PRP	PSD	PTB	UDN
N=4	N=5	N=7	N=4	N=13	N=23	N=4

Fonte: Autor. Com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966).

Outros partidos que vão apresentar um alto grau de continuidade são PSD, PL, PRP e UDN, todos apoiadores do Golpe. Entre os 13 membros do PSD presentes em nossa pesquisa, quase 85% permaneceram ocupando cargos após 1966 e quase 77% após 1968-1969. O PL, apesar de estar entre os que tiveram um alto grau de continuidade, é o partido que apoiou o Golpe que menos deputados, proporcionalmente, continuaram suas carreiras políticas após o fim do mandato, cerca de 71% dos sete parlamentares após 1966, número que se mantém depois de 1968-69. Próximo ao PL está o PRP, que teve 75% de sua bancada de quatro membros permanecendo na vida pública após 1966 e 1968-69. E esses 25% que não conseguem continuar sua carreira política também se refere a um deputado suplente que estava no exercício do mandato quando ocorreu o Golpe, o deputado Reinholdo Kommers. Se considerássemos unicamente os titulares, o PRP, assim como o PDC, teria 100% de sua bancada dando continuidade a suas carreiras. Desse grupo, o partido cuja bancada mais obteve sucesso foi a UDN, agremiação em que todos os quatro parlamentares conseguiram permanecer ocupando cargos após os dois períodos de cassações. Por outro lado, o único deputado da ARS teve seu mandato cassado já em abril de 1964. Situação semelhante a do PTB, no qual somente 43% da bancada de 23 parlamentares segue com suas carreiras após 1966 e só 30% após 1968-69.

Faremos agora uma análise por cargo, para termos claro qual cargo foi ocupado pelos membros do grupo estudado. Do total de 58 parlamentares que obtivemos informações referentes às carreiras políticas antes de 1962, cerca de 27% já havia ocupado o cargo de prefeito ou vice. A maioria dos ex-prefeitos estava no grupo que se opôs ao Golpe, 38%. Já o grupo de apoiadores possuía cerca de 18% de ex-prefeitos em sua bancada. A maioria desses ex-prefeitos havia ocupado o cargo somente uma vez. Os dois parlamentares que ocuparam o cargo de prefeito ou vice mais de uma vez eram do PSD – Porcínio Pinto e Romeu Scheibe – e tiveram acesso à prefeitura, inicialmente, por intermédio de indicação, durante o Estado Novo, o que serve para reafirmar a forte ligação dos pessedistas com a Ditadura de Vargas, como apontado por diversos autores (CÁNEPA, 2005; DELGADO, 2003; FLEISCHER, 1981). O MTR, o PRP, o PTB e a UDN eram os outros partidos, além do PSD, que possuíam ex-prefeitos ou vice-prefeitos entre seus quadros. No entanto, cabe a ressalva que Heitor Campos, do MTR, foi eleito prefeito de Santa Maria quando era filiado ao PTB.

Já a quantidade de ex-vereadores entre os membros do grupo estudado é um pouco maior. Dos 58 parlamentares, 43,10% havia tido experiência em legislativos municipais e, nesse caso, a maioria está entre os apoiadores do Golpe: 50% de ex-vereadores contra pouco menos de 35% entre o grupo de oposição ao Golpe. Por partido, a ocupação do cargo de

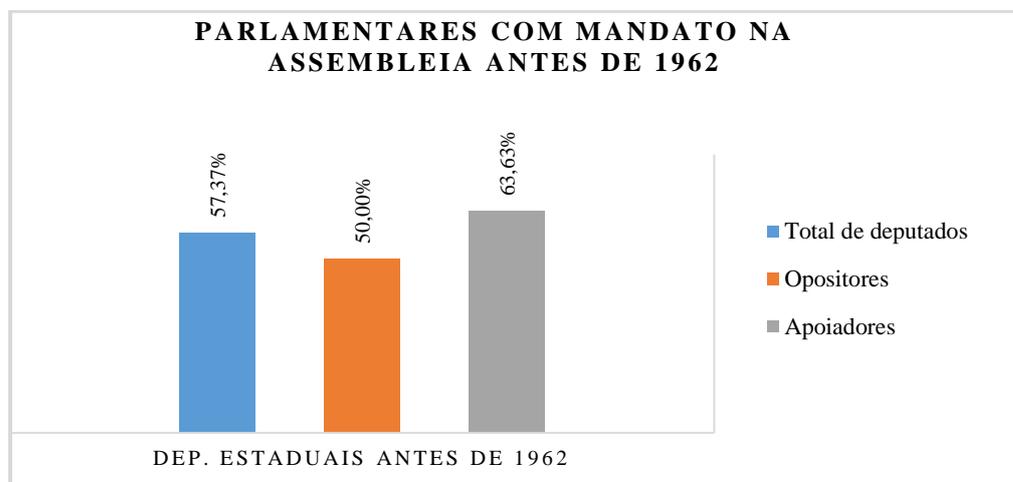
vereador também é mais disseminada, somente o MTR não tinha nenhum deputado que tivesse sido eleito para alguma Câmara Municipal, mas um deles havia sido prefeito em Santa Maria, o deputado Heitor Campos, e outro estava no exercício de seu quarto mandato na Assembleia, reelegendo-se, portanto, desde a Legislatura 1951-1955, o deputado Cândido Norberto.

Considerando os cargos municipais em uma só categoria “Prefeito/Vice/Vereador”, observamos que cerca de 62% dos parlamentares iniciaram suas carreiras em algum desses cargos, antes, portanto, de chegar ao cargo de deputado estadual. Dessa forma, é possível considerar que era importante ter ocupado algum cargo em nível municipal para que se fosse eleito para a Assembleia. Ainda que não fosse determinante, essa era uma forma de iniciar-se na vida política para, posteriormente, alcançar o posto de deputado. Os resultados aqui obtidos se assemelham, em parte, ao que conclui David Fleischer (1973) em seu estudo sobre deputados federais e estaduais em Minas Gerais. O cargo de vereador foi um bom “trampolim político” – usando aqui o termo empregado por Fleischer – para se chegar até a Assembleia Legislativa mineira. No entanto, a situação não se repete para o cargo de prefeito (Ibid.). Se considerarmos que a proporção de ex-veredores é maior do que ex-prefeitos entre os membros do grupo estudado, podemos dizer que existe uma certa semelhança entre o acesso a Assembleia gaúcha e mineira.

A análise de deputados que ocuparam cargos municipais só pode ser feita para antes de 1962, porque somente um parlamentar “retornou” às eleições municipais após o fim de seu mandato na Assembleia. Dessa forma, ele entra no grupo dos que continuaram sua carreira política após 1966, mas não faria sentido apresentar um dado estatístico para deputados que foram prefeitos após 1966. Vale ressaltar, no entanto, que essa situação se refere ao caso de Walter Bertolucci, do PTB, que retornou ao cargo de prefeito de Gramado em 1968 e foi cassado em 1969.

Entre os parlamentares estudados, cerca de 57% dos 61 já havia ocupado o cargo de deputado estadual ao menos uma vez antes da Legislatura iniciada em 1963, como mostra o Gráfico 12. Como já dito, os deputados dos partidos que apoiaram o Golpe possuíam maior experiência no legislativo gaúcho, cerca de 63% já havia ocupado o cargo de deputado estadual, enquanto que, entre os deputados dos partidos que não apoiaram o Golpe, esse número caía para 50%.

Gráfico 12 – Deputados com mandatos antes de 1962 na Assembleia

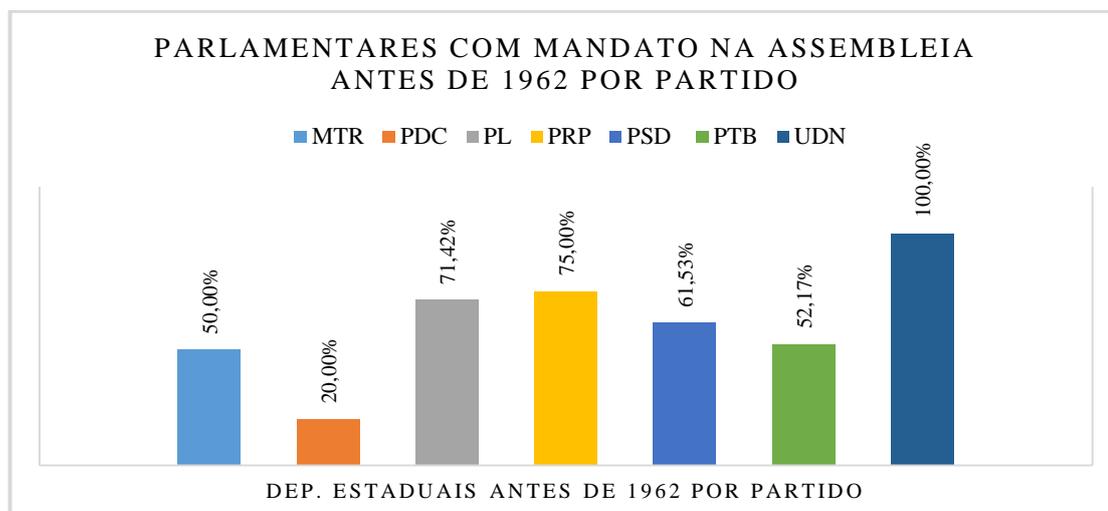


<b>Nº de Parlamentares por grupo</b>		
<b>Total de deputados</b>	<b>Opositores</b>	<b>Apoiadores</b>
N=58	N=26	N=32

Fonte: Autor. Com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966).

A UDN é o partido que apresentava deputados mais experientes, pois todos os membros de sua bancada, formada por quatro parlamentares, já tinha passagem pela Assembleia. Por outro lado, o partido que apresentava menos deputados com passagem na Assembleia era o PDC, somente 20%. Novamente, é preciso ressaltar que o PDC se estruturou tardiamente no estado. Entre esses dois extremos estavam PL, PRP, PSD, PTB e MTR. Após o PDC, o MTR era a agremiação que tinha menor porcentagem de deputados com mandatos anteriores no Parlamento Gaúcho, 50%. Esse era outro partido de estruturação recente, pois surgiu após a cisão com o PTB, em 1959. Depois viria o PTB, com 53%; o PSD, com 61%; o PL, com 71%; e o PRP com 75%. O Gráfico 13 serve para ilustrar essa situação.

Gráfico 13 – Deputados com mandatos na Assembleia antes de 1962 por partido

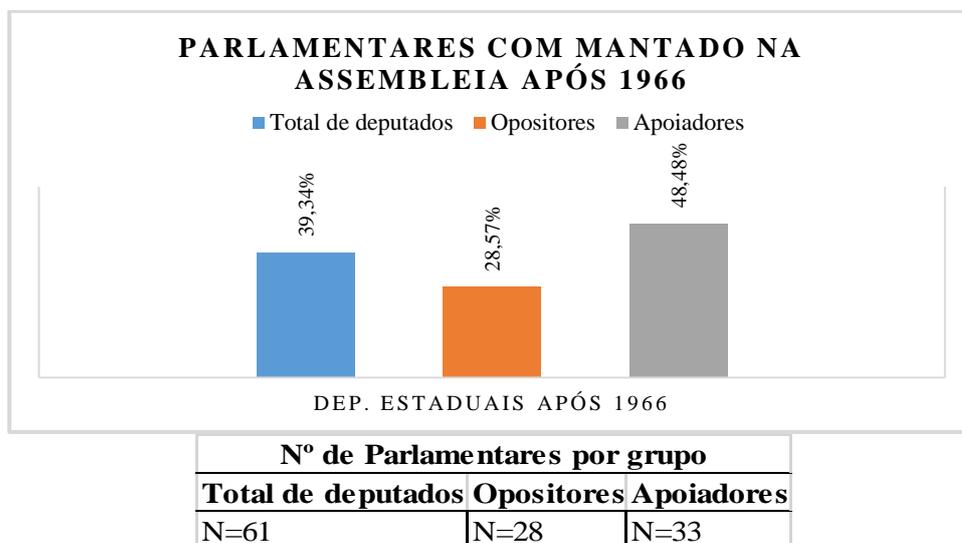


Nº de Parlamentares por partido						
MTR	PDC	PL	PRP	PSD	PTB	UDN
N=4	N=5	N=7	N=4	N=13	N=23	N=4

Fonte: Autor. Com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966).

A permanência no Parlamento Gaúcho, após o término dos mandatos, em 1966, não foi tão grande, como podemos notar no Gráfico 14. Do total de 61 parlamentares, somente 39% retornaram. Esse valor baixo se deve principalmente às cassações dos deputados que foram contrários ao golpe, mas também ao fato de que muitos foram concorrer à Câmara Federal, bem como assumir cargos em instituições do estado, como o TCE, o Banrisul ou a Caixa Econômica Estadual ou Federal, por exemplo. O peso das cassações fica claro, ao vermos que entre os opositores do Golpe, somente 28% retornam ao legislativo estadual, enquanto para os apoiadores esse número sobe para 49%.

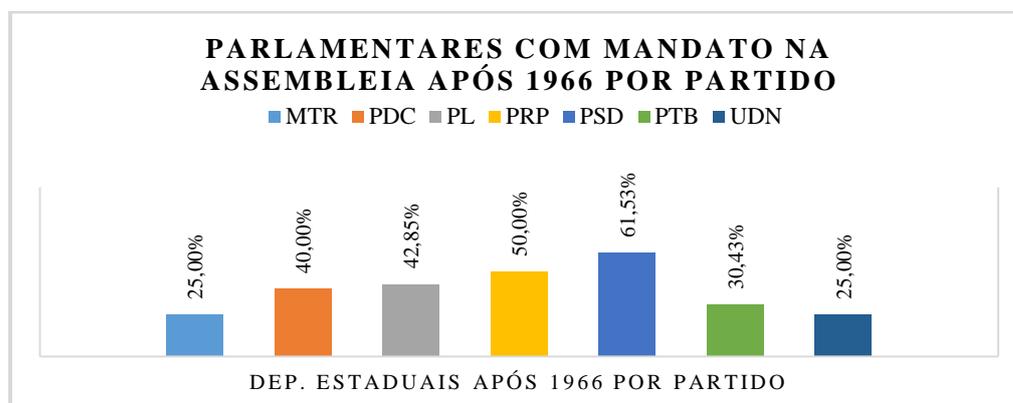
Gráfico 14 – Deputados com mandatos na Assembleia após 1966



Fonte: Autor. Com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966).

Como representa o Gráfico 15, o partido que mais teve deputados sendo reeleitos após 1966 foi o PSD, com 61,53% de sua bancada, seguido pelo PRP com 50%. Depois de PSD e PRP aparecia o PL, com quase 43%, o PDC, com 40% e o PTB, com pouco mais de 30%. Por último, MTR e UDN, só teriam 25% de suas bancadas retornando ao cargo de deputado estadual. A baixa reeleição na UDN, partido que apoiou o Golpe, se deve muito ao fato de que seus parlamentares foram indicados a cargos em órgãos públicos estaduais.

Gráfico 15 – Deputados com mandatos na Assembleia após 1966 por partido



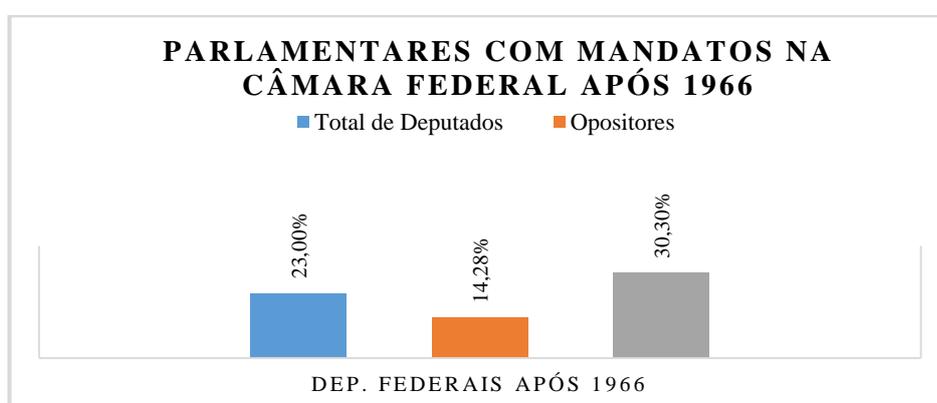
<b>Nº de Parlamentares por partido</b>						
MTR	PDC	PL	PRP	PSD	PTB	UDN
N=4	N=5	N=7	N=4	N=13	N=23	N=4

Fonte: Autor. Com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966).

A partir de nossas observações durante a pesquisa, foi possível perceber que a eleição à Câmara Federal só era buscada após o parlamentar ter pelo menos uma passagem pelo legislativo estadual, como se a Assembleia fosse um degrau a ser subido para se chegar à Brasília. Esses resultados corroboram as conclusões de Maria Leopoldi (1973), que ressalta a importância dos órgãos legislativos para a ascensão na carreira política. Além disso, nossos dados são comparáveis aos de Fleischer (1973), sobre os deputados federais mineiros: para se chegar a Câmara representando Minas Gerais também era importante ter passagem pela Assembleia. É possível classificar a Assembleia Legislativa como uma etapa no caminho à Câmara, principalmente, porque poucos deputados da Legislatura que é objeto de nosso estudo foram eleitos à Câmara Federal antes de 1962 e, mesmo esses que foram eleitos, passaram primeiro pela Assembleia Legislativa. Somente dois parlamentares haviam tido mandatos como deputados federais antes de 1962, foram eles: Alberto Hoffmann, do PRP e Wilson Vargas da Silveira, do PTB.

Após o fim dos mandatos dessa Legislatura, em 1966, no entanto, a porcentagem de parlamentares que consegue se eleger para a Câmara Federal é bastante maior. Do total de 61 parlamentares, 23% conseguem eleger-se deputado federal. O número de parlamentares que consegue acessar o posto de elite política nacional é muito maior entre os apoiadores do Golpe, cerca de 30%. Entre o grupo dos opositores do Golpe, somente cerca de 15% dos parlamentares têm o mesmo êxito. Esse número reduzido de opositores alcançando a Câmara Federal deve-se muito às cassações.

Gráfico 16 – Deputados que chegaram à Câmara Federal após 1966

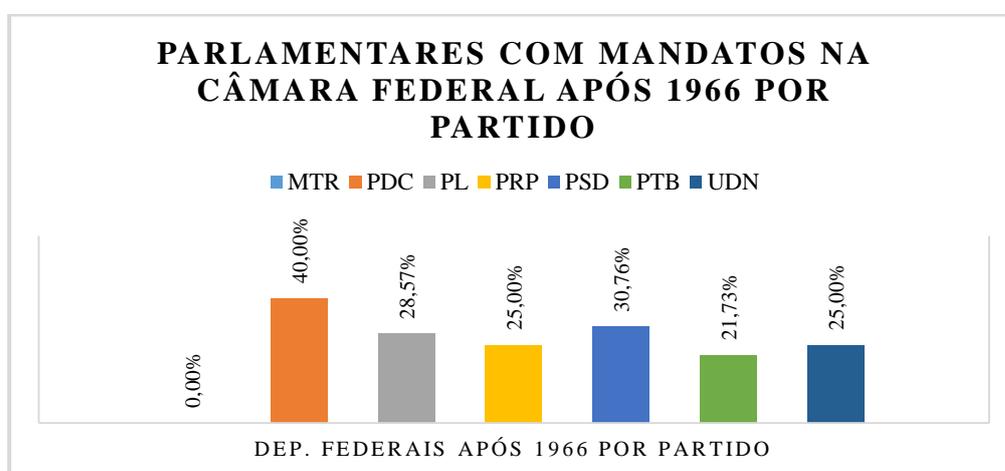


Nº de Parlamentares por grupo		
Todos os deputados	Opositores	Apoiadores
N=61	N=28	N=33

Fonte: Autor. Com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966).

O partido que mais elegeu deputados federais proporcionalmente, entre os que são objetos de nosso estudo é o PDC, com 40% (ver Gráfico 17). Como já mencionado anteriormente, esse era o partido que tinha o político mais jovem da legislatura, o deputado Nelson Marchezan. Além disso, era o partido que tinha mais deputados iniciando suas carreiras na Assembleia na Legislatura eleita em 1962. Esses fatores, somados ao apoio ao Golpe, certamente tiveram influência para o sucesso dos membros do partido.

Gráfico 17 – Deputados que chegaram à Câmara Federal após 1966 por partido



Nº de Parlamentares por partido						
MTR	PDC	PL	PRP	PSD	PTB	UDN
N=4	N=5	N=7	N=4	N=13	N=23	N=4

Fonte: Autor. Com base na prosopografia da elite política gaúcha (1963-1966).

O Gráfico 17 também ilustra que, em seguida, aparecia o PSD, com 30,76% de seus parlamentares alcançando a Câmara Federal; o PL, com 28,57%; a UDN e o PRP, com 25%; e por último o PTB, com 21,73%. O MTR não teve parlamentares que tenham sido eleitos para deputado federal. Esses dados nos mostram que, assim como o apoio ao Golpe, a oposição ao mesmo não acabava sempre em fracasso político, prova disso são os deputados do PTB que chegam à posição de elite política nacional. No entanto, é gritante a diferença entre a porcentagem de parlamentares eleitos deputado federal entre os partidos apoiadores do Golpe e entre os não-apoiadores. Obviamente, muito disso se deve às cassações, que procurou eliminar boa parte da oposição, representada principalmente no PTB e que, como vimos, atingiu dois perfis de deputados: parlamentares que estavam na faixa dos 30 anos e parlamentares que haviam ocupado secretarias de estado na década de 1950.

Assim como o posto de deputado federal, a eleição ao Senado só era almejada por parlamentares com uma certa experiência na política. Dos membros da Legislatura estudada, só quatro chegaram a ocupar o cargo de senador. Na análise relacionada a esse cargo encontramos a principal exceção referente ao sucesso político de parlamentares contrários ao Golpe. Entre os quatro deputados que posteriormente foram vitoriosos na corrida ao Senado, estava Pedro Jorge Simon, do PTB, um dos primeiros parlamentares a se colocar contra o Golpe na Assembleia Legislativa. Essa oposição ao Golpe Civil-Militar da parte de Simon não acabou em um processo de cassação contra o deputado, o que lhe permitiu obter sucesso em mais três eleições após o final da Legislatura 1963-1966. Além disso, após o quarto mandato consecutivo na Assembleia Legislativa, Simon concorreu ao Senado, sendo vitorioso no ano de 1978. Depois de sua primeira passagem pelo Senado, Pedro Simon ainda seria governador do Rio Grande do Sul, retornando ao Senado, em 1991, e sendo reeleito consecutivamente até o fim de seu último mandato em 2014.

No entanto, Simon é o único parlamentar do grupo de não-apoiadores do Golpe que chegou a tal posto. Os outros três são Alberto Hoffmann, do PRP, Paulo Brossard, do PL e Octavio Omar Cardoso, também do PL, todos prestaram apoio aos militares e demais golpistas em 1964. É importante mencionar que Brossard se tornou um ferrenho opositor da Ditadura, principalmente após as cassações de julho de 1966, entretanto a título de classificação ele permanece no grupo de apoiadores do Golpe, tendo em vista que foi um dos mais calorosos apoiadores. É impossível afirmar com certeza, mas talvez seu apoio e relações com outros apoiadores do Golpe lhe tenham garantido uma trajetória política livre de cassações.

Assim como no caso dos senadores, a Legislatura estudada produziu quatro políticos que chegaram ao posto de governador ou vice-governador do Rio Grande do Sul. Novamente, é preciso destacar o sucesso político de Pedro Simon, o único dos políticos que não apoiou o Golpe de 1964 na Assembleia Legislativa a alcançar tal cargo. Simon, no entanto, só pôde se tornar governador após o fim da Ditadura, sendo eleito pelo voto popular nas eleições de 1986. Os outros três parlamentares do grupo estudado foram que governador ou vice, chegaram ao cargo por via indireta, através da Assembleia Legislativa. São eles: Synval Sebastião Duarte Guazzelli, da UDN, governador entre 1975 e 1979; José Augusto Amaral de Souza, do PSD, governador entre 1979 e 1983; e Octavio Badui Germano, também do PSD, vice-governador durante o governo de Amaral de Souza. Aqui é possível compreender porque, na análise das faixas etárias dos parlamentares, afirmamos que PSD e UDN permaneceram no cerne da política gaúcha nos anos 21 anos de Ditadura. Afinal, além de

chegar ao governo do estado, os políticos desses partidos conseguiram também cargos menores em instituições estaduais, como os cargos de Ministro no TCE, Diretor do Banrisul, além de diversas secretarias, como será demonstrado a seguir.

Em termos de secretaria, dividimos os deputados em dois períodos diferentes dos já expostos para outros cargos. Como o Golpe Civil-Militar de 1964 é o marco temporal mais importante do presente trabalho, analisamos os deputados que ocuparam secretarias segundo o marco de abril de 1964. Do total de deputados, a maioria ocupou cargos em secretarias antes de abril de 1964, 22,41%. Depois de abril de 1964 somente 16,39% foram secretários de estado.

Antes da referida data a maioria dos secretários era do grupo de oposição ao Golpe, 30,76%. Tal porcentagem se deve principalmente aos dois governos trabalhistas que governaram o Rio Grande do Sul na década de 1950: Ernesto Dornelles (1951-1954) e Leonel Brizola (1959-1962). Esse dado se confirma ao olharmos na divisão por partido. Cerca de 35% dos deputados do PTB foram secretários antes de abril de 1964, provavelmente em um desses dois governos. De outra parte, só 15,62% dos deputados que foram secretários antes de abril de 1964 pertenciam ao grupo de apoiadores do Golpe. Esses secretários pertenceram ao primeiro governo Ildo Meneghetti (1955-1958), mas também ao governo Leonel Brizola, tendo em vista que o PRP, partido apoiador do Golpe, fazia parte da coligação que elegeu Brizola e teve um de seus membros, Alberto Hoffmann, na secretaria de Agricultura. Além disso, alguns deputados já haviam assumido secretarias no segundo governo Ildo Meneghetti, iniciado em 1963. Nenhum dos partidos chega próximo dos 35% de parlamentares que foram secretários do PTB.

Após abril de 1964, como era de se esperar, somente membros do grupo que apoiou o Golpe de 1964 ocuparam secretarias: 16,39% do total de deputados e 30% dos deputados que apoiaram o Golpe. Entre os secretários haviam membros de variados partidos golpistas: 60% de parlamentares do PDC; 57,14% do PL; 25% do PRP e da UDN; e somente 7,69% do PSD. Ou seja, todos os partidos que apoiaram o movimento golpista tiveram o seu quinhão nos governos seguintes.

Um dado que chamou bastante atenção na análise das trajetórias políticas dos parlamentares estudados foi a quantidade de parlamentares que foram indicados para o cargo de Ministro ou Conselheiro<sup>59</sup> do TCE. Isso fez com que nos sentíssemos obrigados a elencar o

---

<sup>59</sup> Do início de sua trajetória, em 1935, até 1970, os principais membros do TCE eram chamados de Ministros, isso muda após a Constituição Estadual de 1970, quando passam a denominarem-se Conselheiros (TCE, 2005, p. 33).

cargo de Ministro/Conselheiro do TCE como uma categoria. Esse era um cargo que só se alcançava através de indicação do governador do estado. Os Ministros ou Conselheiros do TCE, segundo publicação do mesmo, têm por competência, entre tantas, “a emissão do Parecer Prévio, nos processos de Prestação de Contas anual do Governador do Estado e Prefeitos Municipais” (TCE, 2005, p. 21).

Ainda que não seja um órgão de grande proeminência política, certamente pode ajudar a conferir a devida legitimidade a um governo, especialmente quando tal governo não foi eleito pelo voto popular. Do total de parlamentares que fazem parte do grupo estudado, quase 15% foram nomeados para o TCE, todos após abril de 1964. O deputado Poty de Medeiros, da UDN, por exemplo, abandonou seu mandato, em outubro de 1964, para assumir o cargo de Ministro do TCE. Considerando somente o grupo dos partidos golpistas, cerca de 27% assumiram o cargo de Ministro ou Conselheiro do TCE.

Os membros da Legislatura 1963-1966 chegaram, ainda que poucos, ao posto de Ministros de Estado também. Do total de parlamentares, cinco chegaram a ocupar algum Ministério. Novamente destaca-se o deputado Pedro Simon, o único deputado contrário ao Golpe que conseguiu a façanha de ser Ministro nos anos de 1985 e 1986, no governo Sarney. Além dele, outros quatro deputados chegaram a um Ministério, todos do grupo de apoio ao Golpe: Nelson Marchezan, do PDC; Paulo Brossard, do PL; Alberto Hoffmann, do PRP; e Synval Guazzelli, da UDN. É importante destacar, que, exceto Hoffmann, todos esses parlamentares alcançaram o posto de Ministro após a redemocratização, o que pode nos dar uma pequena pista sobre o porquê de tantos aspectos da Ditadura permanecerem na sociedade brasileira atual. Obviamente isso não passa unicamente por esses parlamentares que apoiaram o Golpe e se tornaram Ministros após o fim da Ditadura, mas passa, sim, pela continuidade de muitos políticos que apoiaram o Golpe, deram sustentação à Ditadura e se perpetuaram no poder, empilhando mandatos na Câmara, no Senado e em governos estaduais.

Além de todos os cargos já apresentados, muitos parlamentares ocuparam outros cargos que não puderam ser colocados em uma categoria classificatória específica. Esses cargos que serão mencionados a seguir foram agrupados em uma categoria chamada de “Outros”. São eles: Ministro do Superior Tribunal Militar; Diretor do Banrisul; Vice-Presidente do Banrisul; Diretor da Loteria do Estado; Diretor da Área Industrial no BNDES; Presidente da Companhia de Mineração do Rio Grande do Sul; Presidente de FURNAS; Diretor da Caixa Econômica Federal; Diretor da Caixa Econômica Estadual; Presidente do Banco Meridional do Rio Grande do Sul. Cerca de 23% do total de parlamentares ocuparam algum desses cargos após o Golpe de 1964. A esmagadora maioria dos parlamentares que

ocuparam tais cargos está no grupo de apoiadores do golpismo, cerca de 33% contra 10% de parlamentares contrários ao Golpe.

Como podemos ver, um grande número de parlamentares possuía carreira na política antes da eleição para Assembleia, em 1962, quer tenha sido em cargos municipais, quer tenha sido na própria Assembleia. É possível perceber que, ainda que não fosse fator determinante, a ocupação de cargos municipais era um bom preparatório para a eleição à Assembleia, já que cerca de 62% dos parlamentares passaram primeiro pelos cargos de prefeito, vice ou vereador, antes de chegar ao Parlamento Estadual. Da mesma forma, a passagem pelo legislativo gaúcho servia como uma etapa na carreira de muitos políticos que depois disso tentavam a eleição à Câmara Federal ou ao Senado.

O Golpe Civil-Militar de 1964, como importante marco político na História do Brasil, é um divisor de águas na política gaúcha. Nossa pesquisa demonstra que, de um grande número de parlamentares que possuíam uma trajetória política antes de 1962, poucos dos opositores do Golpe puderam continuar o exercício da vida política. Por outro lado, os apoiadores do Golpe, além de conseguirem prosseguir na área, alcançam grande sucesso em suas carreiras, ocupando diversos cargos em âmbito estadual e nacional.

É preciso ressaltar, novamente, que isso não se dá de maneira automática e que nem sempre o apoio ao Golpe resulta em sucesso na política, mas que, sem dúvida, o apoio ao Golpe passa a ser um critério de recrutamento para o posto de elite política sul-rio-grandense e brasileira. Da mesma forma, a oposição ao Golpe não resulta, necessariamente em fracasso e cassação, prova disso é a trajetória bem-sucedida de Pedro Simon e outros parlamentares. No entanto, a grande maioria dos deputados que foi contrário ao Golpe acabou tendo suas trajetórias interrompidas pelas cassações e barrada pela Ditadura. Dessa forma, os golpistas enfraqueceram a oposição e se perpetuaram para muito além dos 21 anos de arbítrio.

### 3.9 CONCLUSÃO

Como podemos ver, o perfil que caracteriza os dois grupos que fazem parte da nossa pesquisa apresentam diversas semelhanças e diferenças. Inicialmente, podemos dizer que a maioria dos deputados estava em uma faixa etária predominante entre 40 e 49 anos. Isso se repetia para cada um dos grupos, ou seja, apoiadores e não-apoiadores também possuíam a maioria de seus parlamentares nessa faixa de idade. No entanto, o grupo que se opôs ao Golpe apresentava maior porcentagem de deputados na faixa dos 30 anos, enquanto que o grupo que apoiou o Golpe possuía deputados nas faixas de mais idade, especialmente a UDN e o PSD.

Os deputados na faixa dos 30 anos que não apoiaram o Golpe foram o alvo preferido do primeiro período de cassações. Isto é, muitos parlamentares jovens, que tinham potencial de mais alguns anos de carreira política, foram cassados, num ato que visava à eliminação da oposição por parte da Ditadura. Esse potencial se confirma ao analisarmos as carreiras de boa parte dos apoiadores do Golpe, já que boa parte desse grupo permanece na política e ocupa cargos para além da Assembleia Legislativa.

Outro aspecto importante é a divisão regional desses partidos, confirmando o que estava dito em obras que tratam do sistema partidário no Rio Grande do Sul ou que tratam especificamente da análise das legislaturas. Nesse aspecto há algumas diferenças, como a presença do PTB em regiões mais urbanizadas e industrializadas, em contraste a presença massiva do PSD, do PRP e do PL em regiões rurais, de colonização alemã e de predomínio da agricultura e pecuária. A única semelhança seria a presença forte da UDN, também na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, assim como o PTB. Ao fim, é possível perceber uma polarização entre duas mesorregiões: a Noroeste, com maioria dos partidos golpistas e a Metropolitana de Porto Alegre, com maioria dos partidos opositores.

A formação superior aparece como um importante critério de recrutamento dessa elite política, tendo em vista que a grande maioria dos parlamentares apresentava um diploma em nível superior. É importante ressaltar, no entanto, o PRP como um partido que não se prendia a essa regra e no qual boa parte dos parlamentares não possuía formação superior. Junto ao PRP, o grupo de oposição ao Golpe também destoava do perfil geral, apresentando maior porcentagem de deputados sem qualquer tipo de formação. Esse fato, junto ao alto grau de variabilidade de profissões, faz com que o grupo que se opôs ao Golpe se mostre mais diversificado do que o grupo que apoiou o Golpe.

Por fim, é possível dizer que o aspecto que apresenta mais diferenças seja o que se refere às carreiras políticas dos parlamentares. Inicialmente, é possível perceber que o fato de ter uma carreira em âmbito municipal também pode ser considerado como um critério de recrutamento ou um facilitador para a entrada na vida política em âmbito estadual. No entanto, enquanto o grupo de apoio ao Golpe possuía mais experiência em termos de Assembleia Legislativa, o grupo formado por PTB, ARS e MTR possuía maior experiência em cargos municipais, especialmente em número de prefeitos. Os resultados mais discrepantes que envolvem esse critério de análise, sem dúvida, são os que se referem a carreira política dos parlamentares pós-Golpe. Enquanto o grupo de apoio ao Golpe viu um grande número de deputados prosseguindo na carreira política, chegando aos cargos de deputado federal, ministro, secretários, governador e vice, o grupo de oposição ao Golpe teve

uma porcentagem bem pequena de seus membros tendo êxito na política, mostrando o peso das cassações e da consolidação da Ditadura para esse grupo.

#### 4 ATUAÇÃO PARLAMENTAR: O COMBATE NO DOMÍNIO DO IMAGINÁRIO

Bronislaw Baczko afirma que “todo o poder tem que se impor como poderoso, mas também como legítimo” (1985, p. 310). Da mesma forma, Norberto Bobbio trata da questão da justificação do poder político utilizando a seguinte pergunta: “Admitindo que o poder político é o poder que dispõe do uso exclusivo da força num determinado grupo social, basta a força para fazê-lo aceito por aqueles sobre os quais se exerce, para induzir os seus destinatários a obedecê-lo?” (1987, p. 86). A consideração de que o poder político necessita de uma justificação permitiu a Bobbio a formulação de uma série de princípios de legitimidade, ou seja, modos pelos quais se “procurou dar, a quem detém o poder, uma razão de comandar, e a quem suporta o poder, uma razão de obedecer” (Ibid., p. 88). O autor nos alerta também para o fato de o poder político se rodear de representações que lhe conferem legitimidade, tornando o domínio do imaginário peça importantíssima para seu exercício.

Partindo dessas considerações, o presente capítulo visa analisar o combate no domínio do imaginário que fundamentou a disputa política entre os parlamentares aqui estudados. Tentaremos apresentar as principais representações<sup>60</sup> que foram utilizadas no debate político para conferir legitimidade ao Golpe Civil-Militar de 1964. Da mesma forma, faremos a exposição das representações utilizadas pelos deputados que se opuseram ao Golpe para deslegitimar o poder que através do Golpe se instaurou. Além disso, voltaremos ao ano de 1963, primeiro ano da Legislatura estudada, bem como aos meses anteriores ao Golpe no ano de 1964 para demonstrar que muitas dessas representações já estavam presentes no debate político, na tentativa de desestabilizar e atacar o Governo João Goulart ou, por outro lado, defende-lo e legitimar as mobilizações populares de trabalhadores, estudantes, praças das Forças Armadas e das forças nacional-reformistas em geral.

Inicialmente é necessário que sejam feitas algumas considerações a respeito do imaginário, além de sua relação com o poder político. É importante, primeiramente, considerá-lo como parte constituinte do real, não como um ornamento que deforma ou distorce a vida material. Baczko utiliza o argumento de que são “as imagens exaltantes e magnificentes dos objetivos a atingir e dos frutos da vitória procurada uma condição de possibilidade da própria acção” (Ibid., p. 298). Sendo assim, para o autor seriam as ações guiadas pelas representações formuladas no campo do imaginário.

---

<sup>60</sup> Define-se representação ou representações como “classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreensão do real” e que não são discursos neutros, pois “produzem estratégias e práticas” (CHARTIER, 1990, p. 17).

É por isso que Rodrigo Motta defende que “representações e ações não devem ser entendidas num viés dicotômico, ao contrário, são interdependentes” e, além disso, se “não é factível acreditar que as representações apresentam uma imagem perfeita da realidade, por outro não se deve supor a inexistência total de correspondência entre os dois fatores” (2000, p. 11). Em resumo, consideramos que o imaginário possui dupla função: por um lado, é parte constituinte do real e peça que influi nas práticas dos sujeitos; por outro “forja sentidos, identidades, define comportamentos; inculca valores; atribui méritos; corrobora ou condena atitudes, dele derivando uma poderosa força de instauração ou de legitimação social” (RODEGHERO, 1998, p. 23). Assim, “o ‘verdadeiro’ e o ‘ilusório’ não estão isolados um do outro, mas pelo contrário unidos num todo, por meio de um complexo jogo dialéctico” (BACZKO, 1985, p. 303).

É, portanto, através dos imaginários sociais que uma coletividade produz uma representação global e totalizante da sociedade em que está inserida, designando quem está “dentro” e quem está “fora”; constrói modelos de bom comportamento, excluindo comportamentos que não são aceitos; forma as imagens de seus amigos e inimigos, rivais e aliados (Ibid., p. 309). Por conta disso, Baczko considera que o imaginário social se constitui como “peça efetiva e eficaz do dispositivo de controlo da vida colectiva e, em especial, do exercício do poder”, tornando-se, pois, “objeto dos conflitos sociais” (Ibid. p. 310).

É por todos esses fatores que o imaginário social tem como questão central o problema da legitimação do poder. Segundo o historiador polonês, são acrescentadas “às relações de força e de poder que toda a dominação comporta” as relações de sentido (Ibid., p. 310), fazendo com que toda e qualquer instituição política participe de um universo simbólico. Para Baczko “esses conflitos só são ‘imaginários’ no sentido em que tem por objeto o imaginário social, ou seja, as relações de força no domínio do imaginário colectivo” (Ibid., op. cit.). Uma prova da “realidade” do imaginário reside no fato de que, em épocas de crise de um poder, se intensificam a produção de imaginários sociais concorrentes, como no caso da pesquisa aqui apresentada.

Por acreditarmos que “o imaginário social torna-se inteligível e comunicável através da produção dos ‘discursos’ nos quais e pelos quais se efectua a reunião das representações colectivas numa linguagem” (Ibid., p. 311), as fontes utilizadas nessa parte da pesquisa foram os Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, obtidos junto ao Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. Através da leitura dos discursos e comunicações dos parlamentares, procuramos analisar como, através da manipulação de imaginários sociais, esses sujeitos produziram representações da sociedade brasileira e gaúcha; definiram seus

inimigos; mobilizaram indivíduos para ação, apagando as incertezas inerentes às escolhas nos momentos de conflitos, bem como produzindo visões futuras dos objetivos a serem atingidos com a vitória.

A metodologia utilizada para a pesquisa nos Anais da Assembleia Legislativa foi a análise de conteúdo. Essa é uma “metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos” (MORAES, 1999, p. 9), ou ainda “uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 682). Essa análise “ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum (MORAES, op. cit.).

Optou-se aqui por sua abordagem qualitativa, cuja preocupação maior é “a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características num determinado fragmento da mensagem” (CAREGNATO; MUTTI, op. cit.). Tal abordagem centra-se mais na descrição e interpretação dos dados obtidos, ao passo que na abordagem quantitativa “se traça uma frequência das características que se repetem no conteúdo do texto” (Ibid., op. cit.). A interpretação é parte central da análise de conteúdo, especialmente em sua abordagem qualitativa – ainda que também apareça na abordagem quantitativa – e faz com que se atinja “uma compreensão mais aprofundada do conteúdo das mensagens” (MORAES, 1999, p. 24). Obviamente, toda leitura consiste em interpretação, mas no caso da análise de conteúdo busca-se ir além dos conteúdos manifestos, alcançando os conteúdos latentes, “sejam eles ocultados consciente ou inconscientemente pelos autores” (Ibid., p. 24). A opção pela abordagem qualitativa, no entanto, não significa que será ignorada a frequência dos temas no conteúdo das comunicações.

Primeiramente pretende-se esclarecer alguns pontos da realização da pesquisa. A leitura dos Anais da Assembleia Legislativa focou-se principalmente em alguns momentos do ano de 1963 e nos primeiros meses de 1964, até maio, quando ocorreram as primeiras cassações de mandatos. Isso se deve ao fato de termos a Legislatura que iniciou suas atividades em 1963 como objeto de estudo. Obviamente, não desconsideramos que as conspirações e os ataques contra o governo do Presidente João Goulart tenham começado imediatamente após sua chegada ao poder, após o movimento da Legalidade, mas a escolha dessa Legislatura como centro de nossa análise, principalmente pela sua participação no contexto do Golpe, impede-nos de analisar a disputa política na Assembleia antes de 1963, já que muitos dos deputados, eleitos em 1962, não se encontravam no legislativo gaúcho.

Outra questão diz respeito às escolhas que foram feitas no trabalho com as fontes. No decorrer deste trabalho, ficou claro que esse se centra, principalmente, no apoio e na oposição ao Golpe Civil-Militar de 1964. Entretanto, não poderíamos nos furtar de analisar o debate na Assembleia nos períodos anteriores aos dias de deflagração do movimento golpista, em 31 de março e 1º de abril de 1964. Frente à exiguidade de tempo para a realização da pesquisa propriamente dita, optou-se por analisar alguns períodos de tempos específicos no ano de 1963. A escolha por determinados eventos no referido ano, que acabaram guiando a pesquisa nos Anais, não foi aleatória, mas, sim, guiada pela historiografia.

Tendo isso em conta, seis datas foram utilizadas para guiar a pesquisa nos Anais no ano de 1963: 1) 31 de janeiro, que corresponde à instalação da Legislatura; 2) 15 de abril, data em que foi encaminhada a Emenda Bocaiúva Cunha<sup>61</sup>, no Congresso Nacional; 3) 24 de julho, data da rejeição da Emenda Bocaiúva Cunha; 4) 12 de setembro, quando eclodiu a Revolta dos Sargentos<sup>62</sup> em Brasília; 5) 4 de outubro, data do pedido de Estado de Sítio<sup>63</sup> pelo Presidente Goulart; e 6) 28 de dezembro, quando o Governo do Rio Grande do Sul, através de seu Chefe da Casa Civil, denunciou que um golpe<sup>64</sup> estaria em marcha. Obviamente, a pesquisa não ficou restrita ao dia dos eventos, se estendendo aos dias anteriores e posteriores.

---

<sup>61</sup> A Emenda Bocaiúva, emenda constitucional que foi batizada com o nome de seu proponente, Luís Fernando Bocaiúva Cunha, deputado federal do PTB, era uma forma de “tornar financeiramente viável a Reforma Agrária” (TOLEDO, 2004a, p. 56). A medida propunha a modificação do Artigo 141 da Constituição, “que previa pagamento prévio em dinheiro por desapropriações feitas por interesse público” (FERREIRA, 2003b, p. 350). A emenda previa a mudança da forma de pagamento, que passaria a ser feito com títulos da dívida pública.

<sup>62</sup> A organização entre os subalternos das Forças Armadas começou ainda no governo JK. Segundo Ferreira o “sentimento nacionalista e reformista não circulava apenas pela oficialidade, mas também entre os subalternos” (2003b, p. 353). Especialmente após a Campanha da Legalidade os sargentos apareceram politicamente como força de esquerda. Através de suas associações “passaram a indicar candidatos ao Congresso Nacional – algo que, na Constituição, como estava redigida, dava interpretação dúbias, tanto a favor quanto contra a sua elegibilidade” (Ibid., op. cit.). Portanto, uma das lutas dos sargentos era por “um direito elementar da ‘cidadania’: o direito de serem eleitos” (TOLEDO, 2004a, p. 80). Essas manifestações acabaram culminando no que se convencionou chamar de Revolta dos Sargentos. Como reação ao julgamento ocorrido em 11 de setembro no Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou inelegíveis os sargentos eleitos em 1962, “reuniram-se 650 sargentos da Marinha e da Aeronáutica” (Ibid., op. cit.). O resultado, como coloca Ferreira, foi “uma insurreição popular armada” (2003b, p. 370). Rodovias foram obstruídas e edifícios militares foram tomados. A revolta limitou-se à Brasília e poucas horas foram suficientes para que o movimento fosse contido.

<sup>63</sup> Em 4 de outubro de 1963, a pedido de seus ministros militares, Goulart enviou ao Congresso mensagem pedindo a decretação do Estado de Sítio em todo o território nacional, por 30 dias. A justificativa oficial era “para impedir ‘grave comoção intestina com caráter de guerra civil’” (TOLEDO, 2004a, p. 60). No entanto, o fato mais importante para esse episódio eram os ataques sistemáticos e insultuosos de Carlos Lacerda e Adhemar de Barros contra o Governo Federal, que tinham uma nova página após entrevista de Lacerda ao *Los Angeles Times*, na qual “havia ridicularizado a autoridade do presidente da República” (Ibid., p. 62).

<sup>64</sup> Esse episódio ficou marcado como uma tentativa do Governo do RS causar intranquilidade e aumentar os pretextos que viriam a justificar o Golpe em abril. Em 28 de dezembro, Plínio Cabral, Chefe da Casa Civil de Meneghetti, denunciou a existência de uma conspiração golpista que eclodiria no início de 1964 e já havia sido abortada duas vezes por ação do governo estadual. Gilberto Calil, em artigo de 2005, demonstrou que a denúncia se tratava de um plano arquitetado pelo governo estadual para causar ainda mais instabilidade ao Governo Goulart. Mais detalhes em: CALIL, Gilberto. Os integralistas e o golpe de 1964. **História & Luta de Classes**, Rio de Janeiro, n. 1, ano 1, p. 55-76, 2005.

As datas serviram somente como um ponto de partida, por considerarmos que seriam momentos em que as discussões estariam acirradas, permitindo que fossem encontradas diversas representações utilizadas no combate no domínio do imaginário. Já no ano de 1964, procuramos fazer a leitura da totalidade dos Anais dos meses de março e abril, além das sessões em que foram anunciadas as cassações dos parlamentares estudados em maio.

Antes de passarmos à análise, é necessária uma última consideração. É preciso dizer que as representações e os temas que aqui serão expostos separadamente, estavam, na maioria das vezes, articulados no processo histórico. Essa separação se deve, unicamente, à forma de apresentação da pesquisa e à análise que foi realizada. Em realidade, poucos argumentos e representações sustentavam-se sem a articulação com outros temas recorrentes nos discursos. Além disso, é necessário ter em mente que algumas representações possuíam ocorrência constante durante todo período analisado, desde o início de 1963, passando pelos dias do Golpe e chegando até maio de 1964, último mês analisado. Outras, no entanto, possuíam ocorrência localizada ou mais frequente em determinado período, pois estavam vinculadas a um evento específico.

Exemplos de representações constantes são as diversas vinculadas ao anticomunismo, presente em todos os períodos analisados; por outro lado, a crítica ao pedido de Estado de Sítio, ou a crítica ao Comício da Central do Brasil se referem a momentos específicos. Esses dois últimos exemplos são casos de construções que, apesar de se referirem a eventos específicos, ganham importância porque se articulam com temas que aparecem recorrentemente no tempo. A crítica ao pedido de sítio se articula às críticas feitas à suposta “gana” de poder de Goulart, ao passo que os ataques ao Comício da Central se configuram como uma forma de crítica à “agitação” e à subversão. Tanto a “vontade de poder de Goulart”, quanto o “alerta/crítica à ‘agitação’” são temas que aparecem durante todo o período analisado.

O procedimento utilizado foi o seguinte: após uma primeira leitura das fontes, foram destacadas algumas manifestações; priorizou-se a discussão de questões mais voltadas à política, deixando questões administrativas, por exemplo, em segundo plano. As manifestações destacadas foram copiadas e, posteriormente, classificadas utilizando temas que acabaram emergindo a partir da interpretação dos discursos e de nosso conhecimento historiográfico. Os temas que apresentaram maior recorrência e relevância serão, portanto, apresentados a seguir. Primeiramente, abordaremos os temas comuns a conservadores e membros da esquerda; em seguida, os temas utilizados exclusivamente por parlamentares da ADP; por último, analisaremos as construções argumentativas dos deputados do PTB e da

ARS. Destaca-se que os parlamentares do MTR pouco entravam nos debates políticos e, quando o faziam, tratavam mais de questões locais e específicas que não puderam ser categorizadas. Com isso será notável a falta de discursos dos trabalhistas renovadores, que passaram a entrar nas discussões da política nacional com maior ênfase somente em março de 1964.

#### 4.1 REPRESENTAÇÕES COMUNS A LIBERAL-CONSERVADORES E NACIONAL-REFORMISTAS

Tema recorrente nos discursos eram as reformas de base. Essas apareciam tanto em manifestações de deputados da ADP, quanto nas falas dos deputados do PTB, do MTR e da ARS. Invariavelmente, era feita a defesa das reformas, refletindo a situação da sociedade brasileira daquele período, na qual poucos segmentos sociais colocavam-se francamente contra o projeto reformista. Entretanto, questões como “até que ponto essas reformas deveriam ser levadas”, ou se as aspirações e pressões populares deveriam ser contempladas ou negligenciadas eram pontos em que as divisões começavam a aparecer, especialmente entre os deputados da ADP de um lado e do PTB e da ARS, por outro.

Um bom exemplo dessa “absorção” do reformismo por setores à direita e à esquerda do espectro político pode ser visto na campanha de Ildo Meneghetti ao Governo do Estado. Cánepa afirma que a campanha da ADP assumiu um discurso reformista, “com claros ‘apelos’ típicos da tradição trabalhista no Estado” (2005, p. 317), o que fez com que houvesse uma “‘aproximação’ nos discursos políticos dos candidatos ao Governo do Estado” (Ibid., p. 359). Para a autora, devido ao contexto de intensa mobilização era impossível não incorporar o conteúdo reformista, mas as diferenças começavam a aparecer no “no momento em que se procura definir, quais reformas? com que intensidade? e realizadas de que forma?” (Ibid., p. 360).

O debate na Assembleia em torno das reformas dava-se, principalmente, com cada grupo fazendo a oposição entre os “verdadeiros” e os “falsos” reformistas. Quando os deputados da ADP colocavam-se a favor das reformas, mas contra qualquer medida do Governo Federal que viesse a implementá-las, essa oposição era utilizada pelos parlamentares trabalhistas. Por outro lado, os membros da ADP utilizavam as reformas para criticar a postura do PTB, pois segundo os parlamentares conservadores, os trabalhistas queriam ser os “donos das reformas”, não permitindo que os outros também fossem reformistas. Esse argumento sofreu modificações, sendo encontrado também entre os conservadores a oposição

reformistas *versus* falsos reformistas. Nesse caso, para os membros da ADP, os petebistas estariam interessados somente na “agitação” gerada pelo *slogan* das reformas, mas não propriamente na execução das mesmas. A “agitação”, argumento que será examinado propriamente posteriormente, serviria à sede de poder de João Goulart e de seus colegas de partido.

Outra representação bastante utilizada foram as diversas “oposições” que apareciam nos discursos: “povo *vs* não-povo”; “democratas *vs* autoritários ou totalitários”, “democratas *vs* petebistas e comunistas” ou ainda “partidos democráticos *vs* partidos autoritários”; “reformistas *vs* reacionários”, “reformistas *vs* antirreformistas” ou, como já mencionado, “reformistas *vs* falsos reformistas”. Esse era um artifício utilizado tanto por deputados da ADP, quanto por deputados do PTB e da ARS, no entanto, esses últimos se restringiam ao tema das reformas, utilizando poucas vezes outras oposições que não as que colocavam o “falso reformismo” no centro. Por outro lado, os membros da ADP se valiam frequentemente das oposições que os definiam como democratas, atribuindo o autoritarismo ao PTB e aos comunistas, nesse caso na ARS. Essas séries de oposições correspondem à capacidade de um imaginário social definir os inimigos e rivais de quem o manipula, derivando da oposição incluir/excluir, colocada por Baczko como uma das maneiras pelas quais se opera o imaginário (1985, p. 312).

#### 4.2 CONTRA A “AGITAÇÃO” E O COMUNISMO: OS ARGUMENTOS CONSERVADORES

As oposições são, também, uma característica de outro tipo de construção que será mencionada posteriormente, vinculada ao anticomunismo. No Capítulo 2, ao abordarmos o anticomunismo, foi afirmado que no contexto estudado os anticomunistas definiam-se como democratas simplesmente por serem anticomunistas. Como já dito no referido capítulo, o modelo liberal-democrata era visto como único, ao passo que o que estava em jogo era “democracia *vs* comunismo”. O anticomunismo foi o elemento mais recorrente e constante na argumentação dos deputados da ADP, o que faz com que a afirmação do Capítulo 2 seja confirmada. Como os petebistas, ainda que anticomunistas, não faziam o mesmo uso recorrente desse artifício, eles eram classificados como autoritários, ao passo que os anticomunistas da ADP eram os democratas. Essa estratégia se reforçava principalmente pela

atuação conjunta do deputado Marino dos Santos, comunista da ARS<sup>65</sup>, com a bancada do PTB.

Outra maneira de formular a oposição “democratas vs autoritários”<sup>66</sup> era através da “crítica à omissão dos bons” e pelo pedido de “união dos verdadeiros democratas”. Essa era uma representação muito própria do anticomunismo. Motta (2000), em sua obra, apresenta diversas vezes textos que condenavam não só o comunismo, mas a indiferença de setores da sociedade com os esforços anticomunistas. Para muitos parlamentares que são estudados aqui, pior do que a “ousadia dos maus” era o comodismo e a omissão dos “bons”. Junto a essa oposição, normalmente era feita a chamada pela “união dos verdadeiros democratas”, muito semelhante ao já mencionado no Capítulo 2, na parte destinada a tratar do anticomunismo nacionalista<sup>67</sup>. Esse tipo de utilização das oposições estava relacionado somente aos deputados da ADP, não sendo utilizado, por motivos óbvios, pelos partidos de esquerda.

O início de 1963 marcou o retorno do país ao regime presidencialista, após o plebiscito de 6 de janeiro<sup>68</sup>. Devido à intensa campanha e articulação do Gabinete Brochado da Rocha, o plebiscito, que deveria ocorrer nove meses antes do fim do Governo Goulart, foi antecipado para janeiro de 1963. Nesse período, a Legislatura ainda não estava constituída, no entanto, a realização do plebiscito e a campanha empreendida pelo presidente em favor do presidencialismo repercutiram algumas vezes no debate na Assembleia. Esse tema foi bastante utilizado nos meses de setembro, outubro e novembro de 1963, principalmente após o pedido de Estado de Sítio ao Congresso pelo presidente. Pode-se afirmar que tanto a antecipação do plebiscito, quanto a campanha pelo presidencialismo eram utilizadas como formas de atacar Goulart e seu governo.

Articuladas ao tema “plebiscito” sempre apareciam representações de Goulart como um homem sedento de poder, que não aceitava os limites impostos pelo regime parlamentarista – tratado como uma concessão com a qual Jango deveria se contentar. Também afirmavam os parlamentares conservadores que, na campanha pelo presidencialismo,

---

<sup>65</sup> Como já abordado no Capítulo 2, frente à ilegalidade do PCB, os comunistas passaram a utilizar outras legendas para concorrer às eleições, ficando, no Rio Grande do Sul, entre os quadros do PR. Nas eleições de 1962, o PR coligou-se com parte do PSB formando a ARS.

<sup>66</sup> É importante relembrar que, para os anticomunistas, o comunismo era autoritário, sendo os dois termos praticamente sinônimos.

<sup>67</sup> Seguindo o exemplo de Assis Chateaubriand era feito o apelo para a “união sagrada” das forças democráticas contra o comunismo e em defesa da nação.

<sup>68</sup> Como solução à crise instaurada após a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, os dois maiores partidos do Congresso, PSD e UDN, articularam “desde as primeiras horas da crise, a chamada ‘solução de compromisso’: a emenda constitucional que instituía o regime parlamentarista no País” (TOLEDO, 2004a, p. 18). A referida emenda previa “a realização de um plebiscito que viesse a decidir acerca da ‘manutenção do sistema parlamentar ou volta ao sistema presidencial’” (Ibid., p. 20).

Goulart teria enganado o povo, dizendo que todos os problemas seriam resolvidos quando o sistema retornasse ao funcionamento. Fato é que “sob um parlamentarismo ‘híbrido’, o governo não tinha instrumentos que dessem a ele eficiência e agilidade” (FERREIRA, 2003b, p. 348), revelando o regime parlamentarista implantado após a crise como “altamente ineficaz do ponto de vista administrativo” (TOLEDO, 2004a, p. 39). Outro fato é que, excetuando-se “a direita mais ardorosamente anticomunista e antijanguista (a maioria da UDN, IPES/IBAD, imprensa conservadora, etc.) ” (Ibid., p. 36), poucos se comprometeram em fazer campanha pelo parlamentarismo.

As representações da “vontade de poder de Jango” eram bastante comuns no argumento dos parlamentares conservadores, aparecendo especialmente no contexto do pedido do Estado de Sítio, tanto em março de 1964, após o Comício da Central do Brasil, quanto nas justificativas para o Golpe, após o 1º de abril. Jango era caracterizado como um homem sedento de poder, que através de seu governo patrocinaria a “agitação”, para assim conseguir pôr em prática seus propósitos continuístas. Ou seja, atrelada à ideia da “vontade de poder de Jango” estavam as representações do “golpismo do governo e do presidente”.

Muito provavelmente foram esses tipos de discursos e manifestações que inspiraram certa historiografia revisionista que passou a atribuir a João Goulart a pecha de golpista<sup>69</sup>. No entanto, mesmo após mais de 50 anos do Golpe de 1964, nenhuma evidência do golpismo de Jango foi encontrada. No dizer de Toledo, “nem mesmo um simulacro de *Plano Cohen* foi descoberto (ou forjado) pela dura repressão que se abateu sobre os ‘subversivos’” (2004b, p. 37). Nesse caso, houve a reprodução dos argumentos dos golpistas no discurso historiográfico, principalmente ao notarmos que pouco ou quase nada é apresentado por Villa para fundamentar o golpismo de Goulart. Unicamente são feitas referências ao temor de alguns setores sobre os propósitos continuístas de Jango (VILLA, 2004). Obviamente, não se pode negar que os sujeitos do processo histórico pudessem acreditar nas formulações que produziam a respeito do suposto golpismo de Jango, no entanto, por parte dos historiadores, deve haver rigor metodológico para não reproduzir o texto de uma fonte como conhecimento histórico sem a mínima crítica e interpretação.

Mais um argumento que atacava diretamente a figura do ex-presidente era o que o caracterizava como “latifundiário” ou “o maior latifundiário do país”. Ainda que tenha sido recorrente durante todo o período estudado, essa representação vinculava-se mais a momentos específicos, isto é, para responder a deputados trabalhistas que faziam a defesa da reforma

---

<sup>69</sup> Caso de: VILLA, Marco Antônio. **Jango: um perfil** (1945-1964). São Paulo: Editora Globo, 2004.

agrária e a crítica ao latifúndio. Segundo os deputados da ADP, Jango não teria moral para fazer reforma agrária, pois era latifundiário. De outra parte, os trabalhistas aproveitavam esses ataques para engrandecer a vontade reformista de Jango, que *justamente* por ser latifundiário tinha mais legitimidade no seu pedido por reforma agrária, já tendo cedido duas de suas fazendas para esse propósito. Ainda que essa argumentação esteja vinculada também às séries de oposições já mencionadas – reformistas vs falsos reformistas –, por se tratar de uma construção específica, optou-se por apresentá-la sozinha.

Quando foi comentado o tema da “vontade de poder de Goulart”, mencionamos que, para os conservadores, Goulart patrocinaria a “agitação” no país. O alerta e a crítica à “agitação” eram temas que apareciam diversas vezes nos discursos dos parlamentares dos partidos liberal-conservadores. “Agitação”, no referido contexto, pode ser caracterizada como toda e qualquer manifestação popular: greves, comícios, protestos, revoltas, etc. Dessa forma, durante quase todo o período foram feitos o alerta e a crítica à “agitação”, que seria patrocinada pelos movimentos e partidos de esquerda – União Nacional dos Estudantes (UNE), Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), PTB, PSB, PCB, etc. –, bem como pelo próprio governo. Esse argumento foi largamente utilizado em todo o ano de 1963 e mais notadamente após o comício da Central do Brasil e após o Golpe, sendo justificativa para a derrubada do presidente. Esse aspecto da argumentação aparecia de diversas formas: ataque aos protestos contra a visita de Carlos Lacerda, em julho de 1963; crítica à Revolta dos Sargentos, em setembro de 1963; ataque ao Comício da Central do Brasil, em março de 1964; e ataque à Rebelião dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, também em março de 1964.

Intimamente atrelado ao tema da “agitação” estavam outras construções argumentativas, como o “golpismo da esquerda”; a definição do Governo Goulart como omisso, vítima de uma crise de autoridade, um “governo que não governa”; e a frequente defesa das instituições democráticas, mais especificamente, o Congresso Nacional. Essas três representações acabavam derivando da crítica e do alerta à “agitação” e se justificavam, também, a partir do argumento de que o país vivia um clima de “agitação”. Obviamente, eram artifícios utilizados pelos parlamentares conservadores para atacar o Governo Jango, bem como as forças nacional-reformistas.

O suposto “golpismo da esquerda” – e por esquerda entendemos aqui as diversas organizações da esquerda trabalhista, nacionalista e comunista que atuavam politicamente naquele período – foi alardeado durante todo o período consultado nos Anais da Assembleia. Conseguiu maior destaque, por certo, no contexto da Revolta dos Sargentos, em setembro de 1963; durante o período subsequente a denúncia de um golpe pelo Governo do Rio Grande do

Sul, entre dezembro de 1963 e janeiro de 1964; após o Comício da Central do Brasil e o anúncio das medidas reformistas pelo governo, em 13 de março de 1964; e após a Rebelião dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, na última semana de março de 1964. No entanto, seu auge foi na justificação do Golpe de 1º de abril. Por conta de um suposto golpismo dos movimentos reformistas e nacionalistas, as Forças Armadas teriam cumprido com seu dever, junto a liderança de “honrosos” civis, e deposto um presidente que havia se enredado com más companhias em sua própria gana de poder. É importante ressaltar que após a tomada de posição de Jango, no Comício da Central, o “golpismo da esquerda” e a “vontade de poder de Jango”, começam a aparecer combinadas nos discursos, coisa que não acontecia anteriormente. A questão do suposto golpismo da esquerda na historiografia será melhor comentada quando analisarmos algumas manifestações de deputados do PTB e da ARS.

A colocação do Governo Federal como omissos ou como um “governo que não governa” também estava relacionada ao tema da “agitação”. Essa seria causa da omissão do governo, que preferia não governar, mas só “fabricar crises”. Quando Jango enviou mensagem ao Congresso pedindo pelo Estado de Sítio, em outubro de 1963, essa foi uma questão bastante levantada. A estratégia era dizer que o presidente já havia pedido maiores poderes quando antecipou o plebiscito, mesmo assim, nada fez, preferindo omitir-se, e naquele momento pedia ainda mais poderes do que os que já tinha. Além desse episódio, a Revolta dos Sargentos gerou discursos criticando a omissão do governo, que permitia que situações do tipo ocorressem. Nos momentos mais decisivos da crise, em março e abril de 1964, o argumento foi retomado, novamente para criticar o Goulart que, depois de meses de omissão, optava por somar-se à “agitação”.

Para os conservadores, portanto, já que o país estava mergulhado em “agitação”, com a esquerda e o presidente preparando um golpe, era necessário fazer a defesa das instituições e do Congresso Nacional. Afinal, para que fosse feita a defesa das instituições partia-se do pressuposto de que as instituições estavam sendo atacadas. Isso porque, na concepção dos parlamentares dos partidos liberal-conservadores, toda e qualquer pressão popular ao Congresso era um atentado às instituições, da mesma forma a frequente reivindicação de Brizola por uma Assembleia Constituinte. Além do mais, a defesa do Congresso e das instituições democráticas fortalecia a imagem de democratas imposta pelos membros da ADP a si mesmos. Como veremos a seguir – e como parte da historiografia já demonstrou – essa recorrente defesa do Congresso e das instituições democráticas não tinha um conteúdo e, para a maioria dos sujeitos, não passava de exercício retórico com o objetivo de atacar as mobilizações populares e reivindicatórias, as quais pressionavam o Congresso pela aprovação

das reformas. Grande parte dos defensores do Congresso Nacional conviveu muito bem com a Ditadura implantada após o Golpe e com ataques inclusive ao “amado” parlamento.

Todas essas representações apresentadas até aqui referem-se, em sua maioria, a períodos anteriores ao Golpe, mas boa parte delas foram retomadas após o dia 1º de abril de 1964, para sustentar a legitimação ao golpismo e à deposição do presidente. É possível perceber, principalmente após o Golpe, que essas representações se vinculam a outras oposições através das quais operam o imaginário (BACZKO, 1985, p. 312): legitimar/invalidar; justificar/acusar; tranquilizar/perturbar; mobilizar/desencorajar. *Invalidava-se* a ação das esquerdas e do presidente, *acusando* esses setores de golpistas, ao passo que a ação golpista iniciada em 31 de março era *legitimada* e *justificada*, usando os mesmos argumentos.

Após o Golpe, portanto, algumas novas representações foram aparecendo e somando-se às já elencadas. Com a deflagração do movimento golpista, a disputa no domínio do imaginário se intensificou ainda mais e todo o potencial das representações passou a ser utilizado. Tornou-se comum, por parte dos deputados conservadores, a produção de representações globais e totalizantes da sociedade brasileira e gaúcha, definindo assim, os que deveriam estar “dentro” e os que deveriam estar “fora”. Esse era um artifício, também, para justificar o Golpe e, que através dele fosse feita a exclusão do que não poderia ser aceito nessa representação de sociedade.

A formulação de representações da sociedade é uma das faculdades do imaginário. Além disso, a todo momento eram exaltados os objetivos a serem conquistados após a vitória da “revolução”. Em outras palavras, eram criadas imagens de um futuro de sucesso, que seria possível graças à deposição de Goulart e o “saneamento” da vida pública nacional. Eram através dessas imagens que os parlamentares procuravam mobilizar para o apoio ao Golpe. Afirmamos no início desse capítulo a importância das “imagens exaltantes e magnificentes dos objetivos a atingir e dos frutos da vitória procurada”, que seriam, para Baczko (Ibid., p. 298), condição para a própria ação. Vê-se aí o caráter motivacional e mobilizatório das representações que forma o imaginário.

Também para que houvesse a legitimação do movimento golpista e a mobilização em torno de seu apoio, buscava-se caracterizá-lo como um retorno ou manutenção à legalidade ou à democracia. Para alguns, Goulart já havia rompido a legalidade, que precisava, então, ser restaurada; para outros, o presidente estava em vias de romper a legalidade, portanto, cabia às Forças Armadas a manutenção da mesma, antes que fosse tarde demais. O mesmo servia para a democracia.

A legitimação do Golpe passava, também, pela legitimação das ações tomadas nos dias que se seguiram a 1º de abril. Com isso, mesmo com as frequentes denúncias de prisões e arbitrariedades contra sindicalistas, operários, estudantes e até mesmo parlamentares, os políticos da ADP tratavam de justificar e legitimar todo tipo de repressão que viesse em decorrência da “revolução”, desde que fosse, claro, contra os “derrotados”, ou seja, membros da esquerda nacional-reformista e comunistas. Nesse momento, lançava-se mão dos ataques ao governo recém deposto, pois seria devido à “agitação” permitida e patrocinada por Jango que todas as prisões estavam ocorrendo.

Para os parlamentares conservadores, aquelas eram “medidas preventivas” e caminho “natural” após a “revolução”. Uma decorrência da defesa da repressão era a defesa do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, que viria a ser conhecido como o AI-1. Inclusive, após a decretação do Ato, muitos dos defensores do Congresso acharam normal o ultimato de dois dias para que o mesmo elegeisse um novo presidente. É necessário dizer, também, que a legitimação da repressão se deu, inclusive, na forma de legitimação das cassações dos parlamentares, no início de maio de 1964.

As referências a 1937 e ao início do Estado Novo também eram constantes, principalmente para reafirmar o caráter democrático que teria a “revolução”, pois essa havia deixado todas as casas legislativas funcionando, ao passo que, em 1937, o Congresso Nacional e as Assembleias foram fechados. Para os parlamentares liberal-conservadores, em 1937 havia, de fato, ocorrido um Golpe e o início de uma Ditadura, mas 1964 ficaria na memória do povo brasileiro como uma “revolução” que salvou a democracia das “garras” dos comunistas.

O funcionamento do Congresso Nacional, bem como de outras casas legislativas foram, durante os anos que se seguiram ao Golpe, uma bengala para aqueles que queriam mostrar o caráter “democrático” da Ditadura, legitimando a ideia de que o Brasil vivia sob um regime democrático. Como colocou Ridenti, “o regime instaurado jamais se assumiu como ditadura, no máximo como ‘democracia relativa’. Sempre se preocupou com a fachada democrática” (2014, p. 30). Vê-se que essa tentativa de manter a fachada democrática já aparecia nos primeiros momentos de Ditadura, fundamentada pelos próprios parlamentares que depois veriam seus colegas cassados.

Por fim, é possível afirmar que de todas as representações encontradas nesse combate no domínio do imaginário que fundamentava a disputa política do período estudado, as anticomunistas foram as mais frequentes e constantes. Isso se explica, sem dúvida, pelo que foi exposto no Capítulo 2 do presente trabalho: o fato de o anticomunismo se configurar como

fenômeno estrutural que está intrinsicamente ligado à História Mundial e Brasileira no século XX, dando sentido ao Golpe Civil-Militar de 1964, ao mesmo tempo em que esse lhe confere significado. Além de se inscrever na disputa entre socialismo e capitalismo que se estabeleceu após a Revolução Russa de 1917, o anticomunismo foi potencializado ainda mais após o estabelecimento da Guerra Fria, no fim da Segunda Guerra Mundial. Além disso, sua exacerbação na América Latina está intrinsicamente ligada à Revolução Cubana, em 1959, e a opção dos líderes dessa revolução pelo socialismo, em 1961.

Muitas das representações expostas até aqui já possuíam traços do anticomunismo. Além das oposições entre “democratas” e comunistas e o pedido pela “união dos verdadeiros democratas”, o anticomunismo se apresentou nos discursos das diversas formas que elencamos no Capítulo 2 dessa dissertação. Era frequente a menção às medidas “comunizantes” que estavam ocorrendo em todo o país, além dos “elementos comunizantes” infiltrados em todos os âmbitos da política nacional. O tema da infiltração é colocado por Motta (2000) como um dos mais frequentes dessa segunda onda anticomunista. Coloca-se frequentemente, também, da “fidelização” ou “cubanização”, em referência óbvia à Revolução Cubana e todo o imaginário que a cercava e que era sintetizada na imagem do “paredón”. Além disso as representações sobre outros países comunistas apareciam bastante nos discursos, fosse a União Soviética, China ou Iugoslávia. Normalmente essas representações mencionavam a falta de liberdade, os regimes de partido único, etc. Atribuía-se aos comunistas, também, um falso nacionalismo, ao passo que os verdadeiros nacionalistas seriam os anticomunistas, característica essa do anticomunismo nacionalista. Em suma, boa parte das construções argumentativas anticomunistas colocadas por Motta (2000) e Rodeghero (1998), sendo reproduzidas e comentadas no Capítulo 2, apareceram nos discursos dos deputados conservadores da Legislatura 1963-1966.

#### 4.3 POR UMA DEMOCRACIA AMPLIADA: OS ARGUMENTOS DOS NACIONAL-REFORMISTAS

A esquerda nacionalista a que nos referimos aqui estava representada na Assembleia Legislativa pelos parlamentares do PTB e pelo único deputado da ARS, Marino dos Santos, comunista que, assim como outros, utilizava a legenda do PR<sup>70</sup> no Rio Grande do Sul, devido a ilegalidade do PCB. Pode-se afirmar que o tema mais frequente nos discursos dos

---

<sup>70</sup> O PR era um dos formadores da ARS, juntamente com o PSB.

trabalhistas e do deputado da ARS era a legitimação das mobilizações e manifestações reivindicatórias, principalmente pelas Reformas de Base. Essa defesa de que os trabalhadores, estudantes, praças das Forças Armadas, etc. fossem para as ruas e pressionassem os poderes constituídos para que tivessem suas pautas ouvidas foi feita de diferentes formas durante o período estudado, mas pode-se afirmar que foi uma constante.

Dessa forma, por exemplo, quando ocorreu o Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, foram feitos o elogio e a defesa do referido acontecimento. Enquanto os liberal-conservadores utilizavam o argumento da “agitação”, da subversão e do anticomunismo, os deputados da esquerda nacionalista buscavam argumentar que a mobilização e ida do povo para as ruas pedindo por direitos era elemento inerente à democracia. Da mesma forma, ocorreu essa tentativa de legitimação quando a população foi às ruas protestar contra a visita de Carlos Lacerda<sup>71</sup> ao Rio Grande do Sul, a convite do Governo do Estado. Dessa vez, ao passo que os conservadores afirmavam que aquele não era o povo rio-grandense, os trabalhistas e o parlamentar comunista buscavam mostrar a legitimidade do protesto popular.

Essa defesa das mobilizações e manifestações tinha, nos debates, um importante desdobramento, principalmente se considerarmos a frequente defesa do Congresso Nacional por parte dos deputados da ADP. Os parlamentares do PTB e da ARS, por seu lado, legitimavam a pressão ao Congresso, para que o mesmo ouvisse os clamores das manifestações e assim trabalhassem em prol das reformas. Como se sabe, a maioria conservadora do Congresso, representada por UDN e PSD, era um grande obstáculo para que as Reformas de Base fossem levadas a cabo da forma como desejavam os nacional-reformistas. O que defendiam os petebistas e o deputado da ARS era que, assim como o povo na rua, a pressão ao Congresso tratava-se de situação normal em uma democracia, pois afinal, essa era a maneira do povo fazer com que o parlamento tivesse conhecimento de seus anseios. Para eles não era necessário fazer a defesa do Congresso, pelo simples fato dele não estar sendo atacado, mas, sim, cobrado para que funcionasse dentro de suas atribuições.

No final de dezembro de 1963, o Governo Meneghetti, através de seu Chefe da Casa Civil, Plínio Cabral, fez graves denúncias em entrevista ao jornal *Correio do Povo*. Cabral afirmou que o aparelho de inteligência do Governo estadual havia tomado conhecimento de que um golpe estaria sendo preparado para os primeiros dias de 1964 e que os conspiradores

---

<sup>71</sup> Lacerda era o candidato da UDN para as eleições de 1965 e representava a síntese do liberal-conservadorismo: anticomunista, anti-getulista e anti-trabalhista, além de defensor intransigente dos preceitos do liberalismo econômico, assim como da restrição à cidadania, características típicas de seu partido.

já haviam adiado duas vezes a data de eclosão do movimento, graças a ação do Governo do estado. Esse episódio é comentado em artigo por Gilberto Calil, como já colocamos, e pretendemos abordá-lo melhor posteriormente, mas a questão é que, a partir dessa denúncia, apareceu nos discursos dos parlamentares petebistas e do deputado comunista outra representação que se configurava como “legitimação das mobilizações”. Era pedido pelos parlamentares que não se confundisse um “golpe” ou uma “quartelada” com o que eles chamavam de “processo de revolução” que estava em marcha no Brasil. Mas “revolução”, segundo eles, em um sentido “sociológico”, “científico”, não estando relacionado a um movimento armado e, sim, às profundas mudanças na estrutura política, socioeconômica e na conscientização do povo brasileiro.

Tratava-se, portanto, de mais um meio de dar legitimidade às mobilizações populares e à pressão ao Congresso pelas reformas. Dessa forma, os parlamentares do PTB e da ARS, a partir do momento em que houve a denúncia, trataram de mostrar que o movimento do qual participavam e ao qual defendiam não tinha qualquer relação com aquele denunciado, pois o “processo de revolução” não tinha sentido de violência, mas sim de mudanças estruturais. Foi a partir dessa ótica do “processo de revolução” que os parlamentares petebistas interpretaram a Revolta dos Sargentos e a Rebelião dos Marinheiros e Fuzileiros: não como uma causa para os problemas do Brasil, mas uma consequência das estruturas ultrapassadas do país, que precisavam ser reformadas, passando, portanto, pelo “processo de revolução”.

Um tema correlato à defesa das mobilizações era a discussão a respeito de um novo “modelo de democracia” que deveria ser implementado nesse mesmo processo de reformas defendido pelos membros da esquerda na Assembleia. Segundo os parlamentares do PTB e da ARS, a democracia defendida pelos membros da ADP era uma democracia para defender privilégios, sendo necessária a ampliação da mesma, que estava repleta de restrições. Com isso era proposto o voto do analfabeto, a elegibilidade para sargentos e praças das Forças Armadas, o estímulo à mobilização popular e, até mesmo, a legalização do PCB. Vê-se, portanto, que o que estava em discussão naquele período histórico era, além da questão das Reformas de Base, os modelos de democracia que deveriam ser implementadas no país: uma eminentemente representativa, restringindo a participação popular ao processo eleitoral; outra com ampliação da participação no processo eleitoral, mas também respeito às mobilizações feitas em torno de reivindicações. Nota-se, portanto, a articulação entre os temas da “legitimação das mobilizações”, da “defesa da pressão ao Congresso”, do “processo de revolução” e das discussões sobre os “modelos de democracia”.

Consideramos que essa discussão presente entre os membros da esquerda a respeito de um modelo de democracia ampliado deve servir para, pelo menos, levantar o questionamento a certa historiografia revisionista<sup>72</sup> que atribui a pecha golpista a todos os sujeitos daquele contexto. O argumento de que a democracia, em 1964, possuía vários inimigos e que era atacada por todos os lados, ou que nem esquerda, nem direita possuíam apreço pela democracia, ou, ainda, que a reação ao golpismo da esquerda “gerou” o golpe da direita começaram a aparecer, em maior escala, no contexto dos 40 anos do Golpe, em 2004, ainda que já estivesse presente na obra de Argelina Figueiredo, de 1993.

Novamente, afirmamos que não pode se pôr em dúvida a sinceridade de alguns sujeitos que realmente acreditavam estarem às esquerdas preparando um golpe, no entanto, aos historiadores cabe a investigação profunda para que não seja reproduzido o conteúdo da fonte como conhecimento historiográfico. Obviamente, a democracia era criticada nesse contexto, mas não com o objetivo de derogá-la, mas, sim, aperfeiçoá-la, tornando possível sua ampliação. Um modelo de democracia restrito era criticado enquanto se fazia a defesa de uma democracia que proporcionasse a ampliação da cidadania. O maior problema de boa parte das obras que acusam as forças de esquerda de não serem democráticas está no fato de considerarem o modelo de democracia liberal como sendo o único possível, interpretando, assim, as críticas a esse modelo como uma crítica à democracia.

Além disso, é no mínimo estranho considerar que sujeitos que preparavam um golpe admitissem em suas tribunas da Assembleia que estavam participando de um “movimento de revolução”, como o fizeram os parlamentares do PTB. Lembrando também que esses parlamentares tinham grande proximidade com Leonel Brizola<sup>73</sup>, considerado pela historiografia revisionista como principal exemplo da falta de apreço pela democracia das esquerdas. Ferreira chega a afirmar que se Brizola “era radical, sectário, intolerante, fazia pregações revolucionárias e defendia a ruptura institucional, era porque as esquerdas eram igualmente radicais, sectárias, intolerantes, pregavam a revolução e defendiam a ruptura institucional” (2003b, p. 356). Acreditamos que frente ao exposto essas afirmativas devam ser

---

<sup>72</sup> Esses argumentos são encontrados, principalmente, nas seguintes produções: FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. Livro. 3. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 343-404; \_\_\_\_\_. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 181-212, 2004; VILLA, Marco Antônio. **Jango: um perfil (1945-1964)**. São Paulo: Editora Globo, 2004; GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. 2. ed., Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014; FIGUEIREDO, Argelina M. C. **Democracia ou Reformas?** Alternativas Democráticas à Crise Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

<sup>73</sup> Além das frequentes referências elogiosas da parte de vários deputados estudados ao então deputado federal Leonel Brizola nos discursos, Hélio da Fontoura, que estava em seu primeiro mandato, havia sido assessor de Brizola.

pelo menos relativizadas. O que podemos ver através das manifestações dos trabalhistas e do membro da ARS na Assembleia é que a versão de que a esquerda não tinha “apreço pela democracia” é, no mínimo, questionável. Mais ainda a versão de que a esquerda estava preparando um golpe. Além disso, como colocado por Toledo, “poucos políticos, na história recente do país, tiveram sua vida tão investigada” (2004b, p. 39) quanto Leonel Brizola e, no entanto, não há provas de que ele estivesse planejando um golpe em 1964.

Existiam, também, alguns temas que apareciam, principalmente, como reação e resposta a discursos dos conservadores. Como o anticomunismo era um dos argumentos mais utilizados pelos deputados liberal-conservadores, houve, em certos momentos, o “questionamento do anticomunismo”. Esse, no entanto, foi pouco frequente, estando presente em situações isoladas. Obviamente, considerando a importância do anticomunismo na política daquele contexto não é de se admirar que muitos parlamentares receassem pôr em dúvida a força da ameaça do comunismo, correndo o risco de serem chamados de comunistas ou acusados de fazerem o “jogo dos comunistas”. Algumas vezes, quando parlamentares, especialmente do PTB, foram corajosos o bastante para questionar a força da “infiltração comunista”, a acusação de “fazer o jogo dos comunistas” se fez presente. Isso que não se tratava nem de questionar a “infiltração comunista”, mas sim sua força e efetividade. Os parlamentares que usavam do argumento da pouca força dos comunistas no Brasil tentavam, justamente, se contrapor a ideia de que haveria um golpe comunista em marcha, ou que Goulart estivesse cercado de comunistas. Normalmente os petebistas lembravam a quantidade de pessedistas que faziam parte do Governo Goulart, nos ministérios, questionando, especialmente os pessedistas na Assembleia, se os seus correligionários no governo seriam comunistas.

Outra maneira pela qual os parlamentares trabalhistas e o membro da ARS deslegitimavam seus adversários era fazendo referência ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Como demonstrou Dreifuss (1981), o IBAD, junto do IPES, formaram o centro da articulação civil-militar que procurou desestabilizar o Governo Goulart e conquistar a opinião pública na adesão ao golpismo. Além disso, o IBAD participou diretamente da campanha eleitoral de 1962, financiando com vultuosas quantias candidatos anticomunistas e antijanguistas, dos quais muitos foram eleitos.

Perante uma Comissão Parlamentar de Inquérito que pretendia averiguar a origem do dinheiro do IBAD e investigar sua participação na campanha eleitoral, os dirigentes do instituto não apresentaram explicações, aumentando as suspeitas de que o dinheiro tinha origem estrangeira, sendo, portanto, ilegal para uso em campanha de políticos brasileiros. Ildo

Meneghetti foi um dos candidatos financiados com dinheiro do IBAD, portanto, a referência ao instituto era usada pelos parlamentares da esquerda nacionalista para atacar a legitimidade dos liberal-conservadores, que tiveram colegas seus, além do próprio governador que apoiavam, eleitos com dinheiro ilícito proveniente do exterior. Com alguma frequência era dito que os parlamentares da ADP representavam não os interesses da nação, mas sim os interesses do IBAD, ou que “davam a vida pelo IBAD”.

Entre as representações que, curiosamente, menos apareceram no período pré-Golpe está a que afirmava que os grupos conservadores estavam preparando um golpe. Ao contrário das frequentes acusações dos conservadores ao “golpismo da esquerda”, os membros do PTB e da ARS pouco acusaram que seus futuros algozes estariam conspirando contra o regime democrático. Obviamente, ocorreu essa denúncia, mas na comparação com outras construções argumentativas ou mesmo com a denúncia do “golpismo da esquerda”, esse argumento teve pouco destaque. Normalmente era feita a repercussão das opiniões de Leonel Brizola, que anunciava em seus discursos na Rádio Mayrink Veiga a necessidade de resistência ao golpe dos conservadores. De qualquer forma, o tema foi abordado por alguns parlamentares da esquerda nacionalista, mas não é possível afirmar do quanto sabiam, efetivamente, da conspiração golpista que, de fato, acontecia. Pesava a favor desses parlamentares, no entanto, o histórico de golpes ou golpes frustrados ocorridos em anos próximos a 1964. Esse é, aliás, mais um argumento para se adicionar à crítica ao revisionismo citado anteriormente. Somente na década de 1950 ocorreram duas tentativas de Golpe por parte dos conservadores, coisa que muitos historiadores parecem desconsiderar.

As representações e os argumentos dos parlamentares nacional-reformistas apresentados até aqui apareceram durante o ano de 1963 e no ano de 1964, antes do dia 1º de abril. Muitas dessas construções argumentativas foram retomadas após o Golpe e a elas se somaram novas representações. A tônica, após o Golpe, dividiu-se entre buscar deslegitimar o movimento golpista e denunciar os primeiros casos de espancamentos, prisões, repressão e arbítrios em geral, derivados da vitória dos golpistas. Ambos se complementam e fazer a denúncia dos primeiros ataques por parte da Ditadura aos operários, estudantes, políticos, etc. era uma forma de deslegitimar o Golpe, mostrando a face repressora e violenta do golpismo.

Dessa forma, eram denunciadas as prisões sem mandado judicial, na calada da noite; a invasão das casas de parlamentares e sindicalistas, como a invasão do apartamento de Brizola em Porto Alegre; a intervenção em governos estaduais e municipais, com o afastamento de políticos eleitos; a intervenção nas autarquias federais, como a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) ou o Departamento de Correio e Telégrafos (DCT), etc. A crítica à

repressão se deu também na forma de crítica ao arbítrio oficial, inaugurado com o Ato Institucional. O AI-1 foi duramente criticado por atentar contra a autonomia dos poderes, por permitir as cassações de mandatos e a suspensão dos direitos políticos.

Além disso, outra maneira de deslegitimar o Golpe era através do ataque as suas lideranças civis: Carlos Lacerda e Adhemar de Barros. Sobre o primeiro lembravam sua trajetória golpista, já que Lacerda havia participado das conspirações contra Getúlio, em 1954; contra a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, entre 1955 e 1956; e contra a posse de Goulart novamente, em 1961. Sobre o segundo lembravam de sua carreira política marcada pela corrupção. Também faziam a crítica à participação do governador do estado no movimento e com isso afirmavam que Ildo Meneghetti, junto dos outros governadores, havia traído o Brasil e o Rio Grande do Sul. Na busca pela deslegitimação do Golpe, os parlamentares do PTB e da ARS afirmavam a sua ilegalidade, a sua violência e contrapunham, portanto, a ideia de que o Golpe havia sido um “retorno/manutenção” da democracia, como afirmavam os membros da ADP.

Foi trazido aos discursos, também, o histórico golpista dos conservadores. Sendo assim, para esses parlamentares, as forças que, naquele momento, derrubavam o presidente João Goulart, eram as mesmas que só toleraram – nunca aceitaram – sua presença na presidência; as mesmas forças que tentaram impedir a sua posse, que obrigaram o presidente Jânio Quadros a renunciar, que tentaram evitar a posse de Juscelino e Jango, em 1956, e que levaram Getúlio Vargas ao suicídio, em 1954. Com esse histórico do golpismo dos conservadores, os trabalhistas e o parlamentar comunista fundamentavam sua posição de deslegitimar o Golpe de 1964. Esse argumento, além de fortalecer o imaginário contrário ao Golpe, deve ser levado em conta pela historiografia que tenta igualar a atuação dos conservadores e da esquerda no contexto do Golpe.

Por fim, ao passo que os parlamentares da ADP buscavam enfatizar os “louros” que seriam colhidos com a vitória da “revolução”, os deputados do PTB e da ARS tratavam de apresentar “imagens de um futuro sombrio”, repleto de repressão, cassação de mandatos, prisões e censura. Não sabiam eles que boa parte das imagens utilizadas nas manifestações viriam a se concretizar poucos anos depois e se perpetuariam por longo tempo. Falava-se, portanto, que o Golpe havia sido desfechado para “calar os anseios populares”, “silenciar as vozes das ruas”, “implantar uma ditadura fascista”, “liquidar o regime democrático”, etc. Era quase um contra-imaginário, utilizado para atacar o imaginário manipulado pelos conservadores, que apontavam para um futuro de vitórias e desenvolvimento. Essa situação

acaba por dar razão a Baczko que afirma que em épocas de crise de um poder ou de conflito “se intensifica a produção de imaginários sociais concorrentes e antagonistas” (1985, p. 310).

#### 4.4 OS DISCURSOS

Essas foram as principais representações e construções argumentativas encontradas em nossa pesquisa nos Anais da Assembleia Legislativa. Procuramos classificá-las aqui de acordo com o grupo que as utilizava mais corriqueiramente. Passaremos agora à exposição e ao exame de exemplos do que foi apresentado até o presente momento. Além disso, buscaremos relacionar cada deputado que for mencionado ao perfil que ele representava, como colocado no Capítulo 3. Tentaremos, também, expor os rumos seguidos por cada deputado citado após o Golpe Civil-Militar de 1964.

##### 4.4.1 A Instalação da Legislatura

Em 31 de janeiro de 1963, aconteceu a Sessão de Instalação da Legislatura. Às 9 horas da manhã iniciou-se a sessão na qual foi feito o discurso de posse do governador eleito, Ildo Meneghetti. Em sua fala, além de comentar a necessidade de resolver uma série de problemas do Rio Grande do Sul, examinados por ele, afirmou de sua vontade de manter a ordem, “a todo custo e em qualquer circunstância”. Enfatizava também, querer fazer tudo o que pretendia num clima “de paz, de concórdia, de entendimento”<sup>74</sup>. Posteriormente, às 20 horas, na sessão para eleição da Mesa Diretora da Assembleia, o deputado Justino Quintana, Líder do PTB na Assembleia, expôs a posição do partido, em forma de resposta ao pronunciamento do governador. Nesse discurso inicial do Líder do PTB, podemos ver a característica que foi predominante na atuação do partido: a legitimação das mobilizações. Dizia o deputado Justino Quintana que “a paz na família rio-grandense” não devia “ser a paz dos cemitérios, nem dos charcos”, mas uma “paz real e positiva”. Além disso, dizia o parlamentar que não poderia se entender por paz a “acomodação dos Partidos da Oposição”, nem “o impedir os operários de irem à praça pública”, porque se entendesse o governador por paz “oprimir os operários [...] e as concentrações de trabalhadores rurais”, os deputados trabalhistas não comungariam e nem colaborariam com ela<sup>75</sup>. O discurso de Quintana foi, inclusive, criticado por tratar de questões políticas em uma sessão protocolar de eleição da Mesa Diretora. No entanto, já era possível

---

<sup>74</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXIV, p. 4.

<sup>75</sup> Ibid., p. 13.

ver a posição dos deputados trabalhistas, bem como que o clima já era de intenso debate político.

Nos próximos dias, as discussões e os debates se restringiram à Comissão Representativa, devido ao recesso da Assembleia, mas nem por isso deixaram de ser acirradas. Em 6 de fevereiro, em sessão da Comissão Representativa, o deputado do PTB, Henrique Henkin, manifestou-se contrariamente a um telegrama do Chefe da Casa Civil do Governo Meneghetti, Plínio Cabral, que falava em “governos demagógicos que nada fizeram pela questão da terra”<sup>76</sup>. Obviamente, o parlamentar trabalhista postou-se na defesa das conquistas do Governo Brizola no campo da questão agrária.

Dizia o deputado Henkin que o Sr. Plínio Cabral não tinha nenhuma razão naquilo que afirmava. Segundo o trabalhista “ninguém, por mais acirrado adversário do Sr. Governador Leonel Brizola” lhe negaria “este gesto de coragem e de pioneirismo ao enfrentar o gravíssimo problema da terra no Rio Grande do Sul”. Nesse momento o parlamentar foi aparteado por Arthur Bacchini, da UDN, que afirmou que não poderia ouvir em silêncio aquela afirmativa, porque considerava que o que o ex-governador tinha feito era “tumultuar o problema”. Negava que Brizola tivesse feito algo de útil, que o que havia feito era confusão<sup>77</sup>. Podemos notar nesse debate entre os dois deputados dois outros aspectos marcantes dos discursos. Enquanto o deputado Henrique Henkin buscava engrandecer a vontade reformista de Brizola, o deputado Arthur Bacchini fazia a crítica do que considerava “agitação”, proporcionada pelo ex-governador. Além disso, Bacchini buscava mostrar que Brizola usava o problema da reforma agrária para gerar “tumulto”.

Como mencionado anteriormente, pretendemos, nessa parte do capítulo, fazer também a relação entre os parlamentares mencionados e o perfil que representavam. Muitos, como Justino Quintana e Arthur Bacchini, aparecerão mais de uma vez, inclusive no contexto do Golpe, por isso, deixaremos para expor seus dados posteriormente. O deputado Henrique Henkin, no entanto, tinha pouca participação, a não ser na Comissão Representativa. Ele era um dos que representava muito bem o perfil predominante na Assembleia e no PTB. Tinha base eleitoral na Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, estava na faixa dos 40 anos, era formado em Direito e só havia estado na Assembleia anteriormente como suplente. Foi um dos trabalhistas que conseguiu terminar o mandato no legislativo gaúcho, chegando até a Câmara Federal, após a eleição de 1966, no entanto, seu mandato não sobreviveu ao AI-5 e o deputado foi cassado, em 1968.

---

<sup>76</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXIV, p. 24.

<sup>77</sup> Ibid., p. 24-25.

#### 4.4.2 Emenda Bocaiúva Cunha no Congresso: todos pelas reformas?

Passamos agora para abril de 1963, já nas Sessões Ordinárias da Legislatura, com a participação da totalidade dos parlamentares. Essa foi uma das datas escolhidas como pretexto para a pesquisa nos Anais da Assembleia. Em 15 de abril de 1963, havia sido encaminhada para o Congresso Nacional a Emenda Bocaiúva Cunha, mencionada anteriormente, que previa a mudança do Artigo 141 da Constituição, permitindo, assim, o pagamento em títulos da dívida pública para desapropriações feitas por interesse público. Tal medida tornava viável economicamente a reforma agrária, pois os pagamentos das desapropriações não precisariam mais ser feitos em dinheiro.

Assim, em 16 de abril, o deputado Rubens Porciúncula, do PTB, abordava a questão das reformas, ainda que sem mencionar especificamente a Emenda Constitucional. Dizia ele que “embora todos, ou quase todos, tenham se pronunciado favoravelmente quanto às necessidades, divergem, porém, em muito, quanto à oportunidade, quanto à forma”, mas o que, segundo ele, mais intrigava era “a maneira como, na maioria das vezes, essas afirmações não se identificam com as posições que”<sup>78</sup> vinham assumindo muitos dos que tinham feito profissão de fé com relação às reformas. Para ele, o problema estava no fato de que muitos partidos se colocavam contra, especialmente à reforma agrária, porque representavam os interesses dos fazendeiros, como o PL no Rio Grande do Sul. Essa última afirmação gerou reação por parte de Getúlio Marcantônio, do PL, que, para atacar o deputado trabalhista, valeu-se do argumento de que “o maior fazendeiro, neste País” era o presidente do partido do deputado Porciúncula, que só em Mato Grosso possuía três fazendas. Observamos, portanto, que os dois deputados tentavam fazer a oposição entre “verdadeiros” e “falsos” reformistas, sendo que o deputado do PL apelava, inclusive, para a figura de Jango como grande latifundiário.

Seguindo a discussão, o deputado Alexandre Machado, do PSD, afirmava da necessidade da reforma agrária, mas não na forma como colocada pelos parlamentares da “Frente Nacionalista” ou pelo presidente. Para Machado, o proposto por esses era “o confisco das terras, da propriedade privada” e significava “despojar o proprietário do que tem, de suas propriedades, entregando-lhe papéis que poderemos chamar [...] ‘papéis sujos’”<sup>79</sup>. O parlamentar se referia, claramente, aos títulos da dívida. Como se sabe, boa parte do PSD no Congresso era contrária à mudança do artigo constitucional. Destaca-se na fala de Alexandre

---

<sup>78</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXV, p. 290.

<sup>79</sup> Ibid., p. 291.

Machado a defesa da propriedade privada, característica marcante do anticomunismo de matriz liberal, ainda que, claro, o parlamentar não mencionasse o comunismo.

Ao aparte de Alexandre Machado, respondeu o deputado Rubens Porciúncula, afirmando que o colocava na ala do PSD que, realmente, não desejava a reforma, fazendo novamente a divisão entre “verdadeiros” e “falsos reformistas”<sup>80</sup>. Por último, em sua manifestação, Porciúncula ainda criticava aqueles que, através de “terror ideológico” chamavam de “subversivos” ou “inimigos da democracia” os que não se conformavam com a atitude lenta e com a morosidade do Congresso Nacional. Vê-se, nesse caso, novamente a defesa das mobilizações na forma de defesa da pressão ao Congresso, outra característica marcante dos discursos do PTB<sup>81</sup>.

O contexto de abril de 1963 foi, também, um dos poucos em que algum parlamentar do PTB fez a denúncia do golpismo por parte dos conservadores. Nesse caso, o deputado Justino Quintana, em 17 de abril, utilizava as palavras do ex-presidente Jânio Quadros, que denunciava que “as forças reacionárias” estavam “em franca conspiração e prontas para dar o golpe”; que se organizavam na Guanabara, que se organizavam nos Estados e que eram “lideradas pelo Sr. Carlos de Lacerda”.

Além disso, o deputado Quintana atentava para a semelhança entre um manifesto da ADP, publicado naquela semana, e os pronunciamentos de alguns que viriam a ser conhecidos como líderes do golpismo: Adhemar de Barros, Carlos Lacerda e o embaixador americano Lincoln Gordon. Segundo Quintana, eles “não escreveram com a mesma pena, com a mesma máquina e na mesma localidade”<sup>82</sup>, mas estavam transmitindo exatamente os mesmos conceitos. Não podemos supor, é claro, que o parlamentar soubesse de detalhes da conspiração contra Goulart, mas não deixa de surpreender que um ano antes do Golpe, alertas já fossem feitos.

Foi entre os dias de abril de 1963 que encontramos também, como não poderiam faltar, as primeiras manifestações de anticomunismo dessa Legislatura. Com pretexto de repercutir uma série de artigos do jornal conservador, *Diário de Notícias*, o deputado Hed Borges, do PSD, expunha seu anticomunismo, em 18 de abril. Os artigos por ele citados culpavam os “elementos comunizantes” por intranquilizar o país através da pregação revolucionária. Já na interpretação do parlamentar, “falsos democratas” estavam “dando

---

<sup>80</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXV, 290.

<sup>81</sup> Ibid., p. 292.

<sup>82</sup> Ibid., p. 321.

cobertura aos comunistas”<sup>83</sup>. A existência de “falsos democratas” pressupunha a existência de verdadeiros democratas, dentre os quais o deputado Borges provavelmente incluía a si e seus colegas de coligação. No entanto, o destaque dessa manifestação é que o parlamentar pessedista ainda poupava o presidente João Goulart ao atacar os comunistas. Dizia ter conhecimento de que o presidente estava “imbuído das melhores intenções”. Essa característica dos discursos anticomunistas é destacada por Motta como uma marca do momento imediato após o retorno do presidencialismo, quando se esperava que Jango “pudesse governar de modo a desanuviar as tensões” (2000, p. 311). Como o autor destaca, essa trégua durou pouco.

É interessante, também, que através de seus discursos muitos parlamentares repercutiam manifestos de partidos e notícias de jornais para fundamentar suas opiniões. Dessa forma, o deputado do PSD, Alfredo Hoffmeister, trouxe em seu discurso o manifesto da ADP mencionado no dia anterior pelo trabalhista Justino Quintana. O manifesto – assinado por PSD, PL, PDC, PRP, UDN e PSP – trazia, na interpretação de Hoffmeister, dois pontos principais: a defesa do Congresso e o alerta para “às tentativas de ‘fidelização’ e ‘cubanização’” empreendidas por “muitos patrícios”. Na análise do documento, que foi transcrito nos Anais da Assembleia, é possível notar que se repetiam as principais representações do anticomunismo.

Colocava o manifesto que se queria “convulsionar a Nação” para “repetir aqui o triste exemplo da desventurada Cuba”, tudo isso feito “sob a roupagem de um falso nacionalismo”; por isso, insistia-se “na abolição da propriedade privada – princípio básico de toda a democracia” e combatia-se “a livre iniciativa”; além disso, organizavam-se movimentos para “exercer pressão sobre o Congresso, a fim de leva-lo à desmoralização e ao fechamento”. Observamos exemplos do anticomunismo de variadas matrizes articulados no mesmo texto, além da defesa do Congresso. Por último, o manifesto ainda criticava a “omissão dos tímidos”, que permitiam que aquilo que estava sendo citado ocorresse<sup>84</sup>.

Uma última questão que merece destaque, nesse contexto de abril de 1963, aconteceu no dia 19, em discurso do petebista Wilson Vargas. Por conta da data, aniversário de nascimento de Getúlio Vargas, o parlamentar fazia o elogio à figura do líder trabalhista, exaltando seus feitos. Segundo o deputado, foi graças a Getúlio, que concedeu o voto feminino, “que as donas de casa, que as mulheres, que esta parcela significativa e fundamental da vida brasileira se integrou na comunidade ativa da Nação”. No entanto, segundo Wilson

---

<sup>83</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXV, p. 337.

<sup>84</sup> Ibid., p. 372.

Vargas, a democracia ainda era precária no país, porque enquanto não se estabelecesse o voto do analfabeto todos viveriam “numa democracia de restrições, numa democracia sujeita à deliberação apenas do contingente mais prestigiado da população”. Isso porque “catorze milhões de brasileiros” é que decidiam “dos destinos da Pátria, e 18 milhões de brasileiros, em idade e condições de serem eleitores”<sup>85</sup> não o eram por serem analfabetos.

Encontra-se nesse discurso a vontade petebista de discutir a democracia vigente no país, propondo sua ampliação com medidas concretas, como liberação do voto dos analfabetos. Esse é um dos exemplos que nos ajudam a questionar a suposta “falta de apreço pela democracia” por parte das esquerdas. Como já colocamos, a questão não era destruir a democracia, mas, sim, a busca de um outro modelo de democracia, ampliado.

#### **4.4.3 Lacerda no Rio Grande do Sul**

Como é possível notar, ainda que o pretexto para a leitura das atas das sessões entre os dias 15 e 19 de abril de 1963 fosse a Emenda Bocaiúva Cunha e a questão das reformas, outros temas puderam ser encontrados nos discursos desse período. O mesmo aconteceu em outras datas que foram usadas como guias para a pesquisa nos Anais. É o exemplo do que ocorreu ao fazermos as leituras das atas das sessões de alguns dias no final do mês de julho de 1963. A data foi escolhida por corresponder ao período no qual foi rejeitada a Emenda Bocaiúva Cunha, no entanto, na Assembleia não houve repercussão da rejeição da emenda. O Parlamento Gaúcho, inclusive, estava em recesso, mas foi convocado devido a um evento que movimentou a sociedade gaúcha: a visita de Carlos Lacerda ao Rio Grande do Sul, por convite do Governo do Estado e as manifestações contrárias ao político que descambaram para a violência graças à repressão da polícia.

Dessa forma, por iniciativa de 15 parlamentares trabalhistas, foi convocada a Assembleia para Sessão Extraordinária, em 23 de julho. Foi notável, desde o início do encontro, a tentativa de deputados governistas de barrarem a Sessão Extraordinária, principalmente alertando para uma suposta ilegalidade no requerimento de convocação. Esse foi o caso de Antônio Mesquita, do PRP, e Synval Guazzelli, da UDN: ambos não queriam que ocorresse a sessão e levantavam dúvida sobre aspectos do requerimento<sup>86</sup>. O presidente da Assembleia Cândido Norberto, do MTR, no entanto, considerou não haver ilegalidade.

---

<sup>85</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXV, p. 382-383.

<sup>86</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXVII, p. 4-5.

Tendo perdido o primeiro embate, já que a sessão continuou apesar de seus protestos, o deputado Guazzelli passou então a contestar os motivos da convocação. Nessa toada falou que naqueles dias não se poderia esperar “muitos homens como São Paulo dispostos a dar a vida pela verdade”, ao que foi “corrigido”, numa intervenção até cômica, por Sereno Chaise que falou em aparte “A vida pelo IBAD!”<sup>87</sup>. Como já dissemos as referências ao IBAD tratavam de tentar desmoralizar e deslegitimar os membros dos partidos conservadores, tendo em vista o financiamento ilegal que o instituto proporcionou às campanhas de muitos candidatos de PSD, UDN, PL, PRP e PDC.

Nas sessões extraordinárias realizadas nesse contexto, a atuação dos trabalhistas se deu principalmente na legitimação dos protestos contra Lacerda, ao passo que a violência da repressão policial era criticada. Por conta disso, no mesmo dia 23 de julho, o deputado do PTB, Antônio Visintainer, relatava que tinha visto manifestantes se dirigindo para a Rádio Guaíba para protestarem contra a permanência de Lacerda no estado, dizendo que entendia aquilo como “justo”, “legal” e “lícito”<sup>88</sup>. No entanto, a atuação da polícia teria levado violência para os protestos e o próprio deputado só não foi atacado por ter “gritado suas imunidades”. Visintainer era dos mais jovens parlamentares, tinha 35 anos; era engenheiro agrônomo, o que representava a diversidade de ocupações profissionais do PTB; antes de chegar à Assembleia só havia sido prefeito de Rosário do Sul por um mandato; foi preso após o Golpe e integrou a primeira lista de cassações, em maio de 1964.

Mais adiante, nessa mesma sessão, o deputado Rubens Porciúncula, condenando a ação da polícia, informava que a visita de Lacerda havia sido feita pela Secretaria de Obras Públicas, a pretexto do governador participar do Congresso de Engenharia Sanitária realizado pela mesma. Portanto, o convite havia sido realizado pelo Governo do Estado, o que permite a suposição de que o governador Meneghetti pretendia dar palanque para Lacerda, que seria um dos prováveis candidatos às eleições de 1965, que, por conta do Golpe, não ocorreram. É necessário lembrar a posição dissidente do PSD gaúcho em relação ao PSD nacional, marcada pelo apoio da seção gaúcha do partido aos candidatos à presidência lançados pela UDN em 1955 e 1960, contra os próprios candidatos do PSD.

Como uma resposta às seguidas comunicações dos parlamentares trabalhistas legitimando o protesto contra Lacerda e criticando a ação da polícia, assumiu a tribuna o deputado Alexandre Machado, do PSD. Já no início de seu discurso o pessedista menosprezava os motivos da convocação extraordinária, dizendo que tomou conhecimento

---

<sup>87</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXVII, p. 6.

<sup>88</sup> Ibid., p. 7.

com surpresa da vontade de alguns colegas seus de convocarem a Assembleia em pleno recesso parlamentar “sem que houvesse ocorrido em nosso Estado ou em nosso País, matéria de tal relevância que justificasse a medida”<sup>89</sup>. Em seguida, Machado elogiou a atuação da polícia, aproveitando para criticar a atuação da mesma durante os anos de governo Brizola. Por fim, o deputado tratou de dizer que aqueles que protestaram contra Lacerda não eram o povo, mas que “aqueles homens que lá estavam eram financiados”<sup>90</sup>. Notamos aí a divisão entre o povo e o “não-povo”, ou o verdadeiro povo e o falso povo. Essa oposição foi bastante utilizada nas sessões extraordinárias de final de julho pelos deputados conservadores.

Em 24 de julho, em comunicação do petebista Álvaro Petracco, encontramos outra vez um dos raros alertas para a conspiração dos conservadores. Na interpretação de Petracco, a visita de Lacerda se configurava como “o particular dentro de um panorama geral de compromisso entre o Governador Ildo Meneghetti, o famoso tradicional golpista Carlos de Lacerda e o desacreditado Sr. Adhemar de Barros”<sup>91</sup>. Esses foram, em abril de 1964, três das principais lideranças do Golpe que depôs Goulart.

Além disso, na esteira das críticas às manifestações, falou o deputado Paulo Brossard, do PL. O parlamentar conseguiu, em seu discurso comentando os protestos contra Lacerda, achar espaço para criticar o Governo Goulart, algo que seria marca da atuação desse parlamentar. Foi em seu discurso que encontramos pela primeira vez a representação do “governo omissivo” ou o “governo que não governa” e que, segundo o parlamentar “de tanto estimular crises, de tanto desenvolver crises, de tanto patrocinar crises” talvez viesse a “soçobrar na voragem das crises por ele próprio alimentadas, estimuladas e patrocinadas”<sup>92</sup>. Como colocamos, essa seria o principal foco da atuação de Brossard durante o período que acompanhamos seu mandato na Assembleia: a crítica ferrenha ao Governo Goulart, com pedidos inclusive de afastamento ou impeachment do presidente.

Outro discurso que acabou chamando a atenção pertence ao já mencionado diversas vezes, deputado Justino Quintana. Em sua manifestação, o parlamentar rememorou o seu primeiro discurso, citado aqui, na sessão de eleição da Mesa da Assembleia. O intuito particular de seu discurso era legitimar os protestos contra Lacerda, por isso, novamente o parlamentar alertava que “os rio-grandenses não esperavam a paz dos charcos nem dos cemitérios”, mas uma “paz verdadeira, que decorre da aspiração do povo de ver atendidas suas reivindicações e suas necessidades”. Além disso, adicionava a seu discurso a questão do

---

<sup>89</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXVII, p. 8.

<sup>90</sup> Ibid., p. 9.

<sup>91</sup> Ibid., p. 26.

<sup>92</sup> Ibid., p. 34.

modelo de democracia, outra marca da atuação do PTB e da ARS. Criticou, portanto, aqueles que queriam “democracia para não perder os seus privilégios”, ou “para continuar [...] enchendo os seus cofres, enquanto o povo sofre e morre nas ruas”. Dessa forma, Quintana fazia a defesa de uma democracia com direito a manifestação, de povo na rua, que era vista pelos conservadores como “agitação” e “subversão”<sup>93</sup>.

Somou-se a manifestação de Justino Quintana ao discurso de Marino dos Santos, da ARS, dizendo que entendia a democracia defendida pelos membros da ADP como “uma festa de privilegiados, em que alguns não são convidados”. Além disso, o parlamentar aproveitava para lembrar sua situação particular:

Fala-se, aqui, neste cenário, onde está representado também o Partido Social Democrático, uma grande Bancada, na pluralidade de partidos no direito de todas as correntes de opinião se manifestarem, mas esqueceram que há, nesta Assembleia, um Deputado cujo mandato é ameaçado por uma iniciativa do Partido Social Democrático. Que democracia é esta?<sup>94</sup>

Referia-se o parlamentar, nesse caso, tanto à situação de ilegalidade do PCB – corrente de pensamento proibida de existir –, como a tentativa de lhe cassar o mandato, realizada por Tarso Dutra, Presidente do Diretório Regional do PSD. A situação acabou sendo comentada em oportunidade posterior, fato que nos permite interpretar dessa forma o discurso de Marino dos Santos<sup>95</sup>. Por conta disso que era questionada o tipo de democracia defendida pelos membros da ADP, em especial do PSD. Como alguns discursos deixariam claro, a legalização do PCB estava na pauta de ampliação da cidadania e da democracia de muitos deputados do PTB.

Em resumo, foi nesses termos que se manteve a discussão entre os parlamentares da ADP, do PTB e da ARS nas duas sessões extraordinárias ocorridas em 23 e 24 de julho de 1963. Ao passo que os membros da ADP se colocavam do lado da atuação da polícia, na repressão daqueles que nem povo seriam, mas sim elementos “financiados”, os parlamentares do PTB e da ARS criticavam a repressão policial, buscando legitimar a existência de manifestações e de uma democracia que permitisse tais protestos.

---

<sup>93</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXVII, p. 40.

<sup>94</sup> Ibid., p. 46.

<sup>95</sup> Ibid., p. 228.

#### 4.4.4 “Crise de autoridade”: a Revolta dos Sargentos

Passaremos agora a examinar as manifestações presentes nas sessões de 12, 13, 16 e 17 de setembro de 1963, datas escolhidas por conta da eclosão da chamada Revolta dos Sargentos, na madrugada do dia 12 de setembro. O movimento, como já referimos, era uma reação ao julgamento do STF, que suspendia os mandatos dos sargentos eleitos em 1962, por esses serem considerados inelegíveis devido ao que estava disposto na Constituição. Como não poderia ser diferente, um movimento armado na capital da República foi motivo perfeito para os deputados da ADP atacarem o Governo Goulart.

Por conta disso, na sessão do dia 12, o deputado Ariosto Jaeger, do PSD, comentou a gravidade dos acontecimentos. O parlamentar não questionava o direito “de qualquer categoria, mesmo de homens integrantes das Forças Armadas, de lutarem e reivindicarem nos termos constitucionais, tudo aquilo que entenderem que lhes deva caber”<sup>96</sup>. No entanto, – continuava ele – não aceitaria “de parte dos sargentos das Forças Armadas, como não aceitaríamos de oficiais, é que pretendam eles sobrepor a armas [...] à ordem constituída”<sup>97</sup>. Cabe o destaque de que Ariosto Jaeger assumiu, em janeiro de 1964, a Secretaria de Educação e Cultura do Governo Meneghetti, convivendo perfeitamente com o apoio do governador ao Golpe que sobrepuja as armas à ordem constituída. O parlamentar tinha sua base eleitoral na região Noroeste do estado, região de predominância de seu partido, era formado em Direito, como boa parte de seus colegas e já possuía uma carreira política desde o início de 1950. Depois de eleger-se novamente para a Assembleia, em 1966, Jaeger assumiu o cargo de Conselheiro do TCE ao fim do mandato, em 1971, permanecendo no Tribunal até 1974.

Outro ponto levantado por Jaeger era a “crise de autoridade” pela qual, na sua opinião, passava o país. Esse argumento era o mesmo que caracterizava o Governo Goulart como um governo “omisso” e que não governava. Essa seria, segundo os liberal-conservadores, a razão da ocorrência de episódios como a Revolta dos Sargentos. A referida crise de autoridade se daria, segundo Jaeger, pelas autoridades sobrepujam “muitas vezes os eventuais interesses de grupos ao cumprimento de seus próprios deveres”<sup>98</sup>. Ainda que o parlamentar não tenha citado o presidente João Goulart, era clara a referência à “omissão do Governo Federal”, argumento comum entre os conservadores.

---

<sup>96</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXIX, p. 123.

<sup>97</sup> Ibid., Op. Cit.

<sup>98</sup> Ibid., Op.Cit.

A questão da suposta “omissão do governo” ainda apareceria novamente na mesma sessão, dessa vez em aparte de Getúlio Marcantônio, do PL, ao discurso de Moab Caldas, do PTB. O tema principal abordado pelo petebista não tinha, no entanto, relação com a Revolta dos Sargentos, o que não impediu que o libertador retomasse o argumento. Moab Caldas tratava da questão da fome até ser interrompido por Marcantônio, que dizia atribuir a culpa ao Governo trabalhista porque não governava. Caldas respondeu buscando atacar o partido de seu colega, citando a predominância da base eleitoral do PL, que era de latifundiários. Foi respondido, dessa vez, pelo libertador Honório Severo, que remeteu ao fato de Jango “viver comprando latifúndios”<sup>99</sup>. Como podemos ver, esse era o último argumento sempre que se discutia a questão dos latifúndios ou se fazia críticas aos latifundiários.

Como já mencionamos, boa parte das representações estavam articuladas no debate político. Era o caso, por exemplo, dos argumentos que falavam sobre o plebiscito de 6 de janeiro de 1963 e dos argumentos que classificavam o Governo Goulart como omissor. Seguindo a discussão entre Moab Caldas e os membros do PL, partiu para a intervenção Antônio Mesquita, do PRP. Em sua fala, o perrepista citava que o parlamentarismo tinha sido acusado pelo governo “como responsável por todos os males” e que este mesmo governo deveria prestar contas pelo plebiscito de 6 de janeiro, “no qual se prometeu tudo ao povo”. O argumento dos conservadores em relação ao plebiscito era de que o Governo Goulart havia prometido o impossível com o único intuito de obter o retorno ao presidencialismo. Segundo Mesquita, no entanto, o parlamentarismo, que seria “um regime de Democracia aprimorada”, havia cedido lugar a uma “ditadura consentida [...] do presidencialismo de um Presidente que não governa, mas que desgoverna na ditadura presidencialista”<sup>100</sup>.

As discussões continuaram na sessão seguinte, em 13 de setembro. Nessa sessão foi possível ver a posição da bancada do PTB em relação ao movimento dos sargentos, através da manifestação do deputado Justino Quintana. Em seu discurso, Quintana não chegava a fazer a defesa direta da manifestação, no entanto, procurava dar uma profundidade a sua análise e tentava mostrar que a Revolta dos Sargentos, assim como as greves “de funcionários públicos, de professores, de estudantes, de bancários, enfim de trabalhadores” não poderiam ser consideradas como causas dos problemas nacionais. No seu entender, a causa desses acontecimentos era “a estrutura econômica e social” que estava doente.

Com este argumento o parlamentar utilizava a rebelião de Brasília para retomar a discussão da importância das reformas para a mudança das estruturas socioeconômicas do

---

<sup>99</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXIX, p. 125.

<sup>100</sup> Ibid., op. cit.

país. Além disso, Quintana clamava ao Congresso pelas mudanças necessárias, dizendo que a Constituição brasileira não poderia ser considerada “intocável”, “inatingível” ou “irreformável”, pois todas as instituições que emanavam da vontade popular eram passíveis de evolução. Assim, o deputado trabalhista fazia valer a ideia de que o Congresso não poderia permanecer inerte e inatingível pelos clamores populares<sup>101</sup>.

Muito diferente foi o discurso de Paulo Brossard, do PL. Em sua fala, o libertador colocava a culpa dos acontecimentos ocorridos em Brasília nas “omissões do Governo da República”, mas também na “ação subversiva, contínua e reiterada” que vinha “desenvolvendo o Governo Federal”. Brossard foi um dos que mais utilizou essa dupla argumentação: por um lado o governo era omissivo, por outro promovia a subversão e fabricava crises. Para o líder do PL não era possível falar nem em crise de autoridade, porque o que existia era “falta de autoridade”, “ausência de governo”. Em sua fala apareceu também, novamente, a crítica à campanha pelo presidencialismo:

O Governo que, no ano passado, alegava não poder governar por causa do regime parlamentar e fez a custosa campanha do plebiscito, que custou milhões, e que investido dos poderes que somente os autocratas possuem, desde que reinstalado o regime presidencial, continua igualmente inoperante, sem resolver um só problema deste País, substituindo Ministros e mudando Ministérios, sem nada fazer, sem absolutamente nada resolver<sup>102</sup>.

A ideia principal era afirmar que o governo dizia que não podia governar por conta do parlamentarismo, mas que após o retorno ao presidencialismo continuava sem promover nenhuma mudança significativa. Além disso, o parlamentar ainda aproveitou para abordar em seu discurso a “infiltração comunista”, afirmando que “os mais notórios elementos vermelhos” do país haviam se instalado “já no próprio Palácio presidencial da República”. Essa seria mais uma consequência da falta de autoridade e da omissão do governo<sup>103</sup>.

As sessões continuaram em 17 de setembro, após o final de semana, com a reação de Rubens Porciúncula ao pronunciamento do senador do PL, Mem de Sá, no horário eleitoral transmitido na televisão. Comentava o deputado trabalhista, especificamente, a declaração do senador de “que era necessário esmagar o PTB, que era necessário extirpar os seus candidatos”<sup>104</sup>. Segundo Porciúncula, o senador havia fugido “à ética política e ao comportamento que o cargo” lhe exigia. A crítica, no entanto, não foi bem aceita por Gudbem

---

<sup>101</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXIX, p. 147.

<sup>102</sup> Ibid., p. 151.

<sup>103</sup> Ibid., Op. Cit.

<sup>104</sup> Ibid., p. 194.

Castanheira, colega de partido de Mem de Sá, que, mesmo sem ter assistido a fala do senador, passou a defendê-lo e elogiá-lo.

Segundo Castanheira, Mem de Sá vinha demonstrando em seus pronunciamentos “a agitação pública” e “os desmandos e estado caótico e catastrófico” em que se encontrava o país “sob a direção do Sr. João Goulart”. Novamente repercutindo um pronunciamento de fora da Assembleia os parlamentares alertavam para a “agitação” proporcionada pelo Governo Goulart. Por último, Castanheira ainda fez referência a questão plebiscito sobre a forma de governo: dizia ele que o presidente colocava a culpa de tudo no parlamentarismo, mas agora que “todo o poder” estava em suas mãos o que cada vez mais se via era o país ser “arrastado à desordem, à malquerença, ao ódio e à anarquia”. Novamente se podia ver que a ideia principal era demonstrar que Jango era omissos e inábil, tendo mentido para conseguir “todo o poder” e mesmo assim nada fazer<sup>105</sup>.

Podemos ver que nesse período de meados de setembro a maioria das manifestações procurou abordar um aspecto: a suposta crise de autoridade ou omissão do Governo Goulart. Para isso contribuiu em muito a rebelião dos sargentos em Brasília, mas como também demonstramos, mesmo que não fosse esse o tema principal abordado em um discurso, a questão da “omissão” e da “crise de autoridade” era trazida à tona. Além do já comum ataque a Goulart, chamando-o de latifundiário, outro modo de criticá-lo era remetendo ao plebiscito de 6 de janeiro de 1963. O principal mote, nesse caso, era afirmar que a campanha havia sido mentirosa e mesmo que boa parte das forças políticas não tenham se mobilizado pelo parlamentarismo, esse era tido como uma “forma de democracia elevada”, ao passo que o presidencialismo com Goulart na presidência era o mesmo que uma ditadura, pois ele tinha o poder “que somente os autocratas possuem”. E na visão dos conservadores, mesmo com “todo o poder” em suas mãos, Goulart era “omissos”, “inábil” e só o que fazia era colaborar na “agitação”.

Da parte dos trabalhistas não chegou a ser feita abertamente a defesa dos sargentos insurretos, no entanto, os mesmos não foram atacados. Ao invés de atacar a Revolta dos Sargentos, o deputado Justino Quintana, sintetizando a posição da bancada que tinha a liderança, procurou analisá-la a partir da ótica reformista que era predominante entre os parlamentares do PTB. Com isso, o parlamentar remeteu suas críticas às estruturas socioeconômicas do país que faziam com que as categorias profissionais, fossem quais fossem, tivessem que reagir para ter suas reivindicações atendidas. Duas figuras principais

---

<sup>105</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXIX, p. 195.

aparecem no discurso de Quintana: a necessidade das reformas e a legitimação das mobilizações de trabalhadores.

#### 4.4.5 “Agora o presidencialismo não chega e querem o estado de sítio”

Para analisar a disputa política no contexto no qual foi pedido o Estado de Sítio pelo presidente João Goulart ao Congresso, começamos nossa leitura em 30 de setembro. O pedido só foi feito em 4 de outubro, no entanto, uma das principais causas desse pedido já repercutiam na Assembleia no final do mês anterior. Em discurso do deputado Pedro Simon, foi comentada a entrevista do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, para o jornal *Los Angeles Times*. Nessa entrevista, segundo Simon, Lacerda “afirmava que o Sr. João Goulart não chegaria ao fim do seu Governo” e que o presidente só “permanecia no Brasil, exclusivamente, porque as Forças Armadas não tinham ainda encontrado uma solução para derrubá-lo, sem derramamento de sangue”. Por último, Simon aproveitava para atacar Lacerda que, segundo o trabalhista, estava “sempre ligado a um desejo, quase que doentio, de golpes e de revoluções contra as instituições democráticas”<sup>106</sup>.

O ataque a Lacerda, no entanto, não foi bem aceito por Arthur Bacchini, colega de partido do governador da Guanabara. Bacchini era um dos maiores entusiastas da futura candidatura de Lacerda à presidência da República em 1965 e um dos que mais procurava elogiar-lo na Assembleia. Mesmo admitindo não ter ouvido, nem lido as declarações do governador, o parlamentar udenista postou-se na defesa daquele que era, segundo ele, “ilustre homem público [...] pela capacidade que tem de fazer abortar os golpes, os golpes que o Partido e os Líderes do PTB têm tentado neste País”. Além de atribuir o golpismo ao PTB, Bacchini afirmava que eram os líderes trabalhistas que tinham “se aproveitado de situações difíceis” e implantado a ditadura no país<sup>107</sup>. Vê-se, neste caso, a tentativa de impingir o golpismo ao PTB e suas lideranças, algo que classificamos como o “golpismo de esquerda”, que aparecia, também, na denúncia de outros partidos, além do PTB, bem como da tentativa de caracterizar o Governo Goulart como ditatorial.

No dia seguinte, 1º de outubro, o assunto voltou ao debate através, novamente, de Pedro Simon. O parlamentar confirmava o que tinha dito no dia anterior, utilizando dessa vez a repercussão da entrevista nos periódicos *Correio do Povo*, *Diário de Notícias*, *Última Hora* e *Folha da Tarde*. Nessa sessão o parlamentar também comentou a manifestação dos três

---

<sup>106</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXIX, p. 419.

<sup>107</sup> *Ibid.*, p. 420.

ministros militares de Jango, que teriam posição decisiva nos dias que viriam para que o presidente pedisse o Estado de Sítio ao Congresso<sup>108</sup>. Cabe destaque também a manifestação de Paulo Brossard, comentando a nota dos ministros militares, em reação à entrevista de Carlos Lacerda. A tentativa de Brossard era de ridicularizar e deslegitimar os ministros, bem como atacar o Governo Goulart, algo que era comum em suas intervenções. Dessa forma, o líder libertador destoava da nota dos ministros, dizendo que parecia “um comunicado de guerra” pela qual faziam “as mais surpreendentes e cômicas declarações”, inclusive “classificando os brasileiros em bons e maus”<sup>109</sup>. Essa classificação, no entanto, só parecia incomodar Brossard quando não era feita por seus parceiros de coligação ou por ele mesmo.

Posteriormente, passou a questionar o deputado do PL, em nome de quem falavam os ministros e concluía, afirmando que as declarações eram só mais uma forma de o governo fazer “agitação” e “fabricar” mais uma crise. Além disso, Brossard remeteu ao episódio da Revolta dos Sargentos, comentando que na ocasião os ministros militares “não foram capazes de ditar uma nota”, porque “aquela baderna estava combinada com o Governo”<sup>110</sup>. Vemos, mais uma vez, o reiterado alerta à “agitação” que, segundo os conservadores, era patrocinada pelo Governo Goulart. Dessa vez, no entanto, as acusações eram até mais claras, já que Brossard acusou o Governo de combinar uma rebelião com os sargentos. Provas que pudessem corroborar sua denúncia, no entanto, o eminente jurista não chegou a apresentar.

No entanto, neste dia, apesar da repercussão da entrevista de Lacerda e da reação dos ministros militares, o pedido ainda não tinha sido feito e outras questões foram abordadas. Dentre as manifestações mais marcantes podemos colocar a de Mário Mondino, do PDC. Em sua fala, o parlamentar comentava a situação de brasileiros que não conseguiam retornar da União Soviética. Pedindo a resolução desse problema, o pedecista dizia que “era de se esperar que a consciência nacionalista deste país se levantasse, se pusesse de pé, em defesa de seus irmãos que vivem como réprobos na União Soviética”. Mas, defendia o deputado Mondino que no país existiam dois tipos de nacionalismo: “uns são os nacionalistas verde-amarelo, nacionalistas brasileiros, [...] com consciência nacional e com amor a sua Pátria”; por outro lado, segundo Mondino, existiam muitos que distorciam o sentido de nacionalismo “e através do veio do nacionalismo” procuravam “incrementar e incentivar o ódio contra determinados povos e nações” com o intuito de “implantar no País um regime antinacional”<sup>111</sup>. O parlamentar não chegava a fazer referência direta, mas “regime antinacional” era um dos

---

<sup>108</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXX, p. 3.

<sup>109</sup> Ibid., p. 12

<sup>110</sup> Ibid., Op. Cit.

<sup>111</sup> Ibid., p. 4.

tantos modos como o comunismo era caracterizado nos textos anticomunistas. Além disso, a divisão entre os verdadeiros e falsos nacionalistas era característica comum do anticomunismo de matriz nacionalista, como colocamos no Capítulo 2.

Nos dias que se seguiram os discursos estiveram mais vinculados a questões administrativas no âmbito estadual ou a discussão e votação de projetos. Críticas eram feitas ao Governo Meneghetti, mas mais no âmbito de sua atuação administrativa. Destacamos, no entanto, uma das respostas do líder do governo na Assembleia, deputado Ary Delgado, do PSD, em relação a uma das tantas críticas feitas pelos trabalhistas a Meneghetti. O destaque cabe, nesse momento, devido ao caráter anticomunista da declaração de Delgado. Dizia o líder do governo que o PTB se dividia em duas alas: de um lado os que legitimamente defendiam o ideal trabalhista; por outro, “aqueles que transformariam o PTB em instrumento comunizante no Brasil”<sup>112</sup>. É perceptível a ideia da infiltração comunista dentro dos partidos de esquerda, além da liberdade no uso do conceito de comunista, típica dos anticomunistas, que classificavam toda a esquerda como comunista para assim atacar partidos como o PTB e o PSB.

Já em 4 de abril, após o início da sessão, às 14h, quando o país já tomava conhecimento do pedido de Jango ao Congresso, os parlamentares na Assembleia tomaram diversas posições. Da parte dos trabalhistas o presidente não recebeu apoio integral ao seu pedido, no entanto, esses parlamentares buscaram, a todo custo, demonstrar a legalidade do pedido de Estado de Sítio, deixando claro que o artifício estava previsto na Constituição. Os deputados do MTR colocaram-se francamente contra o pedido de Estado de Sítio, mas a defesa dessa posição não era feita com ataques ao presidente. Já os parlamentares da ADP criticavam o pedido de Sítio ao mesmo tempo em que partiam para o ataque a Goulart usando diversas representações já apresentadas no início desse capítulo. É destacável, no entanto, uma exceção entre os membros da ADP: o deputado Ary Delgado, do PSD, manteve uma posição dúbia em relação ao pedido. Acreditamos que essa posição se deva ao fato de Delgado representar o Governo Meneghetti na Assembleia, além de ser liderança do PSD na casa, enquanto que o autor do preâmbulo do pedido de Sítio era ninguém mais, ninguém menos que o Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, também do PSD. No entanto, esta é uma especulação que não pôde ser confirmada.

Dessa forma, uma das primeiras manifestações foi de Aldo Fagundes, do PTB, que em um primeiro momento não chegou a explicitar se estava a favor ou contra o pedido de

---

<sup>112</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXX, p. 42.

Estado de Sítio. No entanto, o parlamentar fez questão de citar o artigo 206 da Constituição, cujo texto demonstrava a legalidade da decretação do Estado de Sítio pelo Congresso Nacional “nos casos de comoção intestina grave ou de fatos que evidenciam estar a mesma a irromper”. Sua posição só ficou esclarecida quando disse: “Aceito a tese de que a hora tão grave que vivemos impõe a decretação do estado de sítio”<sup>113</sup>.

De maneira bem diferente se deu o discurso do udenista Arthur Bacchini. O parlamentar procurou fazer um “histórico” do Governo de Goulart que, segundo ele, concordou em assumir o poder com o parlamentarismo para depois “em seu nome, os seus defensores criarem o clima que criaram, a fim de que, em cada mudança de Gabinete, a intranquilidade se gerasse neste País, e pudesse pleitear, como advogaram, o retorno ao Presidencialismo”. Depois da vitória no plebiscito, dizia Bacchini, não se falou mais em presidencialismo e “outros slogans foram pleiteados” algo que demonstrava “que o Presidente da República, ou aqueles que ao lado dele se encontram, começam a revelar uma fome insaciável de poder”. Para Bacchini a questão era essa: “Não chegava o parlamentarismo e deram-lhe o presidencialismo. Agora o presidencialismo não chega e querem o estado de sítio”. A representação de Goulart como um homem com um desejo insaciável de poder foi especialmente explorada no contexto do pedido de Estado de Sítio, normalmente utilizando a trajetória de seu governo. A ideia de que o parlamentarismo era uma concessão com a qual ele deveria se conformar estava muito presente. Além dessa construção, também era frequente o argumento de que Goulart havia manipulado a população durante a campanha pelo presidencialismo, já que a mudança na forma de governo era apresentada como “a salvação nacional”, segundo os conservadores<sup>114</sup>.

Ao questionar sobre o que seria do amanhã – já que agora o presidente queria o Sítio – o deputado da UDN fez uso de outra figura que passou a aparecer com grande recorrência a partir desse episódio: a crítica a omissão dos “bons”. Dizia Bacchini que o mal do país não era pela “ousadia dos maus”, mas, principalmente pela “covardia e pelo comodismo dos bons”. Essa figura era o primeiro passo para outra fala frequente: o pedido da união dos “verdadeiros democratas”, a “união sagrada” contra os comunistas e seus auxiliares. Por isso, Arthur Bacchini dizia se dirigir aos “bons”: “a aqueles que como eu tem uma obrigação com a geração que nos há de suceder”. Além disso, deixava claro onde estavam os “maus”: “este clima de agitação é criado pelos elementos que integram o Governo”<sup>115</sup>.

---

<sup>113</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXX, p. 50.

<sup>114</sup> Ibid., Op. Cit..

<sup>115</sup> Ibid., Op. Cit.

A ideia do “desejo de poder de Jango” viria a ser repetida por outros parlamentares, como, por exemplo, Amaral de Souza, do PSD. Alertava o parlamentar para a crise nacional e sua relação com o subdesenvolvimento do país. Em sua concepção, o desenvolvimento do país agora enfrentava, também, “os demagogos, os homens sem escrúpulos que querem apenas o proveito político para atingir o poder”. Em um momento que o presidente pedia a aprovação de um poder de exceção não era necessário que Amaral de Souza citasse nomes para entendermos a quem era endereçado seu ataque. Além disso, o deputado deixou outra crítica em seu discurso, dessa vez a “extrema esquerda” que, segundo ele, queria “levar o Brasil ao caos”, para instaurar um regime que não se coadunava com a “nossa formação democrática e com as nossas tradições cristãs”<sup>116</sup>. Além de uma demonstração clara de anticomunismo, Amaral de Souza fazia uso de uma das potencialidades principais do imaginário: a representação global e totalizante da sociedade. Dessa forma, o pessedista representava o Brasil como democrático e cristão, portanto oposto do comunismo ateu e autoritário.

No entanto, o discurso mais “completo”, contendo diversas representações, talvez tenha sido do deputado Paulo Brossard. Iniciava o parlamentar, fazendo referência ao fato de Jango ser um latifundiário: “Por aí se vê, Sr. Presidente, que ao Sr. Goulart não bastam os sítios que tem; quer mais um. Desta vez, sobre a República inteira”. Continuando, ao comentar o pedido de Estado de Sítio, Brossard dizia que era certo que o governo continuava como antes: “incapaz de governar; pois que positivamente o Estado de Sítio não é medida de Governo que resolva crises políticas e sociais”. Para complementar, articulava a “omissão do governo” com a “agitação por parte do governo” e por último misturava com uma “pitada” de anticomunismo:

[...] continua o Governo com a sua preocupação de sempre, destruir a Federação, atingindo os Estados mais importantes e que se tem mostrado rebeldes ao clima de insegurança, de agitação, de conspiração que vem sendo alimentado, estimulado, constantemente, pelo incapaz Governo da República que, de mãos dadas com os mais notórios elementos vermelhos, de mãos presas com os mais notórios elementos comunistas, vai corrompendo e dissolvendo esta Nação<sup>117</sup>.

Ao falar que o governo queria atingir “os Estados mais importantes” da Federação, Brossard, fazia referência ao que era veiculado como objetivo principal do Estado de Sítio: a prisão de Adhemar de Barros e Carlos Lacerda, que conspiravam abertamente contra o governo e pregavam o seu fim antes do final do ano, como fez Lacerda em sua entrevista ao

<sup>116</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXX, p. 54.

<sup>117</sup> Ibid., p. 59.

*Los Angeles Times*. Além disso, a manifestação do deputado do PL misturava diversas representações: por um lado o “governo omissivo”, “incapaz”, por outro o governo “agitador”, que fabricava crises. Soma-se a essas duas figuras a ideia da “infiltração comunista” no governo que tinha o objetivo único de corromper a nação una e indivisa: representação característica do anticomunismo de matriz nacionalista. Os discursos de Brossard são tão marcantes, porque acabavam por sintetizar vários outros discursos, de outros parlamentares, em uma só fala. Enquanto alguns abordavam um aspecto e utilizavam um argumento, Brossard articulava-os com grande habilidade<sup>118</sup>.

Foi no contexto de outubro de 1963, também, que encontramos as primeiras manifestações que buscavam questionar os discursos anticomunistas dos liberal-conservadores, especialmente aqueles que citavam a “infiltração comunista” no PTB e no governo. Dessa forma, quando o deputado Alfredo Hoffmeister, do PSD, disse que no caso do pedido de Estado de Sítio o Governo Goulart havia se deixado “envolver por uma trama urdida por ele próprio, e fundamentalmente manuseada por elementos de esquerda, por elementos comunistas”<sup>119</sup>, recebeu uma resposta de Lamaison Porto, questionando a influência comunista no governo.

Porto iniciou dizendo que o deputado Paulo Brossard tinha “uma ideia fixa a respeito dos comunistas bem como de seus fantasmas”. Em segundo lugar questionou o deputado Hoffmeister se esse esquecia-se que “o Sr. Ministro da Justiça, Abelardo Jurema” era do PSD; que integrava o Ministério, o Sr. Amaral Peixoto – que era Presidente do PSD, partido de Hoffmeister; que quem havia levado a mensagem ao Congresso havia sido Oliveira Brito, também do PSD. Concluía Lamaison Porto: “todos, portanto, das maiores figuras, das maiores expressões do PSD e não figuras de província do pessedismo, como o é o Deputado Alfredo Hoffmeister”<sup>120</sup>. A ideia era demonstrar que o presidente Goulart não estava cercado de comunistas, a não ser que os pessedistas que compunham o governo fossem comunistas.

Outro parlamentar que questionou a suposta influência de comunistas no pedido de Estado de Sítio e no governo foi Justino Quintana. Depois de dizer que o mais importante era que a medida solicitada pelo presidente encontrava fundamento na Constituição, Quintana utilizou o mesmo questionamento que Lamaison Porto. Perguntou se o ministro Paulo de Tarso, do PDC, era comunista; se Oliveira Brito e Abelardo Jurema, do PSD, eram comunistas. Além disso, tratou de dizer que não eram responsáveis pela crise da nação

---

<sup>118</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXX, p. 59.

<sup>119</sup> *Ibid.*, p. 61.

<sup>120</sup> *Ibid.*, p. 64.

“aqueles que vão à praça pública, nos movimentos reivindicatórios, realizar justa e legitimamente as suas aspirações, reclamar para sobreviver, reunir-se e manifestar-se em greve pacífica”<sup>121</sup>. Retornava aos discursos, portanto, a legitimação das mobilizações por parte de um parlamentar do PTB. Por último, Quintana repetiu o argumento que usara em setembro, quando comentou a Revolta dos Sargentos, aproveitando para colocar-se contra o Estado de Sítio:

Esta é a situação, Sr. Presidente, nem o estado de sítio, nem a forma de Governo, serão capazes de resolver os problemas fundamentais da nossa Pátria. Isto será possível para aqueles que consideram os efeitos como causas da crise. Justificar-se-ia a defesa desse estado de sítio de parte daqueles que consideram a situação, causa; greve, causa, que consideram intranquilidade, resultado dos governos. [...]. Essa intranquilidade é resultado da estrutura social, econômica, jurídica e política deste País<sup>122</sup>.

Dessa forma, além de Quintana colocar-se contra o Estado de Sítio, fazia questão de retomar a legitimação das mobilizações, que para alguns justificavam a decretação. Através da crítica às estruturas, transparece também o alerta para a necessidade das reformas, algo frequente nos discursos trabalhistas. A manifestação de Quintana foi a última que destacamos na primeira sessão de 4 de outubro. Falamos em primeira sessão pelo fato de uma segunda sessão ter sido convocada para a noite, tendo em vista a expectativa de que o Congresso aprovasse ou não o pedido do presidente.

Na sessão ocorrida na noite de 4 de outubro, um dos primeiros a fazer uso da palavra foi Alexandre Machado, do PSD. Esse parlamentar retomou alguns temas já utilizados nos discursos da sessão que havia ocorrido mais cedo naquele dia. Tal qual muitos de seus colegas, Machado procurou fazer um histórico do Governo Goulart, para assim caracterizá-lo como um homem que não se contentava com pouco poder. Citou o fato dele não se conformar com o parlamentarismo, pois “queria ser presidente mesmo”, gastando, assim, “bilhões na campanha do NÃO”. Além disso, o pessedista criticava o fechamento do IBAD, por parte de Goulart, ocorrido após a CPI do IBAD, na qual a origem da riqueza do instituto não foi explicada. Por fim, concluía Machado, que o “mesmo incompetente”, o “mesmo incapaz”, o “mesmo conspirador”, que ele considerava ser o presidente, pedia o Estado de Sítio, mesmo já tendo demonstrado suas “deficiências”<sup>123</sup>.

---

<sup>121</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXX, p. 64.

<sup>122</sup> Ibid., Op. Cit.

<sup>123</sup> Ibid., p. 74.

Machado era um dos poucos jovens que compunha a bancada do PSD; formado em Direito, já havia sido vereador em São Leopoldo entre 1952 e 1955; havia também sido suplente de deputado estadual entre 1959 e 1963, chegando como titular à Assembleia após ser eleito em 1962; depois dessa legislatura ainda voltaria à Casa por duas vezes, nesse caso pela ARENA; entre 1975 e 1982 acumularia dois mandatos como deputado federal, sendo indicado para o TCE antes do fim do segundo; no Tribunal permaneceu entre 1982 e 1998.

As manifestações dos deputados contrários ao Sítio acabaram mantendo-se nesse sentido, com algumas nuances. Enquanto alguns, como Osmar Lautenschleiger, do MTR, usou a tribuna para criticar o pedido de Estado de Sítio, por não o considerar condizente com a situação<sup>124</sup>, Honório Severo, do PL, utilizou as mesmas representações de seus colegas de ADP, chamando Goulart de “grevista”, “agitador” e “convulsionador”. Ainda dizia Severo que caso o Congresso negasse o Estado de Sítio, Jango ia querer, “à semelhança do homem que pretende repetir a História do Brasil, instaurar aqui a ditadura”<sup>125</sup>. A referência era clara ao Estado Novo: para alguns conservadores, Goulart queria repetir o que tinha feito Getúlio Vargas, em 1937.

Nos últimos momentos da sessão a discussão se deu em torno de uma mensagem que havia sido proposta por deputados da ADP. O documento, assinado por dezoito deputados, entre eles Paulo Brossard dizia o seguinte:

Os Deputados que estes subscrevem pedem que a Assembleia Legislativa do Estado, como legítima representante do povo rio-grandense, e com o propósito de tranquilizar o Estado e o País, declare: 1) que o Estado de Sítio não é solução para a crise política e social; 2) que a situação no Rio Grande do Sul não autoriza, nem remotamente, extrema medida do Estado de Sítio<sup>126</sup>.

No encaminhamento da votação, diversos parlamentares retomaram os argumentos já utilizados incessantemente naquele dia. Foi nesse momento, também, que foi possível notar que a posição oficial do PSD na Assembleia, através de Ary Delgado, não era claramente contra ou favor ao Sítio. Após comentar sobre a mensagem da nota, Delgado dizia que a bancada do PSD era favorável, por considerar que, realmente, a crise política e social não seria resolvida com decretação do Estado de Sítio e que o clima no Rio Grande do Sul não justificaria essa mesma decretação. No entanto, no final de seu discurso dizia que ele e sua bancada reservavam-se o direito de definirem-se contra ou a favor em momento posterior,

---

<sup>124</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXX, p. 74.

<sup>125</sup> Ibid., p. 78.

<sup>126</sup> Ibid., op. cit.

quando houvessem obtido os elementos de que necessitavam<sup>127</sup>. Entretanto, cabe lembrar que diversos pessedistas já haviam se colocado contra. Além dos partidos da ADP, também o MTR votou a favor da nota, criticando abertamente, como já havia feito, a decretação do Estado de Sítio.

Por outro lado, o líder do PTB, Justino Quintana, afirmou que a posição oficial do partido já havia sido definida e, dessa forma, os trabalhistas não poderiam votar a proposição. E essa impossibilidade de votar se dava pelo simples motivo de os petebistas considerarem-na inócua. Usando de ironia, dizia Quintana “que os Deputados do Rio Grande do Sul descobriram e realizaram um milagre, que através da sondagem profunda da crise brasileira concluíram que o Estado de Sítio não é solução para a crise política e social!”. Por conta disso, afirmou o petebista, que a bancada de seu partido nem compareceria para votação<sup>128</sup>. A posição dos trabalhistas talvez possa ser explicada pelo momento de polarização que vivia o país, mas também se considerarmos o contexto do Rio Grande do Sul, onde a disputa entre PTB e PSD-UDN-PL sempre foi marcante. Uma situação era ser contra o Estado de Sítio, outra era votar junto com os tradicionais adversários uma nota que visava desmoralizar o presidente João Goulart.

A posição dos trabalhistas em relação a nota já teve repercussões na sessão seguinte, em 7 de outubro. Em meio as comemorações pelo recuo do presidente no pedido pelo Estado de Sítio, o udenista Arthur Bacchini exaltava a posição tomada pela Assembleia, através da nota aprovada, segundo ele, por unanimidade dos presentes. Dizia também o deputado que o fato só não trazia “integral satisfação porque inexplicavelmente, não teve o pronunciamento da Bancada do PTB, que não votando, se abstendo de um pronunciamento, indiscutivelmente, ‘acendeu uma velinha à democracia e uma fogueira ao comunismo’”<sup>129</sup>, que já dominava o governo. Fica evidente nessa declaração de Bacchini a oposição entre democracia e comunismo, bastante comum entre os anticomunistas.

Nessa sessão, ainda que o pedido do presidente já estivesse enfraquecido e em vias de ser retirado, muitos parlamentares do PTB procuraram reafirmar sua legalidade, mesmo após a posição oficial do partido na Assembleia, transmitida através de Justino Quintana, contra o pedido. Outros tantos, somados a essa tentativa de defender a legalidade do pedido, buscavam defender o presidente Goulart. Nesse sentido, manifestou-se o deputado Moab Caldas, que colocava que “os grupos políticos da Direita” procuravam destruir o trabalho e desfigurar a

---

<sup>127</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXX. p. 79.

<sup>128</sup> Ibid., p. 80.

<sup>129</sup> Ibid., p. 90.

apresentação do presidente. Na interpretação do deputado isso se dava por esses grupos não aceitarem “as reformas de base e os princípios da política externa”. O parlamentar alertava, portanto, para “grupos reacionários” que “através de vasta publicidade e de órgãos declaradamente inconstitucionais como o IBAD”<sup>130</sup>, tudo faziam para classificar o presidente como suspeito e incapaz. Colocaram-se também na defesa de Goulart e na tentativa de mostrar a legalidade do pedido de Sítio, Wilmar Taborda e Rubens Porciúncula.

De outra parte, os parlamentares da ADP aproveitaram para comemorar a tomada de posição da Assembleia, considerando que aquela atitude somada a tantas outras pelo país teriam contribuído para o recuo do presidente João Goulart. Outros, ainda, optaram por novamente marcar posição contra o presidente, caso de Paulo Brossard. Em seu discurso, o libertador procurou fazer a diferenciação entre o Exército e o ministro da Guerra, um dos que pediram que Goulart enviasse a mensagem ao Congresso. Dizia Brossard que o Exército não se confundia “com um Ministro que falseia a verdade quando se dirige ao Congresso Nacional”, que o Exército não se prestava a manobras, porque era democrata e legalista. Além disso, aproveitava Brossard para pedir que o presidente sofresse o processo de impeachment: “O que é certo [...] é que depois desta mensagem, se outros motivos não bastassem, [...] o Governo deveria sofrer um processo de ‘impeachment’”<sup>131</sup>. Como sabemos, a vontade de afastar o presidente a qualquer custo teria repercussões futuras muito sérias.

Basicamente, as discussões no contexto do pedido de Estado de Sítio pelo presidente Goulart ao Congresso Nacional podem ser sintetizadas nos discursos de dois parlamentares. De um lado Paulo Brossard, de outro Justino Quintana. Como mencionamos, os pronunciamentos do líder do PL eram bastante ricos em representações que atacavam o Governo Goulart: a “omissão”, a “agitação” e a “infiltração comunista”, por exemplo. Brossard também representava muito bem a posição contrária ao Estado de Sítio dos conservadores, que viam nesse pedido a tentativa de Goulart repetir seu “padrinho político” Getúlio Vargas e instaurar uma ditadura.

Quintana, por outro lado, representava a posição contrária ao pedido por parte do PTB, sempre buscando analisar a situação a partir das estruturas socioeconômicas e da necessidade de reformá-las. Soma-se a isso a tentativa sempre frequente de legitimar quaisquer manifestações e mobilizações reivindicatórias que, segundo deputado, não poderiam ser confundidas com as causas da crise nacional. A maioria dos trabalhistas, representados pela liderança de Quintana, eram contrários ao Sítio simplesmente porque não o

---

<sup>130</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXX, p. 90.

<sup>131</sup> Ibid., p. 109.

considerarem como solução, já que os problemas estruturais só seriam resolvidos com as tão defendidas Reformas de Base. Os liberal-conservadores comungavam da mesma visão de que o Estado de Sítio não resolveria os problemas políticos e sociais, no entanto, a fundamentação de sua posição era no ataque a suposta “vontade de poder” de Goulart.

Cabe destaque nesse momento, além do que já foi mencionado, duas representações que apareceram pela primeira vez em nossa pesquisa no contexto do pedido de Estado de Sítio: por parte dos parlamentares da ADP, foi a primeira vez em que foi mencionada a “crítica a omissão dos bons” que era, como já colocamos, um primeiro passo para que fosse feito o pedido pela união dos “verdadeiros democratas” contra comunistas e aqueles que colaboravam com eles, campo em que eram colocados os trabalhistas. Por parte dos membros da esquerda nacionalista, esse foi o primeiro momento em que houve o questionamento de algumas representações anticomunistas, como a “infiltração comunista” no governo. Tratava-se, simplesmente, de uma tentativa dos deputados trabalhistas, especialmente, de demonstrar que a suposta presença de comunistas no governo não se sustentava. Nessa argumentação os trabalhistas contrapunham a suposta “infiltração comunista” – muitas vezes alegada por membros do PSD na Assembleia – ao fato de diversos pessedistas ocuparem postos de ministros de Goulart.

#### **4.4.6 A denúncia de Plínio Cabral**

Um último evento do ano de 1963 que utilizamos como guia para a pesquisa nas atas das sessões da Assembleia ocorreu em dezembro de 1963, mas acabou tendo repercussão ainda em janeiro de 1964. Trata-se da denúncia, por parte do Governo Meneghetti, de um suposto golpe que seria deflagrado nos primeiros dias de 1964 e que já havia sido abortado por duas vezes em 1963 graças à ação preventiva do governo estadual. O episódio foi abordado por Gilberto Calil (2005), utilizando o depoimento de Antônio Pires, que, em 1963, era Secretário da Administração do Governo Meneghetti, e admitiu, em depoimento de 1997, a falsidade da denúncia.

Calil analisa em seu texto a participação dos integralistas no Golpe de 1964. Como nos mostra o historiador, a defesa de um golpe por parte desse grupo já era franca e aberta no ano de 1963, principalmente após a restauração do presidencialismo (CALIL, 2005, p. 63). Em setembro desse mesmo, ano a bancada do PRP – partido herdeiro do integralismo, como foi apresentado no Capítulo 2 – na Câmara Federal já apelava para a intervenção das Forças Armadas, sempre utilizando o anticomunismo como tônica principal. Segundo Calil, a “tese

de que havia uma revolução em curso fundamentava a argumentação em favor do golpe [...], ainda que para isto fosse necessário denunciar conspirações inexistentes” (Ibid., p. 65). Era esse o caso da denúncia promovida por Plínio Cabral, Chefe da Casa Civil de Ildo Meneghetti, em 28 de dezembro de 1963.

Levando em consideração este aspecto da denúncia, consideramos profícuo que nossa análise dê conta de dias anteriores ao 28 de dezembro, especialmente por ter sido nesse contexto que foi lançado por Meneghetti um manifesto que falava em defesa das instituições democráticas – algo que já comentamos ser recorrente entre os parlamentares liberal-conservadores. A análise dos anais desde o dia 16 dezembro deixa transparecer como se dava a atuação dos conspiradores contra Goulart: na metade do mês o governador fazia publicamente a defesa das instituições, ao passo que seu manifesto era repercutido em jornais e na Assembleia pelos deputados do governo; já no fim do mês era denunciada uma “revolução em marcha”, com data marcada e tudo que se tinha direito, pelo mesmo governo “preocupado” em defender as instituições. Parece-nos clara a estratégia de desestabilização da situação política, principalmente considerando o depoimento de Antônio Pires utilizado por Calil, que será comentado posteriormente. Denunciava-se uma “revolução”, culpava-se a esquerda enquanto os conservadores colocavam-se como os defensores das instituições democráticas. À luz do que sabemos a respeito da conspiração golpista contra Goulart salta aos olhos esse *modus operandi*.

Dessa forma, em 16 de dezembro, Arthur Bacchini, no exercício de liderança da bancada da UDN, comentava o “oportuno manifesto” de Ildo Meneghetti, a quem rendia enormes elogios: “homem que, pela sua condição de Governador do Estado reeleito, portador de coragem cívica indiscutível, no momento em que a Nação está a clamar por pronunciamentos incisivos”. O manifesto em pouco diferia de discursos de alguns parlamentares na Assembleia, comentava inicialmente a “intranquilidade” do país, para daí dizer que havia chegado a hora de “salvar as instituições brasileiras e o futuro de nossos próprios filhos, evitando o solapamento da democracia, a implantação de uma ditadura terrorista, de direita ou de esquerda, e a inconcebível luta de irmãos contra irmãos”. Obviamente, colocava-se o governador como um dos salvadores da democracia e das instituições, para dizer, por fim, que o Rio Grande do Sul desejava “tranquilidade para trabalhar”<sup>132</sup>.

---

<sup>132</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXII, p. 218.

Após a leitura do manifesto, Bacchini partiu para dar sua interpretação, dizendo falar “em nome do Rio Grande do Sul democrata”. Novamente o parlamentar fez a crítica à omissão dos “bons”, algo que já havia feito no episódio do pedido de Estado de Sítio, mas dessa vez foi além: disse que era “chegado o momento” desse “Rio Grande do Sul democrata” se unir, “em defesa do Rio Grande e do Brasil, em defesa da democracia e em defesa da civilização cristã”, que não poderia sucumbir. Como já havíamos mencionado essas representações caminhavam juntas, uma era caminho para a outra. Aproveitou o udenista para fazer profissão de fé anticomunista e dizer que “o Brasil democrático e cristão” jamais cairia “nas garras do esquerdismo ou do comunismo”<sup>133</sup>. Dessa forma, o deputado se valia de representação típica do anticomunismo católico, do Brasil como país cristão, contrário, portanto, ao comunismo ateu. Além disso, aparece, tanto no manifesto de Meneghetti, como na fala de Bacchini, a defesa das instituições democráticas, que permitiam interpretar que, para os conservadores, as instituições estavam ameaçadas. Já que Bacchini e Meneghetti colocavam-se na defesa das instituições democráticas, ficava claro que contra elas estavam seus adversários: as esquerdas, o PTB, o Governo Goulart e, obviamente, os comunistas<sup>134</sup>.

Outro parlamentar que pronunciou-se elogiando o manifesto de Meneghetti foi Mário Mondino, do PDC. Segundo o pedecista, o manifesto era oportuno porque alertava os democratas “para os problemas desta hora”, quando era “de solar clareza” que no país se articulavam “conspirações de todo o tipo”. Além disso, tratou Mondino de diferenciar os “verdadeiros” e os “falsos” reformistas:

De um lado são os que gritam pelas reformas, honestamente, sinceramente, que querem promove-las; de outro, os que não as desejam, que as entorpecem, que as obstaculizam e de outra parte, também, sobretudo dentro do próprio Governo Federal, aqueles que, podendo fazer alguma coisa por este povo, se quedam na inércia, ficam na estagnação, sequer movendo uma alavanca com a qual poderiam melhorar a condição humana da nossa gente<sup>135</sup>.

Por último, Mondino pedia que “os autênticos democratas” do país se levantassem contra aqueles que queriam “fazer com violência, a reversão das instituições democráticas”<sup>136</sup>. O parlamentar do PDC era um dos tantos que estava na faixa dos 40 anos quando ocorreu o Golpe; também era um dos que, assim como boa parte de seus colegas, possuía formação em nível superior e atuava como Promotor de Justiça antes de iniciar a carreira política (iniciada

---

<sup>133</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXII, p. 218.

<sup>134</sup> Ibid., p. Op. Cit.

<sup>135</sup> Ibid., p. 222.

<sup>136</sup> Ibid., p. Op. Cit.

em 1952, como vereador em Caxias do Sul, chegando à Assembleia, em 1959). Em janeiro de 1964, Mondino assumiu o cargo de Secretário do Interior e Justiça, pasta de fundamental importância para o Governo Meneghetti; Lameira chega a mencionar em sua dissertação algumas reuniões que contaram com a participação de Mondino, que teriam por objetivo a articulação golpista entre a base do governo ou com governadores de outros estados (LAMEIRA, 2012). Ele deixaria a pasta em junho do mesmo ano, retornando, em 1965, e permanecendo até 1966. Posteriormente, já na ARENA, o parlamentar chegaria à Câmara Federal, eleito, em 1970, como titular e como suplente em 1974. Mondino ainda seria presidente da Companhia de Mineração do Rio Grande do Sul em 1984.

Gudbem Castanheira, do PL, foi outro parlamentar a se colocar no apoio ao manifesto de Ildo Meneghetti. Em sua comunicação, o libertador dizia desejar “ficar solidário com os pronunciamentos dos eminentes Deputados Arthur Bacchini e Mário Mondino”. De modo geral, sua fala não diferiu dos discursos do udenista e do pedecista. Através do anticomunismo, Castanheira pedia a “união dos verdadeiros democratas”. Dizia ele que “uma onda eminentemente esquerdista” desejava aniquilar a nação “com correntes ideológicas verdadeiramente incompatíveis” com o passado do país e com sua “tradição eminentemente cristã e democrática”. Por conta disso, a situação era das que exigiam e impunham “a todos os homens públicos pertencentes aos Partidos eminentemente democráticos, uma palavra decisiva”, porque a democracia do país estava “periclitando por falta de mais patriotismo”<sup>137</sup>. Nota-se, no discurso de Gudbem Castanheira, algo que passaria a ser comum daqui para frente: a construção de representações da sociedade brasileira, algo que já colocamos como uma das potencialidades principais do imaginário. Como vimos, essa tentativa de criar essa imagem do Brasil democrático e cristão estava ficando cada vez mais comum.

Por outro lado, o manifesto de Meneghetti também sofreu com críticas e questionamentos da parte de seus adversários na Assembleia. Foi utilizando o tema do “modelo de democracia” que o deputado Marino dos Santos, da ARS, criticou, tanto o manifesto do governador, como os discursos dos parlamentares que o apoiaram. Relembrando episódios de repressão por parte do Governo Meneghetti, Santos perguntava:

De que democracia fala o Sr. Ildo Meneghetti? [...] Da democracia que persegue trabalhadores? De uma democracia, nobre Deputado Arthur Bacchini, que considera crime os trabalhadores se organizarem e defenderem os seus interesses e os do povo que passa fome, de uma democracia que nega ao povo a representação nas casas

<sup>137</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXII, p. 224.

legislativas, de uma democracia que defende o privilégio dos ricos e dos potentados através de discriminação ideológica<sup>138</sup>.

Em seu discurso, Santos lembrou episódios de repressão contra trabalhadores sem-terra durante 1963, o primeiro ano de Governo Meneghetti. Como é afirmado por Cánepa, após vencer uma “eleição onde a principal crítica recaía [...] na grande mobilização popular do Governo Brizola”, o Governo Meneghetti se caracterizaria “desde o início como seu oposto. Não apenas desmobilizador, mas extremamente repressor” (CÁNEPA, 2005, p. 394). Uma repressão que, é importante que se diga, não se restringia à questão agrária, verificando-se o mesmo procedimento “com relação aos movimentos dos trabalhadores urbanos” (Ibid., p. 395).

Além de tratar da política de repressão do governo estadual, o deputado da ARS tratou de apresentar uma questão que dizia respeito ao questionamento de seu mandato, por parte do Diretório Regional do PSD. Ao comentar as discussões por conta da repressão policial nos protestos contra Lacerda, em julho de 1963, o mandato de Marino dos Santos foi questionado no Tribunal Eleitoral pelo deputado federal Tarso Dutra, que era presidente do Diretório Regional do PSD. Segundo Santos, “o Sr. Deputado Tarso Dutra perseguiu, como um caçador” o seu mandato, “como mandatos de dezenas de Deputados por este Brasil”. Esse questionamento dos mandatos se devia, muito provavelmente, ao fato de Marino dos Santos ser comunista, algo que inclusive era tema frequente na Assembleia. Por conta disso, o parlamentar questionava: “Mas, no que diz respeito ao PSD, pergunto: qual democracia é esta, com discriminação ideológica?<sup>139</sup>”. Além disso, Marino dos Santos deixou claro a mudança na polícia após a chegada da ADP ao governo. Dizia ele que:

Fui registrado no Tribunal Eleitoral e apesar de um embargo de um eleitor integralista, o Tribunal Eleitoral não reconheceu essa negativa, graças ao fato de a polícia da época, ao lhe ser pedida a ficha ideológica, ter declarado simplesmente isso: que o Governo não dava atestado de ideologia para ninguém. Depois mudou esse Governo. O Partido Social Democrático entrou com um recurso contra o meu mandato e lá, em Brasília, o Deputado Tarso Dutra foi bater às portas do Tribunal para juntar aquele documento que não tinha conseguido da polícia do Governo anterior que não fazia discriminação ideológica. Pois bem: o que conseguiu ele na Polícia Política do Rio Grande do Sul? Uma pilha deste tamanho (faz o gesto) de folhas de papel, cheias de bobagens, que contribuíram para que os juízes corassem, rissem e negassem o que o Deputado Tarso Dutra pleiteava na mais alta Corte do País<sup>140</sup>.

---

<sup>138</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXII, p. 228.

<sup>139</sup> Ibid., Op. Cit.

<sup>140</sup> Ibid., Op. Cit.

Dessa forma, o parlamentar tratava de demonstrar a diferença entre a polícia no Governo Brizola e no Governo Meneghetti, questionando qual democracia era essa defendida pelo PSD. Fundamentava, assim, a discussão a respeito da ampliação da cidadania e da democracia, algo frequente nos discursos do PTB e da ARS; ampliação essa que pleiteava, inclusive, a legalização do PCB. Por último, ainda perguntava Marino dos Santos, qual democracia era aquela que usava a polícia para dizer se “fulano, beltrano ou cicrano é ou não elegível”<sup>141</sup>.

Cabe ressaltar nesse momento, após analisarmos o discurso de Marino dos Santos, que as respostas dadas ao parlamentar da ARS pelos liberal-conservadores diferiam das respostas dadas aos trabalhistas. Enquanto os trabalhistas eram atacados utilizando a pauta das reformas – através da qual eram chamados de falsos reformistas –, ou atacados por sua suposta conivência com a “infiltração comunista”, etc., Marino dos Santos, por ser comunista, era sempre atacado em sua legitimidade e na legitimidade de suas críticas, com o uso de representações do “inferno soviético”, ou através de “exemplos” do que ocorria nos países comunistas.

Foi justamente dessa forma que Antônio Mesquita, do PRP, questionou as “candentes críticas à atuação do Governador do Estado” feitos pelo parlamentar da ARS. Segundo Mesquita, o deputado Marino dos Santos, “sendo, como é, comunista declarado”, havia se esquecido de “confrontar o que existe no Rio Grande do Sul e no Governo do Rio Grande do Sul, com o que se passa nos países dominados pelo comunismo”. Para Mesquita, “ao referir-se à fome [...] S. Exa. esqueceu de dizer o que acontece na Rússia comunista de hoje, na Rússia comunista que está responsabilizando os países capitalistas pela fome que se passa lá dentro”<sup>142</sup>. Dessa forma, portanto, na lógica dos conservadores, era vedado o direito de crítica por parte de Marino dos Santos, simplesmente, porque na Rússia, segundo eles, a situação era pior. Como já demonstramos no Capítulo 2, essa se tratava de uma das tantas representações anticomunistas.

A repercussão do manifesto de Meneghetti continuou em 17 de dezembro, dessa vez através da manifestação de Darcy Conceição, do PSD. Como muitos outros, o pessedista acabou, através do anticomunismo e utilizando como pretexto o manifesto, alertou para a suposta infiltração dos comunistas na vida política brasileira. Segundo Conceição, ninguém podia duvidar que se pretendia “meticulosamente, manhosamente, sordidamente, criar um clima revolucionário” que tinha por finalidade implantar “em nossa querida Pátria o regime de

---

<sup>141</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXII, p. 228.

<sup>142</sup> Ibid., p. 230.

esquerda, o regime ‘fidelista’ que nos levará à mais negra escravidão”<sup>143</sup>. Dessa forma, ainda que o manifesto não utilizasse abertamente o anticomunismo, a interpretação dada ao manifesto pelos parlamentares tratava de deixar alguns pontos melhor esclarecidos.

Neste momento, no entanto, o anticomunismo dos liberal-conservadores na Assembleia já começava, como referimos anteriormente, a ser questionado pelos deputados trabalhistas. Um dos que mais se empenhou em questionar o “fantasma do comunismo” foi o deputado Moab Caldas. Assim, na sessão do dia 17, Caldas disse que queria repetir mais uma vez que não acreditava “neste iminente perigo comunista”. Para ele, o maior problema do Brasil era a fome e com esse resolvido, se resolveria “de imediato todos os demais”. Na sua interpretação a “agitação no território nacional”, a “insatisfação”, existiam porque não havia “justiça social”.

Dessa forma, o parlamentar expunha diversos problemas dos trabalhadores do país, onde alguns viviam sob “regime de escravidão” e dizia que “quando essa gente, carente de justiça social, oprimida e desesperada pela fome, protesta, os donos do poder, aqueles que, inclusive, dispõem dos órgãos de comunicação, começam com esta conversa fiada de comunismo”<sup>144</sup>. Ainda dizia o parlamentar que não negava a existência do comunismo do Brasil, mas que esse existia em toda parte e não podia meter medo a ninguém. E, acima de tudo, não estava certo “chamar de comunista a todo o indivíduo que protesta contra esta roubalheira que anda por aí, contra esse clima de privilégios que não tem solução”<sup>145</sup>. Dessa forma, o parlamentar se contrapunha a “licenciosidade” para o uso do termo comunista, que entre os anticomunistas e conservadores cabia inclusive aos trabalhistas.

As últimas sessões de 1963, antes do recesso parlamentar de final de ano, permaneceram sem discussões de cunho político. Isso aconteceu, principalmente, porque as sessões passaram a ocorrer, por acordo entre as bancadas, sem o espaço de comunicações e discursos, de modo a dar agilidade e garantir mais tempo para discussão e votação de alguns projetos que precisavam ser debatidos, aprovados ou não. Os trabalhos retornaram somente em 30 de dezembro, na Comissão Representativa, quando tomava-se conhecimento da denúncia de Plínio Cabral ao *Correio do Povo*.

Imediatamente, no referido dia 30, manifestou-se Henrique Henkin, do PTB, dizendo que os representantes trabalhistas na Comissão haviam tomado conhecimento, através do *Correio do Povo*, “de denúncia veiculada pelo Governo do Estado [...] sobre um processo

---

<sup>143</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXII, p. 241.

<sup>144</sup> Ibid., p. 242.

<sup>145</sup> Ibid., Op. Cit.

conspiratório e de subversão do regime das instituições em curso em nosso País e com raízes no Rio Grande do Sul”<sup>146</sup>. Dessa forma, frente ao que se passava e às repercussões da denúncia entre a população, o deputado trabalhista dizia que a bancada de seu partido entendeu que era necessário convocar a Comissão Representativa, para examinar a situação e, talvez, convocar a Assembleia em sua totalidade.

Foi nesse momento que uma nova representação começou a aparecer nos discursos trabalhistas, muito vinculada à vontade de legitimar as mobilizações reivindicatórias, como também a luta por reformas e a pressão ao Congresso Nacional. Nos referimos aqui ao que os parlamentares do PTB e da ARS chamavam de “processo revolucionário” que diziam estar em marcha não só no Brasil, mas “em todos os chamados povos pobres do mundo, ou subdesenvolvidos”. O primeiro parlamentar a abordar esse tema foi o líder da bancada trabalhista, Justino Quintana. Segundo ele, ocorria entre os “povos subdesenvolvidos” o que se chamava “sob o ponto-de-vista sociológico ou em sentido genérico, em ciência social, um processo de transformação de estruturas”. Havia, portanto, “um processo revolucionário, porque a expressão revolucionário” não era “quartelada”, não eram “golpes de Estado que o País” estava “acostumado a assistir”. Seria um processo revolucionário “no sentido da alteração substancial da nossa contextura jurídico-econômico e social”<sup>147</sup>.

Depois de dar explicações sobre o “processo revolucionário brasileiro”, Quintana dizia que o governador parecia estar “confundindo o processo revolucionário brasileiro com o processo do golpe fascista”, pois constatou o parlamentar que a palavra revolução estava mal-empregada pelos que denunciavam o suposto golpe. Tratava, portanto, o deputado Justino Quintana de fazer a diferenciação: “Pois bem, então, estamos perante um golpe fascista que não é absolutamente um processo de revolução para transformação de estruturas, mas, sim, o processo de direita ou de centro para manter os privilégios através de golpe de Estado”<sup>148</sup>. Nota-se, portanto, a tentativa de não se deixar confundir o que defendiam os trabalhistas e o que denunciava o governo do estado. Como sabemos, a tentativa dos denunciantes era justamente criar essa confusão, o que ficará claro quando analisarmos os depoimentos dos secretários de estado que compareceram à Assembleia para prestar esclarecimentos.

Entretanto, antes mesmo da ida dos secretários de Segurança Pública e do Interior e Justiça à Assembleia, muitos parlamentares já tratavam de relacionar o golpe denunciado por Plínio Cabral com a atuação das lideranças de esquerda do país, especialmente Leonel

---

<sup>146</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIII, p. 1.

<sup>147</sup> Ibid., p. 3.

<sup>148</sup> Ibid., op. cit.

Brizola. Dessa forma, Alexandre Machado, do PSD, dizia ter visto que a entrevista do Chefe da Casa Civil tinha causado estranheza a alguns porque, segundo ele, “do lado democrático, do lado dos democratas autênticos”, entrevistas como aquelas eram raras. Ainda segundo Machado, só quem falava “diuturnamente” eram “aqueles pregadores da revolução”, revolução essa que não tinha nada de democrática, mas, sim, de totalitária. Com isso, o deputado Alexandre Machado, tratava de alertar para o suposto “golpismo da esquerda”, pois, segundo ele, a revolução pregada pelos trabalhistas era “sinônimo de subversão, de inversão de regime”<sup>149</sup>. Além disso, o parlamentar fazia a diferenciação entre o que considerava “democratas autênticos”, entre os quais devia incluir a si mesmo e seus parceiros de coligação, e os falsos democratas, título que provavelmente atribuía aos nacional-reformistas.

A discussão seguiria neste dia, na Comissão Representativa, tendo como mote a convocação da Assembleia em Sessão Extraordinária, para que aí fossem convocados os secretários de Segurança Pública e do Interior e Justiça – tese defendida pelo PTB e ARS –, ou a convocação dos secretários pela própria Comissão representativa – medida proposta pelos membros da ADP e do MTR. Acabaram sendo vitoriosos os parlamentares do PTB e da ARS, e a Assembleia foi convocada extraordinariamente para os primeiros dias de janeiro de 1964.

Assim, em 2 de janeiro de 1964, continuava a ser repercutida na Assembleia a denúncia do governo do estado no jornal *Correio do Povo*, dessa vez em Sessão Extraordinária. A denúncia, é claro, rendeu críticas ao governo. Rubens Porciúncula, do PTB, foi um dos primeiros a manifestar seu descontentamento: usando como referência o discurso de posse de Meneghetti na Assembleia disse que “o Governo da paz e da tranquilidade, brindou o povo gaúcho, ao término do ano de 1963, com presságios de revolução, de golpe, de quarteladas com data marcada”<sup>150</sup>. A crítica era direcionada ao fato da disseminação da inquietude entre a população que, como sabemos, era o objetivo da denúncia.

O tema do “processo revolucionário” também foi retomado, dessa vez por Marino dos Santos, da ARS. A tentativa era de diferenciar o que o governo havia denunciado e o referido processo, o qual os parlamentares do PTB e da ARS defendiam. Fazia questão de enfatizar, o parlamentar da ARS, que o que estava em curso era um “processo revolucionário” e não um “movimento revolucionário”. No entanto, dizia Santos, que o governo estadual estava fazendo essa confusão e concluía:

---

<sup>149</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIII, p. 6.

<sup>150</sup> *Ibid.*, p. 2.

Ora, é isto [o processo revolucionário] que o Governo pretende denunciar? Se é isto, francamente, é ridículo, porque ninguém esconde a existência deste processo, porque, inclusive, estão se projetando os líderes que orientam o desenvolvimento deste processo e estes líderes fazem aberta e claramente. Não conspiram, pregam as suas ideias. Não tramam golpes, mas procuram organizar o povo para que o povo se oponha a golpes revolucionários, que visam exatamente a atalhar este processo revolucionário<sup>151</sup>.

Dessa forma, os parlamentares da esquerda nacionalista buscavam deslegitimar a denúncia, como se já suspeitassem do caráter forjado que ela possuía. O principal ponto defendido por esse grupo era de diferenciar a atuação das lideranças trabalhistas, a legitimação das mobilizações e a pressão ao Congresso, dos fatos que eram denunciados pelo governo do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, manifestou-se, novamente, Justino Quintana, fazendo a diferenciação entre revolução e golpe. Segundo ele, golpe seria “a repetição tradicional dos acontecimentos de quarteladas neste País”, era a “forma que as forças reacionárias” encontravam “permanentemente para impedir as reivindicações, as manifestações populares”. Por isso, “Revolução no sentido que o Chefe da Casa Civil” empregava, o parlamentar trabalhista caracterizava como golpe, “isto é, a quebra das instituições democráticas”. Ainda tinha, Quintana, uma posição otimista em relação a golpes: “Para esta forma de golpe de estado já não há mais ambiente no nosso País e por que? Porque as forças populares deste País [...] não mais aceitam essa solução para os problemas da nossa Pátria”. Nesse momento, também, começava-se a levantar a suspeita sobre o teor da denúncia, principalmente após entrevistas posteriores a mesma. Questionava Quintana, dessa forma, se o governo pretendia simplesmente iludir a opinião pública, visto que as autoridades do governo passaram a dar evasivas, não afirmando mais que existia revolução com data marcada – algo que estava dito na entrevista de Plínio Cabral –, após a convocação dos secretários à Assembleia. Dessa forma, Quintana dizia que também se justificava a convocação da Assembleia para “desmascarar o embuste”<sup>152</sup>.

Na defesa do “processo revolucionário brasileiro”, colocou-se também o trabalhista Álvaro Petracco. Dizia ele que a existência do referido processo denunciado por Plínio Cabral ninguém negava e que a “revolução brasileira, no sentido sócio-político”, visava a reorganização institucional do país, “reajustando o Estado à nova organização de forças” que resultavam do processo de desenvolvimento nacional. Contrapunha a ideia do golpe denunciado por Cabral, dizendo que a revolução defendida pelos trabalhistas não tinha data

---

<sup>151</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIII, p. 3

<sup>152</sup> Ibid., p. 5.

marcada, porque abrangia um longo período histórico de transformações. Além disso, argumentava Petracco, que a revolução por eles defendida tinha caráter pacífico, “por caminhos não violentos”<sup>153</sup>.

Por fim, ainda dizia que “o recente movimento pelas reformas de estrutura [...] não condicionava que seu resultado chegasse ao socialismo, porque as exigências e as pretensões” daqueles que as advogavam eram de “movimentos de tendência capitalista”. Assim, o parlamentar tentava novamente diferir o golpe denunciado daquilo que era defendido pelos membros da esquerda nacionalista ou nacional-reformista, procurando desarmar, também, o principal argumento dos liberal-conservadores: o de que a esquerda nacionalista queria fazer uma revolução para implantar o comunismo. Concluindo, Petracco somava-se a Justino Quintana, ao pôr em dúvida o caráter real da denúncia:

[...] enquanto não chegar a esta Casa uma informação cabal e suficiente do Governo do Estado, estaremos a julgar que a denúncia [...] foi irrelevante, foi absurda e visa atingir outros propósitos, numa tentativa de desvirtuamento, inclusive como já foi apontado aqui, de desvio da opinião pública do Rio Grande.<sup>154</sup>

Por certo, os parlamentares conservadores não aceitavam a tese do “processo revolucionário” defendido pelos membros do PTB e ARS. Dizia Alfredo Hoffmeister, do PSD, que ele e seus colegas insurgiam-se contra a “pregação revolucionária” que consideravam “agressiva à unidade nacional”, “pregação” essa feita por “líderes comunistas, por líderes de outros Partidos” que queriam “jogar o País numa situação de intranquilidade”. Observamos na declaração do deputado pessedista características do anticomunismo de matriz nacionalista, que considerava o comunismo como uma ameaça ao “corpo” da nação. Isso ficava claro, ao dizer Hoffmeister, que a “pregação revolucionária” feita pelos líderes comunistas era “agressiva à unidade nacional”<sup>155</sup>.

Enquanto os secretários do Interior e Justiça e da Segurança Pública não compareciam à Assembleia após terem sido convocados para dar explicações sobre a denúncia do Chefe da Casa Civil, os parlamentares usavam as sessões para retomarem assuntos que já destacamos aqui. Assim, em 3 de janeiro, o parlamentar Porcínio Pinto, do PSD, abordava as reformas, dizendo que já havia demonstrado que o povo reclamava e exigia “uma verdadeira reforma agrária consentânea com os altos interesses do povo rio-grandense e do povo brasileiro”. Essa era uma posição, como já mencionamos, de quase todos os sujeitos naquele contexto. No

---

<sup>153</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIII, p. 14.

<sup>154</sup> Ibid., Op. Cit.

<sup>155</sup> Ibid., p. 12.

entanto, como boa parte de seus colegas de partido que estavam na Câmara Federal, Porcínio Pinto criticava qualquer medida concreta por parte do Governo Federal que tentasse de alguma forma atingir as reformas, especialmente a reforma agrária. Dessa forma, o parlamentar já criticava, no início de 1964, a “reforma agrária preconizada pela SUPRA”, que para ele não era “reforma agrária nem aqui nem em lugar nenhum”, era somente “uma utopia” ou “o desmantelamento da iniciativa privada”<sup>156</sup>.

A crítica do pessedista era direcionada ao que viria a ser o decreto da SUPRA, assinado pelo presidente, em 13 de março de 1963, no Comício da Central do Brasil. Tal decreto desapropriava propriedades privadas com mais de 100 hectares que ladeassem rodovias e ferrovias federais e os açudes públicos federais, era “‘primeiro passo’ na direção da Reforma Agrária” (TOLEDO, 2004a, p. 98). Como ficaria caracterizado principalmente pela atuação do pecuarista Porcínio Pinto, todas as medidas concretas de Goulart que pudessem, de alguma maneira, encaminhar para uma solução dos problemas agrários, eram criticadas e atacadas por esse grupo de liberal-conservadores que, apesar disso, diziam defender as reformas.

Nesse dia também foram comentadas na Assembleia as demissões dos secretários de Segurança e do Interior e Justiça. Segundo Calil, por saberem que a denúncia era forjada, os titulares, Fernando Gay da Fonseca (PDC) e Joaquim José Amaro da Silveira, respectivamente, se recusaram a ir prestar esclarecimentos à Assembleia Legislativa (2005, p. 65). Dessa forma, Antônio Pires, que já era Secretário da Administração, ofereceu-se para responder pela secretaria de Segurança, ao passo que José Antônio Aranha passou a representar a secretaria do Interior e Justiça. De modo a não deixar o governo em uma posição ruim, os deputados governistas trataram de legitimar a troca de secretários. Para o udenista Arthur Bacchini, problema mesmo era o presidente trocar o Ministro da Fazenda a cada quatro meses e não havia problema algum na mudança no secretariado de Meneghetti depois de 11 meses. Além disso, ao passo que os trabalhistas cobravam manifestações dos parlamentares da ADP a respeito da denúncia, os mesmos defendiam-se dizendo que o correto seria esperar pelos secretários<sup>157</sup>.

Em 6 de janeiro, quando completava uma semana da reunião da Comissão Representativa que convocou a Assembleia, as críticas à denúncia de Plínio Cabral começavam a aparecer de forma mais definida. Wilmar Taborda, do PTB, dizia que as previsões iniciais estavam acertadas, porque o golpe, “evidentemente, tinha um sentido e,

---

<sup>156</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIII, p. 23.

<sup>157</sup> Ibid., p. 30.

lógico, era um golpe para uso interno”<sup>158</sup>. Por outro lado, Paulo Brossard, criticava a reação do governo após a denúncia, quando a mesma, segundo o parlamentar libertador, “foi desmoralizada pelo próprio Governo”. É necessário lembrar que, nesse momento, o PL – apesar de ter participado da coligação que elegera Meneghetti – colocava-se como oposição, fato que explica o duro discurso de Brossard. O parlamentar do PL acabou utilizando a denúncia para fazer crítica a “agitação”. Segundo ele, a conspiração relatada por Cabral ao *Correio do Povo*, “não chegava a se constituir propriamente numa novidade”, porque desde algum tempo “um notório movimento subversivo” se fazia “às escâncaras através dos mais percucientes meios de comunicação”<sup>159</sup>. Dessa forma, Brossard defendia que a denúncia tinha mérito, o que fazia com que o parlamentar criticasse a atuação do governo após a entrevista, dando evasivas e não mais a existência do dito golpe antes denunciado.

A ida dos secretários a Assembleia Legislativa deu-se em dois dias: 7 e 8 de janeiro. Ao lermos e analisarmos os dois discursos – de José Antônio Zuza Aranha e de Antônio Pires – nota-se a pouca sintonia entre ambos, o que transpareceu também aos parlamentares. Como é possível observar no depoimento de Antônio Pires citado no artigo de Calil, os dois secretários tinham consciência do pouco material que tinham para “trabalhar”: “Os subsídios fornecidos por Plínio foram apoucados. Havia tiros de festim e escassa munição. O importante era aproveitar a oportunidade para agitar idéias e pregar na ofensiva” (Ibid., p. 65).

Os pronunciamentos, obviamente, seguiam uma mesma linha de pensamento e essa em pouco diferia das manifestações dos parlamentares da ADP na Assembleia: os dois secretários diziam que o governo estava do lado das instituições democráticas, em defesa da democracia, contra a “agitação”, etc. Para Aranha, a denúncia não deveria ter causado surpresa, pois era uma verdade que ficava “patente dia a dia, hora a hora”<sup>160</sup>. Dessa forma, o secretário tirava o “peso” da denúncia e colocava-a ao lado dos tantos outros alertas à “agitação”, algo comum nos discursos da ADP na Assembleia. Além disso, Zuza Aranha tratava de implicar as lideranças do PTB como responsáveis por preparar o movimento revolucionário, no entanto, dizia que o chefe maior da conspiração ainda não tinha sido identificado, só se sabia que tinha o nome de “Oswaldo”.

No depoimento de Antônio Pires utilizado por Calil, o integralista admite que houve confusão por parte de Aranha: o nome combinado para o líder fictício da conspiração era

---

<sup>158</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIII, p. 37.

<sup>159</sup> Ibid., p. 44.

<sup>160</sup> Ibid., p. 61.

Otávio, no entanto Aranha confundiu-se e chamou-o de Oswaldo<sup>161</sup>. Mas segundo Pires, “certo é que nunca existiu nem Oswaldo nem Otávio. Foi coisa de fértil imaginação” (Ibid., p. 65). Sobre o teor do suposto movimento – se “golpe fascista” ou “revolução” – Aranha dizia que o movimento denunciado possuía uma “fraseologia de esquerda”, mas que tinha por objetivo fazer “renascer o fascismo”; que o fascismo seria sua face oculta. Nesse caso tentava, novamente, implicar os trabalhistas que, segundo Aranha, faziam “pregações” com frases de esquerda, mas pretendiam implementar um modelo de molde fascista.

De outra parte, Antônio Pires compareceu ao Parlamento Gaúcho no dia seguinte a Zuza Aranha, 8 de janeiro. Diferentemente de seu colega, que se deteve a informações que, supostamente, estavam vinculadas à denúncia, Pires optou por fazer um apanhado da História Mundial para fundamentar que nazismo, fascismo e comunismo sempre estiveram juntos, utilizando, inclusive, uma explicação peculiar para a ascensão do Partido Nazista na Alemanha, cujo responsável, segundo o secretário, seria Josef Stálin. Dessa forma, Pires procurava justificar os termos utilizados por Plínio Cabral, que falava em revolução, mas também em “renascimento do fascismo”, classificando fascismo, comunismo e nazismos como “essencialmente totalitários”<sup>162</sup>.

O discurso de Pires foi, também, marcado por diversas representações que eram utilizadas pelos parlamentares aqui estudados, no entanto, diferente do pronunciamento de Zuza Aranha, o dele teve como tônica o anticomunismo. Essa, talvez, fosse a principal falta de sintonia entre ambos: ao passo que Aranha não mencionou em nenhum momento o comunismo, fazendo-se valer principalmente da relação entre os trabalhistas e Vargas – na qual ele identificava o “renascimento” do fascismo –, Pires usou de todas as representações anticomunistas possíveis para caracterizar o suposto golpe que estava em marcha no país. Em comum, ambos tentaram dar algum fundamento à denúncia de Cabral, utilizando o alerta à “agitação” e atacando as lideranças trabalhistas, colocando-os como responsáveis pela dita conspiração.

Após o comparecimento dos secretários às Sessões Extraordinárias da Assembleia, o poder legislativo voltou a reunir-se na Comissão Representativa e a marca dos discursos dos membros nacional-reformistas foi a crítica à denúncia de Plínio Cabral, bem como às manifestações dos secretários de estado. Um dos primeiros a falar, em 9 de janeiro, foi Henrique Henkin, autor do pedido para que se reunisse a Assembleia, logo após a denúncia. Dizia ele que, quando leu a entrevista de Cabral, acreditava que se encontrava o Brasil “à

---

<sup>161</sup> As duas grafias foram encontradas nas fontes e no depoimento de Pires: Oswaldo e Oswaldo.

<sup>162</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIII, p. 108.

beira de uma revolução” e que após a visita dos secretários para esclarecimentos, ele, “muito tardiamente”, acabou se convencendo “de que estava diante do nada, de que, em primeiro lugar, as denúncias do Governo do Estado nada, absolutamente nada tinham com a iminência da eclosão do golpe de Estado, de uma revolução”. Além disso, debochava dizendo que “os chefes da revolução [...] até andavam passeando pelos corredores da Assembleia Legislativa”, referindo-se aos deputados federais apontados como responsáveis pela conspiração - Leonel Brizola e Max da Costa Santos, entre outros – que, devido a visita dos secretários, estavam na Assembleia. Por fim, classificou tudo como um “triste espetáculo” que resultou somente em “chacota que anda pelas ruas da descoberta do ‘seu Osvaldo’”<sup>163</sup>.

Os trabalhistas tentaram, então, desmascarar a denúncia em seus discursos na Comissão Representativa. Wilmar Taborda, por exemplo, afirmou que a Casa havia assistido “nestas duas últimas sessões etapas de um processo que visava exclusivamente, no Rio Grande do Sul, a implantar um clima de confusão, e em último termo, um clima de terror contra as forças populares”<sup>164</sup>. Justino Quintana, por sua vez, afirmou que “durante 20 horas seguidas” foi possível ter a “confirmação completa da total inépcia da denúncia do governo”. Além disso, Quintana questionava as informações trazidas pelo Secretário de Segurança, que nada mais era do que o “fichário da DOPS, de pessoas que estavam fichadas naquela especializada polícia”, informações que “sabem todos [...] referem-se [a] quando um homem público participa de qualquer reunião pública secreta ou privada”; segundo Quintana, “todos estes homens serviriam para justificar a farsa do Governo”<sup>165</sup>.

E não foram somente os petebistas que se colocaram na crítica à manobra do governo do estado. Também se manifestou Osmar Lautenschleiger, do MTR, afirmando inicialmente, que a Assembleia havia vivido momentos de expectativa e que “todo o Rio Grande do Sul [...] esperava, sem dúvida, o desfecho de um verdadeiro romance policial”, mas que agora o estado deveria estar decepcionado, pois os vilões não foram encontrados e a “clássica tragédia transformou-se em tragi-comédia”. Além disso, “os conspiradores estavam presentes, passeavam livremente”, no que foi definido pelo trabalhista renovador como “um magnífico espetáculo de democracia”<sup>166</sup>. Obviamente, tratava-se de um discurso irônico do parlamentar, demonstrando o papel que haviam desempenhado o governo do estado e seus secretários. Fato é que, apesar de esclarecido para os membros do PTB, da ARS e do MTR, a denúncia serviu, justamente, para “pregar na ofensiva”, como afirmou Pires em seu depoimento quase 30 anos

---

<sup>163</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIII, p. 17.

<sup>164</sup> Ibid., p. 19.

<sup>165</sup> Ibid., p. 20.

<sup>166</sup> Ibid., p. 19.

depois. Sem dúvida essa denúncia deve ter tido efeito três meses depois, quando foi deflagrada a “revolução redentora”.

Isso porque, ao passo que os membros do PTB tentavam desvincular o seu “processo revolucionário” do que fora denunciado pelo governo do estado, os deputados da ADP, mesmo na Comissão Representativa, faziam o contrário. Foi assim que se manifestou Alexandre Machado, dizendo que daquele momento “em diante, vão ter cuidado quando falarem em revolução”, porque agora, segundo o pessedista, os trabalhistas confessaram que não havia revolução e concluía: “Admite-se, pois, que seja inverídica a acusação pelo Sr. Plínio Cabral. Mas, se inverídica [...] é essa revolução porque isto se impõe. Passou o Sr. Leonel Brizola como também o Sr. Justino Quintana o ano inteiro pregando a revolução [...]. E não era verdade”<sup>167</sup>. O objetivo do discurso era claro, tratar o “processo revolucionário” defendido pelos membros da esquerda nacionalista – que envolvia o processo de reformas e de ampliação da cidadania – como um movimento insurrecional e golpista. Esse, desde a denúncia de Plínio Cabral, era o principal objetivo: impingir o golpismo aos movimentos nacional-reformistas.

#### **4.4.7 O retorno aos trabalhos e o Comício da Central do Brasil**

Após a visita dos secretários e a reunião da Comissão Representativa a que fizemos referência, a Assembleia voltou ao recesso. O retorno ao funcionamento em Sessões Ordinárias só se deu em 14 de março de 1964. Como nos informam os Anais, alguns parlamentares deixaram seus mandatos para assumir cargos de secretários ou outros cargos eletivos, caso de Sereno Chaise, do PTB, eleito prefeito de Porto Alegre em 1963. Como foi afirmado no capítulo anterior, o deputado Sereno Chaise foi retirado da análise, pelo fato de estar, durante o Golpe Civil-Militar, ocupando o cargo de prefeito. Os outros parlamentares que deixaram seus mandatos em janeiro de 1964 para assumir secretarias permaneceram na análise, pelo fato de estarem apenas licenciados de seus cargos e terem acompanhado o Golpe junto ao poder executivo estadual.

Além de Mário Mondino, do PDC, e Ariosto Jaeger, do PSD, cujos perfis e trajetórias já apresentamos, outros dois parlamentares passaram a integrar o secretariado de Meneghetti: Alberto Hoffmann, do PRP, e Poty de Medeiros, da UDN. Hoffmann era mais um dos perrepistas que possuía base eleitoral na Mesorregião Noroeste; tinha 44 anos e possuía

---

<sup>167</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIII, p. 27.

formação técnica em contabilidade, diferindo da média de seu partido que não possuía formação; era um dos mais experientes da Legislatura, tendo iniciado sua carreira, em 1951, na Assembleia, mas também possuindo passagem pela Câmara Federal, além de ter sido Secretário da Agricultura entre 1958 e 1961. Assumiu, no Governo Meneghetti, a secretaria de Economia e Finanças, permanecendo até agosto de 1964. Após o fim do mandato, elegeu-se deputado federal pela ARENA por quatro oportunidades, de 1967 até 1983; nesse ano foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União pelo ditador Figueiredo, permanecendo no cargo até 1990 quando assumiu o mandato de senador, em substituição a Carlos Chiarelli, de quem era suplente.

Poty de Medeiros, por outro lado, era um dos mais velhos da Legislatura, com 61 anos; como boa parte da UDN, possuía base eleitoral na Mesorregião Metropolitana; era formado em direito e exercia a advocacia. Apesar da idade, só havia chegado a Assembleia em 1955, como suplente, e, em 1959, como titular; assumiu a Secretaria de Segurança do Governo Meneghetti permanecendo até outubro de 1964, quando foi indicado para o TCE. Foi ministro do TCE por 9 anos, até dezembro de 1973. Junto com Hoffmann, foi um dos parlamentares que participaram do Golpe junto do governo Meneghetti. Em sua dissertação, Lameira afirma que o parlamentar da UDN “viria a ter papel destacado nas articulações golpistas” (2012, p. 212), como também na repressão após o Golpe.

As discussões, nos dias que se seguiram ao retorno dos trabalhos, se deram em torno do comício da Central do Brasil, ocorrido em 13 de março. O evento, que aconteceu no estado da Guanabara, significou “a efetiva ‘guinada para a esquerda’ do governo Goulart” e “visava demonstrar o apoio popular às propostas de Reformas de Base do governo”. Era também uma forma do “Executivo [...] pressionar o Congresso Nacional no sentido de que este aprovasse rapidamente os projetos a ele encaminhados” (TOLEDO, 2004a, p. 95).

Para Jorge Ferreira, foi o momento em que foi selada “a aliança do governo com o movimento sindical urbano, com os trabalhadores rurais e as esquerdas” (2003b, p. 382). Foi no Comício da Central que Goulart, encerrando o ato, anunciou a assinatura do já mencionado Decreto da SUPRA, bem como o decreto da nacionalização das refinarias particulares. Antes do presidente, diversas lideranças políticas, sindicais e estudantis se pronunciaram, defendendo quase que unanimemente o fim da “política de conciliação” do presidente, que até aquele momento ainda buscava o apoio dos partidos de centro, especialmente do PSD, no Congresso para a aprovação das reformas. Dentre as principais manifestações, destacou-se a de Leonel Brizola, que pedia “a emergência de um ‘governo nacionalista e popular’” e a “convocação de uma Assembleia Constituinte” (TOLEDO, 2004a, p. 97).

As manifestações em relação ao Comício da Central começaram a aparecer em 16 de março, principalmente porque as sessões de 14 e 15 eram protocolares, servindo para eleição da nova Mesa Diretora e para reabertura dos trabalhos com o discurso do governador, respectivamente. De maneira geral, havia duas opiniões sobre o Comício: os membros da ADP atacaram e criticaram a manifestação, bem como os decretos assinados por Goulart, ou os discursos do presidente e das demais lideranças – principalmente o de Brizola –, ao passo que os membros do PTB e da ARS fizeram elogios à tomada de posição do presidente e ao que significava o ato em si. Classificando os discursos a partir dos temas que elencamos aqui anteriormente, se pode dizer que os membros da ADP, mais uma vez, faziam o alerta/crítica para “agitação”, articulando o “golpismo do governo” e o “golpismo da esquerda”, além do anticomunismo. Já os membros do PTB e da ARS faziam a “legitimação das mobilizações e da pressão ao Congresso”, discutindo, assim, o “modelo de democracia” que se vivia naquele contexto. Claro que os discursos articularam-se utilizando outras representações, mas podemos afirmar que essas foram as principais formas de reação ao Comício.

Um dos primeiros parlamentares a se manifestar foi Aldo Fagundes, do PTB, que procurou enaltecer “o gesto de S. Exa., o Presidente João Goulart, que em boa hora buscou a praça pública para no seio do povo recolher estímulos para um Governo realmente voltado para os interesses do povo brasileiro”<sup>168</sup>. A ele se seguiram, no entanto, Gudbem Castanheira, do PL, Antônio Mesquita, do PRP, Alexandre Machado e Darcy Conceição, do PSD, que em seus discursos partiram para o ataque ao presidente e ao Comício. Gudbem Castanheira dizia querer “contraditar, embora rapidamente, a nobre intervenção do ilustre Deputado Trabalhista, Sr. Aldo Fagundes”. Ficava estarecido, o parlamentar do PL, que “num País eminentemente democrático e eminentemente cristão” tenha se realizado movimento que fez uso “dos métodos mais soviéticos de que dá notícia a História democrática da nossa Pátria e por incrível que pareça foi chefiado e patrocinado pelo Sr. Presidente da República”<sup>169</sup>.

É difícil não notar o anticomunismo presente nesse discurso: pode-se perceber que o parlamentar fazia uma representação do Brasil como país democrático e cristão, sendo atacado por métodos “soviéticos”, nos quais tinha participação inclusive o presidente. Os “métodos soviéticos” são referência clara à União Soviética e ao comunismo. A ideia de que o presidente havia, finalmente, se deixado levar pelos comunistas foi frequente nas manifestações, algo semelhante ao que apontou Motta: “os conservadores radicais e anticomunistas não tiveram dúvida: o rumo traçado por Goulart no ‘comício totalitário’

---

<sup>168</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIII, p. 12.

<sup>169</sup> Ibid., p. 13.

desaguava inexoravelmente num golpe esquerdista, com participação ativa dos comunistas” (MOTTA, 2000, p. 325).

É importante destacar, no entanto, que não foi somente a partir desse momento que se iniciaram as críticas a Goulart, essas vinham desde 1961: o Comício da Central do Brasil marca o momento em que as críticas anticomunistas passam a ser mais direcionadas ao presidente e não só ao seu entorno. Antes disso, as críticas a Goulart versavam principalmente sobre sua “omissão” e a “crise de autoridade”, mas representavam o presidente mais como “vítima” da “infiltração comunista” do que como um agente “comunizante”. Falava-se de seus “planos totalitários”, mas a ênfase não era, claramente, anticomunista.

Mesquita, por sua vez, congratulou-se com a mensagem do governador do estado dirigida ao Congresso Nacional e a outros governadores “para manifestar a solidariedade e a decisão do Rio Grande do Sul no sentido de estar vigilante e atento, na defesa da Constituição, e dos princípios democráticos” (LAMEIRA, 2012, p. 218). Tal telegrama, enviado ao presidente do Senado, ao presidente da Câmara dos Deputados e a todos os governadores do país, marcou a adesão pública de Meneghetti à “conspiração e ao golpismo, antes inibido, agora aberto” (LAMEIRA, 2012, p. 218). Bem por isso a mensagem do governador recebeu apoio do deputado integralista, que afirmou estar o governo na “defesa da Constituição” contra “as insólitas investidas dos totalitários que pregam em praça pública o fechamento do Congresso Nacional”<sup>170</sup>. A manifestação, tanto de Meneghetti quanto de Antônio Mesquita, nada mais eram do que a comum e constante “defesa das instituições democráticas” feita pelos futuros golpistas.

Alexandre Machado procurou dar um ar mais dramático a seu discurso, afirmando que desejava trazer o seu “protesto veemente contra um monstruoso atentado levado a cabo, dia treze último, treze mesmo, de azar mesmo para o povo brasileiro”. Segundo o parlamentar o presidente, através dos decretos – o da SUPRA e o das refinarias – atentava “contra a propriedade [...] cercado de comunistas”<sup>171</sup>. Como destacamos no Capítulo 2, o direito à propriedade era um dos principais, senão o principal, preceito do liberalismo defendido pelos anticomunistas brasileiros. Esse parece ser o caso da manifestação de Alexandre Machado: a afirmação de que o presidente estava cercado de comunistas e atacando o direito “sagrado” da propriedade. Para os anticomunistas na Assembleia, o decreto de encampação das refinarias ainda tinha proporções, talvez mais “aterrorizantes”, já que eles acreditavam – como pensavam de boa parte das instituições – que a Petrobras estava tomada pelos comunistas,

---

<sup>170</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIII, p. 12.

<sup>171</sup> Ibid., p. 14.

dessa forma, passar as refinarias ao controle da Petrobras seria dar mais poder aos comunistas que a controlavam.

O último dos parlamentares da ADP que sucederam o trabalhista Aldo Fagundes foi Darcy Conceição, que associou seu “protesto veemente” ao que havia sido dito por Alexandre Machado. Colocava-se, o pessedista “contra o atentado cometido em relação às instituições democráticas” que havia sido o Comício da Central do Brasil e, o que era mais grave, “na presença complacente do Sr. Ministro da Guerra e das mais altas autoridades da República”, o que levava a crer, dizia Conceição, que havia no país “um movimento coordenado para nos levar ao caos e à confusão, destruindo a democracia, destruindo aquelas instituições pelas quais morreram nos campos de batalha nossos famosos antepassados”<sup>172</sup>. Como percebemos, as quatro manifestações – de Darcy Conceição, de Alexandre Machado, de Antônio Mesquita e de Gudbem Castanheira – procuravam alertar para a “agitação”, para a “subversão”, tratando o Comício como “monstruoso”, como um atentado, de modo a colocar-se no lado oposto, que segundo eles era o de “defesa das instituições democráticas”.

Além de Aldo Fagundes, outro que se colocou ao lado do presidente Goulart foi Pedro Simon, que em seu discurso tentou repelir “as acusações ao Sr. Presidente da República”. Simon também tratou de legitimar a pressão ao Congresso afirmando que os conservadores tentavam acusar os homens que estavam “apenas a exigir do Congresso que cumpra com o seu dever perante o povo e perante a Pátria”. Em seguida, entrou em discussão com o deputado Amaral de Souza, do PSD, a respeito do Decreto da SUPRA. Enquanto o parlamentar trabalhista saudava o decreto, o pessedista partiu para o ataque, afirmando que “o Sr. João Goulart é o maior latifundiário do País”, algo que, segundo Amaral de Souza, não lhe dava autoridade para fazer reforma agrária. Por último, Simon buscou a legitimação das mobilizações e da pressão ao Congresso, lembrando o presidente americano Franklin D. Roosevelt, que “quando exigia a adoção de novos programas no Congresso Nacional dos Estados Unidos, iniciou em todo território americano uma campanha [...] do povo contra o Congresso”<sup>173</sup>. Utilizando esse exemplo e do presidente francês, Charles De Gaulle, Simon buscava dar legitimidade não só as mobilizações, como também a atuação do presidente Goulart.

Outro tema que tornou a aparecer no contexto do comício da Central do Brasil é o que se refere ao “modelo de democracia” e as discussões que dele acarretavam. Hélio da Fontoura, do PTB, após elogiar as medidas do presidente e o comício, procurou “fazer

---

<sup>172</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIII, p. 14.

<sup>173</sup> Ibid., p. 15.

referência à mensagem que o Presidente João Goulart mandou agora ao Congresso defendendo o voto dos analfabetos, defendendo a queda de toda a inelegibilidade e, inclusive, defendendo a legalização do Partido Comunista Brasileiro”. O parlamentar ainda questionava, por fim, os “democratas [...] que temem que os elementos do extinto Partido Comunista venham para as praças públicas, para os parlamentos, defender os seus ideais e os ideais porque lutam”. Segundo Fontoura, esses queriam “democracia apenas para uns poucos”<sup>174</sup>. Como se observa, estava na pauta dos nacional-reformistas a ampliação de certos aspectos da cidadania e da democracia, algo que serve para pôr em dúvida a “falta de apreço” pela democracia por parte das esquerdas naquele contexto.

A questão da democracia apareceu, também, no discurso de Marino dos Santos, da ARS. Afirmava o parlamentar que os que protestaram contra o Comício preferiam “uma democracia sem povo”, que ficavam “nervosos quando veem o povo na rua”. Além disso, o parlamentar buscava legitimar a pressão ao Congresso, dizendo que não cabia “reforçar a posição negativa do Congresso”, mas, sim, “apelar para o Congresso no sentido de que faça aquilo que pode fazer”<sup>175</sup>. Pode-se notar que os parlamentares do PTB e da ARS buscavam a implementação não só de medidas que ampliassem a democracia e a cidade, mas também de uma cultura política que permitisse aceitar a manifestação popular como aspecto inerente a essa democracia. Era dessa forma que esses deputados tentavam legitimar a pressão ao Congresso, bem como legitimar as diversas manifestações e mobilizações reivindicatórias.

Outro a se colocar nessa posição foi Wilson Vargas, do PTB. Segundo o petebista “nenhuma entidade pode ficar numa democracia garantida pela indiscutibilidade”, sendo assim o Congresso Nacional não poderia ter posição inquestionada. Além disso, o parlamentar procurou criticar a democracia que se vivia naquele momento, pois, segundo ele, não era “uma democracia representativa autêntica e verdadeira”, mas sim uma “democracia de castas, de privilégios, profundamente viciada e caduca”<sup>176</sup>. E Vargas foi ainda mais longe, questionando:

Como deixar de criticar e buscar dar autenticidade e representatividade verdadeira ao Congresso Nacional, ao Congresso em que 800 dos que concorreram para a sua formação, grande maioria inclusive eleitos, tiveram a sua campanha financiada, mantida por uma organização que serve a interesses estranhos, aos interesses estranhos à Nação, ao IBAD?<sup>177</sup>

---

<sup>174</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIII, p. 16.

<sup>175</sup> Ibid., p. 18.

<sup>176</sup> Ibid., p. 20.

<sup>177</sup> Ibid., Op. Cit.

Dessa forma, Vargas fazia eco às manifestações de Brizola pela convocação de uma Assembleia Constituinte, lembrando a pouca legitimidade que possuía o Congresso naquele momento. Wilson Vargas era advogado e possuía 38 anos; apesar de jovem era um dos parlamentares mais experientes da Legislatura: já havia sido deputado estadual em dois mandatos, de 1951 a 1954 e de 1955 a 1958; nesse último ano foi eleito para a Câmara Federal, mas acabou licenciando-se do mandato para ser Secretário de Minas e Energia no Governo Brizola; em 1962 retornou à Assembleia, mas não finalizou seu mandato, sendo preso e posteriormente cassado após o Golpe, em abril e maio de 1964, respectivamente.

Outros parlamentares trabalhistas ainda abordariam o tema do “modelo de democracia”, como Wilmar Taborda e Rubens Porciúncula, sempre buscando legitimar a participação do povo na política, através de manifestações. Obviamente, essa questão não é uma descoberta de nossa pesquisa, servindo mais para ampliar o leque de argumentos da historiografia que procura mostrar o Golpe como um movimento que “estancou um rico e amplo debate político e ideológico que se processava” (TOLEDO, 2004c, p. 69), além de também “estancar a democracia que se expressava pela demanda da ampliação da cidadania” (TOLEDO, 2004c, p. 71).

É possível notar o acirramento do debate e das discussões pelo simples fato de termos coletado uma quantidade bastante grande de manifestações em um só dia, 16 de março. Boa parte do debate se deu em torno de questões a respeito da política nacional ou na relação da política regional com a nacional, como o caso da repercussão do manifesto de Meneghetti. Desse momento até o Golpe, e depois dele também, os debates permaneceram nesses termos, com quase nenhum espaço para discussão de projetos ou proposições. Ainda no dia 16, o deputado Hed Borges, do PSD, pedia que constasse nos Anais da Assembleia o manifesto de Ildo Meneghetti, cuja leitura foi feita pelo pessedista. No manifesto, basicamente era feita a defesa do Congresso Nacional, para onde era direcionada a solidariedade do Rio Grande do Sul por parte do governador, devido aos “ataques [...] lamentavelmente feitos na presença de autoridades responsáveis pela salvaguarda da lei e da legalidade”<sup>178</sup>.

Muitos outros parlamentares ainda subiram à tribuna para atacar o comício e o presidente ou ainda para defendê-lo. Alfredo Hoffmeister, do PSD, destacou que o povo carioca “assistiu a um Presidente da República vir para um comício público, para confraternizar, para conviver com a agitação com a pregação revolucionária”. Frente ao ataque de “um Deputado federal [...] infelizmente” do Rio Grande do Sul ao Congresso

---

<sup>178</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIII, p. 26.

Nacional, Hoffmeister fazia o pedido para que os “verdadeiros democratas” se opusessem “a essa onda de sovietação, de cubanização, de marxização do País”. Com isso, o parlamentar dizia pretender defender o Congresso e as instituições democráticas de “uma política continuísta” ou de uma modificação da Constituição “para que o Sr. João Goulart, ou seu cunhado [Brizola], possam continuar usando a Presidência da República, para infelicitar mais ainda esta pobre terra”<sup>179</sup>.

Já Rubens Porciúncula, do PTB, procurou levantar, novamente, o questionamento a respeito do “modelo de democracia”. Perguntava o parlamentar: “Onde está esta democracia [...] que procura cercear a manifestação pública [...]?”. Além disso, procurava fazer o questionamento ao anticomunismo, afirmando que os conservadores procuravam transfigurar os atos do presidente usando “esta mistificação, o monstro serpentário vermelho, trazendo, para esta luta, uma guerra ideológica em que eles veem fantasmas ao meio-dia, em que eles pensam que meia-dúzia de comunistas [...] seria capaz de dominar 72.000.000 de brasileiros”<sup>180</sup>.

Na sessão seguinte, em 17 de março, Darcy Conceição, do PSD, deixava claro alguns posicionamentos, que antes estavam implícitos pelo menos entre os parlamentares da Assembleia, afirmando que os trabalhistas estavam “de mãos dadas com os comunistas, os vis traidores da Pátria” que queriam “destruir o Congresso e as liberdades deste País”. Além disso, afirmava Conceição que após o Comício do dia 13 havia caído “a máscara do Sr. Presidente da República” e pedia que caísse também a “dos demagogos do Rio Grande do Sul que, tripudiando sobre a miséria e sobre a fome das classes sofredoras e empunhando bandeiras aparentemente legítimas, nada mais querem que levar este País à escravidão, ao servilismo da Rússia moscovita e da Cuba de Fidel Castro”. Destacava o parlamentar, através do anticomunismo, o que para ele era “um trabalho sub-reptício, um trabalho no sentido de levar à destruição a democracia e a liberdade”<sup>181</sup>.

Como de costume, um dos discursos que mais articulava diversas representações foi o do deputado Paulo Brossard, do PL. Iniciava o parlamentar comentando a “omissão do governo”, dizendo que “o Brasil e os brasileiros” estavam “pagando o preço da ausência de Governo”. Segundo o parlamentar, no entanto, seria melhor que o país “se limitasse a não possuir Governo” ao invés de estar ocupado “por elementos que usam do Poder Público no sentido anti-social e anti-nacional”. Para ele o Palácio do Planalto se constituía de dois

---

<sup>179</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIII, p. 27.

<sup>180</sup> Ibid., p. 30.

<sup>181</sup> Ibid., p. 39.

grupos: “o grupo da corrupção e o grupo da subversão”. Nessa frase, o parlamentar libertador já começava a alinhar os dois principais argumentos para justificar o Golpe: a corrupção e a subversão – o ataque a essa que vinha acompanhado, obviamente, pelo anticomunismo, já que o “grupo da subversão” também era definido por Brossard como “o grupo dos vermelhos”.

Brossard ainda retomou em sua fala a “vontade de poder de Jango”, a suposta gana do presidente pelo poder, que o fez rejeitar o parlamentarismo, pedir o presidencialismo e depois ainda pedir o Estado de Sítio: “Agora [...] o parlamentarismo já não serve mais; o presidencialismo já não serve mais; a Constituição já não serve mais; a lei já não serve mais”. Ainda concluía Brossard que “agora [...] a máscara já caiu dos totalitários crioulos e eles defendem já a plenos pulmões a tirania sobre a imprensa, como a tirania sobre as consciências”<sup>182</sup>.

A sessão do dia 17 marcou, talvez, a primeira tomada de posição efetiva do MTR ao lado do PTB e da ARS, formando o que viria a ser o bloco dos partidos opositores do Golpe. Como é possível notar a partir do que apresentamos até aqui, os parlamentares do MTR dificilmente entravam nos debates que envolvessem a política nacional, algo que começou a mudar a partir dessa sessão. Por iniciativa de 23 parlamentares de todos os partidos da ADP, foi encaminhado para votação um requerimento de voto de solidariedade ao Congresso Nacional. Dizia o seguinte:

Senhor Presidente. Os Deputados que este subscrevem pedem que V. Exa. submeta a votos o seguinte requerimento: A Assembleia Legislativa, ao reabrir seus trabalhos manifesta ao Congresso Nacional voto de solidariedade no instante em que os totalitários recrudescem a campanha contra o Parlamento e contra a democracia porque sem o Congresso não poderá haver reformas democráticas e populares<sup>183</sup>.

Como se pode notar, o voto de solidariedade fazia eco às diversas manifestações já feitas pelos liberal-conservadores na Assembleia: a defesa do Congresso e da democracia e a acusação aos “totalitários” que, mesmo não estando definidos na nota, eram de fácil identificação: os grupos nacional-reformistas.

Após Paulo Brossard ter feito a defesa do requerimento, assumiu a tribuna o deputado Cândido Norberto, do MTR, afirmando que, ao saber da iniciativa das outras bancadas, foram feitas, por ele e seus colegas de partido, “algumas considerações a respeito do problema que a mensagem estava a refletir”. De outra parte, Norberto dizia que foi expressado o desejo de que a mensagem “não se limitasse [...] em dizer ao Congresso” que a Assembleia estava

<sup>182</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIII, p. 40.

<sup>183</sup> Ibid., p. 42.

solidária, mas que desejava que a mesma “fizesse [...] chegar ao Congresso os nossos desejos de que ele, agora mais do que nunca, estivesse sensível à realidade da vida brasileira, acolhendo os reclamos populares [...] concretizando as reformas sociais que a nossa estrutura está a exigir”<sup>184</sup>. Como se percebe, a nota que acabou sendo assinada pelas bancadas do MTR e do PTB, tratava de pedir que o Congresso se mantivesse sensível aos reclamos do povo e a necessidade de reformas e não fazia a defesa do Congresso, simplesmente porque não compartilhava do pressuposto dos conservadores de que ele estaria ameaçado.

Depois de intensa discussão, as bancadas do PTB, do MTR e da ARS retiraram-se do plenário para que não houvesse quórum para a votação e aprovação da mensagem assinada majoritariamente por membros da ADP. Como mencionamos, esse é o primeiro momento em que houve a tomada de posição da bancada do MTR junto aos partidos que representavam a esquerda nacionalista na Assembleia. Por falta de quórum, a mensagem de solidariedade dos liberal-conservadores entraria na Ordem do Dia da sessão seguinte, quando foi votada e aprovada, apesar dos votos contrários de MTR, PTB e ARS.

Entre os dias 18, 19 e 20 de março, foram encontradas poucas modificações no quadro dos debates. Do lado dos conservadores ainda ocorria o alerta para “agitação”, o anticomunismo, o ataque ao decreto da SUPRA e a defesa das instituições, ao passo que os deputados do PTB procuravam questionar o anticomunismo e legitimar as mobilizações e a pressão ao Congresso. Um dos pronunciamentos que merece destaque foi feito por Porcínio Pinto, do PSD. O pessedista, como já foi mencionado, era um dos que mais fazia profissão de fé reformista, mas também um dos principais opositores de qualquer ação reformista por parte do Governo Federal. Dessa forma, para atacar o decreto da SUPRA, afirmava que era “utópico”, “inexequível” e para isso resolveu “trazer um exemplo”: queria que os parlamentares trabalhistas pesassem “o que ocorreu na Rússia Soviética, que pôs em prática medidas ‘radicais’, tornando o Estado o único proprietário rural”, o que fez com que “a própria Rússia” tivesse que apelar “para as democracias, para os Estados Unidos” e “para muitos países democratas e livres a fim de que leve pão ao povo russo”<sup>185</sup>.

Nota-se no pronunciamento de Porcínio Pinto uma atitude tipicamente anticomunista, que usava os “exemplos” do “inferno soviético” para criticar qualquer ação que fugisse aos preceitos do liberalismo econômico dominante no Brasil, que fazia a defesa intransigente da propriedade privada. Além disso, o parlamentar deixava marcado em seu discurso uma oposição bastante usada e difundida: de um lado a “Rússia Soviética” do outros os “países

---

<sup>184</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIII, p. 44.

<sup>185</sup> Ibid., p. 92.

democratas e livres”, ficando clara a oposição utilizada pelos anticomunistas entre democracia e comunismo; bastava ser anticomunista para se considerar democrata.

Destaca-se também uma manifestação do deputado trabalhista Beno Burmann, que procurou, assim como seus colegas, legitimar as mobilizações e as manifestações. No entanto, Burmann utilizou um tipo de mobilização em particular para legitimar: os Grupos dos 11<sup>186</sup>. O parlamentar questionava as atitudes de repressão no município de Humaitá contra “modestas pessoas, porque elas se reuniram de portas abertas, livremente, como deveria ser numa democracia, para formar um Grupo de 11”. Afirmava ele, ainda, que “os homens que integram os comandos nacionalistas [outra nomenclatura para os “Grupos dos 11”] são homens que possuem uma arma muito melhor do que aquela material dos ruralistas, ou seja, a arma do ideal”<sup>187</sup>. Dessa forma, Burmann buscava retirar dos Grupos dos 11 a imagem de que seriam guerrilhas que pretendiam dar um golpe a mando de Brizola e reclamava o respeito aos que estavam se reunindo aberta e democraticamente. Burmann era funcionário público, o que demonstra a variedade de ocupações profissionais do PTB; possuía 39 anos e já havia sido vereador e prefeito em Ijuí; chegou à Assembleia pela primeira vez em 1963, mas não chegou a terminar seu mandato, sendo cassado já em 1964; retornaria a política em 1983, sendo eleito deputado estadual pelo PDT.

Outra manifestação que merece destaque, já em 20 de março, foi a de Darcy Conceição, demonstrando mais claramente como se processavam as denúncias de “infiltração comunista”. Nessa oportunidade o parlamentar do PSD alertava para os comunistas que haviam tomado o Ministério da Educação, e pretendiam “converter esse livro único em veículo da ideologia marxista” para “plasmar, a criança desde a mais tenra juventude, na sua consciência, no seu caráter dentro dos moldes marxistas-leninistas, a fim de tornar mais fácil a tarefa de sovieterizar paulatina e lentamente este País”<sup>188</sup>. A semana do dia 23 a 27 foi de recesso na Assembleia, por conta da Semana Santa, o que fez com que os trabalhos retornassem somente em 30 de março, poucos momentos antes da deflagração do Golpe. Nas sessões de 30 e 31 de março houve grande repercussão do que havia acontecido na semana de recesso, especialmente a Rebelião dos Marinheiros e Fuzileiros Navais e suas consequências.

---

<sup>186</sup> Os Grupos dos 11 eram formados em todo o Brasil por estímulo de Leonel Brizola e tinham por objetivo resistir ao golpe que o deputado federal acreditava que aconteceria por parte dos conservadores. Segundo Toledo, “tinham uma frágil organização, eram diminutos e destituídos de qualquer poder de fogo” (2004b, p. 39).

<sup>187</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIII, p. 93.

<sup>188</sup> Ibid., p. 106.

#### 4.4.8 A Rebelião dos Marinheiros e Fuzileiros

Em 25 de março, os marinheiros e fuzileiros navais comemoravam – mesmo frente à proibição do Ministro da Marinha, Sílvio Mota –, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, o aniversário de sua Associação, considerada ilegal. Segundo Ferreira, “de uma simples comemoração, o evento tomou rumos reivindicatórios: na pauta exigiram o reconhecimento oficial da entidade, a melhoria das condições de vida e alimentação digna nos navios”. Um contingente de fuzileiros foi enviado para “invadir o prédio do sindicato e retirar de lá os marinheiros, vivos ou mortos” (2003b, p. 387). Esses, no entanto, se recusaram a atacar os colegas, e alguns aderiram à revolta. Após ordens de Goulart para que os marinheiros não fossem atacados, o ministro demitiu-se. No dia seguinte, o governo, com a ajuda do CGT, conseguiu convencer os rebelados a entregarem-se; esses saíram presos, mas logo foram soltos e anistiados pelo novo Ministro da Marinha, o que causou revolta entre a alta oficialidade das Forças Armadas e entre os conservadores.

Uma das primeiras manifestações na Assembleia, em 30 de março, foi de Álvaro Petracco, do PTB, e assim como havia ocorrido na Revolta dos Sargentos, em setembro de 1963, o parlamentar trabalhista tratou de analisar em profundidade o que havia ocorrido. Não fez críticas aos marinheiros e fuzileiros e afirmou que “a quebra da disciplina pode ser, quando muito, efeito. Não é causa de nada, porque as causas são outras, pertencem, inclusive ao nosso passado e ao nosso presente”. Dessa forma, Petracco atribuía o evento à “onda democrática” que invadia “inclusive os quartéis” e dava razão às reivindicações dos rebelados que eram proibidos de se constituírem “em família juridicamente normal” (Ibid., p. 131), referindo-se nesse caso ao não reconhecimento da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais. Como se vê, era mais uma forma de legitimação das mobilizações por parte do deputado trabalhista, que entendia justas as reivindicações dos marinheiros e fuzileiros.

Opinião bastante oposta possuía Júlio Brunelli, da UDN, que em tom alarmista dizia que “a crise nacional chegou ao seu ponto culminante com a agitação inclusive, no seio das Forças Armadas”. Segundo este parlamentar, o Governo Federal estava “vivamente interessado em levar este País à Revolução” e “as reformas de bases” não passavam “de pretexto primário para agitar o País, sem qualquer sentido prático”. Na opinião de Brunelli, o governo não queria reformar, queria “apenas agitar o País, implantando discórdia nas Forças Armadas para implantar a ditadura”. Concluindo, ainda lembrava o fato de Jango ser latifundiário, pedindo que ele tivesse “um pouco de compaixão do povo” que desejava “paz, tranquilidade para trabalhar, austeridade por parte do governo, reformas reais e não

demagógicas, governo e não agitação” (FERREIRA, 2003b, p. 132). Vemos na manifestação do udenista o ataque até mesmo às reformas de base, além do alerta para o golpismo que, supostamente, viria de Goulart, com a implantação de uma ditadura.

Paulo Brossard, falando em seguida, atribuía a culpa da rebelião a “elementos vermelhos” que haviam ajudado alguns marinheiros a demitir o Ministro da Marinha. Para o parlamentar do PL, o governo havia levado “a inquietação, a insegurança, o desestímulo a quase todos os setores da vida nacional” e agora passava a querer “desagregar e destruir também, as Forças Armadas”. Ainda dizia Brossard que, a partir do momento em que o presidente desprezava a hierarquia e se colocava “na posição de desmoralizar as Forças Armadas [...] ele se exonera dos seus deveres constitucionais e se demite da chefia delas” (Ibid., p. 134). O ponto principal da questão era o fato de Goulart ter ordenado que os marinheiros não fossem atacados, procurando uma saída pacífica para a crise; e irritava ainda mais os conservadores o fato de os rebelados logo terem sido anistiados. Além disso, o que se vê na manifestação de Brossard é o pedido, novamente, para o afastamento do presidente da República, algo que o parlamentar já havia feito em outras oportunidades, mas que dessa vez teve apertes em concordância, como o de Alfredo Hoffmeister, que dizia ser necessário questionar-se “se o Presidente da República tem ou não condições para [...] ‘exercer o comando supremo das Forças Armadas’” (FERREIRA, 2003b, p. 134).

Já em 31 de março, véspera do Golpe, talvez por sentir a gravidade da situação, o deputado Justino Quintana, líder da bancada do PTB, fez um longo discurso abordando o “panorama político brasileiro”. Tratou de dizer que o Brasil estava “dividido entre os que desejam as reformas da estrutura econômica e social” e “os que se opõem às reformas estruturais porque querem manter a atual ordem, a fim de garantir os privilégios, as vantagens, as propriedades, os latifúndios, a pobreza, a miséria, o analfabetismo”. Segundo Quintana, eram essas forças “a causa fundamental da crise brasileira”, embora esse grupo considerasse “os efeitos como causas”, incorrendo no erro “de considerar a inflação, a indisciplina, os movimentos grevistas e reivindicatórios dos operários, dos estudantes, dos militares, dos professores, dos trabalhadores, do povo em geral como causa da crise brasileira”. O trabalhista defendia que esses eram “resultados, conclusões dos erros acumulados ao longo da história” do Brasil. Por conta disso, Quintana tratava de voltar a fazer a defesa das mobilizações, da pressão ao Congresso, para que esse tivesse sensibilidade frente às reivindicações, como também a defesa do “processo revolucionário brasileiro”, “movimento de transformação da estruturação brasileiro” (Ibid., p. 152). No dia seguinte, no entanto, a situação seria outra.

#### 4.4.9 O Golpe

Como se sabe, na passagem do dia 31 de março para 1º de abril de 1964 se deram os movimentos mais decisivos no desencadeamento do Golpe Civil-Militar. Foi nessa madrugada que o general Mourão Filho, comandante da IV Região Militar, em Minas Gerais, com o apoio do governador daquele estado, o udenista Magalhães Pinto, iniciou a marcha em direção ao estado da Guanabara, onde encontrava-se o presidente João Goulart. Não se pretende aqui fazer a rememoração dos momentos que se sucederam entre 31 de março e 1º de abril; passaremos, sim, a analisar os debates em torno da legitimação e deslegitimação do Golpe Civil-Militar de 1964 na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Nos primeiros dias após o Golpe, a maioria das manifestações se deram por parte dos deputados do PTB, do MTR e da ARS. Pedro Simon foi o primeiro a subir à tribuna para atacar o movimento golpista, dizendo que “aqueles que durante muito tempo [...] falavam em liberdade, em ordem, em democracia” eram “justamente, os primeiros a fugir ao dever” e se unirem “contra a lei e contra a ordem”. Segundo o trabalhista, haviam enganado o Rio Grande do Sul e o Brasil, “dizendo que o Presidente da República era quem estava tramando qualquer coisa contra as instituições”, enquanto preparavam, em suas reuniões, o que se estava vendo. Atacava o parlamentar, portanto, a legitimidade do movimento, mostrando-o como baseado em mentiras, ilegítimo, fruto de conspiração, além de atacar suas lideranças, dentre as quais “lamentavelmente e tristemente, para o Rio Grande do Sul”<sup>189</sup>, estava o governador Ildo Meneghetti.

Como já mencionamos, Pedro Simon é uma das grandes exceções entre os parlamentares que se colocaram contra o Golpe, sendo o único que chegou a cargos mais importantes, como governador, senador e ministro. Era dos mais jovens quando ocorreu o Golpe, possuindo 34 anos; advogado de formação, só havia sido vereador em Caxias do Sul, por um mandato, antes de chegar à Assembleia em 1963; elegeu-se mais três vezes ao Parlamento Gaúcho, permanecendo até 1978, quando concorreu ao senado e foi eleito; durante seu mandato como senador, entre 1979 e 1986 chegou a ser Ministro da Agricultura nos anos de 1985 e 1986, no Governo Sarney; nesse último ano foi eleito governador do Rio Grande do Sul, posto que ocupou até 1990, quando concorreu novamente ao senado, acumulando mandatos até 2014, ano em que retirou-se da política.

---

<sup>189</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIV, p. 169.

A tônica foi criticar o movimento, mostrando sua ilegalidade e seu caráter antidemocrático, além de atacar o governador Meneghetti por sua participação. Foi dessa forma, também, que procedeu Hélio da Fontoura, também do PTB. Segundo o parlamentar, a participação do governo gaúcho no movimento golpista era algo que surpreendia e entristecia. Além disso, Fontoura afirmava que os golpistas finalmente “mostraram que estavam contra as reformas, mostraram que pertencem ao grupo dos grandes fazendeiros, dos latifundiários e dos exploradores do povo”. Segundo Fontoura, o que se tinha visto era o “Sr. Ademar de Barros, correr para Minas Gerais para entrar em contato com o Governador Magalhães Pinto, e Carlos Lacerda também” indo a Minas Gerais e São Paulo; Ademar de Barros também vindo “conversar com o Governador Ildo Meneghetti, mostrando que estavam ajustando o golpe”<sup>190</sup>.

Naquele momento, então, os trabalhistas passaram a denunciar que a conspiração vinha de longa data. Hélio da Fontoura não teve o mesmo sucesso de Simon, sendo cassado em 1966; era taquígrafo legislativo, o que representava a maior diversidade de ocupações profissionais que possuía o PTB, como também representava aqueles que não possuíam formação superior no partido; não tinha carreira política antes de 1962 e por conta da cassação em 1966 não voltou a concorrer; foi um dos fundadores do PDT, após o fim do bipartidarismo.

Lamaison Porto foi outro trabalhista a se colocar contra o Golpe na sessão do dia 1º de abril. Caracterizou o momento como “hora dramática” e a tarde da sessão como “macabra, tétrica, dramática para o povo rio-grandense”. Dizia que os golpistas “procuraram reiteradamente [...] mascarar e mistificar a verdade e confundir a opinião pública”<sup>191</sup>. Com isso destacava e atacava a atuação, inclusive, de seus colegas de Legislatura, nessa “confusão da opinião pública”. Lamaison Porto também estava na faixa dos 30 anos, tinha 38; era mais um dos advogados com mandato na casa; havia sido vereador em Passo Fundo e deputado estadual por dois mandatos antes de 1963 – de 1955 a 1962 – além de ter sido Secretário da Saúde durante o Governo Brizola (1958-1962); estava na primeira lista de cassações, perdendo seu mandato já em maio de 1964.

A primeira manifestação favorável ao Golpe apareceu somente após uma série de discursos de deputados trabalhistas e foi feita por Antonino Fornari, do PSD. O parlamentar procurou fazer a defesa do governador Meneghetti, afirmando que todos sabiam “da linha democrática desenvolvida pelo Governador do Estado [...] respeitando o nosso povo”.

---

<sup>190</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIV, p. 170.

<sup>191</sup> Ibid., Op. Cit.

Posteriormente o deputado partiu para a justificação do Golpe dizendo que a luta que se esboçava no país era “conhecida de todos”, era contra a “marcha que se instaurou para a cubanização da nossa Pátria, a marcha que se instaurou para o desrespeito a nossa democracia, a marcha que se instaurou para ferir as instituições democráticas e cristãs do povo brasileiro”<sup>192</sup>.

Como se nota, o parlamentar colocava o Golpe como um movimento que visava preservar as instituições que estavam ameaçadas pelas “marchas” mencionadas em seu discurso. Insere-se essa representação na oposição entre justificar e acusar, uma das séries de oposições pelas quais opera o imaginário (BACZKO, 1985). Ao passo que justificava o golpismo, Fornari atacava os membros da esquerda nacionalista como responsáveis por atentar contra a democracia e “cubanizar” o país. Antonino Fornari era um dos poucos parlamentares que representava a região central do estado; tinha 42 anos quando ocorreu o Golpe; depois de ser vereador em Arroio do Meio por dois mandatos, entre 1952 e 1959, chegou à Assembleia em 1963, mas já havia atuado na Casa como suplente; permaneceu no Parlamento Gaúcho por mais quatro mandatos, de 1967 a 1980, elegendo-se pela ARENA; nesse ano passou a ocupar o cargo de Juiz no Tribunal da Justiça Militar, até 1983.

Cândido Norberto, do MTR, também se manifestou na sessão do dia 1º de abril. Seu discurso foi no sentido de deslegitimar o Golpe, principalmente atacando as lideranças civis, especialmente Adhemar de Barros. Dizia ele que “ainda há pouco ouvíamos, por incrível que pareça, o velho e desonesto político Adhemar de Barros a falar em moralizar o País”; questionava, portanto, o trabalhista renovador, como um notório corrupto, como Adhemar de Barros, teria moral para falar em moralizar o país. Por fim, o parlamentar propunha uma solução para a crise: já que segundo Goulart, as forças que o derrubaram eram as mesmas que haviam levado Jânio Quadros a renúncia, Norberto concluía que o poder deveria ser devolvido a Quadros, “que foi obrigado a renunciar, como diz o Presidente”. E ainda questionava: “Ou não é verdade que o Sr. Jânio Quadros tenha sido constrangido a renunciar?”<sup>193</sup>. Cândido Norberto era jornalista e possuía 41 anos; era deputado estadual desde 1951, tendo passado pelo PSB e PL antes de chegar ao MTR; não chegou ao fim do mandato, sendo cassado em julho de 1966.

Antônio Visintainer, do PTB, foi um dos primeiros a usar a representação que mencionava o “histórico golpista dos conservadores”, afirmando que já fazia alguns meses que Brizola avisava sobre “o desejo do golpe às instituições por parte deste já velho e

---

<sup>192</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIV, p. 171.

<sup>193</sup> Ibid., p. 173.

conhecido grupo golpista do País”<sup>194</sup>. Álvaro Petracco acompanhou o argumento de seu colega de bancada também utilizando o “histórico golpista dos conservadores” em seu discurso, inclusive para se contrapor a solução apresentada por Cândido Norberto. Como lembrou Petracco,

não se trata da figura da pessoa do Presidente porque, se voltarmos os olhos para a nossa História [...] nós vamos verificar que os acontecimentos de 1964 se prendem não à figura dos homens que ocupam a chefia da Nação. [...]. Já é sabido e todo o povo repete, mais de uma vez, que as mesmas forças, que hoje, tentam derrubar o Presidente João Goulart [...], as mesmas forças que atentam contra a Constituição nos dias de hoje, foram aquelas que depuseram o Presidente Getúlio Vargas [...], que levaram ao suicídio o grande Presidente, em 1954, que promoveram os distúrbios de Jacaré-Acanga e Aragarças e determinaram numa contrafacção da história, a deposição do Sr. Jânio Quadros pelas próprias forças que o ajudaram, financeiramente, na campanha, as mesmas forças que tentaram impedir a posse do Vice-Presidente João Goulart, eleito pela vontade soberana do povo brasileiro<sup>195</sup>.

Em seu discurso, o deputado trabalhista relembra todos os momentos em que os conservadores tentaram golpear as instituições, sendo que até aquele momento não haviam sido completamente bem-sucedidos. Lembrava Petracco a tentativa de golpe frustrada pelo suicídio de Getúlio Vargas, em 1954; as revoltas contra JK e Jango, em 1955 e 1959; a renúncia de Jânio e a resistência à posse de Goulart, em 1961. Dessa forma, o parlamentar respondia à proposta de Cândido Norberto, afirmando que não se tratavam dos nomes que ocupavam a presidência, mas sim do que eles representavam politicamente. Por fim, Petracco ainda questionava uma das justificativas golpistas, que era o anticomunismo, dizendo que as medidas que o presidente pleiteava, “por via pacífica, do Congresso, não visavam a instituição de qualquer tipo de socialismo ou comunismo”, mas que o “que se pretendia, até, através da reforma agrária, era a introdução de práticas capitalistas no campo”<sup>196</sup>. Petracco estava na casa dos 40 anos – tinha 43 – e era médico; iniciou sua carreira política como prefeito de Guaporé, entre 1960 e 1963, quando assumiu o mandato de deputado estadual, cargo em que permaneceu até 1966, quando foi cassado.

Além de Antonino Fornari, entre os parlamentares da ADP, somente Darcy Conceição se manifestou em 1º de abril. Conceição procurou defender o movimento golpista, dizendo que muito se falava em Constituição naquele dia, mas que somente tinha legitimidade para falar aqueles que não concordavam com “métodos espúrios para violenta-la, rasga-la” e assim “conseguir os seus desígnios e levar este País [...] para os caminhos da escravidão e do

<sup>194</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIV, p. 174.

<sup>195</sup> Ibid., p. 175.

<sup>196</sup> Ibid., Op. Cit.

servilismo<sup>197</sup>”. Fazia referência o deputado ao suposto golpismo que viria das esquerdas ou do presidente, justificando assim o Golpe, pois seria uma forma de preservar a Constituição e o regime democrático, ameaçado pelos membros da esquerda. Conceição é um bom exemplo de que o apoio ao Golpe não representava, automaticamente, o sucesso na vida política: era suplente dessa Legislatura e ocupou nenhum cargo após o fim do mandato.

A representação do “histórico golpista dos conservadores” foi retomada em 2 de abril, quando novamente subiu à tribuna o deputado Pedro Simon. O parlamentar reafirmava o que havia sido dito na sessão anterior, que as forças que derrubaram Goulart eram “as mesmas forças que, em 1954, derrubaram o Presidente Getúlio Vargas, quando S. Exa. iniciava uma política de nacionalização [e] levaram o Presidente Jânio Quadros a renunciar”. Segundo Simon havia “uma constante atuação de 1954, 1961 e agora, daqueles que inclusive” naquele plenário “votaram por esmagadora maioria [...] uma tese favorável às reformas de base; daqueles, como o ilustre Governador do Paraná, que [...] lançava uma campanha em favor das reformas de base da boca para fora”<sup>198</sup>. Assim, o parlamentar fazia a diferenciação entre os “verdadeiros” reformistas que, para ele, naquele momento, estavam do lado de João Goulart, e os “falsos” reformistas, que haviam apoiado o Golpe, como Ney Braga, do PDC, governador do Paraná.

Simon ainda usava “imagens de um futuro sombrio”, algo que, como já comentamos, foi utilizado pelos parlamentares do PTB, da ARS e do MTR para atacar o movimento golpista e desencorajar o seu apoio. Dizia ele que “todas as coisas serão feitas no sentido de esmagar os anseios populares; todas as forças serão, a partir de agora levantadas para silenciar as vozes das ruas”<sup>199</sup>. Por fim, o parlamentar ainda ironizava as justificativas golpistas:

E o que é mais importante, está salvo o Brasil! Ranieri Mazzilli, com Adhemar de Barros, Lacerda e Magalhães Pinto [...] resolverão todos os problemas, porque, de agora em diante, estes desaparecerão! Os quarenta milhões de analfabetos deixarão de sê-lo; os milhares de famílias que vivem sem teto passarão a tê-los muito em breve. [...]. As crianças que morrem à míngua dentro em breve terão do Governo todo amparo e todo apoio!<sup>200</sup>

Através desse trecho, o deputado trabalhista buscava deslegitimar a suposta “salvação da democracia” ou “salvação do Brasil” que a “revolução” representava para os conservadores; representações que só haviam aparecido timidamente nos discursos de

<sup>197</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIV, p. 180.

<sup>198</sup> Ibid., p. 186.

<sup>199</sup> Ibid., Op. Cit.

<sup>200</sup> Ibid., Op.Cit.

Antonino Fornari e Darcy Conceição, mas que passariam a ser frequentes a partir da sessão do dia 2 de abril.

Um bom exemplo desse caso é o discurso de Gudbem Castanheira que, contraditando a afirmação de Aldo Fagundes de que a democracia brasileira se encontrava tarjada de luto, disse que a democracia brasileira estava em festa. Em festa “pela maneira elegante e elogiável com que se conduziram as Forças Armadas do Brasil, sentinelas da legalidade, que houveram por bem retirar da Presidência da República aquele que há muito” vinha “rasgando a Constituição e ferindo os direitos individuais”. Vê-se na manifestação do parlamentar do PL que o Golpe era legítimo por tratar-se de uma reação a Goulart que vinha “rasgando a Constituição”. E, na opinião de Castanheira, o presidente vinha rasgando a Constituição com o “intuito, unicamente, de comunizar este País eminentemente democrata e cristão”<sup>201</sup>. Usava em seu discurso uma representação anticomunista, que procurava definir o Brasil como democrata e cristão – portanto, uma representação global e totalizante da sociedade brasileira –, característica completamente opostas ao comunismo, que era ateu e autoritário. Gudbem Castanheira era um dos muitos advogados da Assembleia e do PL; com base eleitoral na região noroeste; possuía 38 anos, em 1964, e já estava em seu segundo mandato, tendo sido eleito para o Parlamento Gaúcho, em 1958, pela primeira vez; assumiu, em 1965, o cargo de Secretário do Interior e Justiça, no qual permaneceu até maio, quando foi indicado para Adjunto de Procurador do TCE; ocupou esse posto até janeiro de 1967, quando foi indicado para Ministro do TCE, cargo em que permaneceu até novembro de 1970.

Hed Borges, do PSD, foi outro parlamentar que em sua participação procurou justificar e legitimar o Golpe. Segundo o parlamentar, os trabalhistas eram “os homens que querem democracia e andam de braços dados com os comunistas”, algo que para ele era inadmissível, pela concepção do comunismo como autoritário, portanto, oposto à democracia. Na argumentação do pessedista, ele estava com a democracia que colocava “o comunismo no seu devido lugar de anti-democrata”, e só apoiaria a “legalização do Partido Comunista, quando na Rússia se disser que se possa legalizar, lá o PSD”<sup>202</sup>. Vê-se o ataque ao “inferno soviético”, que não permitia a liberdade política, o que ressaltava, para Borges, o caráter autoritário do comunismo. Dessa forma se justificava o golpismo, já que os trabalhistas e o presidente eram coniventes com a “infiltração comunista” e caminhavam com eles para “comunizar” o país. O Golpe era, portanto, para que houvesse a manutenção da democracia. Hed Borges era outro advogado, com base eleitoral na região noroeste, como a maioria do

---

<sup>201</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIV, p. 188.

<sup>202</sup> Ibid., p. 189.

PSD; havia sido vereador entre 1956 e 1959, em Santo Ângelo; chegou à Assembleia em 1963 e acumulou quatro mandatos, sendo eleito depois de 1966 pela ARENA e permanecendo na Casa até 1979; após seu último mandato foi indicado para o cargo de Diretor da Caixa Econômica Federal, no qual ficou até 1980.

De outra parte, manifestou-se contrariamente ao Golpe, o deputado Marino dos Santos, da ARS. Em seu discurso mencionou o “histórico golpista dos conservadores”, lamentando que havia ficado “evidenciado que [...] nossa democracia” ainda era “dependente de generais que, em toda a vida republicana do Brasil, fizeram e desfizeram governos à sua vontade”. Alertava para a indefinição do momento, dizendo não saber qual seria “a sorte desse arremedo de democracia” que existia no país, porque “acima da Constituição, acima da lei” havia sido “colocado o arbítrio da força”. Dessa forma, o parlamentar procurava demonstrar o caráter antidemocrático e ilegal do Golpe, que já fazia uso de arbitrariedades e da repressão. Assim, Marino dos Santos procurava deslegitimar o movimento golpista, ao passo que contrapunha os argumentos dos liberal-conservadores, que apresentavam o Golpe como a manutenção da legalidade e da democracia.

Por fim, lembrando o “histórico golpista dos conservadores”, o parlamentar questionava o argumento anticomunista de que Goulart estava “de braços dados com os comunistas”, como havia dito Hed Borges. Questionava, portanto, Marino: “Mas o Sr. Getúlio Vargas, em 1945, com quem estava mancomunado? O Sr. Getúlio Vargas, em 1954, quando foi assassinado, com quem é que estava mancomunado? E o Sr. Jânio Quadros, em 1961? Sempre há um pretexto para se exercitar a violência”<sup>203</sup>. Marino era o único parlamentar de sua bancada, bem como o único comunista; havia sido vereador em Porto Alegre por dois mandatos – 1948-1951 e 1959-1963 – e durante o seu primeiro mandato foi preso por ser comunista; chegou a Assembleia após ser eleito, em 1962, sendo o primeiro parlamentar a ser cassado, já em abril de 1964, embora, por estar de licença, sua cassação só tenha sido comunicada pelo presidente da Assembleia em maio do mesmo ano.

Na sessão do dia 2 de abril, também começaram a surgir as primeiras notícias e denúncias de repressão. Primeiramente através do discurso de Lamaison Porto, que dizia ter recebido informações de que a “Polícia de Choque do Estado” estava “investindo contra o povo que, praticamente, se encontra defronte à Prefeitura” e que “diante da Faculdade de Medicina” já se encontravam “estudantes desacordados, vítimas desse argumento que já se instala em nosso Estado, [...] o argumento do cacete”<sup>204</sup>. Tal informação foi posta em dúvida

---

<sup>203</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIV, p. 190.

<sup>204</sup> Ibid., op. cit.

por Amaral de Souza, do PSD, até que foi confirmada por Wilmar Taborda, do PTB, que afirmou ter tido a oportunidade de assistir às cenas de repressão.

Além de desacreditar as informações que eram trazidas à Assembleia dando conta da repressão contra manifestantes, outra reação bastante comum entre os apoiadores do Golpe foi a “legitimação da repressão”. Foi dessa forma que procedeu o deputado Otávio Germano, do PSD, que de início afirmava ter agradecido a deus “que não houvesse derramamento de sangue no solo brasileiro”. Continuou seu discurso afirmando que, no entanto, naquele dia e no anterior “foram feitos incitamentos à desordem” e “proclamações pedindo e apelando para as concentrações de pessoas e de povo, para medidas que nós de antemão condenávamos”. Referia-se o parlamentar às tentativas de resistir ao Golpe que ocorreram pela cidade de Porto Alegre e, mencionando-as, justificava que era “dever fundamental de um governo defender, proteger e assegurar a liberdade” porque a ninguém era “lícito o direito [...] de fazer com que a desordem” se instalasse na capital. Dessa forma, para Germano, “a Segurança do Rio Grande está presente para assegurar e manter todos os direitos assegurados na Constituição” e quando “alguns elementos procuraram e tentaram iniciar um movimento depredatório [...] chegaram a ser atingidos”<sup>205</sup>. Assim, Germano justificava a repressão, pois os que tentaram resistir estavam atentando contra a “liberdade” e a “Constituição”, ao passo que a polícia defendia a liberdade e a ordem.

Otávio Germano era advogado e possuía 40 anos; foi vereador em Porto Alegre por três mandatos, entre 1952 e 1962; chegou à Assembleia ao ser eleito em 1962, reelegendo-se em 1966 e 1970, já pela ARENA; entre 1971 e 1974 ocupou a secretaria do Interior e Justiça; depois disso foi eleito deputado federal, mas durante o mandato foi indicado para outra secretaria, a de Obras Públicas, cargo em que permaneceu entre 1975 e 1978; no ano seguinte foi indicado para o cargo de vice-governador de Amaral de Souza, que ocupou até 1983; ainda seria Presidente da Caixa entre 1983 e 1986 e Presidente de FURNAS entre 1992 e 1995.

A referida sessão, do dia 2 de abril, foi o momento no qual boa parte dos parlamentares tomou posição a favor do Golpe, no caso dos membros da ADP. Alfredo Hoffmeister, do PSD, congratulou-se “com o País pela solução exitosa do movimento popular e militar, que recolocou o Brasil na sua verdadeira posição democrática”, dizendo com isso que o que ocorria no Governo Goulart era autoritário ou antidemocrático. Segundo ele, era preciso “que se extinguisse [...] aquele clima de agitação [...] e de solapamento das

---

<sup>205</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIV, p. 194.

instituições”. Vê-se nesse caso a justificação do Golpe através da representação do movimento como algo que possibilitou o retorno à tranquilidade e à democracia. Além disso, Hoffmeister dizia insurgir-se contra o comunismo, dizia ser “contra a legalização do Partido Comunista [...] porque” defendia a democracia e a liberdade<sup>206</sup>.

Nesse caso, novamente era feito o uso da oposição entre democracia e comunismo, além do deputado pessedista justificar o Golpe como reação ao comunismo. Alfredo Hoffmeister, era médico e tinha 55 anos, sendo um dos mais velhos da Legislatura; havia sido vereador em Porto Alegre entre 1952 e 1955 e ficado na suplência para a Assembleia entre 1959 e 1963; depois da Legislatura terminada em 1966 seria reeleito para o Parlamento Gaúcho, pela ARENA; após o fim do mandato foi indicado para ser Conselheiro do TCE, cargo que ocupou entre dezembro de 1970 e outubro de 1979.

Além de Hoffmeister, outros se colocaram no apoio ao Golpe e na tentativa de justificá-lo. Nelson Marchezan utilizou o argumento do gompismo da esquerda ou do presidente, afirmando que “se agrupavam certos setores da opinião pública em busca do poder; uns que, próximo do poder, tentavam alcançá-lo; outros que procuravam nele continuar”. Além disso, tratou de fazer oposição entre os “verdadeiros” e “falsos” reformistas, porque, segundo ele, existiam alguns “que se servindo da bandeira das reformas [...] queriam ir ao Poder, pelo Poder, pela ambição de mando”<sup>207</sup>. Marchezan era um dos mais jovens da Legislatura, possuía 26 anos; antes de chegar a Assembleia havia sido vereador em Santa Maria; depois de ficar na suplência após as eleições de 1966, voltou à Casa, pela ARENA, em 1970, sendo que, nesse mandato, foi indicado para a secretaria do Trabalho e Ação Social, cargo que ocupou entre 1972 e 1974; depois disso acumulou cinco mandatos na Câmara Federal: três entre 1975 e 1987, depois mais dois entre 1994 e 2002; ainda ocupou, em 1992, durante o Governo Collor, o cargo de Secretário Nacional de Comunicações.

Outro a se colocar no apoio ao Golpe foi Amaral de Souza, que representou o Golpe, também, como um retorno à legalidade. Segundo o pessedista, “o Brasil que era governado pelo ex-Presidente João Goulart, vinha vivendo em plena ilegalidade”, o que torna o Golpe, na interpretação de Souza, a restauração da legalidade. Mais adiante em seu discurso o parlamentar afirmaria que “o movimento que empolgou o Brasil foi, na realidade, um movimento de restauração democrática”<sup>208</sup>. José Augusto Amaral de Souza era outro advogado da Assembleia; tinha 35 anos e só havia sido vereador em Palmeiras das Missões

---

<sup>206</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIV, p. 195.

<sup>207</sup> Ibid., p. 197.

<sup>208</sup> Ibid., p. 202.

antes de chegar à Assembleia, em 1963; após esse mandato elegeu-se duas vezes deputado federal, entre 1967 e 1975, já pela ARENA; entre 1975 e 1979 foi vice-governador de Synval Guazzelli e após o fim do mandato desse recebeu indicação para ser governador por via indireta, cargo que ocupou entre 1979 e 1983; depois do fim de seu mandato foi ainda Diretor da área industrial do BNDES, entre 1985 e 1990.

Outro destaque cabe a manifestação de Paulo Brossard, que reutilizou uma série de argumentos que já vinham sendo usados contra Goulart. Dizia que o governo já há alguns dias “movia guerra contra a Constituição e contra o Brasil”, por isso a “revolução” “resultou da ação ilegal, da ação subversiva, da ação revolucionária de um Governo que se demitiu dos seus deveres constitucionais e legais”. Concluía afirmando que “felizmente [...] as Forças Armadas do Brasil ainda encontravam [...] reservas de patriotismo para resistir a esta profanação dos valores espirituais” da pátria que se manteve “como as plasmou o processo formativo do Brasil sob a inspiração de dois princípios fundamentais: espiritualmente, o cristianismo; politicamente o democratismo e o liberalismo”<sup>209</sup>.

Dessa forma o parlamentar do PL representava o Brasil como democrático, liberal e cristão por formação – uma representação global e totalizante da sociedade brasileira –, preceitos que por estarem ameaçados justificavam a ação das Forças Armadas. Paulo Brossard tinha 40 anos em 1964 e era advogado; representava a região sudoeste, onde o PL possuía força; já havia sido deputado estadual por dois mandatos, eleito em 1954 e 1958; em 1964, foi indicado para Secretário do Interior e Justiça, cargo ocupado de junho a dezembro; após o fim da Legislatura, elegeu-se deputado federal, em 1966 e senador, em 1974, pelo MDB; após o fim do mandato foi indicado para o Ministério da Justiça e posteriormente para o Supremo Tribunal Federal, no qual permaneceu de 1989 a 1994.

Também foram comuns, após o Golpe, as representações dos objetivos a serem alcançados com a vitória golpista, obviamente que por parte dos parlamentares da ADP. Dessa forma, Anildo Sarturi, do PDC, dizia, em 3 de abril, que o dia 1º de abril representava “o fim de um ciclo e o início de uma nova fase na vida da Nação. O fim das improvisações, das reformas feitas em cima da hora, sem planejamento”<sup>210</sup>. Nesse mesmo dia, Júlio Brunelli, da UDN, afirmava que “com a instituição do novo Governo, o povo brasileiro” teria, enfim, “a tranquilidade que tanto aspira, para poder trabalhar e viver”<sup>211</sup>. Também foi o caso de Getúlio Marcantônio que, em 6 de abril, dizia que após ter “raiado novo sol à Democracia

---

<sup>209</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIV, p. 203.

<sup>210</sup> Ibid., p. 41.

<sup>211</sup> Ibid., p. 44.

brasileira” parecia que “agora, neste clima de ordem e tranquilidade é chegado o momento de que grandes reformas sejam, realmente, executadas”<sup>212</sup>.

Sarturi era médico, tinha 43 anos e não possuía carreira política; mesmo com o apoio ao Golpe não obteve êxito na vida política. Júlio Brunelli era pecuarista, mas tinha base eleitoral em Porto Alegre; era um dos mais velhos da Legislatura, com 59 anos e, apesar disso, permaneceu na Assembleia por mais três mandatos, entre 1967 e 1979, sendo eleito pela ARENA. Getúlio Marcantônio, por sua vez, era advogado e pecuarista; era dos mais jovens, com 34 anos; já estava em seu segundo mandato e seria eleito para mais dois entre 1967 e 1975, pela ARENA; entre os anos de 1975 e 1979 foi Secretário da Agricultura e posteriormente foi indicado para o cargo de vice-presidente do Banrisul.

Algo semelhante à exaltação dos objetivos a serem atingidos com a vitória aconteceu quando os parlamentares comentavam a possibilidade de eleição indireta de Castello Branco: Porcínio Pinto afirmava, também em 6 de abril, que “a escolha de um homem com as credenciais do Gal. Castello Branco” traria para “povo brasileiro, novos horizontes de esperança, de paz, de concórdia, de harmonia”<sup>213</sup>.

Como já comentamos, a exaltação das imagens dos objetivos a serem alcançados com uma vitória – ou nesse caso com a eleição de Castello Branco – são fundamentais para o combate no domínio do imaginário; são essas imagens dos objetivos que permitem o potencial mobilizador do imaginário; em nosso caso a exaltação dos objetivos que a “revolução” conquistaria eram utilizados para mobilizar o apoio ao Golpe e a Ditadura que se instaurava. Porcínio Pinto era pecuarista e tinha 56 anos; representava bem a relação de seu partido, o PSD, com o Estado Novo: entre 1945 e 1947 havia sido nomeado prefeito de Bom Jesus, cargo que ocuparia por via eleitoral entre 1948 e 1950; chegou a ser eleito deputado estadual em 1950, mas no ano seguinte foi eleito novamente prefeito, dessa vez de Vacaria; em 1954 foi eleito deputado estadual, cargo no qual permaneceu até 1967; ao fim de seu último mandato seria indicado para Diretor da Caixa Econômica Estadual.

Em 3 de abril, também, a Assembleia já começava a sentir mais de perto o peso da repressão, principalmente por conta do discurso de Rubens Porciúncula, que dava conhecimento da prisão de Wilson Vargas, colega de bancada de Porciúncula. Além disso, o parlamentar comentava a invasão ao apartamento do deputado federal Leonel Brizola em Porto Alegre, que, segundo Porciúncula, fora saqueado. Outros parlamentares ainda sofreriam com a repressão e as denúncias de arbitrariedades passariam a ser mais frequentes nos dias

---

<sup>212</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIV, p. 126.

<sup>213</sup> Ibid., p. 140.

que se seguiram a 3 de abril. Wilson Vargas, no entanto, foi solto depois de intervenção do presidente da Assembleia, Solano Borges, a pedido da bancada trabalhista.

Outra prisão de um parlamentar foi comentada na Assembleia em 15 de abril. Nessa sessão o presidente em exercício da Assembleia, Heitor Campos, tentou buscar esclarecimentos sobre a prisão de Antônio Visintainer, bem como “dos cortes verificados em diversos aparelhos telefônicos na residência de vários Srs. Deputados”<sup>214</sup>. No entanto, nada foi esclarecido e o deputado Visintainer permaneceu incomunicável. Na sessão seguinte, a postura dos deputados conservadores – ignorando que havia um colega preso – causou reação de alguns trabalhistas. Um dos discursos mais admiráveis foi de João Caruso, que afirmou:

Mas, a verdade é que este Plenário não representa mais um Poder, este Plenário está mais do que impedido, este Plenário, esta Casa, está anulada pela violência e pela arbitrariedade. [...] mas nesta hora, na minha sensibilidade, só veria um tema a debater: existe ou não existe a Assembleia do Rio Grande do Sul? Está se provando que ela não existe. Como poder, ela não existe porque se prende um representante, porque castigam os seus integrantes, porque fomos levados a condição mais ínfima que jamais assisti em qualquer Assembleia. Não estaria aqui, renunciaria a meu mandato, se não soubesse que há uma lista com os nomes de Deputados a serem cassados. Não vou privar aqueles que me têm em mira da oportunidade que lhes dou de demonstrarem ao Rio Grande e a História, os seus rancores, os seus ódios, as suas malquerências, porque a mim não podem acusar de comunista e nem a muitos outros Representantes do povo rio-grandense. Dou-lhes esta oportunidade. Só por isso não renuncio neste momento ao meu mandato<sup>215</sup>.

João Caruso era uma das figuras mais importantes do PTB gaúcho; era advogado e um dos mais velhos entre os petebistas, com 56 anos; era deputado estadual desde 1951, tendo ocupado diversas secretarias no Governo Brizola: do Interior e Justiça entre 1959 e 1960, de Obras Públicas entre 1960 e 1961 e da Agricultura, Indústria e Comércio em 1962; seria cassado, como previra, em maio de 1964.

Entretanto, a reação dos conservadores às denúncias de repressão ocorria no sentido de relativizá-las ou colocá-las em dúvida. Segundo afirmava Getúlio Marcantônio, em 4 de abril, só “foram expurgados dos postos de comando aqueles que pregavam o nacionalismo para atrair os estudantes, os patriotas, quando na realidade queriam entregar o nosso País ao mais internacional dos regimes, ao regime comunista”<sup>216</sup>. Já para Arthur Bacchini, em 6 de abril, as prisões e a repressão eram, somente, “medidas preventivas” justificáveis pelo momento de “revolução”<sup>217</sup>, argumento muito semelhante ao de Alfredo Hoffmeister que questionava, ao comentar as prisões: “Mas, será que não sabem que estamos saindo de uma revolução, será

<sup>214</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIV, p. 307.

<sup>215</sup> Ibid., p. 309.

<sup>216</sup> Ibid., p. 76.

<sup>217</sup> Ibid., p. 132.

que ainda não identificaram que houve um movimento cívico-militar no País?”<sup>218</sup>. Porcínio Pinto também procurou justificar a repressão, afirmando que, “se prisões houveram depois de uma revolução como a que presenciamos, é lógico que algo deve ter acontecido”<sup>219</sup>.

A legitimação da repressão se deu também na forma de elogio ao Ato Institucional de 9 de abril ou na legitimação das cassações, anunciadas na Assembleia em 11 de maio. Dessa forma, em 10 de abril, Alfredo Hoffmeister até admitia que o Ato feria a Constituição, mas segundo ele, era “um preço caro” que se estava pagando porque, afinal, perguntava Hoffmeister “aonde ia o Brasil? Para onde levavam o Brasil?”. Além disso, a pressão ao Congresso para que elegeisse em 48 horas o novo presidente, determinada pelo Ato Institucional, não era problema para o parlamentar – que durante longo período criticou a pressão ao Congresso das forças de esquerda pelas reformas – já que a própria Constituição determinava que o Congresso, dentro de 30 dias, escolhesse os sucessores de presidente e vice, caso de vacância<sup>220</sup>. Já a legitimação das cassações foi feita por Júlio Brunelli, em 12 de maio, “repetindo lugares comuns, repetindo as apregoadas bandeiras que teriam inspirado a revolução, o golpe de Estado”<sup>221</sup>, como afirmou Siegfried Heuser, do PTB. Brunelli dizia lamentar o afastamento de seus colegas de Legislatura, mas procurava, em seguida, justificá-las, afirmando que se estava “vivendo uma situação toda especial da vida nacional”, pois “houve uma revolução neste País”, para “abolir uma situação dominante que pretendia nos levar para o caos”<sup>222</sup>. Como se vê, nem mesmo a prisão e cassação de outros parlamentares desviou os deputados golpistas de suas tentativas de legitimar o Golpe e a repressão que já se iniciava.

#### 4.5 CONCLUSÃO

Podemos afirmar que, de maneira geral, muitas representações que serviram à legitimação o Golpe Civil-Militar de 1964 já vinham sendo utilizadas no debate político e no combate no domínio do imaginário para atacar o Governo Goulart, os partidos que o apoiavam – no caso dessa Legislatura o PTB e a ARS –, bem como os movimentos reivindicatórios. Dessa forma, por parte dos conservadores foram largamente utilizadas representações vinculadas ao anticomunismo, que procuravam ressaltar a presença de

---

<sup>218</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXIV, p. 139.

<sup>219</sup> Ibid., p. 140.

<sup>220</sup> Ibid., p. 248.

<sup>221</sup> Memorial do Legislativo do RS, Anais da Assembleia Legislativa – Volume CLXXV, p. 81.

<sup>222</sup> Ibid., p. 80.

comunistas na política, a suposta “infiltração”. Além disso, boa parte dos parlamentares conservadores fazia a crítica e o alerta para o que consideravam “agitação”, podendo ser classificado dessa forma toda e qualquer manifestação de trabalhadores, estudantes etc., como também o Comício da Central do Brasil.

Articulados à temática da “agitação”, costumeiramente apareciam representações do Governo Goulart como omissos ou vítimas de uma crise de autoridade, o que se justificava pela suposta vontade de poder de Jango que, segundo os conservadores, tinha propósitos continuístas. Além disso, a “agitação” também serviria aos propósitos golpistas da esquerda e dos comunistas; destaca-se que a vontade de poder de Jango e o golpismo da esquerda passaram ser tratados como uma coisa só após o Comício da Central do Brasil. Todas essas ameaças que o discurso conservador apresentava serviam para justificar a posição de “defensores da democracia e das instituições democráticas”, com a qual se definiam os membros da ADP na Assembleia; por isso a frequente defesa do Congresso e dos parlamentos.

Por parte dos membros do PTB e da ARS, outra gama de representações era utilizada já no ano de 1963. Era frequente a tentativa de legitimar as mobilizações populares e reivindicatórias, o que acarretava na defesa da pressão ao Congresso, para que o mesmo ouvisse “as vozes das ruas”. Essas questões articulavam-se com o tema sobre o “modelo de democracia”, pauta que estava intimamente ligada às reformas, como também ao “processo revolucionário brasileiro”, que defendiam os parlamentares nacional-reformistas. Todas essas representações buscavam mostrar como inerentes à democracia as diversas manifestações que ocorriam naquele contexto; buscavam também pautar um novo modelo de democracia, que tivesse a cidadania ampliada, com o voto dos analfabetos, a queda de toda inelegibilidade e até mesmo a legalização do Partido Comunista.

Foram com essas representações que se deu o debate político até o Golpe Civil-Militar de 1964. Após o movimento golpista, no entanto, novas representações somaram-se a essas apresentadas. Ao passo que os liberal-conservadores procuravam mostrar o Golpe como um retorno à legalidade e à democracia, os parlamentares nacional-reformistas tentavam evidenciar o contrário: ilegalidade da derrubada do presidente, que havia sido legitimamente eleito, como também o abuso da repressão. Por parte dos conservadores, o golpe e a repressão eram justificáveis: para eles a legalidade e a democracia haviam sido quebradas por Goulart, o que legitimava a ação contra o presidente; já a repressão se justificava porque era necessário manter a ordem naquele momento “revolucionário”.

Além disso, utilizamos os discursos para evidenciar as diferenças de trajetórias políticas entre os apoiadores e opositores, algo que já havíamos mencionado no Capítulo 3. Nesse caso, buscou-se apresentar as individualidades e como o apoio ou oposição ao Golpe refletiu nas carreiras políticas de cada um dos parlamentares. Justino Quintana, por exemplo, líder do PTB na Assembleia, possuía 40 anos, havia sido vice-prefeito em Bagé, deputado estadual por dois mandatos entre 1955 e 1963, além de ter sido Secretário de Educação entre 1960 e 1962, no entanto foi um dos primeiros a ter mandato cassado, em maio de 1964. Por outro lado, haviam aqueles que poderiam ter tido uma carreira política promissora e que, no entanto, foram cassados, como Antônio Visintainer, 35 anos e Beno Burmann, 38 anos quando foram cassados, em 1964, ou Hélio da Fontoura, 38 anos quando foi cassado, em 1966.

De outra parte, não faltaram exemplos de apoiadores do Golpe que tiveram longas e exitosas carreiras. Arthur Bacchini, por exemplo, possuía 47 anos, havia sido vereador em Pelotas entre 1948 e 1951, ano em que assumiu o mandato de deputado estadual; reelegeu-se mais três vezes, permanecendo na Casa até 1965, quando foi indicado para o cargo de Diretor do Banco do Rio Grande do Sul (Banrisul) e lá permaneceu até 1967, sendo indicado posteriormente para Adjunto de Procurador do TCE, cargo em que permaneceu por 20 anos, até 1987. Outro bom exemplo foi Synval Guazzelli: após ser vice-prefeito de Vacaria, chegou à Assembleia, em 1959, reelegendo-se em 1962; em seu segundo mandato ocupou a secretaria de Obras Públicas; de 1967 a 1970 foi indicado Presidente da Caixa Econômica Estadual; em 1970, elegeu-se deputado federal, com mandato até 1975; ao fim do mandato foi indicado para o governo do Rio Grande do Sul, exercendo o mandato entre 1975 e 1979; em 1983 voltou a Câmara Federal; entre 1985 e 1986 foi Presidente do Banco Meridional; seria ainda vice-governador de Pedro Simon, entre 1987 e 1990, assumindo o cargo de governador novamente em 1990 e 1991; ocuparia o Ministério da Agricultura entre 1994 e 1995 e seria novamente eleito deputado federal, em 1998.

Obviamente o apoio ao Golpe não acarretava em sucesso na vida política, Darcy Conceição ou Anildo Sarturi são exemplos disso: ambos foram entusiastas do golpismo que nem conseguiram se reeleger para o cargo de deputado estadual. No entanto, não deixa de ser significativo a permanência de diversos apoiadores do Golpe em cargos de importância, normalmente por indicação, alguns por até 20 anos. Por isso, acreditamos que o apoio ao Golpe Civil-Militar de 1964 tenha sido um dos critérios para que esses sujeitos tivessem seus nomes lembrados e assim chegassem aos cargos de Ministro do TCE, Presidente do Banrisul ou até mesmo governador do estado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do presente trabalho, consideramos que seja necessário que algumas questões tenham ficado devidamente explicitadas. Em primeiro lugar, consideramos fundamental que tenha ficado clara nossa posição em relação às explicações para o Golpe Civil-Militar de 1964, ainda que esse não seja o tema central de nosso trabalho. Consideramos o Golpe de 1964 como um movimento que se pôs contra a crescente politização da sociedade nos anos 1960; contra a incipiente democracia brasileira, que através das reivindicações de setores da sociedade se pretendia ampliar; também, contra as reformas e a política nacionalista que tentava implementar o Governo João Goulart. De outra parte, consideramos o Golpe como um movimento a favor de um projeto de modernização conservadora ou modernização autoritária e que a participação dos civis foi fundamental para que esse projeto fosse implementado. Da mesma forma, consideramos que o apoio civil foi peça chave para o desencadeamento do Golpe e para a longa duração da Ditadura.

Por termos isso em conta que decidimos analisar como foi conquistada a imaginação social por parte dos parlamentares da Assembleia, fazendo com que o Golpe não fosse mais uma “quartelada” frustrada como já havia acontecido em anos anteriores. Nesse processo, consideramos importante analisar mais detidamente o anticomunismo, fenômeno estrutural e aspecto fundamental para justificar e legitimar o golpismo. Da mesma forma, consideramos importante a exposição das principais características do sistema partidário gaúcho e brasileiro: a polarização das forças getulistas, PSD e PTB; a força complementar de UDN e PL; a pouca expressividade do PSB; o conservadorismo do PDC gaúcho, etc. A análise dessas características tem importância na medida em que o trabalho usa a divisão por partido como uma das formas de classificar os sujeitos, especialmente no Capítulo 3, além de considerarmos os partidos políticos como os sujeitos coletivos da pesquisa.

O terceiro capítulo tem dupla importância: por um lado, serviu a caracterizar os dois grupos que se formaram no apoio e na oposição ao Golpe, permitindo notar sua composição; por outro, permitiu uma boa análise das características de cada partido, o que permitiu a comparação com outros estudos sobre partidos políticos. A análise apresentada no Capítulo 3 nos levou também a considerarmos o Golpe Civil-Militar como critério de recrutamento da elite política gaúcha, perpetuando no cenário regional ou nacional uma série de parlamentares por 20, 30 ou 40 anos, parlamentares que, muitas vezes, deixaram seus herdeiros que ainda hoje atuam como prefeitos, deputados, senadores, etc.

Dessa forma pudemos estabelecer algumas características predominantes entre os parlamentares e cada um dos grupos – de apoio e de oposição ao Golpe –, bem como foi possível fazer uma caracterização de cada um dos partidos com cadeira na Assembleia. Permitiu-nos expor a faixa etária predominante entre os parlamentares; identificar as características dos parlamentares cassados; o nível de escolaridade da legislatura; as ocupações profissionais predominantes; as regiões mais representadas; como também aspectos das carreiras políticas de cada parlamentar. Sem dúvida, muitas dessas variáveis serviam para garantir o acesso e a reprodução desse grupo no contexto do período democrático (1945-1964).

Com isso, notamos que, entre o total de deputados, boa parte estava na faixa dos 40 anos, mas que a situação mudava ao analisarmos cada grupo separadamente. Nesse caso, o grupo de opositores do Golpe apresentava um número maior de deputados mais jovens, na casa dos 30 anos, enquanto o grupo de apoiadores possuía maior número de parlamentares na faixa dos 50 e 60 anos. Além disso, percebemos que as cassações a mandatos na Assembleia se deram em três períodos – 1964, 1966 e 1968-69 –, com maior número de cassações em 1964, depois em 1968-69 e, por último, em 1966.

Outro resultado obtido diz respeito às características dos parlamentares que perderam seus mandatos: ou eram deputados mais jovens – especialmente os cassados em 1964 –, ou estavam em início de carreira, ou ainda eram parlamentares que já haviam ocupados cargos de importância, como secretarias estaduais. Percebemos também, que a profissão de advogado era, de longe, a que apresentava maior predominância entre os parlamentares – tanto apoiadores quanto opositores –, mas que o grupo de oposição ao Golpe possuía maior variedade de ocupações profissionais, assim como, maior número de parlamentares sem formação superior, sendo assim, mais diversificado. E, por fim, o ponto que apresentou mais diferenças entre apoiadores e opositores, diz respeito às carreiras políticas, especialmente no período posterior ao Golpe: enquanto muitos apoiadores se consolidaram enquanto elite política gaúcha, chegando até o posto de elite nacional, os opositores – apesar de mais jovens, portanto, com potencial para permanecer na vida política – foram cassados pelo arbítrio da Ditadura.

Por último, o Capítulo 4 proporcionou a sistematização dos principais argumentos utilizados para justificar o Golpe. Dessa forma identificamos quais representações predominaram no debate político e serviram de base para os discursos de liberal-conservadores e nacional-reformistas. Entre os primeiros predominava o alerta para a “agitação”, o anticomunismo, o alerta para o “golpismo da esquerda” ou a “vontade de poder

de Jango”, além de sua omissão; já os segundos buscavam legitimar as mobilizações daquele período, através da discussão sobre o modelo de democracia que se queria para o Brasil e a necessidade das reformas. Proporcionou também, o Capítulo 4, a discussão de questões historiográficas recentes, como o suposto golpismo de João Goulart ou das esquerdas. Consideramos que foi possível contribuir para o debate a respeito desses dois temas, demonstrando que a suposta “falta de apreço” pela democracia, por parte das esquerdas, deve ser, ao menos, questionada. A análise das representações presentes nos discursos dos parlamentares da do PTB e da ARS deixa isso claro: defendia-se a discussão sobre o modelo de democracia desejado naquele contexto, não a destruição dessa mesma democracia. Além disso, foi possível recuperar discussões presentes naquele contexto, como a ampliação da cidadania, a luta por direitos e o “processo revolucionário brasileiro” defendido pelos membros da esquerda nacionalista.

Obviamente, algumas questões ficaram em aberto. Uma delas diz respeito ao nível de riqueza dos parlamentares estudados, especialmente no que se refere à classificação em ocupações profissionais. Diversos deputados foram classificados como “comerciantes”, “pecuaristas” ou “agricultores”, no entanto, não foi possível descobrir se eram grandes latifundiários ou pequenos agricultores; se possuem grandes comércios ou pequenas lojas, etc. Essas dúvidas poderiam ser sanadas, talvez, com a pesquisa nas cidades que serviam de base eleitoral para esses candidatos, algo que não foi feito por dois fatores: a exiguidade do tempo e a dificuldade de locomoção por todo o estado, de localidade em localidade.

Outras questões em aberto se referem a algumas trajetórias individuais que se destacaram na pesquisa. Um dos casos foi o de Heitor Campos, ex-membro do PTB, eleito pelo MTR, em 1962, que acaba optando pela ARENA, após a instituição do bipartidarismo. Uma análise mais aprofundada da trajetória de Campos, especialmente após o Golpe de 1964, tem potencial para render algumas respostas e novas questões sobre o apoio civil ao Golpe e à Ditadura. Da mesma forma a análise das trajetórias de Paulo Brossard e Pedro Simon tem potencial para dar respostas sobre o papel das oposições, especialmente da chamada “oposição consentida” durante a Ditadura. Afinal, como parlamentares que combateram tão veementemente o Golpe – nesse caso, somente Simon – e a Ditadura sobreviveram às cassações e ao arbítrio da Ditadura? Um possível trabalho focado no estudo dessas trajetórias poderiam trazer respostas.

Consideramos, portanto, que a presente pesquisa insere-se como uma contribuição relevante para os estudos referentes ao sistema partidário gaúcho do período entre 1945 e 1964; também para as pesquisas relacionadas ao Golpe Civil-Militar de 1964, demonstrando o

quanto esse evento é fundamental para entender a História Brasileira e, mais especificamente, a história política pós-1964, visto que diversos sujeitos perpetuaram-se nos parlamentos e cargos executivos após terem prestado seu apoio e dado sustentação ao Golpe e à Ditadura. Além disso, a identificação de certas representações do debate político nos permite notar o quando alguns argumentos são reciclados e reutilizados em diferentes contextos para justificar o arbítrio, o autoritarismo e os Golpes. Permite-nos, portanto, ter em conta o quanto a posição política de nossas classes dominantes é marcada por uma cultura política autoritária que justifica a deposição de um presidente ou uma presidenta em nome de interesses antinacionais e antipopulares.

## REFERÊNCIAS

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et al. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BARROS, José D'Assunção. História Política: o estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político. **Educere et Educare – Revista de Educação**, Cascavel, n. 7, v. 4, p. 147-162, jan./jun. 2009.

BASTOS, Suely. A Cisão do MTR com o PTB. In: FLEISCHER, David V. (Org.). **Os partidos políticos no Brasil**. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

\_\_\_\_\_. **Partidos políticos e cisão partidária no Rio Grande do Sul**, 1978. 110 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 1978.

BATISTELLA, Alessandro. O trabalhismo Getulista-reformista do antigo PTB e o “novo trabalhismo” do PDT: continuidades e descontinuidades. **Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**, Porto Alegre, v. 5, p. 116-132 jan./jul. 2013.

BENEVIDES, Maria Victoria. A União Democrática Nacional. In: FLEISCHER, David V. (Org.). **Os Partidos Políticos no Brasil**. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 90-108.

\_\_\_\_\_. O Velho PTB Paulista. **Lua Nova. Revista de Cultura Política**, n. 17, p. 133-161, jun. 1989.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. Elite, Teoria das. In: \_\_\_\_\_.; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 385-391.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

BOMBARDELLI, Maura. A Cisão da Fração Ferrarista. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 93-110, ago. 2011.

BRASIL. **Ato Institucional nº 1**, de 9 de abril de 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm)>. Acesso em 19 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ato Institucional nº 2**, de 27 de outubro de 1965. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm)>. Acesso em 19 out. 2016.

BUSETTO, Áureo. **A Democracia Cristã no Brasil: princípios e práticas**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CALIL, Gilberto. Os integralistas e o golpe de 1964. **História & Luta de Classes**, Marechal Cândido Rondon, n. 1, ano 1, p. 55-76, 2005.

CÁNEPA, Mercedes M. L. **Partidos e representação política**: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

CAREGNATO, Rita; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 4, n. 15, p. 679-684, out./dez. 2006.

CATTO, Guilherme. **Disputa política e apoio civil ao Golpe de 1964 no legislativo de Santa Maria – RS**. 2014. 66 p. Trabalho de Conclusão de Graduação (Graduação em História – Licenciatura Plena e Bacharelado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014.

COELHO, Sandro Anselmo. Democracia Cristã e populismo: um marco histórico comparativo entre o Brasil e o Chile. **Revista de Sociologia e Política**, n. 15, p. 67-82, nov. 2000.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectiva. In: HEINZ, Flávio (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 41-53.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: PERISSINOTO, Renato; CODATO, Adriano (Orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba: UFPR, 2015. p. 15-30.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma e poder**: O PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge. (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 167-204.

\_\_\_\_\_. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. Livro 3. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 127-154.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e Golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-89.

FERREIRA, Edgard Leite. **Os partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: \_\_\_\_\_.; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. Livro. 3. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a. p. 301-342.

\_\_\_\_\_. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: \_\_\_\_\_.; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Livro 3. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b. p. 343-404.

\_\_\_\_\_. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 181-212, 2004.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. Dossiê Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964), São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, jul. 2004.

\_\_\_\_\_. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FIGUEIREDO, Argelina M. C. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira do S. C. O sistema partidário: a redemocratização (1945-1964). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coords.). GERTZ, René (Dir.). **República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4. p. 59-82.

FLEISCHER, David. O Trampolim Político: Mudanças nos Padrões de Recrutamento Político em Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 7, p. 99-116, 1973.

\_\_\_\_\_. Dimensões do Recrutamento Partidário. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Os Partidos Políticos no Brasil**. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 45-63.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. Agricultura: da associação à modernização. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coords.). GERTZ, René (Dir.). **República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4. p. 117-136.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1998.

HEINZ, Flávio M. (Org.). **O Parlamento em Tempos Interessantes: Breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982**. Porto Alegre: CORAG, 2005.

\_\_\_\_\_. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 7-15.

HERRLEIN JR., Ronaldo; CORAZZA, Gentil. Indústria e comércio no desenvolvimento econômico (1930-85). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coords.). GERTZ, René (Dir.).

**República:** da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985). Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4. p. 137-168.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era dos extremos:** o breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Nações e nacionalismo desde 1870:** programa, mito e realidade. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História:** novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 181-196.

KONRAD, Diorge; LAMEIRA, Rafael F.; LIMA, Mateus da F. C. O Golpe e a consolidação da Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul. **Cuadernos del CILHA**, Mendoza, ano 14, n. 18, p. 107-125, abr. 2013.

KOSELLECK, Reinhart. Representação, evento e estrutura. In: \_\_\_\_\_. **Futuro Passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 133-145.

LAMEIRA, Rafael F. **O Golpe Civil-Militar de 1964 no Rio Grande do Sul:** A ação política liberal-conservadora, 2012. 254 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LEOPOLDI, Maria A. P. Carreira Política e Mobilidade Social: o legislativo como meio de ascensão social. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, FGV, n. 2, v. 7, p. 83-95, 1973.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “Civil-Militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon, n. 27, p. 39-53, 2012.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O Governo João Goulart:** as lutas sociais no Brasil (1961-1964). 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MONTEIRO, Lorena M. O Partido Democrata Cristão no Brasil (1945-1963): (Re)considerações sobre sua breve existência. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 13, n. 2, p. 266-281, jul./dez. 2013.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho:** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. 368 p. Tese (Doutorado História em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

NORONHA, Andrius E. O uso da prosopografia para o estudo de elites locais: um esboço metodológico (o caso dos empresários de Santa Cruz do Sul). In: HEINZ, Flávio (Org.). **História Social de Elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011. p. 97-113.

\_\_\_\_\_. **Beneméritos empresários: história social de uma elite de origem imigrante do sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905-1966)**. 370 p. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012.

OLIVEIRA, Lúcia M. L. O Partido Social Democrático (PSD). In: FLEISCHER, David V. (Org.). **Os Partidos Políticos no Brasil**. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 108-114.

PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A ditadura civil-militar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 mar. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2012/03/31/a-ditadura-civil-militar-438355.asp>>. Acesso em: 28 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. O sol sem peneira. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-sol-sem-peneira>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

RÉMOND, René. Do político. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 441-450.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 30-47.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

SÊGA, Rafael. História e Política. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 37, p. 183-195, 2002.

SOARES, Gláucio A. D. A Formação dos Partidos Nacionais. In: FLEISCHER, David V. (Org.). **Os Partidos Políticos no Brasil**. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 7-24.

SOARES, Paulo Roberto R. Do Rural ao Urbano: demografia, migrações e urbanização (1930-1985). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coords.). GERTZ, René (Dir.). **República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4. p. 291-313.

TCE. **Tribunal de Contas do Estado: 70 anos (1935-2005)**. Porto Alegre: 2005.

TOLEDO, Caio N. de. **O Governo Goulart e o golpe de 1964**. São Paulo: Braziliense, 2004a.

\_\_\_\_\_. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 27-48, 2004b.

\_\_\_\_\_. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004c. p. 67-77.

VIANNA, Luiz Werneck. O sistema partidário e o Partido Democrata Cristão. In: FLEISCHER, David V. (Org.). **Os Partidos Políticos no Brasil**. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 131-171.

VILLA, Marco Antonio. Ditadura à brasileira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 mar. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0503200908.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Jango: um perfil (1945-1964)**. São Paulo: Globo, 2004.

VIZENTINI, Paulo. A Guerra Fria. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Orgs.). **O século XX, o tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 195-225.

Zero Hora. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/eleicoes-2016/noticia/2016/10/pt-perde-34-prefeituras-e-despenca-na-lista-de-partidos-que-mais-governam-municipios-gauchos-7649542.html>>. Acesso em: 3 out. 2016

## Fontes

Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro

Memorial do Legislativo do RS

Museu da Comunicação Hipólito José da Costa